

SOCIEDADE e ESTADO



O Estado em Questão: Teoria e Prática



VOLUME VI • NÚMERO 2 • JULHO/DEZEMBRO DE 1991

ISSN 0102-3792

SOCIEDADE e ESTADO

Revista semestral de Sociologia
Volume VI, n. 2, julho/dezembro 1991

Impresso no Brasil
sob a responsabilidade do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910-900 Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1991 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.
A Revista não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Conselho Editorial

Bernardo Sorj
César Barreira
Fernando Corrêa Dias
Gabriel Cohn
Gilberto Velho
Hélgio Trindade
Ivan Sérgio Freire de Souza
Maria Brandão
Maria Suzana Arrosa Soares
Otávio Guilherme Velho
Silke Weber
Walder de Góes
Wanderley Guilherme dos Santos

Editores

Bárbara Freitag-Rouanet
Jessé José Freire de Souza
João Gabriel Lima Cruz Teixeira (Coordenador)
Lúcio de Brito Castelo Branco
Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira

Revisão

Thelma Rosane Pereira de Souza

Preparação dos Originais

Pedro Tomaz de Oliveira Neto

Capa

Luís Eduardo Resende

Arte Final

Mauro Timbó

Universidade de Brasília

Antonio Ibañez Ruiz - Reitor
Eduardo Flávio Queiroz - Vice-Reitor
João da Rocha Hirson - Decano de Pesquisa e Pós-Graduação
João Carlos Teatini de Souza Climaco - Decano de Administração e Finanças
Antonio Carlos Pedroza - Decano de Ensino e Graduação
Armando Bezerra - Decano de Assuntos Comunitários

SOCIEDADE

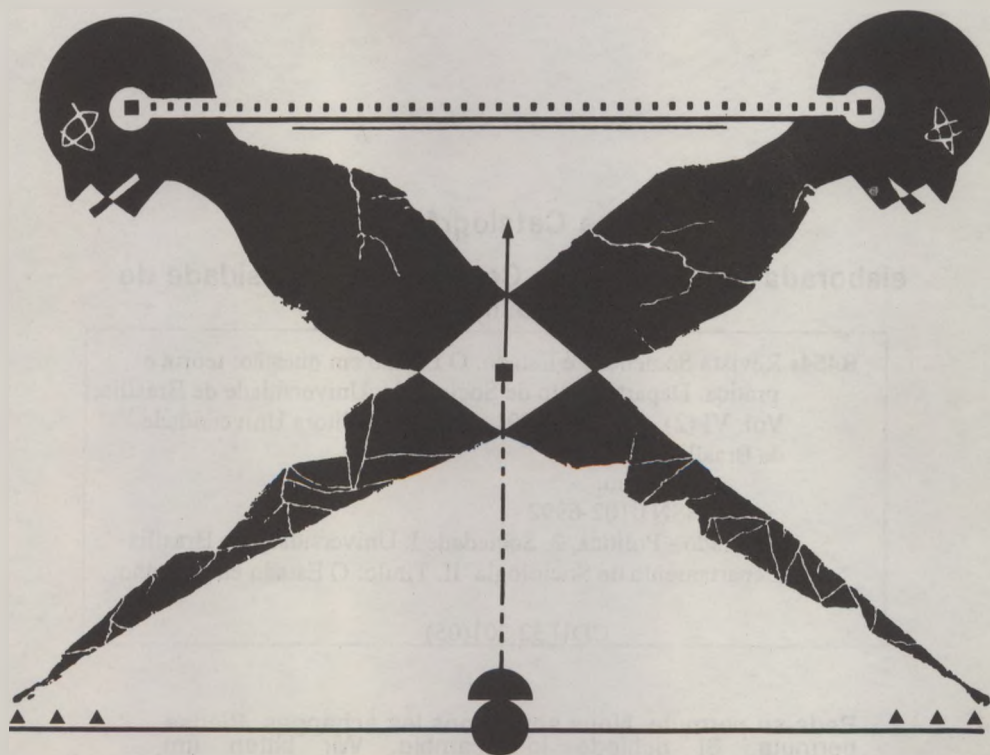
e ESTADO



REVISTA SOCIEDADE E ESTADO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Departamento de Sociologia
ICC Norte B. 1-408
Campus Universitário - Asa Norte
70.910-900 - BRASÍLIA-DF
fone: 273-6571 - Fax 347-3663

O Estado em Questão: Teoria e Prática



VOLUME VI • NÚMERO 2 • JULHO/DEZEMBRO DE 1991

ISSN 0102-3792

Pareceristas do Volume VI, nºs. 1 e 2

Abdias Villar de Carvalho
Angela de Castro Gomes
Bárbara Freitag-Rouanet
Clóvis Cavalcanti
Edson Nunes
Jessé José Freire de Souza
João Gabriel Lima Cruz Teixeira
José Geraldo de Souza Júnior
Lúcio de Brito Castelo Branco
Luiz Antonio Machado
Marcus André B. C. de Mello
Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira
Nelson Lehman
Paulo Krischke
Ricardo Farret
Roberto Machado
Ruth Cardoso
Silke Weber
Walder de Góes
Wanderley Guilherme dos Santos

Ficha Catalográfica

**elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília**

R454s Revista Sociedade e Estado. O Estado em questão: teoria e prática. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Vol. VI (2) - jul./dez. 1991 - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986-

V.; 20 cm.

ISSN 0102-6992

1. Estado - Política. 2. Sociedade I. Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. II. Título: O Estado em questão.

CDU 32:301(05)

Pede-se permuta. Nous souhaitons les échanges. Piedse permuta. Si richiede lo scambio. Wir bitten um Anstansch. Intershango dezita. We ask for exchange.

SUMÁRIO

Apresentação	5
NOTAS DE PESQUISA	
O Estado em Movimento.....	9
- Pierre Rosanvallon	
ARTIGOS	
A Retirada do Estado na América Latina.....	21
- Pierre Salama e Jacques Valier	
A Soberania Nacional Possível ou a Tradução Brasileira da Doutrina Monroe.....	39
- Lúcio de Brito Castelo Branco	
Foucault: Poderes Difusos/Saberes Desqualificados.....	61
- Ilma Rezende Soares	
Jon Elster y el Individualismo Metodológico: Una Lectura.....	79
- Virgilio Alvarez Aragón	
Revisitando Aspectos da Questão Urbana	99
- Brasilmar Ferreira Nunes	
A Política Social do Governo Collor	115
- José Luiz Fiori	
Os Movimentos Sociais Urbanos: Organização e Democracia Interna	129
- Linda Gondim	
Ação Católica Divergente e sua Influência Social: Um Estudo de Caso	151
- Edson A. de Souza Filho	
RESENHAS	
<i>Os últimos intelectuais: a cultura americana na Era da Academia</i> , de Jacoby Russel	169
- Tânia Corrêa Camarcio	
<i>O futuro da filosofia da práxis - o pensamento de Marx no século XXI</i> , de Leandro Konder	173
- Maria Francisca Sales Pinheiro	

APRESENTAÇÃO

Neste número *Sociedade e Estado* volta a explorar questões centrais de suas preocupações e objetivos. Retornamos ao Estado com seus movimentos e as re-interpretações que estes geram em torno de sua concepção e prática.

Abrem a discussão dois artigos escritos, respectivamente, por Rosanvallon da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris e por Salama e Valier, das Universidades de Paris XIII e X, em parceria. O primeiro procura ultrapassar a discussão restrita ao embate entre intervencionismo e liberalismo, preconizando que a década de 90 verá a passagem do Estado Gestor para o Estado na sua forma clássica. Já o segundo, analisa particularidades dos novos papéis criados para o mesmo pela retirada do Estado de áreas da esfera econômica em países da América Latina.

A seguir, Lúcio Castelo Branco apresenta resultados de estudo minucioso das fases de formulação da política externa brasileira, criticando a concepção modelar norte-americana relativa ao seu "destino manifesto", no que diz respeito aos limites que estabelecia ao exercício da soberania pelos países periféricos.

O enfoque central deste número é estabelecido no artigo instigante de Fiori sobre as vicissitudes das políticas sociais no Governo Collor. Embora um tanto datado, seu artigo suscita algumas questões basilares sobre as ações governamentais em nosso país.

O segundo bloco de artigos desta edição refere-se a questões teóricas cruciais do debate sociológico contemporâneo, ao retomar a discussão sobre as contribuições de Foucault e Elster, encerrando-se com a atualização de aspectos teóricos da questão urbana realizada por Brasilmar Ferreira Nunes.

O artigo de Gondim sobre os Movimentos Sociais Urbanos expande os horizontes do debate sobre a organização e desenvolvimento interno dos mesmos, através de um modelo alternativo para o dilema "organização *versus* participação direta". O texto de Ferreira Nunes procura rediscutir os elementos centrais que balizaram debate sobre problemática urbana na América Latina. Finalmente, divulgamos a análise de Souza Filho sobre as condicionalidades da influência da Ação Católica progressista no Brasil.

Notas de Pesquisa

Notes de l'expédition

O ESTADO EM MOVIMENTO*

Pierre Rosanvallon**

Resumo

Este artigo analisa o Estado de uma forma desglobalizada e complexa, tentando ultrapassar o debate intervencionismo versus liberalismo. Para isso, distingue quatro figuras representativas da relação entre Estado e sociedade: o Estado Régio (O Leviatã), o Estado Instituidor do Social, o Estado-Providência e o Estado Regulador da Economia, localizando essas figuras na história da França. Evidencia a especificidade francesa, no sentido de que lá foi o Estado quem precedeu e criou a Nação, concluindo que a década de 90 verá a passagem do Estado gestor da economia para o Estado político clássico.

Um moderno dicionário de idéias deveria indicar sobre a palavra Estado: reduzi-lo e modernizá-lo. Em torno desses dois imperativos, bastante globais para serem discutíveis, é que há uma década se estabeleceu um consenso. A maioria dos franceses, depois de ter se dividido durante dois séculos sobre o papel do Estado, professa agora um tipo de liberalismo justificado nas missões do poder público.

As amarras com o colbertismo e com o intervencionismo certamente foram rompidas, em boa parte, pelo menos nas cabeças. Mas esta nova imagem de um Estado eficaz e de bom funcionamento não deve dar margem a ilusões. A perspectiva para 1993, como também as mudanças políticas do Leste, nos obrigam a ter mais realismo. O Estado vai mudar mas talvez não tão simplesmente como imaginamos quando raciocinamos quantitativamente sobre seu único peso.

Efetivamente, é preciso de início acabar com as abordagens muito globais sobre o Estado como se a questão do papel do Estado, em relação à sociedade, pudesse se resumir a uma única taxa de impostos obrigatórios. É do excesso de generalidade na reflexão que nasce o excesso de ideologia.

Pensar o Estado implica em primeiro lugar um esforço de desglobalização e mesmo de complexificação. Assim, por trás da mesma palavra Estado, é preciso distinguir quatro figuras diferentes da relação entre o Estado e a sociedade.

* Tradução de Fernanda A. de Fonseca Sobral, professora do Departamento de Sociologia da UnB.

** Professor (directeur d'Études) Hautes Études en Sciences Sociales (escola de Altos Estudos em Ciências Sociais) em Paris, França.

- O Estado Régio. É o Leviatã, a potência soberana que regulamenta a ordem interna, administra a justiça, gere a segurança nacional.

- O Estado Instituidor do Social. É o agente de organização e de constituição da sociedade, o produtor da identidade coletiva que substitui os antigos grupos intermediários.

- O Estado-Providência. O Estado se define como "reductor de incertezas" (Hobbes). O Estado de direito, que é essencialmente Estado protetor, se amplia progressivamente em Estado-Providência fundamentado na extensão da esfera econômica e social dos direitos do homem. É o Estado redistribuidor gerindo uma "sociedade de seguro", na qual os riscos e as responsabilidades são socializados.

- O Estado Regulador da Economia. A partir da revolução keynesiana, a esfera econômica é integrada ao sistema de ação do Estado. O Estado intervencionista tradicional se duplica pouco a pouco em Estado proprietário e em Estado gestor da economia global.

Estes "Estados no Estado" não têm nem a mesma origem nem a mesma história, nem o mesmo futuro. Pensar o Estado é, de início, refletir sobre essas diferenças.

Os Estados no Estado

O Estado Regulador da Economia? Desempenhou um papel essencial no crescimento glorioso de 1930. Foi, ao mesmo tempo, "o mestre dos relógios", o educador industrial da nação e o gestor dos grandes fluxos financeiros. Estas funções keynesianas são hoje as mais contestadas. Mas o debate sobre o seu futuro foi rompido de uma certa forma. As figuras do Estado proprietário, do Estado supergestor e do Estado onisciente estão em vias de se apagar tanto no Leste como no Oeste. Mas não é necessário se enganar: as funções de regulação subsistirão a essas mudanças. Ficamos em um universo no qual as grandes variáveis econômicas são sempre as variáveis incontornáveis de ação para o poder público. Não são tanto as funções que se deslocam mas os agentes que as colocam em funcionamento. Os Estados nacionais deverão sobretudo ceder uma parte de suas prerrogativas a outras agências reguladoras: organizações internacionais especializadas, instituições supranacionais, Comissão Européia. É preciso raciocinar sobre esse ponto em termos de transferência mais que de declínio. O movimento das privatizações - que anuncia a morte do Estado proprietário - não é suficiente para caracterizar a morte do Estado enquanto regulador da economia.

O problema de fundo está entretanto em outro lugar. O problema de hoje não é o Estado na economia, é mais o Estado enquanto forma política.

O Estado Instituidor do Social? Desempenhou um papel decisivo na França para organizar a nação. Os historiadores têm razão em sublinhar que o Estado precedeu a nação na França.

Ao mesmo tempo, contrariamente ao que se passou na Alemanha ou na Itália, o Estado desempenhou um papel muito particular: dar forma à sociedade, dar-lhe uma coerência e uma identidade que não lhe foram dadas no início. Desde o século XVIII, os filósofos notam, nesta perspectiva, que o Estado deve educar a nação (ver o *Ensaio de Educação Nacional* de La Chalotais, publicado em 1763). Suprimindo todos os grupos intermediários, a Revolução Francesa aumentou formidavelmente a amplitude desta função. O Estado substituiu todas as corporações econômicas, sociais, culturais e mesmo religiosas. Menos grupos intermediários e mais individualismo, equivale a mais Estado. Essa é a equação implacável. Consta-se na Alemanha onde, historicamente, houve menos Estado porque havia mais grupos intermediários. Vê-se a mesma coisa na Inglaterra. Mas o Estado na França, nesta função de organização da sociedade, de instituição social, não foi apenas o substituto das corporações intermediárias, suprimidos pela Lei de Le Chapelier, mas também teve outra função particular: organizar a unidade nacional, dando referências comuns. Quais referências comuns? Língua, história, memória coletiva. Daí a centralidade na sociedade francesa da palavra Educação Nacional (que não existe em outros países). O conceito é desconhecido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nestes países, se diz política de educação, de instrução pública, mas não de educação nacional.

Neste sentido, o Estado quis também organizar o falar comum. Sabe-se da luta severa que o Estado francês travou contra os dialetos da Revolução (foram proibidos os dialetos e o latim, nos atos administrativos, desde o édito de Villers-Cotterêts no século XVI). O Estado teve uma enorme atuação para impor de qualquer forma uma ordem linguística comum na sociedade.

A reforma dos pesos e medidas procede no mesmo caminho. Os sábios, durante a Revolução, consideraram que dar uma unidade de medida à toda a sociedade, seria uma reforma eminentemente política, como se a função do Estado fosse inicialmente a de produzir equivalentes gerais em todas as relações sociais. Equivalentes gerais nos pesos e medidas, equivalentes gerais na linguagem, equivalentes gerais na cultura. É ainda uma especificidade francesa. Em nenhum outro país industrial o Estado desempenhou tão fortemente esta função de instituidor da sociedade. Isto significa que, em último caso, o Estado tem quase uma relação pedagógica com a sociedade. O Estado é o tutor da sociedade e de qualquer forma, seu instituidor. É qualquer coisa de chocante ver a relação afetiva que os altos funcionários têm com a sociedade francesa. Experimentam sempre este sentimento histórico de superioridade dos instituidores da sociedade. Sabem que ensinam a uma sociedade relativamente ignorante. Não é simplesmente uma atitude de desprezo para com a sociedade. Por trás de sua atitude há, em profundidade, esta concepção do Estado à francesa, o Estado instituidor da sociedade, mestre que ensina uma sociedade a crescer, a se organizar, a falar, a se comunicar.

Este Estado está hoje em uma crise muito profunda. A sociedade civil se sente adulta e não tem mais necessidade de um professor atento para conduzi-la destramente. Em um mundo submetido ao fluxo de migrações, ao choque das culturas e ao face a face das religiões a produção da identidade coletiva continua, entretanto, uma função essencial. Mas se vê bem que não se continuar com a maneira antiga de produção da identidade. Não é mais a escola de Jules Ferry que poderá realizar, hoje, esse objetivo. Mas não se torna menos essencial.

O Estado-Providência? Sabe-se que está em crise. Mas talvez dele se tenha falado bastante como de uma questão econômica, a partir dos problemas colocados pela administração das despesas de saúde, pelo equilíbrio dos regimes de aposentadoria, pela gestão de imensa maquinária de benefícios sociais. A dimensão econômica é certamente dominante. Conhece-se os cruciais problemas colocados pelo equilíbrio dos orçamentos sociais. Em termos quantitativos, é aliás este Estado-Providência que explica o essencial crescimento das taxas obrigatórias, lembremo-nos disso. Mas o fundamental da dificuldade, no meu ponto de vista, está em outro lugar: é ao mesmo tempo mecânica e filosófica. Mecânica, porque o desenvolvimento do "Estado sanitário" está inicialmente ligado à representação social da relação entre a esfera do privado e aquela do público. A partir de Pasteur, o campo de intervenção do Estado, enquanto administrador da saúde pública, estendeu-se brutalmente pelo fato de se reconhecer que seria necessário englobar toda uma parte do espaço privado (a casa, a relação sexual, etc.), na medida em que essa parte havia sido socializada de maneira invisível pela circulação dos germes e dos vírus. É o que conhecemos como Revolução de Pasteur. Sabemos bem que, hoje, tudo contribui para mantê-lo e para reforçá-lo. Estamos, nesse caso, além do debate liberalismo versus intervencionismo. Em face da AIDS, por exemplo, a demanda de consolidação do Estado-higienista é unânime. Isso permanecerá sendo um formidável vetor de legitimação e de organização da ação pública.

Mas a dificuldade do Estado-Providência é também filosófica: o pensamento da solidariedade está em pane. Não se sabe mais segundo quais regras organizar a "dívida social" e segundo quais normas gerir a redistribuição. Isso cabe também às modalidades de gestão dos riscos sociais. Não esqueçamos que o Estado Moderno se definiu, segundo esta magnífica fórmula de Hobbes, o primeiro filósofo a ter pensado completamente o Estado Moderno como um "reductor de incertezas". (Escrevendo em plena Guerra Civil inglesa via de imediato duas formas: redução da incerteza quanto à segurança física do cidadão e à segurança coletiva do país em relação ao exterior, mas também quanto à possibilidade de ter sua subsistência). O problema da subsistência na história dos Estados Modernos é tão importante quanto o da segurança interna. As primeiras grandes leis de polícia são leis que englobam as questões de subsistência - o que chamamos hoje

de Estado-Providência - como também as questões de segurança que se chamam, hoje em dia, questões de polícia.

Hoje, em função, notadamente, dos problemas de desemprego, somos convidados a reconsiderar a gestão dos riscos: os procedimentos previdenciários clássicos articulados com as políticas de assistência não são mais suficientes. O problema não é apenas gerir o risco da doença, o risco do desemprego, etc. É também gerir a inserção. O Estado-Providência será por isso cada vez mais confundido com o Estado Instituidor do Social: o primeiro objetivo é a produção da coesão social, a redução da exclusão. A cidadania, ela própria, é fundamentalmente apenas uma figura de inserção. O papel do Estado-Providência está condicionado por esta **mutação do social que se opera**. A maquinária social era concebida para gerir os riscos individuais, proceder à redistribuição entre as classes de renda. E deve, hoje, desempenhar uma nova tarefa: inserir, o que significa promover a reentrada de indivíduos permanentemente na interação social, na cidade. É um novo Estado-animador, verdadeiro engenheiro do social que começa a se edificar lentamente em torno dessa tarefa. Paralelamente, as próprias categorias sociológicas, com as quais temos costume de pensar a justiça social, estão em via de desabar. Tende-se a substituir os contextos mais imediatos de indivíduos e de classes pelo conceito de ciclo de vida e assim a medir diferentemente o sistema de repartição entre classes de idades, gerações e a relação renda-patrimônio, etc.

A última dificuldade do Estado-Providência foi achar as técnicas que permitissem articular uma regra e um comportamento. Pensou-se, no fim do século XIX, em achar técnicas sociais que atuassem neste sentido. Eram técnicas de seguridade porque permitiam eliminar a dimensão de responsabilidade. Havia uma socialização da responsabilidade, pois a indigência crônica foi tornada um pouco marginal. Então pôde se inventar mecanismos de socialização da responsabilidade. Mas hoje, vê-se renascer a dificuldade de compatibilizar regra e comportamento. Tomemos o RMI*. A regra é o direito ao RMI. Ao mesmo tempo, pede-se às pessoas que isso seja compatível com um certo comportamento. Examina-se os casos daqueles que merecem e daqueles que não merecem. Portanto, o próprio direito é de ser independente do comportamento das pessoas: você recebe suas alocações familiares, qualquer que seja a sua posição, seja rico ou pobre. Para o RMI, é diferente. É preciso que você seja merecedor, que você tenha assinado o seu contrato. Os "funcionários do social" serão cada vez menos gerentes dos procedimentos, administradores de regras. Tenderão a se tornar um tipo de "magistrados sociais", juízes dos indivíduos. A evolução é fatal se se quer evitar os desperdícios, as manipulações e os efeitos perversos ligados a uma aplicação muito mecânica - isto é, bastante indiferente a situações particulares dos indivíduos - das

* Revenu Minimum d'Insertion (Renda Mínima de Inserção).

regras sociais. Mas estas regras são direitos, daí o problema: a manutenção do Estado-Providência passará, fatalmente, por uma reconsideração da noção mesma de direito social. O direito-conteúdo, ligado ao fornecimento de uma alocação, automática e cega, deverá ser substituído por um direito-método. Será necessário, em outros termos, reinventar e enriquecer a noção de igualdade de oportunidades e não apenas esvaziar aquela de direito-crédito.

A especificidade francesa

A Revolução de Pasteur e depois o keynesianismo contribuíram há um século para atenuar as diferenças entre os vários Estados Ocidentais. Em termos estruturais as particularidades podem parecer pequenas. Dos anos 1950 ao final dos anos 1970, a forma dos Estados pareceu, inclusive, relativamente independente de suas características políticas, tendo os países conservadores e os países social-democratas, na maior parte dos casos, seguido políticas próximas e adotado estruturas de intervenção públicas muito parecidas. Portanto, por trás dessa aparente resincronização da história dos Estados Ocidentais do século XX, a forte especificidade francesa continua, pelo fato de suas raízes serem profundas. Quando se leva em conta os diferentes momentos de constituição do Estado democrático, com efeito, é fácil constatar a singularidade do caso francês. O momento da laicização do político, na França, foi, inicialmente, mais precoce e mais marcado que na maior parte dos outros países, tendo assim, a formação do Estado precedido bem mais amplamente a formação da Nação. A relação de soberania foi, por esta razão, afirmada de maneira mais radical e, ao mesmo tempo, mais subjetiva. Esta precocidade e esta radicalidade, ligadas ao fracasso da Reforma, explicam que o momento liberal tenha se manifestado de maneira comparativamente mais tardia, encaixando-se finalmente, e muito amplamente, com o momento democrático de 1789. Avanço de um lado, atraso de outro: esses dois fatos são suficientes para explicar a centralidade da figura do Estado Instituidor do social, na França. O Estado tendo precedido a Nação teve como tarefa, desde o século XIV, criar a Nação, produzi-la de qualquer forma. A Revolução só acentuará esta dimensão: as condições da ruptura com o absolutismo, tendo engendrado um vazio social inegável que era preciso preencher (o absolutismo francês sendo caracterizado pela coabitação de estruturas sociais feudais corporativistas e de instituições políticas de natureza moderna, individualistas e estatais). É dessa história e não de um outro traço do caráter nacional ("amor do Estado", por exemplo), que o Estado francês obtém sua posição de força.

Essa singularidade aparece ainda mais marcada quando se procede a uma comparação com outros países. Na Alemanha, por exemplo, ao contrário, foi a Nação que precedeu o Estado, e o momento democrático precedeu, de uma certa forma, o momento liberal (as fórmulas de governo parlamentar só se desenvolveram

plenamente em 1919, enquanto o sufrágio universal foi introduzido bem mais cedo). No caso inglês, os três momentos se misturaram desde o século XIII, cada um aprofundando-se, em seguida, progressivamente (o momento liberal se acelerou, entretanto, com a revolução de 1688).

O Estado francês tem então uma história específica, que não é apenas aquela de um crescimento linear e progressivo. É deste ponto de vista que se pode criticar a tese da continuidade de Tocqueville. O Estado, no antigo regime da revolução, explica Tocqueville, atravessou como uma rocha inquebrantável a história da França, encarnando um princípio de gestão e de dominação da sociedade jamais colocado em questão, a centralização jacobina sendo apenas a continuação dos princípios absolutistas dos governos. Tocqueville tem razão quando sublinha os efeitos mecânicos do déficit dos corpos intermediários, no século XVIII e no século XIX. Muitos historiadores e sociólogos do século XIX, aliás, insistiram com ele, sobre a relação entre o desenvolvimento do individualismo que a Revolução acelera e o processo de estatização. Mas esta análise tem como maior inconveniente reduzir o Estado ao sistema administrativo e negligenciar o Estado enquanto forma política. Se a linearidade e a continuidade podem caracterizar em grandes linhas a evolução da administração, a história da forma estatal na França, é, ao contrário, feita através de rupturas. A Revolução Francesa marca a este respeito uma cesura ou uma ruptura decisiva que Tocqueville foi levado a ocultar quase completamente, tornando ao mesmo tempo relativamente ilegível a mais forte especificidade do Estado francês: seu caráter instituidor do social. Tocqueville se apoderou do tema da continuidade em um ótica diretamente política. Queria mostrar que a França não tinha ainda apreendido o Liberalismo no século XIX mesmo sendo governada pelo sufrágio universal (o Antigo Regime e a Revolução aparecem, não esqueçamos, em 1856, no início do Segundo Império) e que faltava efetuar-se a ruptura com o absolutismo, em sua versão modernizada, ou seja, o cesarismo.

O futuro da máquina

Como vai evoluir o sistema administrativo? É possível dar-se flexibilidade à gestão do Estado fazendo evoluir o Estatuto de 1946? Como tornar mais efetiva a noção de serviço público? Em 1989, o governo lançava um debate público que encontrou um grande eco sobre as questões a propósito dos PTT*. O tema da "modernização" do Estado, entretanto, polariza talvez demais a atenção. Não que seja secundário ou negligenciável. Há provavelmente enormes "nichos de produtividade" a explorar, tornando a administração mais flexível e mais racional. Mas esse tema é freqüentemente marcado por uma ambigüidade: a pressuposição de que o peso do Estado, e

* Poste - Telecommunication - Telegraphie (Correio - Telecomunicação - Telégrafo).

conseqüentemente seu custo, resulta essencialmente em uma série de disfuncionamentos e de uma acumulação de pesos. Se é indispensável gerir melhor o Estado, a questão do Estado não se reduz a um problema de gerenciamento (mesmo quando o Estado acusa neste domínio uma séria deficiência em relação a muitas outras grandes organizações). A denúncia ritual da burocratização constitui, a esse respeito, um real obstáculo a uma verdadeira reflexão sobre o futuro do Estado. Ela tende, de início, a não deixar que se veja que a inflação das regras e a complicação dos procedimentos estejam diretamente ligadas ao desenvolvimento da democracia.

Mais equidade, mais justiça, mais imparcialidade significam, logicamente, mais objetividade no tratamento das situações, e então um caráter mais impessoal da gestão. Mais Estado de direito leva automaticamente a mais burocracia no sentido técnico e weberiano do termo. Limitar o domínio da regra é, automaticamente, aumentar o poder e a autonomia dos funcionários, e, então, abrir a porta a um certo risco arbitrário. Pode-se então simplificar as regras e prevenir o perigo do arbitrário? O modelo americano, no qual a regulação pelo direito desempenha um papel bem mais importante que na França, foi freqüentemente evocado nos anos 1980 para sugerir a via de uma resposta possível, aquela de uma regulação por "direito sem Estado". O desenvolvimento das "autoridades administrativas independentes" foi aliás geralmente interpretado como a manifestação de um certo desbloqueamento. Mas sabe-se que é preciso precaver-se a este propósito de oposições simplistas. Não há de um lado a boa regulação pelo direito, democrático e de bom funcionamento e de outro, a má regulação pelo Estado necessariamente ineficiente. Pode-se, aliás, perguntar, como muitos observadores americanos, se um certo uso do direito não conduziu além do Atlântico a uma hipertrofia da esfera jurídica, o universo dos advogados não estando longe de se constituir no equivalente de uma quase burocracia social. É preciso convir que não há alternativa simples e global aos efeitos perversos engendrados pela multiplicação das regras nas sociedades democráticas. Neste domínio, somente um certo pragmatismo pode permitir avançar caso a caso.

Observações finais

1. Em uma Europa cada vez mais atravessada por tensões entre grupos, regiões, etc., a primeira razão de ser do Estado - assegurar a paz civil e coexistência pacífica das diferenças - reencontra uma nova atualidade. A questão é, ao mesmo tempo, econômica e cultural. Econômica: fazer face ao retorno, ameaçador para o equilíbrio social, do crescimento das desigualdades (ou inversamente, no Leste: gerir a passagem para as diferenças produtivas e admissíveis). Cultural: produzir a identidade nacional superior às diferenças (notadamente religiosas). O Estado retornará a Hobbes e a seu programa fundador.

2. Entramos na Europa, em uma zona de grandes incertezas políticas e econômicas. Neste contexto as nações, as empresas, os grupos sociais têm necessidade de ver os seus interesses defendidos. Os Estados reencontrarão um novo vigor, assumindo um papel de grandes advogados e de super-representantes das sociedades civis no turbilhão mundial. Uma demanda do Estado vai se colocar neste nível, em um período onde as negociações de toda ordem vão se multiplicar.

3. O Estado de Direito aplicado à gestão dos problemas econômicos vai mudar bastante os hábitos: a pressão da equidade, da imparcialidade nas ajudas e nas subvenções - impostas por Bruxelas - apagará progressivamente a figura do poder régio à francesa. Guardiões da equidade, das regras do funcionamento do mercado, o Estado se tornará, de volta, o próprio objeto da competição econômica entre os países: as formas administrativas pesarão, amanhã, sobre a localização dos investimentos, da mesma maneira que as taxas fiscais orientam hoje os fluxos de capitais.

4. Quanto menos grupos intermediários, mais Estado. Esta relação mecânica desfavorece atualmente a França, cujo aparelho administrativo deve, permanentemente, compensar a fragilidade dos atores coletivos no país. O vigor das sociedades civis e sua capacidade de autonomia serão também fator decisivo para a evolução dos Estados. Não se pode querer um Estado menos intervencionista e se satisfazer, ao mesmo tempo, com a fragilidade dos sindicatos, por exemplo.

* * *

Nos anos 80, celebrou-se o declínio do Estado. Nos anos 90 se redescobrirá que ele continua uma idéia nova. Esquecer-se-á do Estado gestor da economia para se reencontrar o Estado político clássico: passaremos de Keynes a Hobbes. O Leviatã está de volta.*

Abstract

"The State in Progression"

This article analyses the State from a "de-globalized" and complex perspective as an attempt to leave behind the interventionism versus liberalism debates. To that sense, the author distinguishes four figurations in the relationship between State and Society: the "Regal State" (the Leaviatham), the Welfare State, the State as Providence, and the State as the Regulator of the Economy, locating these figurations in the history of France. He points out the French specificity, in the sense that France was the country where the State preceded and created the Nation. He concludes by saying that this decade will assist the change of the State as the Economy Manager to a classical, political State.

* Artigo recebido em novembro de 1991.

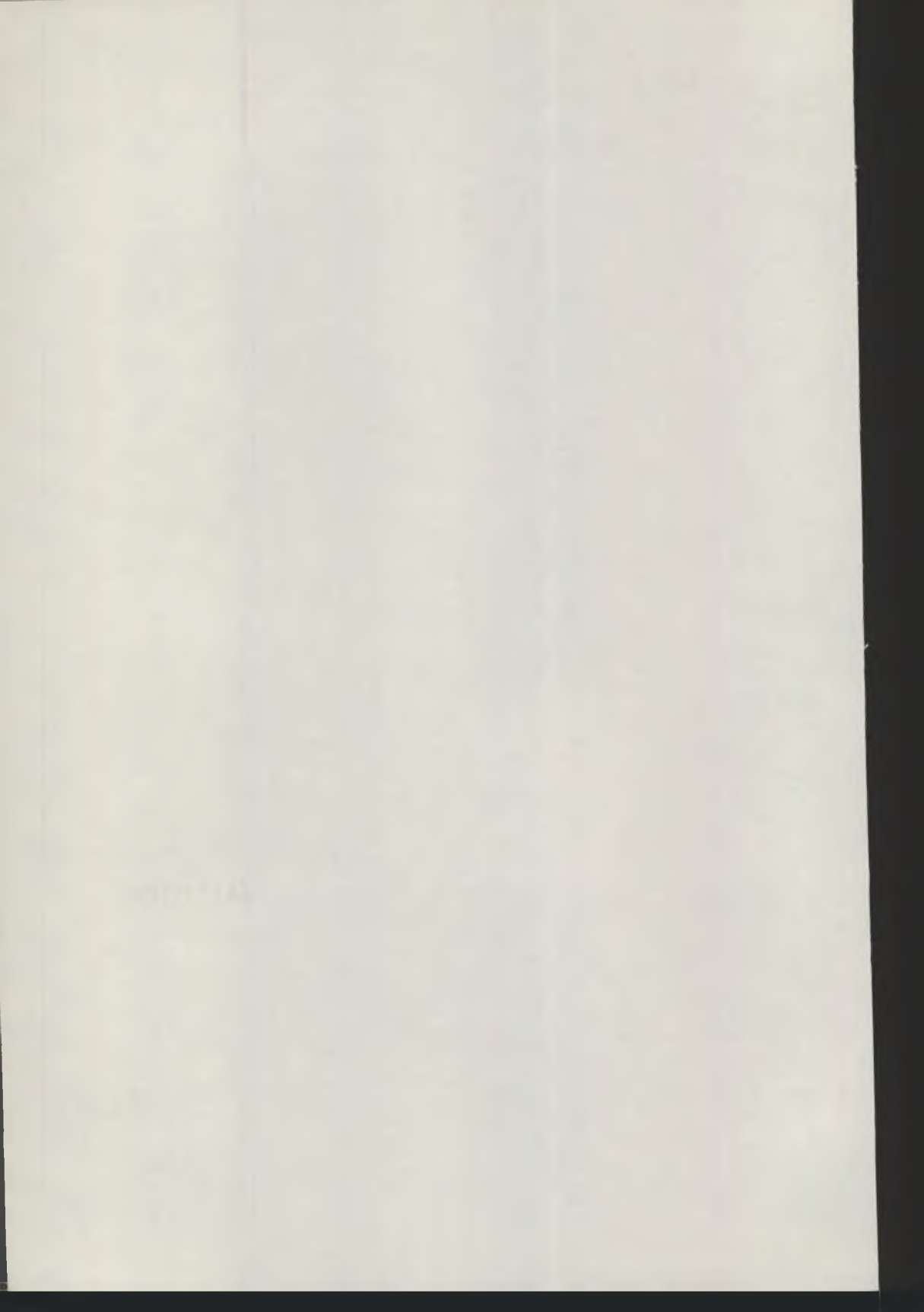
Resumé

"L'État au Tournant"

Cet article analyse l'État d'une manière déglobalisée et complexe, essayant de surmonter le débat entre interventionnisme versus libéralisme. Pour cela, une distinction entre quatre figures représentatives du rapport entre l'État et la société est faite: L'État Régalien (Le Leviathan), L'État Instituteur du Social, L'État-Providence et L'État Régulateur de l'Économie; les "États dans L'État" sont montrés dans l'histoire de la France. L'article vérifie aussi la spécificité française parce que en France c'est l'État qui a précédé et même qui a créé la Nation.

La conclusion est que la décade de 90 verra le transfert d'un État gestionnaire de l'économie en État politique classique.

Artigos



A RETIRADA DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA*

Pierre Salama e Jacques Valier**

Resumo

O texto caracteriza o novo papel do Estado no contexto da hegemonia da economia de mercado. A "financiarização" amplia-se em detrimento da produção e acentuam-se as distâncias tecnológicas, inclusive entre os países mais desenvolvidos.

A reversão analítica desencadeada por Thatcher e Reagan põe o Estado no banco dos réus. O intervencionismo deixa de ser uma solução mágica e cede lugar à política de privatização sistemática, legitimada pelos mecanismos de auto-regulação do mercado.

Entretanto, as relações entre o Estado e o mercado na América Latina não confirmariam os argumentos neoliberais, pois a retirada do Estado, sem o apoio de uma política social adequada, provoca o processo de fragilização da democracia e a disseminação da violência privada.

A crise do Estado ou o Estado e a crise, esta é a questão. Entretanto, a ordem das palavras tem sua importância. No primeiro caso, a crise tem origens diversas, as quais convém determinar¹. A intervenção do Estado deveria permitir, seja sanar a situação das empresas, após uma fase de recessão controlada, seja reativar a economia. No segundo caso, atribui-se ao Estado a responsabilidade principal do surgimento e do desenvolvimento da crise. A solução é muito simples: a volta ao mercado permitirá uma melhor eficácia e constitui-se assim na própria saída da crise.

O contexto econômico dos anos 80 é totalmente diferente daquele dos anos 70: a quase estagnação do PIB em certos países, a regressão em outros, foram substituídas por taxas de crescimento importantes. Fortes flutuações da atividade econômica têm sucedido à irregularidade quase dominada. Nós o sabemos. Igualmente o sistema reproduz-se, deformando-se substancialmente: a distribuição de rendas torna-se em mais alto grau bipolar sem que isto seja vantajoso à valorização do capital industrial; a "financiarização" aumenta em detrimento do setor produtivo; a eficácia do capital evolui pouco favoravelmente e as distâncias entre os países capitalistas desenvolvidos tendem a acentuar-se, inclusive em alguns setores de densidade tecnológica, os quais foram até recentemente importantes

* Tradução do Prof. Lúcio de Brito Castelo Branco, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

** Professores da Universidade de Paris XIII e Universidade de Paris X, respectivamente.

motivos de esperança. Com o desenvolvimento da crise, inicialmente financeira e posteriormente econômica e financeira, o Estado perdeu sua eficácia. As empresas públicas, fortemente endividadas, parecem estar paralisadas, sua eficácia diminui e os *managers* do Estado encontram-se às vezes nestas condições, mais preocupados com a melhoria de sua própria situação que com a de sua empresa. Em seguida à deterioração da situação das empresas públicas, as encomendas públicas dirigidas a outras empresas caem e a crise agrava-se enquanto que o déficit orçamentário aumenta.

Melhor dizendo, o enriquecimento de alguns, devido à sua proximidade do Estado, a multiplicação de leis e sua inobservância, a defasagem entre o discurso redistributivista e a evolução das desigualdades, o clientelismo menos generoso, mas ao mesmo tempo exigente, alimentam a desconfiança a respeito do Estado e a procura de soluções muito freqüentemente de estrita garantia para si mesmos, fora dos circuitos oficiais.

O contexto para uma reversão analítica torna-se então favorável: a crise é um fato pertinente ao Estado. De salvador o Estado torna-se um acusado. Esta reversão, um salto mortal a ecoar, alimenta-se do desenvolvimento de políticas econômicas postas em prática na Grã-Bretanha por Margaret Thatcher e nos Estados Unidos pelo presidente Reagan. A privatização, exigida pelo Fundo Monetário Internacional, legitima-se ao mesmo tempo pela crise atravessada e pela percepção que se tem disto, bem como pela onda neoliberal procedente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Com a destruição do bloco oriental, a planificação foi submetida à execração pública, pois fracassou. A saída está no mercado. Os neoliberais e suas teses fazem tábula rasa. Adulados, os neoliberais reinam como senhores: o marxismo planificador dos países socialistas, conjuntamente com o marxismo "crítico da economia política", o keynesianismo intervencionista tornado "obsoleto" são rejeitados em nome da eficácia. A liquidação dos sistemas centralizados e burocratizados ao extremo insufla um novo vigor a um liberalismo enfraquecido pelos insucessos econômicos do thatcherismo e do keynesianismo efetivo da política econômica americana (despesas militares colossais e, conseqüentemente, déficit orçamentário). A retirada do Estado da economia encontra então uma nova base de legitimação na crise que os países do leste atravessam². Com a privatização das empresas públicas proposta e começada hoje, as intervenções do Estado no domínio da economia, mesmo que fossem indiretas, como é o caso da política industrial, seriam assim reprovadas em bloco, em nome dos mecanismos autoreguladores do mercado,³ considerados eficientes sob a condição de não serem contidos.

A intervenção do Estado propõe um problema complexo. Desta forma, é necessário fazer-se um desvio teórico e apresentar-se a análise feita hoje pelas correntes liberais das relações que mantêm com a economia, análise esta que é a infra-estrutura teórica da

política de privatização. E nós veremos então que a realidade na América Latina contradiz estas análises (I). Em seguida nós apresentaremos as consequências políticas da retirada do Estado nas economias semi-industrializadas (II).

I. O ESTADO EM MARCHA

1. Um desvio teórico: a concepção liberal

A corrente liberal é muito heterogênea, abrangendo dos mais pragmáticos àqueles que consideravam toda intervenção do Estado como nefasta. Os primeiros procuram suprir o déficit orçamentário com recursos provenientes da venda das empresas públicas e/ou - se estas forem fortemente subvencionadas - para diminuir as despesas do Estado. Os segundos fazem parte da nova escola libertária⁴ e adotam uma atitude de desconfiança sistemática quanto ao Estado, ao considerar que a violação dos direitos de propriedade por este último está na origem dos males de que sofre a sociedade. A corrente liberal evolui entre estes dois extremos, mas em qualquer caso, está unificada por sua posição diante dos direitos de propriedade, entretanto isto não significa⁵ dizer que sua perspectiva seja apreendida unicamente nestes termos.

1.1. A análise dos direitos de propriedade

A definição dos direitos de propriedade é simples. Trata-se do conjunto dos direitos, mais exatamente dos atributos, ligados à propriedade. O importante, com efeito, não é tanto a propriedade em si, mas o conjunto dos atributos que lhe são inerentes⁶. Muito mais que uma condição necessária à troca. Esses direitos de propriedade constituem a substância mesma da troca: no momento de uma transação, são estes direitos de propriedade que são intercambiados.

A economia - enquanto ciência - é então reduzida ao estudo dos "direitos de propriedade" sobre recursos raros⁷, direitos dos quais duas das características essenciais são a exclusividade (excluir todos os outros agentes do uso de um recurso raro⁸) e a capacidade de transferência (poder transferir um direito com toda liberdade). Pode-se acrescentar igualmente que estes direitos devem ser especificados, isto é, conhecidos de todos e respeitados. Se estas características não existem plenamente, neste caso os direitos de propriedade são feridos. Diz-se que são atenuados.

Cada uma destas características tem um custo, quando não é respeitada. O conjunto destes custos é chamado "custos de transação". Estes variam segundo a evolução das características constitutivas dos direitos de propriedade e correspondem ao que está engajado para resolver uma situação conflitiva: toda transação constitui um conflito

entre agentes da troca e os custos serão mais elevados, por exemplo, se a informação é má, se o mercado funciona mal, ... Quando os direitos de propriedade são plenamente exercidos, e mais particularmente aqueles ligados à exclusividade e à transferibilidade, neste caso os custos de transação são quase nulos, senão nulos. Inversamente, quando esses direitos de propriedade são atenuados, os custos de transação aparecem, em função do grau de alteração desses direitos. Assim é quando o governo impõe restrições de preço, condições de troca, possibilidade de acesso gratuito, impossibilidade de se prever o conjunto de vantagens ligadas à sua própria produção (diz-se neste caso que há "externalidades" para outros produtores, isto é ganhos não obtidos), etc.. Portanto é evidente que estes custos de transação serão mais elevados se a intervenção do Estado for direta (empresas públicas).

Quando os direitos de propriedade são plenamente respeitados, os custos de transação são minimizados. A propriedade privada é o caminho obrigatório para produzir da maneira a mais eficiente, mas faz-se ainda necessário que estes direitos não sejam atenuados por comportamentos oligopolísticos, de *free rider* (parasitismo)⁹, tornados possíveis mediante uma política intervencionista do Estado.

1.2. As conseqüências da análise: a necessária privatização

Da análise em termos de direito decorrem duas conseqüências essenciais.

Inicialmente, como **primeira conseqüência**, conclui-se que o mercado é mais eficiente que a empresa estatal,¹⁰ isto porém não quer dizer que o mercado seja sempre eficiente. Ele o é na medida em que os homens possam dar livre curso a seu egoísmo. A procura de seu interesse próprio os estimulam naturalmente. O mercado pode não ser muito eficiente, se funcionar mal, se a propriedade for mal dividida na empresa. Em um caso, comportamentos parasitários desenvolver-se-ão (*free rider*), acarretando custos para a empresa. Em um outro caso, a procura dos interesses dos *managers* pode não se identificar com os dos acionistas. Os primeiros, por exemplo, manipulando a informação, procurarão sua autonomia frente aos acionistas a fim de maximizar mais facilmente seus próprios interesses; pensarão antes de tudo em fazer-se reeleger custe o que custar (mercado político); realizarão investimentos cuja necessidade não responde aos critérios de otimização da firma¹¹. Os custos de transação são assim elevados, quando os direitos de propriedade são alterados (todos estes casos foram abundantemente analisados pelos economistas industriais).

Comportamentos com informação incompleta (fala-se de seleção adversa, de acaso moral, terminologia que provém essencialmente dos trabalhos efetuados sobre seguro): a teoria dos jogos encontra lá um terreno de excelência. Mais precisamente:

"Quando os candidatos à direção das empresas escondem, ao procurarem emprego, suas capacidades reais, diz-se que há seleção adversa: quanto mais fracos eles forem, mais eles tentarão ser contratados. A informação assimétrica, que aumenta após seu contrato, dá lugar ao 'acaso moral': se seus esforços não fossem diretamente observáveis, quase não inclinar-se-ão a trabalhar intensamente" (R. Schmalensee). É o que se chama de "custos de agência" na literatura. O exemplo bastante citado é aquele do *manager* prolífico que procura maximizar seus próprios interesses: "O *manager* de uma firma, igualmente acionista, poderia dispensar mais ainda dinheiro sobre os projetos pouco rentáveis pelo fato de deter poucas ações na firma... além disto, o endividamento aumenta os custos de agência (PS: isto é de delegação de poder ao *manager*). Isto porque os *managers* são tentados a arriscar demasiado em seus investimentos. Se o jogo vale a pena, os proprietários beneficiar-se-ão, mas se não vale a pena, os acionistas verão o valor de suas ações cair" (*The Economist*). "Eles (os *managers*) rejeitam a maximização do lucro... e serão bastante incitados a desviar os recursos da empresa em benefício próprio... Quanto maior for a atenuação dos direitos de propriedade, maior será provavelmente o desvio do ótimo na alocação de recursos. A atenuação dos direitos de propriedade e a diluição dos estímulos econômicos é maior nas empresas públicas que nas privadas" (Killick e Commander). "Nós poderíamos observar entretanto que a escola de direitos de propriedade considera que se a melhoria da eficiência provém da privatização, esta é fortemente influenciada pela maneira como se realiza, isto é, pela importância da atenuação dos direitos de propriedade nas empresas privatizadas" (*idem*).

Mas, mesmo feridas, a exclusividade e a transferibilidade existem com a propriedade privada. Tal não é o caso da propriedade pública. Isto porque o mercado é mais eficiente que empresa pública.

A segunda consequência desta concepção provém de que todo este raciocínio é construído em torno da firma. A análise sob a forma de direitos de propriedade insiste sobre as consequências - em termos de custos de transação - de formas de mercado, de intervenção do Estado, de estrutura da propriedade (dispersa ou não) e dos interesses próprios aos *managers*. Neste caso, isto corresponde a um avanço e autoriza formalizações que ajudem a tomada de decisão. Mas de um outro lado, esta exclui ou subestima claramente o peso do meio. Esta análise é micro-econômica. Os efeitos de uma alteração da conjuntura sobre a valorização do capital da firma, e portanto sobre seu comportamento (acumulação e/ou consumo improdutivo e/ou "financiização") não são analisados enquanto tais. A degradação da situação de uma empresa só pode provir da alteração dos direitos de propriedade e a saída só pode estar na procura de uma minimização de custos de transação, que implique um funcionamento mais livre do mercado e uma privatização das empresas públicas.

Isto porque numerosos economistas tentam vincular este raciocínio microeconômico em termos de equilíbrio parcial, a um raciocínio mais amplo, em termos de equilíbrio geral, procurando as condições para uma otimização da alocação de recursos escassos.

Segundo a corrente neoclássica, quando as condições estritas de concorrência são respeitadas, isto é, entre outras, quando o Estado não vem perturbar o funcionamento do mercado, a alocação ótima dos recursos escassos é possível e corresponde a uma situação de equilíbrio. Se esta última for estável - o que é contestado - corresponde a um ótimo. Esta é a razão pelo qual numerosos autores privilegiam a procura de uma tal situação e concluem quanto à necessidade ao mesmo tempo da privatização das empresas públicas e da liberalização dos mercados. Fala-se então de uma alocação eficiente de recursos escassos, isto é, ótima, pelo fato de que os preços refletem a escassez relativa.

Este não é o caso das empresas públicas: seu estatuto lhes permite um acesso mais fácil, isto é, em geral menos custoso, ao mercado de capitais, o que favorece artificialmente certas combinações produtivas, em detrimento de outras empresas que se encontram situadas diante de uma escassez de capital mais significativa. É o que sublinham vários autores: "a alocação eficiente é mais uma função da estrutura de mercado que de propriedade. Em caso de ausência de concorrência, os ganhos na alocação eficiente somente podem ser esperados se a privatização for acompanhada por medidas de liberalização visando a anular aquelas que limitavam o funcionamento dos mercados" (Hemming e Mansoor).¹²

2. Estado e mercado na realidade latino-americana

O problema é que a realidade latino-americana das relações entre Estado e mercado tem pouco a ver, ... - e é um eufemismo - com esta concepção liberal subjacente hoje nas políticas postas em prática para a retirada do Estado. Nós veremos particularmente como o mercado se constituiu ... graças à intervenção do Estado.

Mais precisamente, o Estado intervém maciçamente nos países subdesenvolvidos. Na América Latina, sua intervenção é específica e distingue-se daquela que se observa nos países europeus. Ela é mais importante quanto às riquezas produzidas (em percentagem do PIB). O tipo de intervenção é também diferente. Ela não é o resultado concentrado sobre as infra-estruturas, a energia e o setor industrial; ela é direta e realiza-se principalmente sob a forma de empresas públicas. A intervenção é, em compensação, relativamente fraca em tudo que concerne à gestão da força de trabalho (seguridade social, seguro-desemprego, etc.), se bem que seja, entretanto, muito importante em certos países latino-americanos, em geral entre os mais industrializados (Argentina, Brasil, México, mas também Uruguai e Chile). Com a industrialização, a parte das despesas do Estado ligadas

ao que se pode chamar de "gestão estatal da força de trabalho" aumenta. Mas com a crise, e malgrado a democratização, esta parte tende a estagnar, até mesmo a regredir, como nós a observamos. A estrutura das despesas distingue-se daquela que se observa nos países capitalistas desenvolvidos. Certamente, o Estado, nestes últimos países, intervém maciça e diretamente nos setores energéticos, infra-estruturais e industriais, como é o caso por exemplo na França, mas suas despesas estão sobretudo concentradas no campo da gestão da força de trabalho, a tal ponto que se pôde chamar estes Estados de Estados-Providência. A intervenção do Estado na França é enfim menos direta em geral que nos países latino-americanos, tomando a forma sobretudo de uma política industrial que pode desempenhar um grande papel no setor manufatureiro. Que se pense, por exemplo, nas encomendas do Estado ou no financiamento quase direto da procura, notadamente em tudo o que concerne aos setores da defesa, do nuclear, do espaço, as quais estão na origem do surgimento de superfícies inteiras da indústria dos Estados Unidos. Que se pense igualmente nas intervenções do MITI no Japão e em seu papel no desenvolvimento e na consolidação dos setores de ponta, exportadores.

Diferente na sua estrutura, diferente na sua forma, a intervenção do Estado na América Latina não é o produto de um desejo nato do "planismo" e/ou do parasitismo da parte dos que dela se beneficiam. Ela tem origens mais estruturais, as quais não se apreendem sem que se faça referência à história.

Durante a fase de exportação de matérias-primas, minerais e agrícolas, e mais particularmente no século XIX, o Estado foi o lugar e o elemento pelo qual se difundiram a princípio das relações mercantis, em seguida as relações capitalistas¹³. Esta intervenção específica do Estado resultava da posição que as economias da periferia, consagradas à economia de exportação, ocupavam naquela época na economia mundial. Com efeito, estes países estavam inseridos em uma divisão internacional do trabalho à qual se submetiam mais que a influenciavam, e seus Estados deviam¹⁴ tornar compatíveis suas estruturas produtivas com aquelas do centro. Esta intervenção permitia, mais ou menos, estabelecer uma ponte entre níveis diferentes das forças produtivas no centro e na periferia e de aproximar estes níveis dos segmentos destinados à exportação. Portanto a intervenção estatal sobre a infra-estrutura, a energia, é também e sobretudo, uma intervenção específica sobre a força de trabalho, cujo objeto era a coação pela violência para que se trabalhasse segundo os ritmos e os modos que lhe eram estranhos.

O Estado será a vanguarda de uma classe a qual supostamente representa. Substitui uma classe quase inexistente - os empresários e a burguesia industrial de uma maneira geral -, e assim sendo, a produz. Trata-se portanto de bem mais que um "mercado enfraquecido". O Estado suscita a monetarização, impulsiona e permite a difusão de relações capitalistas, mesmo que à condição de

uma grande violência. A formação social é modelada, engendrada em parte por esta intervenção do Estado. Vale dizer que uma parte importante da burguesia se constrói mediante sua passagem pelos aparelhos de Estado, ou, de maneira mais clássica, pela sua vizinhança com o Estado, servindo-se deste último, como muletas para aprender a andar. O mercado não está enfraquecendo-se, é quase inexistente: quase inexistência de empresários, mas também dos operários susceptíveis de aceitar a disciplina da fábrica. Neste sentido a intervenção do Estado produz à prestação... o mercado.

Com o desenvolvimento da industrialização (no começo substitutiva de importações), o papel do Estado evolui. Sua intervenção concentra-se mais no setor pesado da indústria, na rotação fraca do capital, pouco lucrativo, necessitando uma dimensão financeira que nem o setor privado, demasiado fraco, nem o mercado financeiro demasiado reduzido não podem prover. Esta intervenção será essencial para o desenvolvimento dos outros setores mais leves, graças às economias externas pecuniárias¹⁵ do qual se beneficiará o setor privado.

O balanço da intervenção do Estado na América Latina deve então ser periodizado. No começo, a intervenção foi maciça, centrada essencialmente sobre os setores energéticos e infra-estruturais¹⁶. A violência do Estado foi muito importante, impondo a monetarização, desestruturando as relações de produção tradicionais e favorecendo direta ou indiretamente as relações mercantis e capitalistas. Em seguida, ela se concentra sobretudo no setor industrial, amarelecendo face aos enfraquecimentos que nós evocamos, ao mesmo tempo que começava a desenvolver-se uma gestão estatal da força de trabalho.

Pode-se notar a este respeito que a intervenção do Estado, inclusive em seus inícios, não é comparável àquela que se desenvolveu na frica Negra com as independências. Esta independência tardia fez-se ao mesmo tempo que a própria fundação do Estado. Mercado burocrático-tribal, maximização do clientelismo e procura de rendas¹⁷ têm caracterizado o funcionamento de suas empresas públicas. Esta intervenção não tinha, com efeito, o objetivo de produzir economias externas pecuniárias para as empresas privadas a fim de assegurar seu desenvolvimento, nem de adaptar as estruturas a um desenvolvimento da economia de exportação. Seu objetivo implícito era procurar fontes de renda, seja financeira permitindo o enriquecimento de alguns, seja de legitimação, favorecendo o clientelismo. Da burocracia superabundante deve emergir uma burguesia essencialmente comercial, enriquecida pela sua passagem nos aparelhos de Estado e pronta a fazer negócios com o setor privado. Os limites inerentes a um tal modelo surgiriam mais rapidamente que a crise advinda inopinadamente. O corte de gordura dos efetivos das empresas públicas e do pessoal trabalhando nos aparelhos de Estado impunha-se, sem que por outro lado se pudesse falar de possibilidades de privatização, em virtude do caráter invendável destas empresas públicas.

Na América Latina, o balanço é diferente. Certamente numerosas empresas públicas soçobraram por ineficácia, tornando-se rapidamente obsoletas e isto mesmo antes do desenvolvimento da crise financeira. O exemplo da Argentina é um testemunho disto. Mas, ao contrário, numerosas empresas públicas estiveram na vanguarda do progresso, engendraram efeitos substanciais como se pôde verificar por exemplo no Brasil até o começo dos anos oitenta.

Urge fazer-se uma distinção entre o que seria atribuível intrinsecamente ao funcionamento das empresas públicas, as quais por serem públicas seriam menos lucrativas, e ao meio macro-econômico, o qual pesa sobre seus resultados. Mais precisamente, a rentabilidade e a eficiência dessas empresas são atingidas profundamente pela crise, pela "financiarização" desmedida, e também pela burocratização administrativa cujo desenvolvimento foi facilitado pela ausência ou fraqueza de um Estado preocupado com a gestão da crise cotidianamente e que toma medidas econômicas intempestivas demasiado tarde ou demasiado cedo. Esses diferentes fatores têm cada um uma parte de responsabilidade a qual evolui com o tempo. Hoje atribui-se entretanto a ineficiência destas empresas, quase exclusivamente, a uma intervenção do Estado julgada demasiado importante. Neste momento a tese dos direitos de propriedade não é pertinente, quando se atribui ao caráter público a ineficiência das empresas e do mercado. A procura da maximização dos lucros dos *managers* que se distinguiria, em parte, daquelas das empresas pode explicar parcialmente sua burocratização, mas ela se encontra tanto nas empresas públicas quanto privadas. A deterioração da situação das empresas públicas nas economias sem industrialização é, mais que o fruto de seu próprio comportamento, o resultado da degradação da situação do conjunto da economia, devida em grande parte à acumulação de efeitos perversos.

Nos setores de ponta, como as telecomunicações, esta degradação é hoje quase insuperável, sem que haja modificação sensível da política do Estado. As empresas deste setor tornaram-se, com efeito, obsoletas em decorrência de dez anos de investimentos insuficientes, sem relação com a evolução da tecnologia mundial, e necessitam investimentos muito significativos para serem modernizadas. O apelo à privatização e mesmo ao financiamento externo podem então ser necessários. As empresas estrangeiras são, em geral, atraídas por estes setores, qualquer que seja seu grau de obsolescência, menos em razão do interesse intrínseco que representam as unidades compradas para aumentar seus canais de escoamento. Elas podem portanto, outorgar-se um mercado nacional, construir novas fábricas e assim alcançar um perfil suficiente para que, em escala mundial, permite-lhes inserir tecnologias que, por serem relutáveis, necessitam precisamente de um dimensionamento muito importante.

Trata-se, como se vê, de um caso específico, onde a privatização por venda a firmas multinacionais, não somente contribui

com recursos ou com uma redução da dívida externa, mas permite uma certa recuperação tecnológica, segundo uma estratégia dita de curto-circuito, seguida por certos países da sia e do Sudeste Asiático com êxito. Mas com todo conhecimento de causa, e provavelmente, sobretudo neste mesmo caso, este objetivo só pode ser realizado se o apelo às empresas multinacionais for acompanhado por uma política industrial conseqüente, coagindo estas firmas. Nos outros casos, a privatização conduz muito freqüentemente ao desdém de empresas invendáveis e ocasiona, às vezes, quando elas são rentáveis, a constituição de pequenos impérios industriais a partir de critérios de alocação de ações fundadas sobre a concussão e os laços pessoais entre membros do governo e frações do patronato.

Feitas estas considerações, verifica-se que tendo alcançado um certo nível de desenvolvimento industrial, a estrutura produtiva está quase completa. A intervenção direta do Estado no setor produtivo é então menos necessária que à época onde devia desculpar-se ou à fraqueza da burguesia local, elou à insuficiência da poupança (e sobretudo de suas possibilidades de concentração) para impulsionar projetos industriais com um dimensionamento tecnológico importante. A intervenção do Estado pode assim ser mais indireta, do mesmo modo que se faz na maior parte dos novos países industriais do Sudeste Asiático.

Uma política industrial coerente, tanto na sua definição quanto na sua duração, incluindo um controle difícil mas necessário das empresas estrangeiras nos setores de ponta e anexa a uma política de financiamento público de investimentos estratégicos - em resposta à incapacidade do sistema bancário e sobretudo da bolsa de o assegurar -, parece desde então uma necessidade absoluta para tentar sair da crise. Em lugar de menos Estado, um pouco mais de Estado, mas sob formas diferentes, é hoje uma necessidade para superar a crise.

Sem esta nova orientação, a competitividade, já enfraquecida, será ainda mais problemática, e a abertura das fronteiras preconizada produzirá mais destruições que estímulos a novas indústrias no setor concorrencial.

Além disso, a retirada do Estado da economia, ao mesmo tempo desejada e temida, pode, a partir do momento, onde se faz sem política social, traduzir-se pelo desenvolvimento de um Estado poroso, cedendo lugar a abcessos ou poderes de fato substituem o Estado de direito, fragilizando assim o processo de democratização.

II A DEMOCRATIZAÇÃO AMEAÇADA

1. Uma legitimação do liberalismo induzida pela crise

A corrente liberal conhece hoje, nós o sabemos, um certo sucesso.

Primeiramente, ela "surfou" sobre os efeitos perversos das políticas de ajustamento que preconizava e seus insucessos alimentam paradoxalmente seu êxito. Com efeito, o déficit orçamentário cresceu, a decolagem hiperinflacionária em numerosos países e a importância paralelamente cada vez maior pelo nexo da taxa de câmbio-preço, fenômenos que analisaremos na parte seguinte e, não obstante manifestações do insucesso das políticas liberais, ... tornam a, paradoxalmente, dar crédito aos liberais e às soluções simples preconizadas por eles. Nos países onde ela se faz sentir fortemente, a inflação aparece de mais a mais como um fenômeno estritamente monetário que só poderia ser vencida mediante uma redução drástica das despesas, um controle estrito da evolução da massa monetária e uma privatização das grandes empresas públicas.

Vê-se assim que a adesão a estas teses liberais vem em parte ... das conseqüências induzidas pelo fracasso mesmo de políticas liberais ortodoxas, ao qual veio somar-se o fracasso das políticas liberais heterodoxas. Uma adesão em definitivo fortemente alimentada pela incapacidade crescente do Estado de romper os círculos viciosos nos quais se dissipam a economia e atrás dela a sociedade inteira.

Uma segunda razão explica o sucesso das proposições liberais. É a maneira pela qual são algumas vezes percebidas positivamente pelas camadas as mais excluídas da sociedade.¹⁸

Mais precisamente, existe na América Latina, um divórcio entre o discurso universalista do Estado e a realidade. Este divórcio se reveste de diversas formas.

Era freqüente, e o é ainda, ler-se análises sobre a crise atual no México, no Brasil e em outros países, qualificando-a de crise do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*). Mas, de fato, desde antes, a crise e agravada por ela, a fraqueza da socialização da força de trabalho era dramática: pouca seguridade social, quase nenhuma assistência médica gratuita para os mais desprovidos nem seguro-desemprego, pensões irrisórias e somente para uma fração reduzida da população.

Além disso, o direito promulgado pelo Estado é violado de maneira permanente em diversos mercados¹⁹ e particularmente aquele do trabalho, sem que o Estado procure fazê-lo respeitar totalmente. O setor informal é ilegal, mas existe maciçamente; o mercado de câmbio paralelo é igualmente ilegal e sua presença tolerada. Poder-se-iam multiplicar os exemplos ou o direito é sistematicamente violado. Esta multiplicação de atos ilegais conduz à interrogação sobre as razões que levam o Estado a promulgar leis que são violadas diária e maciçamente. Interrogação mais original que

aquela consiste na pergunta por que as leis são violadas, pois logo se interroga sobre o paradoxo provocado por este divórcio entre o que é promulgado e o que se faz.

Enfim, as políticas sociais têm muito frequentemente aumentado as desigualdades,²⁰ e constituído mercados lucrativos para as empresas privadas.

É nestas condições que a conscientização possível para a grande massa de excluídos, quanto à exclusão e ao agravamento da situação, constitui-se em um suporte para as políticas económicas liberais: "a reformulação das políticas sociais que propõe o ajustamento com um rosto humano pode verificar-se como de eficácia temível nos países semi-industrializados da América Latina, não apenas enquanto estratégia compensatória da proteção de grupos os mais vulneráveis aos efeitos nocivos do saneamento, mas também porque ela contribui eficazmente a fazer do abandono do projeto de realização de um *Welfare State* a única alternativa tida como realista no concernente à desregulação das relações de trabalho e daquelas relativas à eficácia da ação pública, podem de fato, constituir-se em meio de uma restauração da legitimidade do Estado que torna possível uma estabilização da recomposição social em plena crise social."²¹

A segmentação muito pronunciada da sociedade leva as diferentes camadas da população a exprimir demandas específicas do Estado. Este aparece de modo indireto, por sua gestão de infra-estruturas, a ajuda na consolidação das favelas, etc., e é procurado com relação às necessidades engendradas por esta integração social específica. A não-satisfação destas demandas específicas, aumentadas pela crise e pela onda neoliberal, enfraquece a cidadania e mais precisamente explica sua fragmentação. Nessas condições, o discurso universalista do Estado, com seus objetivos de *welfare* em certos países e em certos momentos, tem pouca influência sobre a população.

Assim, as demandas específicas em infra-estrutura, esgotos, coleta de lixo, escolas, proteção social, explicam o êxito possível da onda liberal entre as camadas mais excluídas da população. Mas quando são menos satisfeitas, a crise e a onda liberal ajudando, estas demandas específicas se voltam em direção a outros poderes susceptíveis de satisfazê-las em parte. Esta cidadania cada vez mais restrita constitui-se em fator de importância da fragilização dos processos de democratização em curso na maioria desses países.

Esses processos de democratização acomodam-se à manutenção das relações de clientelismo que permitem o acordo individual, através da utilização dos aparelhos de Estado, sendo algumas demandas específicas impossíveis de satisfazer em um nível global. As relações pessoais não desapareceram portanto, mas os procedimentos democráticos obrigam entretanto o discurso e a prática políticos a acomodar-se com menos violência e arbitrariedade.

Não é portanto o menor dos paradoxos a constatação de que a redução da violência estatal se faz acompanhar de um crescimento da violência privada.

2. O Estado poroso

A retirada do Estado de certas despesas leva a uma ausência de Estado. O Estado torna-se mais poroso. Lá onde ele é menos presente, manifestam-se outras formas de poder preenchendo parcialmente as funções deixadas sem cuidados pelo Estado e/ou aquelas correspondentes às novas demandas do Estado. Esses poderes não respeitam os procedimentos democráticos. Em parte legitimados por suas realizações impõem-se. Esta legitimidade repousa sobre o clientelismo, a concussão.

São poderes de fato que gangrenam o poder de direito. A violência privada desenvolve-se: torna-se o meio de sobrevivência para aqueles que são cada vez mais rejeitados pela crise e pela retirada do Estado. No Brasil, sem mesmo falar-se da Colômbia, as grandes favelas do Rio são controladas, faz pouco tempo, pelos traficantes de cocaína enquanto que a guerra de "gangs" está em curso; os garimpeiros assassinam os índios na Amazônia, enquanto a floresta queima; o contrabando está em plena ascensão; propaga-se o sentimento de que vale tudo. Na Argentina, o desemprego fornece uma mão-de-obra que vem reforçar o poder das máfias que controlam bairros inteiros de Buenos Aires e lá organizam circuitos de financiamento e proteção.

As camadas desfavorecidas, ainda mais excluídas que antes, são, parcialmente, levadas a legitimar esses poderes de fato: quando a polícia quer - fato raro - prender um chefe da máfia em uma favela do Rio, a população se lhe opõe. Se bem que seja necessário evitar generalizar tal observação, esta revela efetivamente a emergência de vários poderes de fato, mais ou menos constituídos, e de seu corolário, a violência privada, muito distante de toda prática democrática, de sorte que é permitido afirmar que a violência privada substituiu a violência pública, antes dominante com as ditaduras de militares e civis.

No limite, a democratização está sob o risco de esvaziar-se nos países mais afetados pela hiperinflação. As respostas ao caos podem ser diversas. Todas estão mais ou menos presentes, em pontilhado, em vários países.

- Seja o liberalismo musculoso, com um Estado forte, manejando a arbitrariedade e uma mistura de clientelismo e populismo esvaziado, acomodando-se bastante bem a uma política econômica liberal.

- Seja, descentralização, mas também abertura de fronteiras ajudando a fragmentação do território, e mesmo da nação, em dois segmentos, um que se atomizaria, nas regiões caracterizadas por uma

expansão econômica, e o outro rejeitado, confinado na regressão econômica e na proliferação da pobreza.

- Seja, uma acentuação da segmentação entre grupos sociais, não passando necessariamente por uma redefinição geográfica, e tal que a sociedade identificar-se-ia cada vez mais com uma sociedade de *apartheid*, com direitos diferentes segundo as categorias sociais.

- Seja, uma fragmentação da violência privada e uma "libanização", no limite, da sociedade, possibilidade que poderia ser a premissa da precedente.

- Seja, enfim, e nós faremos aparecer aqui um raio de otimismo, uma rejeição do individualismo que alimenta toda crise - particularmente uma crise financeira num contexto hiperinflacionário - e a procura de saídas coletivas. Estas possibilidades existem: as eleições em vários países²² no final do decênio precedente, tanto em níveis regional quanto nacional.

Mas a lama do fundo que é esta crise é tal, que arrisca bastante de subtrair com ela as saídas democráticas à crise. O insucesso repetido torna mais difícil o sucesso e abre o caminho a aventuras que arriscam derrubar o processo de democratização em curso.

Um certo pessimismo é de praxe, ... mas também um certo otimismo, se se quer lembrar que a história é feita também de rupturas.

Notas

- 1 A crise traduz-se em uma valorização mais difícil do capital. A crise serve então como último meio para obter uma valorização mínima do capital. Pode-se mostrar que apenas a crise não pode chegar a esse resultado, fazendo-se necessária a intervenção do Estado para não transformar-se em um processo cumulativo interminável e assim sem a regeneração das condições de valorização.

A crise é provocada por uma acumulação pretérita e insuficientemente coordenada, para uma incapacidade de superar a restrição externa (deterioração do preço de matérias-primas e/ou competitividade insuficiente) e por uma distribuição de rendas em desarmonia com a estrutura da oferta. A mesma não é apenas atribuível ao setor privado. Além das intervenções infelizes da política econômica que podem acelerar a vinda da crise, e verdadeiramente provocá-la, também é um fato pertinente à atividade diretamente produtiva do Estado, na medida em que este último intervém diretamente no setor produtivo.

- 2 Os sistemas econômicos são portanto profundamente diferentes. Pode-se reduzir a forte presença de empresas públicas e seu papel no crescimento anterior das economias latino-americanas semi-industrializadas à estatização integral e à planificação imperativa que caracterizam, possivelmente, o funcionamento da economia dos países do leste. No primeiro caso, o mercado está presente e a política industrial reflete-se no binômio conflitivo Estado-mercado; no segundo caso, está ausente e o Estado outorga-se a capacidade de "revelar as preferências" dos indivíduos, com todos os desperdícios que isto possa suscitar.

- 3 A bibliografia sobre este assunto é vasta. Nós nos limitaremos a alguns textos: N. Stern: "The economics of development: a survey", *The Economic Journal*, n.º. 99, 1989; o número especial da revista *World Development* (n.º. 5, 1989) consagrado à privatização, e mais particularmente aos estudos de: T. Killick e S. Commander: "State divestiture as a policy instrument in developing countries"; H. Vernon-Wortzel e L. H. Wortzel: "Privatization: not the only answer"; H. Bienen e Waterbury: "The political economy of privatization in developing countries"; N. Van de Walle: "Privatization in developing countries: a review of the issues"; dois estudos em dois números de *Occasional Paper*, uma das revistas do FMI: R. Hemmings e A. M. Mansoor: "Privatization and public enterprises", *OP*, n.º. 56, 1988; P. S. Heller e J. Diamond: "International comparisons of Government expenditure revisited. The developing countries 1975-1986", *OP* n.º. 69, 1990. E de uma forma mais geral, sem que haja especificações relativas aos países subdesenvolvidos, esses temas estão presentes em: R. Schmalense: "Industrial economics: an overview", *The Economic Journal*, n.º. 98, 1988; e, em língua francesa, em uma obra de vulgarização: H. Lepage: *Pourquoi la propriété?* Collection Pluriel, Hachette, 1985; e J. F. Noël: "Théorie de la propriété et économie non-marchande", Laboratoire d'Economie Sociale, Université de Paris I, 1978.
- 4 "Eu considero a ação governamental e a ação voluntária como diametralmente opostas, a primeira comportando a violência, a agressão, a exploração, e a segunda sendo necessariamente harmoniosa, pacífica e mutuamente benéfica para todos", escreve J. F. Noël. Esse último conclui a apresentação dessa corrente nos seguintes termos: "Tendo proposto uma separação radical entre a esfera das trocas mercantis, a única capaz de alocar os recursos de forma ótima, e a esfera não mercantil onde reina a ineficiência, só pode resolver essa dicotomia através de absorção de uma pela outra. Se o fenômeno se generaliza, só pode levar à supressão do Estado e à uma sociedade de mercado generalizado" (doc. cit.).
- 5 Seria necessário, com todo rigor, distinguir a corrente dita dos direitos de propriedade daquele qualificado de neo-institucional, o qual apesar de procurar também minimizar os custos de transações, não se apóia exatamente sobre as mesmas hipóteses concernentes à racionalidade dos agentes. Para uma apresentação dessa corrente, ver E. Brousseau: "L'approche néo-institutionnelle de l'économie des coûts de transaction", *Revue Française d'Economie*, n.º. 4, 1989.
- 6 Isto ocorre porque: "os direitos de propriedade não se referem às relações entre os homens e as coisas, mas sim às relações de comportamento entre os homens que decorrem da existência das coisas e que participam do uso dessas últimas", segundo Furobotn e Pejovith: "Property rights and economic theory: a survey of recent literature", *Journal of Economic Literature*, 1972.
- 7 J. F. Noël, citando Alchian e Demsetz, lembra que se a ciência econômica consiste em saber como os preços são determinados, é necessário ir-se além e perguntar-se: "como os direitos de propriedade devem ser definidos e intercambiados e segundo quais termos?" (doc. cit.)
- 8 Todos os benefícios, mas também os custos, provenientes de uma ação devem ser imputados ao ator. Benefícios e custos são portanto ditos "internalizados" (no caso contrário são ditos "externalizados") de tal sorte que os custos privados e os custos sociais tornam-se idênticos.

- 9 Para denunciar esse parasitismo, os teóricos favoráveis à privatização, qualificaram esses comportamentos de "*free rider*" ("cavaleiro livre", às vezes chamado "passageiro clandestino"): os indivíduos, à procura de satisfação de seu interesse próprio, servem-se do bem coletivo, o que acarreta um custo para a coletividade. A origem do termo "*free rider*" viria do hábito de alguns habitantes de São Francisco de utilizar fraudulentamente os transportes públicos.
- 10 Entretanto, os estudos estatísticos não são concludentes: "Em 1983, o estudo de Millward concluía não haver prova sistemática de que a empresa pública fosse menos eficaz quanto aos custos que a empresa privada. Mais recentemente (1988), o mesmo autor escreve em relação aos países em vias de desenvolvimento, ... a) que não há nenhuma prova estatística satisfatória capaz de sugerir sejam as empresas públicas menos eficazes tecnicamente que as empresas privadas, apesar de haver uma certa tendência nesta direção; b) que a eficácia técnica das empresas públicas não é uniforme; c) que, quando as empresas públicas tendem a ter um porte significativo, têm problemas associados ao seu porte (distintos dos problemas provenientes da propriedade pública); d) que as diferenças em seus produtos tornam difíceis as comparações entre as empresas públicas e privadas" (Killick e Commander).
- 11 Os investimentos são financiados por empréstimos mais que pelo aumento do capital, não porque desta forma a rentabilidade do capital seja acrescida (efeito de alavanca contestado por esta corrente), mais porque assim os *managers* escapam mais ao controle dos acionistas e maximizam mais facilmente seus próprios interesses.
- Porém, mesmo quando atingidas, a exclusividade e a transferibilidade existem com a propriedade privada. Tal não é o caso com a propriedade pública. Isto porque o mercado é mais eficiente que a empresa pública.
- A segunda consequência desta concepção provém de que todo o raciocínio é construído em torno da *firma*. A análise sob forma de direitos de propriedade insiste sobre as consequências - em termos de custos de transação - de formas de mercado, da intervenção do Estado, da estrutura da propriedade (dispersa ou não) e dos interesses próprios dos *managers*. Assim ela corresponde a um progresso e autoriza formalizações que ajudem as tomadas de decisão. Mas de um outro lado, exclui ou subestima claramente o peso do meio. Pertence ao campo micro-econômico. Os efeitos de uma alteração da conjuntura sobre a valorização do capital da firma, e consequentemente sobre seu comportamento (acumulação e/ou consumo improdutivo e/ou "financiarização") não são analisados enquanto tais. A degradação da situação de uma empresa só pode provir da alteração dos direitos de propriedade e a saída só pode estar na procura de uma minimização dos custos de transação, o que implica um funcionamento mais livre do mercado e uma privatização das empresas públicas.
- 12 Observação: Esta aproximação é estatística e opõe-se àquela que visa a modificar as estruturas. Ou a destruição - criação de estruturas constitui-se no problema essencial que se tem a resolver hoje nos países subdesenvolvidos. O mercado só pode funcionar eficazmente, isto é ajudar a produzir novas estruturas, se o Estado intervém direta e/ou indiretamente.
- 13 Sobre os mais amplos desenvolvimentos a esse respeito, ver G. Mathias e P. Salama: *L'Etat Surdéveloppé, des Metropoles ou Tiers Monde*, Maspéro-La Découverte, Paris, 1983.

- 14 Evidentemente, não é pelo fato de que o Estado "devesse" que o fazia. O Estado não obedece a imperativos kantianos. A intervenção correta do Estado depende de outros fatores, como a ação de partidos políticos ou a busca de legitimação.
- 15 As economias externas pecuniárias são rendas monetárias que resultam de uma ação exterior da qual se beneficia. Por exemplo, uma empresa lucra com preços anormalmente baixos fixados pelo Estado.
- 16 Verdadeiramente, a construção das infra-estruturas necessárias pela organização de uma economia exportadora no fim do século passado e no começo do atual. Realizou-se freqüentemente graças aos empréstimos provenientes da Europa que o Estado garantia. Foi apenas em seguida que este último tomou a seu cargo diretamente os investimentos muito pesados.
- 17 Pode-se referir com proveito ao livro de J. F. Bayart: *L'Etat en Afrique, la politique du ventre*, Fayard, 1989.
- 18 Sobre este ponto ver mais particularmente: J. Marques Pereira: "Politiques sociales, marché du Travail et légitimité au Brésil", mimeo, GREITD, 1989.
- 19 Com relação ao Peru, B. Reverz nota que "a lei é menos uma norma de vida cotidiana que uma arma para recorrer eventualmente a um sistema judiciário confuso e corrompido e portanto muito aleatório", cf.: "Democracia, instituições políticas e estruturas de representação no Peru pós-Velasquista", contribuição ao Colóquio "Votar na América Latina". Associação Francesa de Ciências Políticas, Paris, 1991.
- 20 Nós não podemos desenvolver aqui essa questão, estudada por P. Salama: "L'Intervention de L'Etat et la légitimation dans la crise financière: le cas des pays latino-américains sémi-industrialisés", *Critique*, 1987. Pode-se igualmente fazer-se referência ao livro de E. Taieb e O. Barros, op. cit.. Notemos simplesmente que no Brasil a contribuição dos assalariados ao financiamento da seguridade social é calculada em relação ao salário até um montante máximo de 20 salários mínimos, de tal sorte que aquele que só ganha entre um salário mínimo e três paga 8,2% de seu salário, enquanto que aquele que ganha 100 salários mínimos só paga 2%. Igualmente, as prestações sociais beneficiam sobretudo aqueles que têm rendas elevadas, principalmente para todas aquelas concernentes às despesas de saúde. Os assalariados que têm baixas rendas sofrem então os efeitos desse movimento em tesoura: pagam relativamente mais e beneficiam-se relativamente menos.
- 21 J. Marques Pereira, doc. cit., pp. 8 e 9.
- 22 A descentralização, com governos regionais democraticamente eleitos, pode constituir-se em um freio à degradação do conjunto. "Pode-se perguntar se um país (o Peru) que tem o mercado da droga de um lado, a ação armada do "Sendero Luminoso" do outro e uma temível crise econômica no meio, pode dar-se ao luxo de um novo começo [os governos regionais]. Já aparecem tensões de um novo tipo. As configurações políticas das regiões são extremamente heterogêneas, mas todas as regiões estão unidas em sua oposição ao governo central... Ao mesmo tempo, a nova consciência regional... encoraja a participação política, reaproxima os representantes e pode contribuir a reforçar em cada território a coesão social." Cf. B. Reverz, op. cit.

Abstract

The Withdrawal of the State in Latin America

The text characterizes the roles of the State in the new context of market economy. The "financing" is extended in detriment of production. The technological gap is enlarged including that among the most developed countries.

The "analytical reversion" unleashed by Thatcher and Reagan left the State in the prisoner's dock. The interventionism is no longer considered a magic solution and leave its place to policies of systematic privatization, which are legitimated by the mechanisms of market self-regulation.

However, the relations between State and market in Latin America would not confirm new-liberal argumentations since the withdrawal of the State without the support of an adequate social policy, provokes the process of fragilization of democracy and the dissemination of private violence.

Resumé

Le Retrait de L'Etat en Amérique Latine

Le texte caracterize le nouveau rôle de l'Etat dans le contexte de l'égémonie de l'économie de marché. La financiarisation s'étend au détriment de la production et s'accentuent les distances technologiques y compris chez les pays les plus développés.

Le reuuessement analytique déclenché par Thatcher et Reagan mets l'Etat au le banc des accusés. L'interventionisme n'est plus da solution magique et dome lien à la politique de privatisation systematique, légitiméé par les mécanisme, autorégulatens du marché.

Méanmoins, les rapports entre l'Etat et le marché en Amérique Latine ne confirmeraient point les arguments néo-libéraux, prisque le retrait de l'Etat, saus l'appui d'une politique sociale convenable, détermine le provés de fragilisation de la démocratie et la dissémination de la violence privée.

A SOBERANIA NACIONAL POSSÍVEL OU A TRADUÇÃO BRASILEIRA DA DOCTRINA MONROE

Lúcio Castelo Branco*

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em buscar os padrões fundamentais que enformam a política externa brasileira, no discurso da elite do poder. A investigação limita-se ao estudo de duas fases exemplarmente ilustrativas: a) a da consolidação republicana e b) a de 1930 a 1964, com o intuito de analisar a existência constante de um projeto político-estratégico cuja essência é a "nacionalização" das estruturas lógicas do projeto hegemônico imanente da Doutrina Monroe.

Portanto, o modelo norte-americano do "destino manifesto" inspira a idéia de conversão do grande espaço nacional em mais-valia política no âmbito de um processo universal de acumulação hegemônica.

A pergunta emergente deste trabalho refere-se à possibilidade efetiva de um país periférico de dimensões continentais, tecnologicamente dependente e submetido ao cerco hegemônico global, decidir soberanamente sobre o presente e o futuro.

Introdução

O Tratado de Tordesilhas é a primeira linha de demarcação das áreas de influência dos poderes hegemônicos europeus no Novo Mundo. De fato é o ponto de partida de uma longa série de tratados que definem a ordem espacial do mundo contemporâneo. Em outras palavras, trata-se de um marco fundamental da representação espacial em um pensamento que se estrutura por meio de um traçado de linhas globais, em um processo de configuração política do mundo. A expansão transatlântica da Europa revela tendencialmente um caráter supranacional singular que consiste, em decorrência de uma dinâmica interna, em um processo de rupturas constantes de seus próprios limites espaciais e, conseqüentemente, na transformação permanente do mundo em um só mercado anônimo e racional.¹

O projeto hegemônico de expansão e conquista do planeta que se inicia com a internacionalização dos mares, através da circunavegação do mundo, é levado adiante exponencialmente, com uma velocidade extraordinária no processo de universalização dos interesses hemisféricos dos Estados Unidos, principalmente após a segunda guerra mundial, quando a doutrina Monroe² se transforma

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

então em veículo de legitimação de uma nova ordem hegemônica global. Nesta ordem hegemônica, apenas um grupo de países constitui uma aristocracia mundial de poder, em contraste com uma corte numerosa de estados súditos (Kjellén, 1916: 1).

Para Euclides da Cunha, esta situação de conteúdo imperialista correspondia a um verdadeiro "darwinismo aplicado à vida das nações" (Cunha, 1941: 180). Assim, a ordem do mais forte não é nada mais nada menos do que um sistema de dominação, no qual o monopólio dos conhecimentos tecnológicos mais modernos assegura a hegemonia e a reproduz. Sem dúvida alguma, "a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-as pela força da civilização" (Cunha, 1957: 99).

O objetivo deste trabalho é trazer à tona um conjunto de reflexões, baseado em uma perspectiva metodológica histórico-estrutural, que possa sugerir a compreensão de padrões básicos da política externa brasileira. Para tanto estuda-se o discurso político da elite do poder em dois momentos históricos distintos, a saber:

a) na fase de consolidação republicana, particularmente nas duas primeiras décadas;

b) no período de 1930-1964, com o intuito de verificar a existência de uma atitude, um sentido e um propósito político-estratégico convergente que se baseia em uma "nacionalização" das estruturas lógicas do projeto hegemônico imanente da Doutrina Monroe. A conversão do grande espaço nacional em mais-valia política em função de seu aproveitamento técnico-científico, com a finalidade de superar o atraso tecnológico e acelerar o processo de modernização e industrialização do país, possibilita portanto uma relação dialética singular, na qual as fronteiras entre a política "interna" e "externa" se tornam fluidas e se integram em um projeto brasileiro de Estado e grande potência.

Este trabalho pretende também contribuir para a compreensão lógica dos limites que a ordem hegemônica mundial impõe ao exercício da soberania nacional de um país periférico e dependente de dimensões continentais, o qual se legitima ideologicamente pela crença em um destino manifesto de grande potência.

A Doutrina Monroe e o "imperativo geopolítico" norte-americano: marcos do modelo político nacional

De um modo geral pode-se dizer que uma das principais tendências do discurso político brasileiro seja a afirmação de uma identidade americana a unir os Estados Unidos e o Brasil, no sentido do reconhecimento de um destino com base na crença na democracia republicana e na ideologia positivista do progresso técnico-científico. Entretanto, esta identidade politicamente construída, não pode prescindir de uma "praxis" histórica, a qual pela sua determinação funcional impõe uma lógica de adequação às circunstâncias

conjunturais, o que necessariamente implica uma correção tática ou estratégica da política. Não obstante o fato de que a classe política brasileira consciente ou inconscientemente se identifique com o modelo norte-americano, sempre houve um sentido pragmático a nortear e portanto a conferir-lhe uma autonomia política relativa no plano das decisões, com o fito de garantir em troca a hegemonia brasileira na América do Sul.

A série de conflitos na região geo-estratégica do Prata, por exemplo, marca profundamente não apenas a política continental brasileira, mas também o sistema político e a consciência nacional do país. Estes conflitos representam o fundamento mesmo da continuidade estrutural da política externa do país, desde a monarquia até a república (Scena, 1975); pode-se afirmar inclusive que a elite política brasileira "viviu sob a posse da rivalidade com a república Argentina e desejava encontrar nos Estados Unidos um aliado certo para a conquista da hegemonia na América do Sul" (Lima Sobrinho, 1968: 434; cf. também Singer, 1974: 578)⁴. Cumpre notar que esta atitude política do Brasil em relação aos Estados Unidos tinha porém um caráter eminentemente defensivo, manifesto por exemplo ao eclodir a crise financeira de 1890/1891, a qual culminou com a negociação de um empréstimo-moratório - o *Funding Loan* - fase em que a economia brasileira era literalmente controlada pelos grupos financeiros ingleses (Luz, 1961: 96-117)⁵. Em contraste com esta situação, as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos são, no mesmo período, favoráveis ao Brasil.⁵

De um lado a relação entre o Brasil e os Estados Unidos era lucrativa para os brasileiros como fonte de divisas e, por outro lado, interessava aos norte-americanos, de acordo com os princípios da doutrina Monroe, no sentido de limitar a influência européia e preparar uma base sólida de influência no Brasil com vistas a consolidar os planos de hegemonia no continente sul-americano.⁶

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil foram via de regra reguladas pela ausência de conflitos, com exceção praticamente de dois incidentes diplomáticos, os quais não chegaram a comprometer seriamente a tradicional "política de boa vizinhança". O primeiro incidente ocorreu quando do conflito entre o Brasil e a Argentina (1825-1828), pois o Brasil ao bloquear o rio da Prata provocara uma reação imediata dos norte-americanos, contra uma medida que afetava a liberdade do comércio marítimo. O Brasil por sua vez acusava os Estados Unidos de tripular e comandar navios piratas da Argentina, provenientes de portos norte-americanos (Oliveira, 1923: 70 ss). O segundo refere-se à questão da reivindicação da abertura do rio Amazonas ao comércio internacional, correspondente aos interesses norte-americanos, mas que foi recusada terminantemente pelo Brasil, o qual pretendia manter o monopólio da navegação consoante o tratado de 1851 firmado com o Peru. Todavia, apesar das resistências brasileiras, quinze anos depois, o Amazonas foi finalmente franqueado à navegação internacional. A atitude brasileira

deve ser compreendida como um resultado do temor de que os Estados Unidos tivessem em vista repetir sua façanha expansionista no México, desta feita contudo em plena região amazônica (op. cit.: 72s).

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos efetivamente têm-se pautado, em última instância, pelo atendimento aos interesses nacionais de cada país - evidentemente em conformidade com as diferenças óbvias da capacidade de cada país fazer valer e definir politicamente seus objetivos. (Um exemplo disso é o processo de reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos). Este elemento pragmático na política de ambos os países sobrepõe-se sistematicamente a toda e qualquer reiteração ritual de uma "amizade tradicional" de caráter incondicional entre ambos os países (Burns, 1966: IX). É Oliveira Lima quem percebe acertadamente que "o traço capital da política exterior do Brasil foi herdado da política exterior portuguesa na América do Sul e resultou de uma situação geográfica em conflito com uma situação diplomática" (Oliveira Lima, op. cit.: 65). Esta afirmação, referente à situação diplomática herdada em consequência do tratado de Tordesilhas, mencionava o desacordo existente entre esta linha e "a fronteira natural do sul do Brasil, a qual deveria ser o Rio da Prata" (op. cit.: 65) e pode ser estruturalmente comparada com o ponto de vista formulado em 1894 por Eduardo Prado, autor do primeiro libelo brasileiro contra o imperialismo norte-americano. Prado chamava atenção para o fato de que a política diplomática brasileira com respeito aos Estados Unidos não poderia ser explicada apenas por causa de ambos os países se situarem geograficamente no continente americano, pois isto seria certamente um mero "acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância" (Prado, 1961: 7). A aproximação progressiva do Brasil com os Estados Unidos obedecia a um imperativo de ordem diplomática ao qual havia de submeter-se o espaço geográfico ocupado pelo Brasil, ou seja, tratava-se de uma relação em cuja base se evidenciava a inferioridade do Brasil, que apesar disso buscava nos limites do possível, tirar vantagens parciais.

A posição de Pandiá Calógeras, em 1911, é bastante expressiva no tocante à visão brasileira da Doutrina Monroe, pois ao apoiar-se na orientação do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, no período de 1905-1910, reconhece na Doutrina Monroe um instrumento indispensável à manutenção e consolidação da paz continental e afirma, com base em um raciocínio eminentemente geopolítico, que as razões imperativas da expansão norte-americana no Caribe pertenciam ao mesmo contexto político iniciado com a revolução francesa. Destarte o expansionismo inerente à Doutrina Monroe estaria em perfeita harmonia com os princípios da democracia, pois seria um imperativo da defesa territorial dos Estados Unidos e, finalmente, "a tradução política de um fato de ordem geográfica, de uma contingência da defesa norte-americana" (Calógeras, 1911: 35). A manifestação de tamanha compreensão diante da política

expansionista e intervencionista dos Estados Unidos poderia ser facilmente entendida à primeira vista como uma atitude antinacional e de pura adesão ou vassalagem.

Joaquim Nabuco, que se considerava o paladino da política de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, compreendia um ângulo significativo da Doutrina Monroe, a saber, o sentido americano que era originalmente o substrato desta doutrina, bem como sua implicação decisiva na vida política brasileira, na medida em que significava o reconhecimento total e definitivo do desprendimento do Brasil da Europa (Nabuco, 1929: 408s). Os Estados Unidos não eram vistos apenas como a garantia da neutralidade continental dos princípios de livre concorrência, mas antes de tudo como o modelo democrático de organização político-social e do progresso da civilização técnico-científica.

A reação do presidente Roosevelt ao discurso de apresentação de credenciais de Nabuco (25 de maio de 1905), primeiro embaixador republicano nos EUA, não podia deixar de ser outra, pois reconhecia no Brasil um "outro baluarte da Doutrina Monroe" (op. cit.: 414). Isto mostrava a existência de um sistema de reciprocidades regulador de relações situadas porém em um universo marcado pela desigualdade: de um lado o Brasil dependente e fraco e de outro lado, os Estados Unidos poderosos e imperialistas. A identificação acrítica de personalidades brasileiras como Nabuco com os Estados Unidos, a Doutrina Monroe e o panamericanismo, confrontava-se entretanto flagrantemente com uma análise crítica aguda do conteúdo e significado da política norte-americana para a promoção e encaminhamento dos interesses norte-americanos (Normano, 1944: 140s). Calógeras indicava que a política exterior do Brasil praticamente se constituía em um longo processo de incorporação paulatina dos postulados da Doutrina Monroe, no qual o Brasil se situava conscientemente como instrumento desta política hemisférica (Calógeras, 1916: 57s).

Este processo de incorporação da Doutrina Monroe pelo Brasil era fortalecida pela crescente importância dos Estados Unidos nas relações comerciais com o Brasil (Valla, 1978: caps. 1 e 2) e assim influía sem dúvida na definição panamericana das linhas mestras da política exterior do país, tal qual o fizera exemplarmente o Barão de Rio Branco. A ação política do Barão de Rio Branco foi, no âmbito deste processo de construção de uma política nacional, estruturada em consonância com o paradigma da Doutrina Monroe, e resultou na expansão e consolidação legal das fronteiras do Brasil. Deve-se-lhe a assimilação de cerca de 850 mil km², sistematicamente incorporados ao território nacional através de uma política de negociação e arbitragem internacional das questões litigiosas, segundo Backheuser (Backheuser, 1952: 226 e 248-253). O Barão de Rio Branco é considerado por Backheuser como "lídimo agente geopolítico" (op. cit.: 235s), justamente pelo fato de haver cumprido esta tarefa patriótica de levar avante a expansão do território nacional.⁸

O caso mais importante de litígio quanto às fronteiras foi com a Bolívia, exatamente em função de envolver uma companhia anglo-americana, o chamado Bolivian Syndicate. Esta questão põe a nu não só a dinâmica do processo de expansão territorial do Brasil, como também a lógica de legitimação deste processo, implícita em um entendimento nacional da Doutrina Monroe. O litígio começa com o processo de infiltração geopolítica das frentes de expansão da sociedade brasileira na região do atual estado do Acre sem que as frentes pioneiras, ao que parece, tivessem noção de estar ultrapassando as fronteiras nacionais e invadindo território boliviano. Este movimento de infiltração e dilatação de fronteiras continua o processo de expansão territorial desencadeado pelos bandeirantes na fase colonial, os quais foram, tanto quanto os criadores de gado, os veículos da formação e delineamento do perfil do território nacional (diga-se de passagem que não se pode esquecer absolutamente o papel fundamental do missionário neste processo). Após alguns atritos entre as forças armadas bolivianas e as frentes pioneiras brasileiras deu-se um substancial aguçamento da crise em virtude da assinatura de um acordo entre a Bolívia e o Sindicato, o qual lhe dava por concessão não só o direito de compra de uma área de grandes proporções na região amazônica, como também poderes fiscais especiais e, o que era bem mais grave ainda, o direito de garantir os privilégios por meio de emprego de forças armadas a serem constituídas pela companhia estrangeira (Hill, 1932: 235 s; Tambs, 1966: 254-273; Araújo Lima, 1952).

A estratégia de expansão norte-americana na América Latina e, posteriormente, no plano transnacional, correspondeu, de um modo geral, ao modelo inglês do "Informal Empire" (Fay, 1940, V. II: 399), o qual se fundamentava na perspectiva de garantir os mercados e as esferas de influência política e econômica, através de relações contratuais que o poder militar norte-americano legitimava. A ideologia norte-americana do "manifest destiny", de meados do século passado, ocupa um lugar especial na concepção norte-americana de grande espaço e funde-se com os princípios imanentes da Doutrina Monroe. Com T. Roosevelt e W. Wilson a Doutrina Monroe transcende seus limites continentais e torna-se uma doutrina mundial de fundo imperialista e universalista (Schmitt, 1941: 29).

Estas profundas transformações da política exterior norte-americana, correspondentes à dinâmica interna do poder, provocavam a atenção das elites políticas brasileiras e levavam-nas a refletir sobre suas conseqüências decisivas na redefinição política da periferia e em particular do Brasil.

Se de um lado a política externa do Brasil, a qual do ponto de vista histórico-cultural sempre teve um conteúdo peculiarmente americano, continental, incorpora progressivamente a Doutrina Monroe, na medida em que os Estados Unidos são para a elite política brasileira, como já se disse anteriormente, o modelo republicano e democrático de desenvolvimento técnico-científico do novo mundo,

por outro lado incorporou-a taticamente, em função de interesses nacionais imperativos, traduzindo-a em termos brasileiros, conferindo-lhe um estilo cultural próprio e adotando-a como arma política de autodeterminação nacional.

É todavia bastante problemático o processo de transformação da Doutrina Monroe - em virtude de sua essência imperialista - em um instrumento decisivo de autodeterminação nacional por parte de um país periférico e cuja margem de manobra internacional é dada por fatores que não dependem de sua vontade política ou menos ainda de sua capacidade de influenciar determinadamente o quadro global das relações internacionais hegemônicas.

O comprometimento da Doutrina Monroe com o imperialismo norte-americano havia sido desvendado ostensivamente no libelo ao mesmo tempo crítico e conservador de Eduardo Prado, o qual citava as palavras famosas de Washington: "deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência" (Prado, 1961: 1865)⁹, a fim de evidenciar axiomáticamente que na política não há lugar para favores de nenhum tipo, pois a soberania não tem preço.

Subjacente à elaboração de uma "doutrina de dominação" brasileira está a perspectiva estratégica de conteúdo geopolítico evidente do "bargaining power", ou seja um princípio fundamental da política externa brasileira para a realização de um "manifest destiny" nacional. Esta estratégia alicerça-se na consciência de grande espaço do país e na capacidade de mobilização de recursos naturais no planejamento estratégico do poder, e confirma o pressuposto de que a política exterior do Brasil deve obedecer à lógica política da "barganha leal" (Couto e Silva, 1967: 52) cujo fundamento é a conversão do espaço e dos recursos naturais em capital político.¹⁰

A consciência da grandeza espacial no discurso da elite, de Getúlio a Jango, e sua repercussão sobre a política externa do país

A política de barganha caracterizou paradigmaticamente a época de Vargas, e de modo particular o período do Estado Novo. Tratava-se de buscar manipular na medida do possível as contradições existentes na arena política internacional em função de um cálculo voltado ao atendimento concreto de reivindicações relevantes e decisivas para a implementação da industrialização e modernização do país.¹¹

A obtenção do financiamento para a construção da siderúrgica de Volta Redonda é um resultado exemplar da política de "bargaining power" brasileira, pois em troca do financiamento o Brasil concede aos Estados Unidos o direito de instalar no nordeste brasileiro uma

base aérea (Ianni, 1968: 66 s; Levine, 1970: 170; McCann, 1973: 196-201 e 381ss.). Essa aliança do Brasil com os Estados Unidos, em contraste com o autoritarismo de Vargas, cujos matizes fascistas correspondiam em grande parte mais ao sentido e estilo político da época que a uma definição político-ideológica em consonância com o fascismo, pode ser contudo entendida como uma consequência de um imperativo geopolítico, o qual determina a declaração de guerra ao eixo e sela um tipo de "casamento" de "raison", mas não de "amour", segundo Chacon (Chacon, 1977: 98).

Naturalmente a política brasileira de "bargaining power" está condicionada em suas possibilidades reais pela correlação de forças internacionais e, particularmente, antes de tudo, pela estratégia político-militar de dominação dos Estados Unidos aplicada ao continente americano.¹²

Se se tem em conta o comportamento político-internacional do Brasil ao longo de um século, é viável dizer-se que a consciência das energias físicas e sociais de grande potencial (como por exemplo: o crescimento demográfico, reservas de matérias-primas diversas em um espaço político de dimensões continentais) tem condicionado a formação de um conjunto de padrões cuja essência é a crença na possibilidade de um desenvolvimento autônomo e no destino nacional de potência. Como a correlação de forças internacionais é justamente o plano em que se define o espaço para a realização do destino político nacional, parece pertinente formular-se o seguinte teorema, a partir da experiência nacional em política exterior: quanto maiores e mais profundas forem as tensões e conflitos internacionais entre as potências hegemônicas, emergentes em virtude da luta pela hegemonia política e econômica, maiores serão as chances do país periférico de expandir seu campo de ação e manobra política e usá-lo para atingir suas metas modernizadoras.

Dessa forma foi possível a aceleração do processo de industrialização do país após a eclosão das guerras mundiais, com base em um processo abrangente de substituição de produtos normalmente importados. A dimensão do fenômeno da industrialização substitutiva amplia-se sobremodo com a crise de 29 e a irrupção da segunda guerra mundial. A análise estrutural do processo de industrialização brasileira revela contundentemente que seus impulsos básicos e sua chance de sobrevivência são inseparáveis do contexto econômico mundial.¹³

A marca da grandeza espacial na consciência da elite política brasileira não exclui de modo algum a internalização do imperativo geopolítico americano - determinado pela hegemonia norte-americana não somente no continente, mas também, após a segunda guerra mundial, no hemisfério ocidental - e manifesta-se sistematicamente como uma constante no discurso político dos presidentes da república.¹³ Há portanto uma lógica interna a viabilizar a assimilação do modelo de hegemonia norte-americana no projeto brasileiro de grande potência, o qual revela a própria essência do poder,

principalmente quando, diante de um caso limite propõe-se a questão transcendental da soberania à decisão da elite política.

O processo de conquista e ocupação do território nacional é inseparável da estratégia brasileira de utilização da política externa como meio hábil para desencadear em acelerado a industrialização nacional. Um exemplo disso é a posição política de Getúlio Vargas, a qual foi profundamente influenciada pelo pensamento geopolítico de Oliveira Vianna, Backheuser e Mário Travassos. (É necessário mencionar-se ainda a influência de Francisco Campos sobre o sistema político como um todo, sem que se esqueçam suas ligações com o pensamento conservador alemão, particularmente com Carl Schmitt). A ideologia de Estado e grande potência que se configura claramente nesse período, no plano político-conjuntural, evidencia-se no programa de "marcha para o oeste", o qual pretende dar continuidade ao processo iniciado pelos bandeirantes e sertanistas com a conquista e fundação dos limites territoriais do país, a fim de integrar, modernizar e preencher o espaço vazio. Tratava-se de uma marcha batida que conduziria à expansão das fronteiras internas, ou melhor ao alargamento das "fronteiras" políticas, econômicas e sociais de um país existente apenas de fato na costa atlântica. Tratava-se de uma estratégia expansionista, de um "imperialismo" voltado para dentro.¹⁴

A realização do "destino nacional" brasileiro dependeria portanto da capacidade de o Estado promover a integração do território brasileiro. Para fazer face a essa tarefa messiânica no âmbito de uma política de "reconstrução nacional" (Vargas, 1938, vol. V: 32), seria imprescindível criar-se um Estado suficientemente forte a ponto de poder cumprir a missão positivista de conquista e modernização nacional. Sem industrialização o país não poderia concretizar sua vocação de grande potência, o que não seria absolutamente possível sem que se atingisse a emancipação total do país.¹⁵

Talvez se possa dizer *en passant*, sem que se incida em erro significativo, que a personalidade política de Vargas, pelas razões antes apresentadas e fundamentalmente pelo seu significado mítico, é uma verdadeira meta-síntese do político no quadro da configuração sócio-cultural brasileira.

Ao término da segunda guerra mundial, fez-se imperativo redefinir-se as fronteiras ideológicas em dimensão global, planetária; pois, com a derrota da Alemanha nazista, o eixo político mundial deslocara-se, como resultado da diferenciação entre os aliados, polarizados então em torno da luta pela hegemonia mundial, a qual, por sua vez, expressava-se de um lado através de uma ideologia capitalista de participação democrático-manipulativa e, de outro lado, por meio de uma ideologia socialista definida internacionalmente em consonância com os interesses da nomenclatura soviética. A divisão do mundo em blocos antagônicos, dirigidos por superpotências armadas com armamento nuclear de alcance intercontinental, acarretou uma situação singular de dependência global ou de impotência coletiva diante dos Estados Unidos e da ex-União

Soviética. Neste contexto a noção de segurança nacional tinha que refletir em última instância o imperativo hegemônico e assim restringia concretamente a soberania nacional efetiva dos países periféricos e até mesmo das potências de segunda classe.

A segurança nacional traduzia na verdade injunções de ordem estratégica da própria segurança hemisférica de ambos os blocos de poder. Em vista disso Kubitschek afirmava ritualmente o caráter democrático, ocidental e cristão do país (JK, 1958: 247, 288, 385 e 509), sem contudo omitir o objetivo explícito de usar o potencial de riquezas nacionais com a finalidade de alcançar a emancipação econômica (JK - Discursos, 1956: 35).¹⁶ Em todo caso tratava-se de eliminar qualquer obstáculo que pudesse impedir o desenvolvimento e a expansão do país (JK, 1957: 97). A estratégia nacional de expansão orientava-se em direção à América Latina, pois "na América Latina há lugar para a expansão" e sua vocação está voltada para o futuro, enquanto "terra do amanhecer" passível de converter-se em "fonte de grande poder" (JK, 1967: 2). À base destas considerações está a crença em um destino a ser cumprido, em virtude de uma predestinação decorrente de um "império territorial", provido de uma dinâmica populacional considerável e de "grandes riquezas naturais potenciais" (JK, 1958: 63). O Brasil, por imposição do destino, teria portanto que tornar-se um "grande império poderoso e forte" (JK, 1956: 47).

A luta pelo desenvolvimento assumia assim um sentido e uma importância fundamental, tanto no plano da segurança nacional quanto hemisférica. O subdesenvolvimento e a pobreza seriam pré-condições indispensáveis e mesmo argumento para a ação do "inimigo da democracia" (JK, 1956: 22) e, na medida em que a segurança nacional fosse atingida, estar-se-ia pondo em risco a realização do "destino nacional" e também comprometendo a própria segurança hemisférica, em virtude da grande importância geoestratégica atribuída ao país. Os Estados Unidos seriam, através da "aliança para o progresso", o aliado estratégico do Brasil na luta contra o subdesenvolvimento e a pobreza, bem como de todos os países da América Latina, pois tratava-se antes de tudo de "salvar a democracia, a liberdade e a unidade da família americana" (JK, 1962: 180).

A luta pelo desenvolvimento é portanto um empreendimento nacional decisivo e de cujo êxito dependeria em última instância a soberania nacional - é uma verdadeira guerra pela libertação nacional, na qual o povo forma as fileiras de um grande exército mobilizado permanentemente com o objetivo de concretizar as metas de industrialização do país (JK, 1958: 9s.).

A mobilização popular dependeria logicamente de uma ideologia desenvolvimentista que pudesse legitimar o programa de metas do governo, exatamente no sentido da paráfrase de Vieira Pinto do axioma de Lenin ("sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário"): "sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento" (Vieira Pinto, 1959: 32 - grifo no original).¹⁷ A

questão do desenvolvimento nacional assumia as proporções de "uma verdadeira guerra santa" (JK, 1962: 196). Era um movimento de conteúdo salvacionista, cujos fins últimos consistiam em uma redenção nacional por meio da realização do destino grandioso do Brasil. O projeto mesmo de construção de Brasília no coração do país é parte desta estratégia de desenvolvimento nacional, e apresenta-se como um imperativo da razão do Estado. A transferência da capital para o planalto central revela simbolicamente o traço de união entre a conquista e colonização do espaço interno e a realização do destino nacional de grande potência. Brasília é a concretização do espírito brasileiro no espaço dominado pela razão técnico-científica a serviço do poder nacional, ou seja, o paradigma da consciência da ocupação político-econômica do espaço interno. Além disso, Brasília é um espelho da capacidade nacional de criação, um momento de experiência da nação no processo de autoconquista e autocolonização do país, levado a cabo pelo homem brasileiro.¹⁸

O curto período de governo Jânio Quadros revela não somente a continuidade estrutural do discurso político, como também algumas alterações não essenciais pautadas na ênfase em uma política externa "independente", em oposição flagrante a uma "diplomacia subsidiária e inócua de uma Nação jungida a interesses dignos mas estrangeiros" (Quadros, 1961: 19-27), cujo objetivo último seria a defesa incondicional dos interesses nacionais. Conseqüentemente, os investimentos estrangeiros deveriam subordinar-se a uma estratégia de desenvolvimento e segurança nacional, o que exigiria regulamentar a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior (Quadros, 1961: 84s.).

A política externa independente teria que ser um instrumento de promoção do desenvolvimento nacional e, não obstante o caráter ocidental e cristão do povo brasileiro, para a consecução deste fim fazia-se necessário manter-se à margem de qualquer política de bloco (San Thiago Dantas, 1962: 17s.). "Os interesses nacionais", dizia veementemente Jânio, "não conhecem doutrina e o Brasil está atravessando um período em que sua própria sobrevivência como nação, ocupando uma das áreas mais extensas do globo, depende da solução dos seus problemas econômicos" (Quadros, 1961: 27).

Se bem que Jânio preconizasse uma posição de independência diante dos "impérios ideológicos e econômicos", tinha consciência dos limites da independência e da soberania nacional, pois correlacionava o grau de independência política à capacidade econômica instalada e compreendia a relação essencial entre segurança nacional e uma política global de desenvolvimento inserida nos marcos da democracia e da civilização ocidental e cristã. A consciência da grandeza espacial da nação implicava dominar plena e soberanamente o território nacional, através da implementação de uma estratégia de desenvolvimento e integração nacional equilibrada, a fim de concretizar o projeto brasileiro de grande potência. As áreas em que o Brasil "naturalmente" exerceria sua influência seriam a América

Latina, a África e os países asiáticos, isto em decorrência de razões geo-históricas e étnico-culturais, bem como devido à postura brasileira na luta contra o atraso e a opressão. Ao Brasil caberia portanto o papel de mediador nato entre o ocidente e o continente africano (Quadros, 1961: 21s. e 24).¹⁹

O governo João Goulart também se inseria no contexto de afirmação de um conteúdo ocidental e cristão, próprio à formação política brasileira, e identificava-se com uma política externa "independente", a qual seria expressão da autodeterminação nacional. Tratava-se de uma política "independente" que pudesse viabilizar a realização do "próprio destino" nacional, "sem xenofobia" e em "convivência com o universal", ou seja, dentro do sistema hegemônico global; essa política externa "independente", a ser legitimada democraticamente, era parte integrante de um projeto reformista de transformação da sociedade brasileira (Goulart, 1962: 91s.). Esse projeto de transformação social, de fundo bonapartista, consistia em uma estratégia de mobilização popular com o objetivo de pressionar as classes dominantes, com o objetivo de efetivar as reformas de base pleiteadas.

Para San Thiago Dantas as pressões sociais revelavam uma situação particular, na qual a sociedade se distanciava pela sua maior sensibilidade na percepção dos interesses nacionais das elites políticas, como se lhes impusesse um termo de definição inadiável (San Thiago Dantas, 1963: 14s.).

A eclosão da crise dos foguetes soviéticos estacionados em Cuba e o processo acelerado de mobilização popular pareciam afetar fundamentalmente os princípios de segurança hemisférica. Quando surgiram os primeiros indícios evidentes de decomposição da ordem, principalmente com a quebra da hierarquia das forças armadas, em meio a uma situação de recessão econômica e de inflação galopante, colocou-se na ordem do dia a derrubada de um governo considerado pela elite político-militar como inepto,²⁰ corrupto e subversivo, com o apoio ostensivo dos Estados Unidos.

Com a tomada revolucionária do poder em Cuba observa-se uma ruptura traumática do monopólio norte-americano na região do Caribe - o tradicional "lago americano" (Child, 1980: 72s.) - o que provocou uma redefinição fundamental das questões de segurança hemisférica, com vistas à necessidade de impedir a irradiação dos "focos" revolucionários, de acordo com os padrões insurrecionais cubanos. Para os Estados Unidos tratava-se de impedir a qualquer preço a infiltração do "inimigo externo". Os militares norte-americanos sistematizaram a experiência francesa de combate ao "inimigo interno" e criaram uma contra-estratégia ("counter insurgency and civic action")²¹, a qual foi implementada através de programas de ajuda militar e treinamento das forças armadas latino-americanas, em consonância com a política reformista da Aliança para o Progresso.

A estratégia norte-americana de segurança nacional, resultante da definição de que o "inimigo interno" encarnaria o "inimigo externo"²² não se apresentava à elite político-militar brasileira como uma forma de desrespeito à soberania nacional; ao contrário, servia de meio de legitimação da ideologia e dos padrões tradicionais de participação política dominantes. Os Estados Unidos não eram apenas o modelo do projeto político nacional da elite dominante, eram acima de tudo o baluarte do sistema de proteção nuclear do ocidente contra o expansionismo soviético. Permitir portanto a irrupção de um movimento guerrilheiro no Brasil significaria ter-se que admitir a possibilidade de uma intervenção norte-americana e os riscos de desintegração do território nacional e sua conseqüente vietnamização, concretizando-se assim a estratégia do foco revolucionário. Tal situação implicaria a fragmentação do país e poderia comprometer definitivamente a realização do "destino de grande potência", nos termos do discurso geopolítico brasileiro.

Ao findar a Segunda Guerra Mundial surgia uma nova fase da "guerra civil mundial" que consistia em um conflito bipolar entre superpotências, cujas esferas de influência passavam a alcançar uma dimensão global e a cristalizar espacialmente blocos de poder mundial. Contudo, os blocos de poder polarizados nas órbitas dos Estados Unidos e da ex-União Soviética integram crescentemente um mercado internacionalizado que se caracteriza pela ampliação constante de um processo global de interdependência político-econômica. Não obstante a possibilidade lógica de sucessivas rupturas do sistema hegemônico bipolar (inclusive sua transformação em unipolar, em uma nova versão da *pax americana*), verifica-se que o processo de globalização do espaço através das armas nucleares redefinia a questão da delimitação das fronteiras políticas e dos limites da soberania nacional possível. O fato é que as fronteiras políticas se tornaram essencialmente ideológicas e se configuravam nos marcos de um novo Tratado de Tordesilhas, cujos limites físicos se dissolviam diante da imponderabilidade do apocalipse atômico (Schmitt, 1963: 91ss). Nesse sentido poder-se-ia perguntar hoje se a iminência da destruição do planeta não implica imperativamente a necessidade de superação da soberania nacional pelo fato de que a existência do mundo e da espécie está em jogo e não somente a dos "inimigos" políticos. Em termos humanísticos a questão pode reduzir-se a uma contradição antagônica insuperável entre a utopia de um "patriotismo da espécie humana" e a destruição da humanidade em nome da soberania nacional.

Conclusão

Uma análise acurada da política externa brasileira em curso até fins dos anos 70 parece, ao que tudo indica, confirmar o padrão de uma continuidade essencial do processo político brasileiro, não

obstante algumas correções de curso verificadas imediatamente após 1964.

A reflexão histórico-estrutural sobre o discurso político dominante permite a compreensão de estruturas ideológicas fundamentais cristalizadas no projeto brasileiro de Estado e grande potência e que se manifestaram, por exemplo, através das seguintes decisões estratégicas: a) denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos; b) denúncia da ordem internacional hegemônica, isto é, do "congelamento do poder mundial"; c) assinatura do Acordo Atômico com a Alemanha Federal; d) voto anti-sionista.

Este trabalho pretende ter contribuído para a busca de respostas cientificamente adequadas a questões que analisam: 1) o nexos causal entre o atual perfil da política externa brasileira e seus fundamentos históricos e ideológicos, e 2) em que medida as políticas dos "círculos concêntricos" e "fronteiras ideológicas", da "prosperidade" e do "pragmatismo responsável" alicerçam a estratégia geopolítica de construção do projeto brasileiro de Estado e grande potência, em uma ordem hegemônica global que impõe limites à soberania nacional dos países periféricos.*

Posfácio

Cumprir notar que este trabalho foi escrito, em uma versão preliminar, em fins dos anos 70, com o intuito de caracterizar os padrões fundamentais que estruturam a continuidade da política externa brasileira em diferentes épocas e situações. Entretanto, a globalização da economia e da informação, a transnacionalização dos impactos sócio-culturais e políticos, e sobretudo os novos complexos espaciais e temporais redefinidos por critérios de eficácia tecnológica chocam-se com as formações nacionais e inviabilizam estratégias baseadas em modelos autárquicos e paroquiais.

A derrocada da União Soviética e a queda de todas as muralhas e símbolos do isolamento apenas aparentemente cedem lugar a um sistema multipolar.

A lógica da hegemonia unipolar e unidimensional transcende os limites espaciais definidos pelo expansionismo imperialista do século passado e rompe com as perspectivas de "resistência" e monopólio continental características da Doutrina Monroe, por exemplo. A principal consequência do apoio norte-americano à Inglaterra durante o conflito das Malvinas foi o comprometimento do modelo hegemônico transcontinental americano. A intervenção inglesa no continente americano confirma com sangue o estado de anomia e orfandade da elite dominante latino-americana, principalmente da brasileira. A perplexidade contumaz das elites políticas revela uma crise de identidade sem paralelo e ilustra um comportamento acéfalo, destituído de auto-estima e de projeto próprio. A "nova" política

* Artigo recebido em março de 1990.

externa brasileira parece pautar-se no reconhecimento autofágico de uma posição secundária e, fatalmente, periférica, na medida em que abre mão da construção de um projeto político adequado aos imperativos de integração interdependente em uma ordem hegemônica unipolar.

Os fenômenos da reunificação da Alemanha, da auto-extinção da União Soviética e da Guerra do Golfo são extremamente próximos e de difícil processamento analítico, sendo portanto temerário compreendê-los como elementos comprobatórios da emergência de um sistema multipolar. A "nova" ordem internacional legitima-se pela eficácia e pela capacidade de racionalização técnico-científica de controle sobre o espaço e o tempo em escala planetária. A pseudo-multipolaridade imanente desta "nova" ordem reduz-se porém a apenas alguns centros de poder como o Japão, Europa Ocidental e o espólio da ex-União Soviética. Trata-se contudo de um conglomerado cuja forma e consistência sistêmica depende, decisivamente, da hegemonia norte-americana.

De fato, há um sistema unipolar exclusivo, como se pode perceber na Guerra do Golfo por exemplo, em um universo fragmentado em escala planetária. Neste contexto, os esforços de tradução nacional dos modelos de hegemonia carecem de sentido lógico. As linhas da hegemonia unipolar redividem o planeta em duas dimensões geopolíticas transnacionais que cristalizam o *apartheid* Norte-Sul. Portanto o sistema hegemônico unipolar inviabiliza qualquer tentativa de tradução, mesmo atualizada ou reciclada, da Doutrina Monroe.

Notas

- 1 A expansão européia transcorre efetivamente de acordo com a trindade formulada por Goethe, ou seja, baseia-se na relação essencial existente entre a guerra, o comércio e a pirataria.
- 2 Sobre a Doutrina Monroe ver: Kahle, 1977, *passim*.
- 3 Diga-se epassagem ue, diferentemente os países de língua espanhola, o Brasil, de um modo geral, sempre teve uma atitude política solidária com os Estados Unidos, não considerando de modo algum o "perigo ianque" uma ameaça efetiva ao país, o que o distanciava sobremaneira dos demais países latino-americanos, traumatizados pelo expansionismo norte-americano (Normano, 1944: 151).
- 4 Com a negociação do *Funding Loan*, entretanto, abriu-se o caminho para um controle global da economia brasileira, fundado na hegemonia econômico-financeira paulista.
- 5 Para que se tenha uma idéia disto basta mencionar-se o fato de que no ano da proclamação da República, enquanto os Estados Unidos compravam cerca de 61% das exportações brasileiras, somente 5,5% das importações do país eram provenientes dos Estados Unidos (Hill, 1932: 267).

- 6 Por ocasião a revolta de 893, que objetivava a restauração monárquica, os Estados Unidos colocaram-se agressivamente e sem vacilar do lado do regime republicano (Hill, op. cit.: 280s.).
- 7 A eleição do modelo orte-americano por parte da elite brasileira expressa-se enfaticamente nas seguintes palavras de Nabuco: "O único efeito certo que posso ver numa relação permanente e íntima da América Latina com os senhores é que seria americanizada lentamente, isto é, influenciada por sua autoconfiança e sua energia. Seria um tratamento de eletricidade. Não quero dizer que nunca atingiríamos sua velocidade. Nem desejamos isso. Os senhores quebraram o recorde da vida e fizeram um novo ritmo para si mesmos. Nunca poderíamos fazer isto" (Nabuco, August 28th, 1908: citado por Valla, 1978: 55).
- 8 Everardo Backheuser, brasileiro de origem alemã, foi o divulgador da geopolítica alemã de Karl Haushofer no Brasil, desde inícios dos anos vinte. Mantinha contacto direto com o grupo de K. Haushofer, da Revista de Geopolítica, na qual Backheuser publica em 1926 um artigo intitulado: "O conglomerado político brasileiro", (Zfg, III, Ano 1926, 8, agosto, pp. 625-630). Em 1946, Backheuser publica na Revista Brasileira de Geografia um trabalho sob o título "O Barão do Rio Branco, geógrafo e político", no qual exalta as qualidades do estadista.
- 9 Este texto de Washington é citado sintomaticamente por Golbery do Couto e Silva - o principal teórico da Escola Brasileira de Geopolítica (Couto e Silva, 1967: 64). Cumpre ressaltar-se que Golbery caracteriza a Doutrina Monroe, corretamente, como uma "doutrina de dominação" (op. cit.: 51).
- 10 A valorização política da posição geoestratégica do país implica em reconhecer os próprios limites inerentes a uma dada equação de poder: "Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio do Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a quem nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica" (op. cit.: 53 - grifo do autor).
- 11 "The Good Neighbour policy was probably the most potent weapon in Brazil's diplomatic arsenal, as Brazilian officials masterfully exploited Washington's unwillingness to adopt sanctions against Brazil for infringements of the American Brazilian Treaty and its readiness to be satisfied with rhetoric in pursuing its commercial aims" (Hilton, Chilton, 1975: 227).
- 12 Child resume do seguinte modo as variações estratégicas principais dos Estados Unidos ao longo deste século: "En el siglo XX se han producido expansiones graduales de los conceptos estratégicos operacionales de Estados Unidos en la América Latina en dos dimensiones: geográfica, desde el Lago Estadounidense, pasando por el cuarto de la esfera, hasta la defensa del Hemisferio; orgánica, de la preocupación inicial sobre la defensa contra la amenaza exterior hasta la preocupación acerca de la subversión y el desarrollo internos" (Child, 1980, 82 - grifada por Child).
- 13 Sobre a problemática da industrialização em sua relação com o quadro político global brasileiro, veja-se: Luz, 1961: 145 e 186; Baer, 1965: 20-29; Tavares, 1972: 59-124; Furtado, 1972: 23; Baer e Kerstenetzky, 1964: passim; Left, 1969: 473-493.

- 13'É importante, além disso, considerar-se o imperativo geopolítico que envolve determinantemente a política externa brasileira não apenas em função da posição geográfica do país, pois também influi decisivamente a questão da identidade étnico-cultural singular no plano da representação simbólica do espaço político da nação (cf. Freyre, 1969: 166-192).
- 14 Veja-se a esse respeito Vargas, 1942, 285. É sumamente importante ter-se em conta que animado por estas idéias geopolíticas o governo de Getúlio Vargas funda a "Fundação do Brasil Central" (Meirelles, 1960, *passim*).
- 15 "Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução siderúrgica. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige; é também a nossa segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa" (Vargas, Getúlio. *A Nova Política*, citado in: Faoro, R. *Os Donos do Poder*, vol. II, 1976: 690 - grifo do autor). Veja-se a respeito da relação entre o moderno Estado brasileiro e a industrialização, o trabalho de Martins, 1976: 165-266.
- 16 É importante não se esquecer que a identidade messiânica entre a civilização ocidental e cristã e o Brasil, de acordo com essa representação, inspira-se na tradição conservadora do pensamento de Donoso Cortes, entre outras fontes. Cortes considerava o cristianismo como o fundamento último da verdadeira civilização, cuja decadência somente poderia ser evitada pela ação salvacionista do exército permanente (Cortes, 1954: 131-158). No rastro desta tradição conservadora é que Golbery considera em termos absolutos o "ocidente como ideal, o ocidente como propósito, o ocidente como programa" (Couto e Silva, 1967: 231). A justificação racional desta identidade metafísica consistiria, segundo Golbery, na resposta à seguinte pergunta: "Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a civilização do ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: a Ciência - como instrumento de ação; a Democracia - como fórmula de organização política; o Cristianismo - como supremo padrão ético de convivência social" (op. cit.: 232). É justamente em nome dessa identidade e das necessidades de "defesa continental" que se cede a ilha de Fernando de Noronha às forças armadas norte-americanas (JK, 1958: 63s; Prado Jr., 1966: 28s).
- 17 Uma análise dos fundamentos da ideologia do desenvolvimento não pode deixar de levar em consideração o fato de que se trata de uma variante aperfeiçoada do culto positivista da "ordem" e do "progresso" técnico-científico. Sobre o desenvolvimentismo veja-se a excelente análise de Cardoso (1977). No que concerne à tradução do desenvolvimento em linhas políticas de ação estratégica, podem-se discernir, exclusivamente para fins compreensivos, duas tendências representadas por duas instituições do Estado, concorrentes entre si, uma de "esquerda" (o ISEB) e outra de "direita" (a ESG), as quais, não obstante as diferenças existentes entre ambas, assemelham-se a duas faces de uma mesma moeda que é o poder de Estado. Sobre o ISEB ver, entre outros, o trabalho de Toledo, 1977. Sobre a ESG, vejam-se: Stepan, 1975: cap. 8; Oliveira, 1976: 19-45; Schooyans, 1973: 30-46 e 73-103; Comblin, 1977: 113-124.
- 18 A transferência da capital para o planalto central realizou os sonhos de integração nacional de José Bonifácio e de muitos patriotas republicanos. Razões geopolíticas e militares fundamentaram a necessidade imperativa da criação de Brasília, na grande "manobra geopolítica" de integração nacional

- (Couto e Silva, 1967: 46-90ss; Castro, 1961; Tambs, in Bailey (ed.), 1965: 31-49; Tambs, 1968: 60-72; Castelo Branco, 1987: 21-31).
- 19 Sobre a política e o governo JQ ver: Skidmore, 1969: 231-259; Victor, 1965, passim; Dulles, 1970: 109-136; Young, 1972: 103-136; Storrs, 1973.
- 20 Sobre a evolução da crise política que culmina com o Golpe de Estado de 1964, consultem-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Ferreira, 1964; Pedreira, 1964; Moniz Bandeira, 1973; Schneider, 1971: 73-107. Sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, consultem-se: Bell, in: Roett (ed.), 1972: 77-102; Martins, in: Fagen (ed.), 1974: 299-334. Sobre a questão da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964, ver entre outros trabalhos: Roett, 1972; Parker, 1977.
- 21 Veja-se sobre a estratégia de combate ao "inimigo interno": Barber e Ronning, 1966. Veja-se sobretudo o mais importante trabalho, na opinião do autor, de sistematização da experiência francesa na Argélia e na Indochina: Trinquier, 1968.
- 22 Na concepção estratégica da guerrilha está implícito - como premissa lógica - que sua legitimação depende sempre do apoio de um "terceiro interessado" (Schroers, 1961).

Bibliografia

- ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo*, São Paulo, 1952.
- BACKHEUSER, Everardo. "Das politische Conglomerat Brasiliens", in: ZfG, III, Jg. 1926, Heft 8, pp. 625-630 (Curso de Geopolítica Geral e do Brasil, Rio de Janeiro, 1952).
- BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Illinois, Homewood, 1965.
- BAER, Werner e KERSTENETZKY, Isaac. "Import Substitution and Industrialization in Brazil", in: *American Economic Review*, 54, 3, Wisconsin, Menasha, 1964, pp. 411-425.
- BARBER, William F. e RONNING, C. Neale. *Internal Security and Military Power*. Ohio, Counterinsurgency and Civic Action, 1966.
- BELL, Peter D. "Brazilian-American relations", in: ROETT, Riordan (ed.). *Brazil in the Sixties*. Nashville, 1972.
- BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American relations*. NT, 1966.
- CALÓGERAS, Pandiá. "Relações exteriores do Brasil", discurso proferido na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1911; "Rio Branco e a política exterior", Rio de Janeiro, 1916.
- CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento - JK-JQ*. Rio de Janeiro, 1977.
- CASTELO BRANCO, Lúcio de B. "Brasília do Centro à Periferia ou uma Viagem Redonda". In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e Metropolização*. Brasília, EdUnB, 1987.
- CASTRO, Josué de. *Significação geopolítica de Brasília*. Rio de Janeiro, 1961.
- CHACON, Vamiréh. *Estado e povo no Brasil. As experiências do Estado Novo e da democracia populista*. Brasília, 1977.
- CHILD, John. "Estados Unidos y Latino-America. Conceptos estratégicos y militares", in: *Estratégia*, Mar-Abr/1980, n. 63, p. 71-90.
- COMBLIN, Joseph. *Le Pouvoir Militaire en Amérique Latine. L'Idéologie de la sécurité nationale*. Paris, 1977.

- CORTES, Donoso. *Textos políticos*. Madrid, 1954.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1967.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Porto, 1941.
- _____. *Os sertões*. Rio de Janeiro, 1957.
- DULLES, John W. *Unrest in Brazil. Political-Military Crises, 1955-1964*. Austin, Texas, London, 1970.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Vol. II, Porto Alegre, 1976.
- FAY, C. R. *Cambridge History of the British Empire*. Vol. II, Cambridge, 1940.
- FERREIRA, Oliveira S. *As forças armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, 1964.
- FREYRE, Gilberto. *New World in the Tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York, 1969.
- FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972.
- GOULART, João. "Desenvolvimento e independência", in: *Discursos*. Brasília, 1962.
- HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. North Carolina, 1932.
- HILTON, Stanley E. *Brazil and Great powers, 1930-1939. The Politic of Trade and Rivalry*. Austin, London, 1975.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro, 1975.
- KAHLE, Guenther. "Die Rolle der politischen Doktrinen in den Beziehungen zwischen den USA und Lateinamerika" (Conferência pronunciada no congresso anual da ADLAF - Comunidade Alemã de Pesquisas sobre a América Latina), Berlin, 1977.
- KJÉLLEN, Rudolf. *Die Grossmaechte der Gegenwart*. Leipzig, 1916.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Discursos*. Rio de Janeiro, 1956 ss.
- _____. *Latin American today*. Tucson, 1967.
- _____. "Mensagem ao Congresso Nacional", Rio de Janeiro, 1957.
- _____. *A marcha do amanhecer*. São Paulo, 1962.
- _____. *Industrialização - batalha pela própria sobrevivência*. São Paulo, 1958.
- LEFF, Nathaniel H. "Long-term Brazilian Economic Development", in: *The Journal of Economic History*, n. 29, New York, 1969, pp. 473-493.
- LEVINE, R. E. *The Vargas Regime. The Critical Years, 1934-1938*. New York, 1970.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A presença de Alberto Torres. Sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro, 1968.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização*. São Paulo, 1961.
- McCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. New Jersey, 1973.
- MARTINS, Carlos Estevam. "Brasil-Estados Unidos en la década de 1960", in: COTLER, Julio (ed.). *Relaciones políticas entre América Latina y los Estados Unidos*. Buenos Aires, 1974, pp. 299-334.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique. Formation et Evolution des Structures Politiques au Brésil*. Paris, 1976.
- MEIRELLES, Silo. *Brasil Central, notas e impressões*. Rio de Janeiro, 1960.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1973.
- NABUCO, Joaquim. Convocation Address delivered before the University of Chicago, 28/08/1908: The Approach of the two Americas, by Joaquim Nabuco, the Ambassador of Brazil.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco por sua filha Carolina Nabuco*. São Paulo, 1929.

- NORMANO, J. F. *A luta pela América do Sul*. São Paulo, 1944.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, 1976.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Lisboa, 1923.
- PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro, 1977.
- PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, 1964.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo, 1961.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, 1966.
- QUADROS, Jânio. "Mensagem ao Congresso Nacional", Brasília, 1961.
- _____. "Brazil's new Foreign Policy", in: *Foreign Affairs*, vol. 40, n. 1, out/1961, pp. 19-27.
- ROETT, Riordan. *The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast*. Nashville, 1972.
- SAN TIAGO DANTAS. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, 1962.
- _____. *Idéias e rumos para a revolução brasileira*. Rio de Janeiro, 1963.
- SCENNA, Miguel Angel. *Argentina - Brasil. Quatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires, 1975.
- SCHMITT, Carl. *Voelkerrechtliche Grossraumordnung*. Berlin, Leipzig, Wien, 1941.
- _____. *Theorie des Partisanen. Zwischenbemerkung zum Begriff des Politischen*. Berlin, 1963.
- SCHNEIDER, Ronald. *The Political System of Brazil. Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970*. New York, London, 1971.
- SCHOOYANS, Michel. *Destin du Brésil. La Technocratie Militaire et son Idéologie*. Gembloux, 1973.
- SCHROERS, Rolf. *Der Partisan: ein Beitrag zur politischen Anthropologie*. Koeln, 1961.
- SINGER, Paulo. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930", in: *Revista Mexicana de Sociologia*, ano XXXVI, Vol. XXXVI, n. 3, jul-set/1974, pp. 547-593.
- SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro, 1969.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, 1975.
- STORRS, Keith L. *Brazil's Independent Policy, 1961-1964. Background, Tenets, Linkage to Domestic Politics and Aftermath*, diss. (Cornell University Press). Itahaca, New York, 1973.
- TAMBS, Lewis A. "Marsch nach Westen. Geopolitische Aspekte der brasilianischen Expansion", in: *ZfG*, 16 (XXXIX) Jg., Heft 2, 1968, pp. 60-72.
- _____. "Geopolitical Factor in Latin America", in: BAILEY, Norman (ed.). *Latin American: Politics, Economics and Hemisphere Security*. New York, 1965, pp. 31-49.
- _____. "Rubber, Rebels and Rio Branco: the Context for the Acre", in: *Hispanic American Research Review*, 46, Ago/1966, pp. 254-273.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, 1977.
- TRINQUIER, Roger. *Guerre, Subversion, Révolution*. Paris, 1968.
- VALLA, Victor V. *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928. Sempre de acordo ou nobre emulação?*. Rio de Janeiro, 1978.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. V, Rio de Janeiro, 1938.
- _____. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, 1942.

- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro, 1965.
- VIEIRA PINTO, Alvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, 1959.
- YOUNG, Jordan M. *Brazil. 1955-1964: End of a Civilian Cycle*. New York, 1972.

Abstract

The Possible National Sovereignty or the Brazilian Version of the Monroe Doctrine.

The aim of this paper is to search the essential patterns constituting the Brazilian foreign politics, which are shown in the discourse of the power elite. This investigation is restricted to the study of two illustrative phases: a) the Republic in consolidation and b) the period that goes from 1930 to 1964. Its purpose is to analyse the steadiness of a strategic and political project. The essence of this project is the "nationalization" of the logical structures which characterize the "hegemonism" inherent in the Monroe Doctrine. Therefore, the North American pattern of a "manifest destiny" inspires the idea of converting the big national space in a political plus value, in the context of a process of hegemonic accumulation.

This paper questions the effective possibility of a peripheric and technologically dependent country of continental size, subjected to a hegemonic enclosure, to become sovereign and decide about its present and future.

Resumé

La Souveraineté Nationale Possible ou la Version Brésilienne de la Doctrine Monroe

L'objectif de cet article est la recherche des structures qui constituent la politique étrangère brésilienne, dans le discours de l'élite du pouvoir.

Cette recherche se limite à l'étude de deux phases illustratives: a) la République en consolidation et b) la période qui va de 1930 à 1964. Son but est l'analyse de la permanence d'un projet politique et stratégique.

L'essence de ce projet est la "nationalisation" des structures logiques lesquelles caractérisent la hégémonie inhérente à la Doctrine Monroe. Donc le modèle nord américain d'un "destin manifeste" inspire l'idée de conversion de la grandeur spatiale de la nation en plus-value dans le contexte d'un procès hégémonique d'accumulation.

Cet article pose la question de la possibilité effective d'un pays périphérique, technologiquement dépendent, de dimension continentale, soumis au cercle hégémonique, de devenir souverain et décider sur son présent et future.

ARTICLE

The Evolution of the
Human Brain

The evolution of the human brain is a complex process, involving both genetic and environmental factors. The brain is the most complex organ in the human body, and its development is a long and intricate process. The human brain is unique in its size and complexity, and its evolution has been a subject of intense study for many years. The brain is the seat of the mind, and its development is crucial for the survival and well-being of the individual. The evolution of the human brain has been a gradual process, with many stages of development. The brain has evolved from a simple, primitive structure to a complex, highly organized organ. The evolution of the human brain has been a result of both genetic and environmental factors. The brain is a highly plastic organ, and its development is influenced by a wide range of factors, including genetics, environment, and experience. The evolution of the human brain is a complex process, and it is still a subject of active research. The brain is the most complex organ in the human body, and its development is a long and intricate process. The human brain is unique in its size and complexity, and its evolution has been a subject of intense study for many years. The brain is the seat of the mind, and its development is crucial for the survival and well-being of the individual. The evolution of the human brain has been a gradual process, with many stages of development. The brain has evolved from a simple, primitive structure to a complex, highly organized organ. The evolution of the human brain has been a result of both genetic and environmental factors. The brain is a highly plastic organ, and its development is influenced by a wide range of factors, including genetics, environment, and experience. The evolution of the human brain is a complex process, and it is still a subject of active research.

Abstract

The evolution of the human brain is a complex process, involving both genetic and environmental factors. The brain is the most complex organ in the human body, and its development is a long and intricate process. The human brain is unique in its size and complexity, and its evolution has been a subject of intense study for many years. The brain is the seat of the mind, and its development is crucial for the survival and well-being of the individual. The evolution of the human brain has been a gradual process, with many stages of development. The brain has evolved from a simple, primitive structure to a complex, highly organized organ. The evolution of the human brain has been a result of both genetic and environmental factors. The brain is a highly plastic organ, and its development is influenced by a wide range of factors, including genetics, environment, and experience. The evolution of the human brain is a complex process, and it is still a subject of active research. The brain is the most complex organ in the human body, and its development is a long and intricate process. The human brain is unique in its size and complexity, and its evolution has been a subject of intense study for many years. The brain is the seat of the mind, and its development is crucial for the survival and well-being of the individual. The evolution of the human brain has been a gradual process, with many stages of development. The brain has evolved from a simple, primitive structure to a complex, highly organized organ. The evolution of the human brain has been a result of both genetic and environmental factors. The brain is a highly plastic organ, and its development is influenced by a wide range of factors, including genetics, environment, and experience. The evolution of the human brain is a complex process, and it is still a subject of active research.

FOUCAULT: PODERES DIFUSOS/SABERES DESQUALIFICADOS

Ilma Rezende Soares*

Resumo

O texto trata do poder em Foucault. Situa, rapidamente, a 'démarche' de sua análise: esta não tem como eixo a contradição capital/trabalho, nem toma o Estado como instância central de poder. Em seguida, de forma também breve, é comentada a diferença entre os poderes soberano e disciplinar, momento em que é tratada a 'microfísica do poder'. O poder é visto como relação na qual todos o possuem e são por ele possuídos. Fica a interrogação: onde reside o domínio? Ou será melhor perguntar: como ele se efetiva? O poder deve ser compreendido em sua positividade e possibilidade de resistência, caracterizando, pois, uma relação de luta entre forças opostas. Daí a possibilidade eterna de apropriação dos discursos por uma das forças em luta, e de conseqüente emergência de focos de resistência.

Sem classes, Sem Estado, Sem Sujeito?

Até fins da década de 60, Foucault utiliza como método de pesquisa, a Arqueologia, tendo como objeto correlato o saber. A partir de 1970, delimita um novo objeto de estudo e pesquisa: o poder. A delimitação desse novo objeto corresponde uma postura política que tem, por sua vez, relação direta com o método - genealogia; este, como tudo na nova fase de trabalho, é redefinido.

Essa relação entre método e postura política, observa-se em pelo menos duas definições da genealogia: "Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (Foucault, 1979: 171). Em outro momento, diz: "Parto de um problema nos termos em que ele se coloca atualmente e tento fazer disso a genealogia. Genealogia quer dizer que levo a análise de uma questão presente" (Foucault, 1984: 81).

O estudo do poder, tal como é empreendido por Foucault não se enquadra no esquema marxista das análises sobre o tema. Ou seja, não parte de uma perspectiva que tem como espaço de pesquisa a relação capital-trabalho (Foucault, 1983). O histórico das lutas, que será

* Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

inventariado através da ótica genealógica do poder, não se traduz no histórico da luta de classes: sua pesquisa não se faz à luz da trajetória delineada pela posição histórica entre burguesia e proletariado no jogo da correlação de forças. Em suas palavras:

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilégio' adquirido de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que 'não têm'; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (Foucault, 1983: 29).

Para Foucault tais relações se aprofundam, se disseminam na trama das relações sociais e, sem assumir apenas as formas jurídicas nas relações de tipo formal entre Estado e cidadão, se localizam para além das formas jurídicas e da "fronteira das classes" (Foucault, 1983: 23). Isso não significa que, através do estudo que empreende, não se possa ver desenhar uma luta histórica em uma perspectiva marxista de análise, entre classes dominantes e dominadas. Entretanto, não é esse o ponto de partida das suas análises. O espaço em que se materializa sua análise é o das "práticas sociais"¹, entendidas estas como a multiplicidade das relações sociais que marcam um determinado período histórico, independente de qualquer *a priori* que trace, no seio dessa multiplicidade, uma hierarquia entre relações de natureza distintas.

Do ponto de vista metodológico, essa postura delineia um estudo que não faz distinções entre práticas maiores e menores (Foucault, 1973: 11-12), científicas ou não-científicas, religiosas, políticas, econômicas, culturais, ou de qualquer outra natureza. Esse viés metodológico permite que sua análise não parta de um lugar específico, que, na estrutura social, funcione como *locus* do poder (Foucault, 1983: 268). Tomando como ponto de partida as práticas sociais, o poder emerge como sistema de relações diversas, impossível de ser cristalizado como um conceito fechado, uma teoria geral ou um objeto acabado (Foucault, 1984: 80). Daí, Foucault dizer que o poder, enquanto tal, não existe; o que existe são relações de poder (Foucault, 1979: XVI).

Fazer uma "analítica do poder", partindo das práticas sociais, o leva a ver as relações de poder como relações que só se produzem vinculadas a um campo de produção de saber. Para ele, as práticas sociais engendram

domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito

com o objeto (...) a própria verdade tem uma história (Foucault, 1973: 5-6).

É nesse sentido que, para empreender uma análise das relações de poder, não se deve partir de um sujeito de conhecimento, uma vez que este deve ser entendido como fruto de transformações históricas inscritas no domínio das relações entre poder e saber (Foucault, 1983: 30).

Ritual de Lei e Arbítrio

A análise positiva do poder, relacionando-a com a produção de domínios de saber, pode ser claramente visualizada na distinção que Foucault faz de uma mudança na natureza das relações de poder no período da transição do poder soberano ao poder disciplinar².

No regime feudal, onde vigoram as relações de poder soberano, os sujeitos históricos predominantes nas relações de poder serão o soberano e o súdito. Grosso modo, é possível dizer que a autoridade do soberano não era questionada, uma vez que sua legitimação respaldava-se nas suas origens de família, nos laços sangüíneos e, ainda, na "descendência divina". As relações de poder são de tipo direto, obedecendo a uma economia de força, onde a figura do rei-soberano, encarna a lei, e esta varia conforme circunstâncias, vontades, desejos, interesses que não obedecem a nenhum tipo de legalidade proveniente de qualquer acordo jurídico firmado com os súditos. Qualquer confronto ou dano é tomado como uma violência dirigida ao príncipe, podendo este exercer seu poder em relação ao súdito que quase totalmente destituído de condições objetivas de defesa, não tem, em termos políticos, possibilidade de argumentação ou barganha. Nessas ocasiões, muito mais que o cumprimento da lei ou estabelecimento da justiça, o que se vê é a reativação do poder do rei (Foucault, 1983: 46).

Se não for através dessa forma de confronto direto - soberano/súdito -, o poder soberano tem muito poucas condições de exercer seu controle sobre as ações dos súditos em sua totalidade.³ Falta-lhe os mecanismos da "microfísica do poder" que se exerce nos espaços ínfimos do corpo social, de forma onipresente e invisível, libertos da dependência física de um indivíduo específico: a figura do rei.

Essa descontinuidade no exercício do poder, que impede o controle eficaz disseminado no corpo social, agrava-se, mais pelos choques com as forças políticas do clero e da nobreza. Isso deixa entrever a precariedade de planejamento no exercício da função política do governo soberano, o que funciona como diferenciador das relações de poder na função política de governo nas sociedades modernas. Haja vista a variedade de procedimentos jurídicos existente, a variedade de 'justiças' que obedecem a interesses diversos e descontínuos. Existem as jurisdições religiosas, as justiças dos senhores, as que executam os próprios magistrados, e a do rei que,

"inconstitucionalmente", pode-se sobrepor a todo e qualquer procedimento regular (Foucault, 1983: 73). Em face de tal dinâmica, o poder soberano não consegue fazer uma economia das relações de poder que some forças, conjugue interesses, compartilhe objetivos, elabore estratégias e táticas comuns, tornando-o mais forte e permitindo uma estabilidade necessária à sua reprodução.

Economicamente, a soberania do rei se mantém por uma relação primitiva através da extração de impostos, cobrança de taxas, tributos, guerras, e outras formas de acumulação do que se pode chamar de uma "economia de extorsão". Essa atitude é típica de um poder que não acumula reservas econômicas, não faz um investimento na sua reprodução e não encara os homens como 'mercadoria', fonte de trabalho geradora de riqueza. Não há, nesse sentido, um investimento político-econômico do poder soberano em relação aos súditos. Se se pode chegar a dizer que há algum investimento, este tem, basicamente, a marca da negatividade. Marca de uma relação caracterizada pela extração, redução, subjugação, das forças do súdito até a sua impotência, que indica, por si, os limites desse tipo de manifestação do poder (Foucault, 1983: 50). Acostumados a uma "política de força" e uma "economia de extorsão", as formas de expressão de descontentamento e insatisfação dos súditos em relação ao poder soberano se verificarão com uma mesma intensidade, através de sublevações violentas, através do que vão ficando cada vez mais claras as diferenças entre as diversas camadas da população.

O Corpo Produtivo como Escultura Histórica

Pela sua própria característica de poder "que excede", descontinuo, sem planejamento, sem um corpo técnico-administrativo capacitado, e sem autonomia para fazer a gestão de um crescimento generalizado que marca a transição do século XVIII ao XIX, o poder soberano tenderá a extinguir-se.

Em meio a esse crescimento generalizado, múltiplo e diversificado e às lutas em toda a Europa pela unificação de seus Estados, surge em cena o Estado Moderno, o qual tem, como um de seus traços principais, a criação de um "aparelho" como instrumento básico à gestão política das relações, e uma progressiva impessoalidade no comando político. É o surgimento de um Estado que cria, divide, especifica, tecnifica e especializa, colocando-se como gestor de algo que é também novo, e que emerge como necessidade correlata a todas estas mudanças: a "ordem social" (Foucault, 1982: 69-93). Surgimento de uma máquina técnico-administrativa, diferente do corpo de funcionários existente no poder soberano, que sem qualquer autonomia, está à mercê da vontade do rei. Máquina administrativa que terá, como função, a organização de serviços eficientes e funcionais aos interesses dos cidadãos, viabilizada por uma autonomia que lhe é inerente, e pela interrelação entre suas várias instâncias. Nesse processo interdependente, onde os diversos tipos de

crescimento criam necessidades novas, exigindo mutuamente uma adequação e funcionalidade na organização das atividades referentes à gestão da ordem social, a sociedade disciplinar dá origem a complexos processos históricos de natureza econômica, jurídico-política, científica, ao mesmo tempo em que tem nos mesmos sua condição de surgimento (Foucault, 1983: 191).

O crescimento dos aparelhos de produção, possibilitado pela ampliação do mercado mundial, através da acumulação do capital propiciada pelo desenvolvimento econômico do Ocidente, estabelece com a população um tipo de relação econômica distinta da existente no sistema produtivo anterior. No sistema industrial emergente, a relação econômica se redefine não só pelo advento industrial em si, mas, paralelamente, pelo estatuto jurídico de propriedade privada que assume a terra. Nesse momento, o mercado de mão-de-obra livre é fundamental para atender às exigências de uma organização da produção onde a terra passa do uso agrícola intensivo à fonte de produção de riqueza através de outros usos. Bem como é também fundamental ao atendimento das necessidades criadas pelo comércio e indústria. Concomitante a esse quadro, o crescimento demográfico precisa ser organizado. Em um tipo de sociedade onde o homem adquire valor mercantil, é preciso assegurar as condições de sua reprodução frente aos riscos eminentes que se apresentam de forma geral como doenças, escassez de alimentos, epidemias, etc. Por isso,

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da 'população'; como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. (...) No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de mortalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos,... (Foucault, 1984c: 28).

É preciso transformar essas multidões confusas, inúteis, em multiplicidades organizadas, adequando-as aos requisitos político-econômicos necessários à sociedade disciplinar. Para tal, organiza-se, em torno do indivíduo, todo um campo de saber. Seja estabelecendo um novo sistema de troca, de valor monetário, seja na qualificação técnica das aptidões, seja em relação ao aspecto biológico. Em todos os sentidos, um saber técnico começa a cuidar da vida. A vida, em um sentido amplo, passa a ser objeto de cuidado e estudo: o homem inaugura, consigo mesmo, uma nova relação. A necessidade que se põe como premente é a de fazer a economia dos diversos crescimentos: a gestão dessas novas formas de relações. É preciso dar conta da população e, ao mesmo tempo, atender aos aparelhos produtivos. Urge conseguir coordenar crescimento populacional e crescimento dos aparelho de produção.

Essa coordenação deve, antes de tudo,

ajustar (...) a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só 'produção' propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército) (Foucault, 1983: 192).

Esse ajuste deve, contudo, obedecer ao requisito de produção de um corpo útil do ponto de vista técnico, ao mesmo tempo em que politicamente limitado em suas forças. O poder deve-se exercer sobre o indivíduo, dissecando-o, fazendo com que perca sua dimensão de indivíduo total, fazendo com que este perca, de certa forma, o controle sobre si próprio.⁴ Em suma, não deve haver correspondência entre o crescimento do corpo produtivo, ou seja, do homem qualificado do ponto de vista produtivo, e o homem como ser político. Ao poder disciplinar interessa que essas duas dimensões do homem se expressem em sentido inverso.

Para responder a essa necessidade político-econômica é preciso que se desenvolva todo um campo de saberes, técnicas, procedimentos, normas, valores, etc., que tenha condições objetivas de viabilizar a meta do "controle com utilidade". A partir desse momento, o homem, que antes "escapava ao olhar" descontinuo do soberano, será agora observado, examinado, controlado, classificado em arquivos e procedimentos, distribuído e fixado em espaços determinados. Desse modo, em sua multiplicidade, esse homem poderá ser observado e analisado de forma sistemática e planejada. Todo um conjunto de saberes históricos constituíram as condições de conhecimento necessárias para o desenvolvimento desse controle sobre o homem, onde entram, em relação de interdependência, a medicina, a arquitetura, a economia, a psiquiatria, a pedagogia, o direito, entre outros.

O processo produtivo emergente exige que (paralelamente a seu crescimento e concentração) os homens sejam cada vez mais transformados em fonte de força com o mínimo de inconvenientes e dispêndio. É preciso empreender uma economia de continuidade e permanência que permita controlar os espaços 'vazios', preenchendo-os de acordo com as necessidades dos diversos crescimentos. Essa política da continuidade e permanência deve produzir um homem dócil politicamente, útil economicamente, o qual o tipo de poder anterior não tinha condições objetivas de produzir. Nesse sentido, os homens que irão às fábricas deverão ser qualificados do ponto de vista técnico, saudáveis e 'normalizados' do ponto de vista médico-psiquiátrico, obedientes do ponto de vista jurídico, produtivos do ponto de vista econômico, divisíveis do ponto de vista administrativo, localizáveis do ponto de vista arquitetônico, moralizados do ponto de vista religioso. Necessidades que se criaram uma às outras, e que constituem um dispositivo histórico onde não é possível detectar uma intencionalidade, um sujeito responsável, sequer datar seu momento exato de origem ou um

elemento predominante na sua determinação (Foucault, 1979: 243-276, 1984c: 90-1).

A anatonomia dessa nova forma de poder tem, como característica suprema, a sua fragmentação em formas diversas de saberes, relações, técnicas, discursos, etc., que funcionam em uma dinâmica de constante 'construção' de um homem sempre 'novo', 'atualizado', adequado às evoluções e revoluções da técnica e dos costumes, normas e valores, constantemente criados e recriados.

Quando Foucault menciona a existência de uma sociedade disciplinar, está se referindo às sociedades modernas que reorganizaram a dinâmica das relações sociais sobre a base das disciplinas. Onde o poder, que antes se exercia em bloco de cima para baixo em relação ao "corpo social", não esteja, necessariamente, situado em nenhum ponto fixo. Mas sim disseminado na própria trama dessa dinâmica. Organizada essa disciplina em face de tal dinâmica seu uso como instrumento de poder pressupõe um caráter histórico. Pressupondo ainda desenvolvimento e adequação de acordo com as necessidades surgidas a partir de situações e circunstâncias históricas concretas e independentes da vontade dos homens. Ao referir-se a essa evolução, Foucault assinala que foi durante a idade clássica que o corpo foi descoberto como objeto e alvo de poder. E que as disciplinas já existiam como procedimento técnico adotado há muito tempo em conventos, exércitos, oficinas. Existiam, entretanto, sob uma forma 'elementar' de controle, onde o corpo é tratado como uma massa indissociável.

Na sociedade disciplinar, as disciplinas inauguram uma nova forma de investimento do poder sobre o corpo. As disciplinas irão se caracterizar pela relação produtiva com o corpo, levando em consideração as especialidades, e a necessidade de que sejam úteis.⁵ Assim irá operar uma decomposição do corpo através de procedimentos de estudo, análise e diferenciação detalhados, que individualizam o homem em uma perspectiva crescente de maior controle sobre seu 'uso', sobre suas atividades e ações. A individualização do homem através das disciplinas permite que ele possa ser utilizado ao mesmo tempo como massa individualizada, e como unidade, sendo 'adequado' e 'ajustado' a situações e necessidades particulares. Sendo assim, é possível, a partir da individualização do corpo em um mesmo movimento, tornar os homens massa homogênea e massa diferenciada, tanto mais úteis quanto mais sirvam a interesses, quer sejam eles de ordem político-econômica quer de ordem estritamente econômica ou política. Diferente da visibilidade que se tinha da figura do soberano com as disciplinas, essa visibilidade incidirá sempre, cada vez mais, sobre o corpo social na medida em que este se torna mais anônimo nos pontos em que, outrora, funcionava como "centro de poder".

No momento de emergência da sociedade disciplinar, com sua necessidade de coordenar o crescimento demográfico com a nova forma de organização da produção em seu ritmo acelerado, as

disciplinas estarão muito mais voltadas às necessidades do capitalismo, do ponto de vista mais direto e estrito da produção econômica. Suas formas e anatomia são ainda bastante visíveis e elementares. Dirigem-se, basicamente, ao corpo como unidade física, sem deixar, logicamente, de produzir efeitos de outra ordem, como a moralização das condutas, o respeito aos regulamentos, a neutralização de situações inconvenientes, a obediência às autoridades. Contudo não têm ainda, nos primórdios de sua emergência, a feição que irão assumindo paulatinamente, qual seja: de um conjunto de métodos de uma 'leveza' praticamente invisível.

No primeiro momento do capitalismo, tanto nas fábricas quanto nas escolas, a produção do indivíduo está centrada na preocupação com corpo físico:

Nas fábricas que apareceram no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos 'postos'. (...) no começo da Revolução, a finalidade prescrita ao ensino primário será, entre outras coisas, 'fortificar', 'desenvolver o corpo', 'dispor a criança' para qualquer trabalho mecânico no futuro, dar-lhe uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos (Foucault, 1983: 132 e 185).

O poder disciplinar já atingiu, nos primórdios do capitalismo, o estágio de uma máquina múltipla, mas ainda não independente. Seu funcionamento ainda exige certos procedimentos pouco econômicos, pesados do ponto de vista da obtenção da eficácia. O controle e a vigilância, quando necessitam investir em espaços além dos restritos a uma instituição específica, o fazem lançando mão de sujeitos que se deslocam até os espaços visados, sendo bem definida a posição daquele que controla e daquele sobre quem se exerce o controle. Isso não significa que esse tipo de procedimento tenha desaparecido.

A leveza de um poder quase invisível

A sociedade capitalista, no curso de seu desenvolvimento, irá aperfeiçoar cada vez mais a tecnologia disciplinar. A disciplina, em sua expressão inicial de tecnologia do poder, se exerce sobre o indivíduo de forma densa. Essa manifestação como simples "física do movimento" mais diretamente ligada à produção econômica em sua forma ritual é, necessariamente, dependente de indivíduos que garantam sua eficácia. Evoluindo como tecnologia do poder, será, paulatinamente, substituída por formas novas, mais sutis, mais leves e avançadas em termos físico-anatômicos, estando respaldada por uma variedade de saberes. Progressivamente assumirá o caráter de

tecnologias científicas que lhe permitirão infiltrar-se em todo o corpo social.

Se se pode dizer que, no momento anterior, já existe uma "microfísica do poder", na atualidade mais que em qualquer outro momento, essa expressão se materializa e assume toda a sua força. Como expressão moderna de exercício do poder, a 'microfísica' permite exercer um domínio eficaz do indivíduo. Como conjunto de técnicas históricas que vêm atuando sobre o homem, produzindo-o, a disciplina assume uma dinâmica preventiva. Haja vista que os próprios homens inscrevem, em si mesmos, os controles, as limitações, as condições necessárias e suficientes a sua sujeição (Foucault, 1983: 111 e 190). a dinâmica preventiva que agora é colocada em funcionamento na defesa da "ordem social" é tanto viabilizada pela inscrição do controle nos próprios e pelos próprios 'cidadãos' quanto é operacionalizada por uma série de dispositivos, de saberes específicos detidos por especialistas. Esses saberes estão autorizados a detectar e exercer uma ação controladora sobre indivíduos e situações tidas como disfuncionais ou que apresentam qualquer ameaça ao "interesse comum".⁶

A onipresença que singulariza a "microfísica do poder" nesse momento das sociedades modernas (permitindo a disseminação de controles por todo o corpo social) corresponde a uma introjeção das disciplinas nos espaços ínfimos, tidos como menores. Uma vez tendo sido introjetadas, ou seja, estando "em cada um", as disciplinas não se restringem mais ao espaço físico das instituições.

Independente da ação formal de uma instituição (sentido estrito do termo), o controle se exerce, disseminando-se em todo o "corpo social". Essa desinstitucionalização da disciplina responde a um triplo movimento: a) é possibilitada por representações que se construíram historicamente a partir de valores, discursos etc., que foram, progressivamente, interiorizados pelos homens; b) é reconstruída constantemente pelas representações a partir do momento histórico presente; c) é materializada em técnicas e instrumentos concretos.

É interessante notar que essa desinstitucionalização, como instrumental do "poder microfísico", assume condição de "procedimento normal", 'usual', algo como que inerente à dinâmica das relações sociais, fazendo passar despercebido o aspecto intrínseco da dominação. O que é isso senão a leveza de uma dominação que se exerce pelo saber? Dominação que, constituindo campos concretos de relações de saber-poder, consegue enredar os homens na horizontalidade e verticalidade da trama microfísica do poder. Isso porque esses saberes, em sua constituição, traduzem necessidades concretas, sejam elas políticas, econômicas, culturais, sociais, jurídicas, ou de qualquer outra natureza. Essa relação entre saberes e necessidades faz parte de um conjunto de estratégias que corresponde à própria realidade histórico-política de um tempo, do qual todos são igualmente estrategistas; onde não é possível buscar "entidades poderosas" como "um centro de poder", "um sujeito único", "uma

classe responsável", uma intenção geral, "uma estratégia global" (Foucault, 1979: IX-XXV; 1984c: 88-97).

A exemplo da materialidade em técnicas concretas e precisas, Foucault cita o exame (Foucault, 1983: 164-71) como uma "técnica delicada onde estão comprometidos todo um campo de saber e um tipo de poder". O exame como técnica de exercício de poder e produção de saber combina uma variedade de procedimentos de vigilância e controle sobre o indivíduo. Pressupõe uma situação onde um sujeito, uma instituição ou um dispositivo, a partir de uma posição diferenciada, desempenhará uma função de "autoridade examinante" em relação a um sujeito a ser submetido à autoridade.

No exame, a visibilidade de quem sofre a ação é total. Visibilidade que incide não só sobre a situação do sujeito examinado no momento presente, mas que também busca estender-se a um raio mais amplo perguntando, questionando, observando, classificando, registrando, revelando relações que são mesmo anteriores ao momento em questão: é o passado do qual se faz levantamento, são as convicções a respeito das quais se quer saber ou ter certeza. Por sua vez, esse exame da autoridade que estende o "olhar perito" ao passado e ao presente cria, nesse processo-ritual, as condições de continuidade futura de sua reprodução como tecnologia de poder.

Entre as instituições mais clássicas dessa engrenagem microfísica, a escola é um exemplo plástico. Em sua função social de produtora e transmissora de saber é, já em si, a personificação do ritual do exame. Nela, inseridos como sujeitos capacitados para o controle e a vigilância através da transmissão de disciplinas específicas, estão os professores. Como sujeitos a 'sofrerem' a ação dessa transmissão, estão os alunos, que, no caso da Universidade, diferentemente da escola primária, estão ali encarnando uma hierarquia e um *status* adquiridos na transposição de procedimentos de exames anteriores. No caso da Universidade, exemplo fértil, essa trama examinatória é quase infinita, ou, pelo menos, não se pode saber se é finita, não se pode detectar nela um ponto de origem, nem um ponto terminal. É interessante notar como, nesse espaço do saber, a cadeia do poder-saber se reproduz e se esforça em um movimento em que examinadores ocupam, dependendo das circunstâncias, o lugar de 'examinados' e vice-versa.

Essa dinâmica circular onde todos são investidos de um saber-poder ou poder-saber (Foucault, 1984c: 29-30) que parece sufocar e se enredar em si própria sem que dela se possa sair, traz em si mesma seus focos de resistência, de insurreição, onde, se todos são investidos de saber-poder, todos parecem investir contra todos nessa mesma perspectiva, munidos e autorizados por esse mesmo poder-saber. Assim, a relação microfísica poder-saber, ao mesmo tempo em que se exerce nos espaços 'inconfessáveis', produz seus focos de resistência, de poder.

No mesmo movimento através do qual o saber fraciona o poder, permitindo que penetre em espaços ínfimos de onde provém sua força

anônima, produz sua fraqueza. Se são infinitesimais os pontos onde o poder-dominação se inscreve e penetra, são também infinitesimais os focos de resistência que se criam. Se não é possível detectar uma estratégia global de dominação, na mesma proporção não é possível detectar uma estratégia global de resistência, ou seu ponto central. O infinitesimal que enlaça a tudo e a todos nas malhas do poder, pode ser, ou parece ser, o mesmo que possibilita o desenlace dessas malhas, abrindo sempre perspectivas de resistência. Essa forma circular da rede de poderes indica que sua reversão não se situa apenas como uma questão de opção política. Sua reversão não é uma trama que se rompe apenas por uma intervenção consciente de crítica dos processos de dominação vigente.

O dito e o não-dito do poder: a análise circular através do dispositivo

Essa forma de análise circular do poder - detectando elementos diversificados que entram na sua reprodução a partir da emergência de campos de saberes, de necessidades concretas, de uma materialidade que recobre os processos históricos de dominação, e que demonstra não ser produção meramente ideológica - é feita através de um instrumento teórico-metodológico que Foucault denomina de dispositivo.

Esse dispositivo seria

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979: 244).

Vê-se que a utilização do dispositivo como instrumento teórico-metodológico na análise das relações de poder está em consonância com a precaução metodológica de não buscar um centro do poder, um sujeito do poder, uma estratégia global, uma intenção geral. A dinâmica do dispositivo, do ponto de vista histórico, não reconstitui a trajetória de fatos históricos de lutas e confrontos em uma perspectiva restrita à relação entre 'dominantes' e 'dominados'. Nem tampouco reconstitui esse histórico das lutas apenas na perspectiva de uma ou de outra dessas forças. Todo o seu esforço é o de, sem partir de nenhuma dessas evidências históricas encontradas na "historiografia convencional", reconstituir toda uma trama de relações de uma época, tentando ver aí como se constituíram domínios de relações, campos de saberes, que se inscrevem como a trama das relações de poder de uma época ou que, assumindo materialidade, extrapolam-na em seu momento histórico restrito.

A microfísica do poder encontra no dispositivo, sem dúvida, um instrumental microfísico de análise. Sem incidir sobre qualquer dos elementos heterogêneos do dispositivo nenhum juízo de valor hierarquizante, Foucault poderá resgatar aspectos e saberes fundamentais do ponto de vista das relações atuais de poder, desvendando dados que expliquem, pelo menos em parte, algumas razões históricas dos processos de sujeição.

À medida que esse resgate histórico é feito, ele pode fazer surgir novas interpretações fazendo-as funcionar como elementos de oposição à forma como se estruturam as atuais relações de poder. Ou seja, trata-se da "utilização deste saber nas táticas atuais" (definição por ele dada à genealogia). Isso é o que ele faz ver quando analisa a razão da suavização das punições como técnica de poder. Sua conclusão é que tal suavização não correspondeu tanto ao discurso de humanização da justiça no exercício do poder punitivo, mas teve, como uma das causas determinantes, a elaboração de um saber sobre o homem, que o tornou objeto de um discurso com *status* científico (Foucault, 1983: 26-7). Discurso este elaborado através da instituição penitenciária, que, em sua função moderna de correção do indivíduo, estende, sobre todo o "corpo social", uma rede de controle (Foucault, 1983: 97-8).

Outro aspecto que caracteriza o dispositivo é a função estratégica que pode ter em determinado momento histórico. Atendendo a uma necessidade concreta, uma cadeia de elementos diversos, o dispositivo pode funcionar de modo a criar uma rede de relações que possibilite atender à exigência de controle (ou de qualquer outra natureza) frente a uma situação específica. Por ser, entretanto, uma rede de elementos heterogêneos que mantém articulação entre si, com relativa independência de uns em relação aos outros, um dispositivo que tem como função, na sua origem, atender a uma situação específica, pode, progressivamente, ir assumindo (tanto no nível do funcionamento geral, quanto no nível dos elementos em separado) novos conteúdos, novas funções, recobrando novos campos. A isso Foucault se refere quando aborda as estratégias de fixação dos operários no local de trabalho, dispositivo criado para evitar a mobilidade no emprego e para o qual se elaboraram técnicas variadas como pressão para o casamento, fornecimento de alojamentos, práticas de endividamento, construção de cidades operárias. Paralelamente a essas técnicas são formados discursos filantrópicos e de moralização da classe operária (Foucault, 1979: 252). Progressivamente, toda essa teia se dissemina no "corpo social" e ganha novas formas. Os elementos originais que a compunham se relacionam com outros elementos também novos, e se redefinem, desenhando um "quadro dispositivo" totalmente diverso do original.

Esse potencial que tem o dispositivo de redefinir seu conteúdo e forma originais, e a relativa autonomia que têm seus elementos mutuamente, em face de seu funcionamento interno, fazem dele uma possibilidade de perpétuo "preenchimento estratégico". Ou seja, o

dispositivo, como produto de relações de poder, não garante exclusividade de utilização, de manipulação, a nenhum sujeito específico, a nenhum objetivo ou intenção única. Assim, em um momento histórico específico, um dispositivo que não foi necessariamente criado por uma classe ou um sujeito determinado, quando investido por um discurso específico, pode resultar em um efeito contrário ao esperado. Nesse sentido, poderá produzir resultados sobre os quais não se tem controle, e que podem ser apropriados por forças opostas. Isso, do ponto de vista do poder, significa possibilidade concreta de resistência e elementos para elaboração de estratégias e táticas de luta.

Fiel a seu procedimento de reconstituir a trama dos poderes através da rede heterogênea do dispositivo, Foucault mostra como, no século XVIII, uma literatura popular de folhetim tinha como função uma propaganda contra o crime, que objetivava pressionar os processos de punição, ao produzir uma imagem do criminoso através de narrativas difamantes. Entretanto, enquanto elemento de um dispositivo no nível de sua ressonância em face da população, os resultados obtidos são contraditórios, havendo uma reversão do objetivo para o qual o dispositivo fora criado. A função de difamação que deveria ter perante o público é esvaziada. Haja vista que os criminosos descritos na literatura, que se insurgiam "contra a lei, contra os ricos, os poderosos, os magistrados, a polícia montada ou a patrulha, contra o fisco e seus agentes", identificam-se com a maioria da população pobre e oprimida (Foucault, 1983: 59-61).

As relações de poder e de saber, ao mesmo tempo em que são produzidas pelo homem também o produzem. A propósito disso, é interessante chamar atenção para o caráter interdisciplinar que marca historicamente a microfísica do poder. Através de dispositivos diversos, foi sendo construído paulatinamente esse saber sobre o homem, tomado enquanto sujeito-objeto de tais relações. Essa interdisciplinaridade evoluiu, garantindo, cada vez mais, a eficácia de controle sobre o homem através de discursos científicos e saberes especializados. É sempre no sentido de conhecer o homem, de controlá-lo, de prever sua evolução, de torná-lo objeto científico, de individualizá-lo, de classificá-lo, de torná-lo útil, enfim de investi-lo de determinada forma e produzi-lo em vista de um objetivo de ordem política, que o poder se exerce, que o saber se produz (Foucault, 1983: 27-8). Seja visando ao corpo físico ou ao corpo-representação, à "alma", como Foucault diz em certo momento, é sempre o homem - suas práticas - que se quer atingir. Esse é, definitivamente, um aspecto que garante flexibilidade à dinâmica do dispositivo, atribuindo-lhe uma considerável margem de risco, impedindo um grau de previsão total sobre a eficácia de um novo elemento que se queira introduzir em um dispositivo já existente. Esses aspectos afirmam ainda mais, o potencial de resistência que pode ser criado em torno, ou a partir, de um determinado dispositivo.

Isso, por sua vez, significa, ainda, que o dispositivo não pode ser identificado como uma estratégia de dominação. Nesse sentido, Foucault mostra, em *A Vontade de Saber*, o dispositivo da sexualidade, que como discurso moralizante, exerceu-se primeiramente em função das classes dominantes e só posteriormente foi estendido às classes trabalhadoras (Foucault, 1984c: 115-23).

O fato de que possa haver um preenchimento estratégico, em relação ao dispositivo como um todo ou em relação a um de seus elementos específicos, não significa que qualquer efeito contrário desencadeado, seja condição suficiente para que se dê uma apropriação 'automática' do dispositivo por forças opostas, levando a uma conseqüente reversão dos objetivos originais. Para que uma tal possibilidade de apropriação e reversão do dispositivo possa se concretizar, é necessário que as forças opostas tenham condições objetivas para efetivar essa apropriação e reversão: um grau mínimo de organização e capacidade técnica para viabilizar seu projeto político. Em situações como essa, nada impede que haja uma retomada da situação pelas forças em desequilíbrio, uma rearticulação do dispositivo e uma conseqüente continuação da situação de hegemonia das forças originais (Foucault, 1979: 245)¹⁰.

A idéia de "preenchimento estratégico" já pressupõe em si, um movimento de forças que se opõem. Forças que, em constante luta, reconhecem-se mutuamente, tomam-se em consideração, e organizam-se no sentido de ganhar posições em um campo de luta comum. Luta para preencher os espaços adversários, revertendo contra-ataques que teriam um teor potencial negativo, destrutivo, em espaço produtivo de reforço e de utilização. É preciso, entretanto, ter sempre muito claro que esses ataques e contra-ataques não têm pontos nitidamente localizáveis na sociedade. Surgem de todos os lados, de pontos variados; situam-se nos diversos locais de luta. Todas as forças atacam e contra-atacam. É preciso que isso esteja claro e que não se incorra no engano de supor que o privilégio do ataque situa-se apenas do lado que tem mais condições materiais de exercer um poder de pressão e domínio sobre forças que, objetivamente, encontram-se em situação desprivilegiada na luta.

Essa volatilidade que caracteriza o dispositivo torna-se possível na medida em que *Foucault permanece fiel ao seu mais polêmico pressuposto metodológico: o de não partir de um sujeito do poder. Todavia, o pressuposto "de não partir de um sujeito do poder" não significa a negação dos atores das práticas sociais das quais parte. Quando fala, que a lógica que nos rege é a da guerra, apontando aí uma dinâmica entre estratégia e táticas, não significa que pense na possibilidade de estratégias vazias de atores, mas sim que a relação entre condições objetivas e subjetivas que compõem o dispositivo possuem tal organicidade, que determinam que a relação entre os atores e suas estratégias na relação com os elementos do dispositivo

* Artigo recebido em outubro de 1991.

sejam de tal forma, que a estratégia pode vir a se "perder" do ator e aí a conformar-se de forma totalmente distinta da original.

Notas

- 1 VEYNE, Paul Marie, *Foucault revoluciona a História*, s.n.t., 1978: 159-60. Paul Veyne faz algumas considerações sobre como Foucault trabalha o conceito de prática.
- 2 A análise dessa transição aventada por Foucault em *A verdade e as formas jurídicas* é minuciosamente realizada em *Vigiar e Punir*.
- 3 A esse respeito, Foucault mostra que alguns instrumentos de poder da monarquia absoluta foram utilizados pelos súditos, como as *lettres de cachet* que eram uma espécie de ordem do rei, exercidas como instrumento de punição e que eram solicitados por indivíduos diversos, nas mais variadas situações: "maridos ultrajados", "pais descontentes com os filhos", "uma comuna descontente com seu cura", etc. (Foucault, 1973: 76-7).
- 4 "... Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo" (Foucault, 1983: 126).
- 5 "A disciplina é uma anatomia política do detalhe." (Foucault, 1983:128).
- 6 É o caso da justiça criminal que na mudança de seu procedimento penal chama a si um corpo de técnicos 'capacitados' que dará respaldo a sua função punitiva, a partir de uma rede de saberes interdisciplinares: "O laudo psiquiátrico, mas de maneira mais geral a antropologia criminal e o discurso repisante da criminologia encontram aí uma de suas funções precisas: introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, dando aos mecanismos da punição legal um poder justificável, não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão ou possam ser" (Foucault, 1983: 22).
- 7 "Fala-se muitas vezes da ideologia que as 'ciências' humanas pressupõem, de maneira discreta ou declarada. Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra) esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, reações de poder que permitem obter e constituir saber? O investimento político não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível algum saber" (Foucault, 1983: 165).
- 8 Foucault observa, como, no campo da justiça, essas técnicas produziram um deslocamento do "poder de punir", tomando como base o crime simplesmente, para uma intervenção no nível da criminalidade, ou seja, a elaboração de um saber que busca suas raízes, inventariando as redes de relações do criminoso antes do delito pretendendo assim exercer uma punição preventiva, objetivando garantir a reinserção na ordem social, e a evolução do comportamento futuro do detento. Neste sentido ver: Foucault, 1983: 21-26, 91 e 111-112.

- 9 Essa independência dos elementos do dispositivo em relação a um funcionamento geral, integrado entre os vários elementos, é possível na medida em que os vários elementos individualmente podem criar saberes e campos de relações que já engendram em si uma dinâmica de novos dispositivos. Neste sentido, ele escreve: "Tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX; pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia... Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos." (Foucault, 1979: 151, grifo meu).
- 10 Isso pode se ver no desenrolar de maio de 1968 na França: "... o General De Gaulle, que desaparecera (...) volta e pronuncia um discurso vigoroso (...) denuncia o perigo comunista e afirma manter-se no poder. Tal como queria a esquerda, ele dissolve a Assembléia Nacional e anuncia eleições. (...) A partir do 31, as camadas dominantes se retomam..." (Matos, 1981: 77, grifo meu).

Bibliografia

- BARBEDETTE, Gilles e SCALA, André. "O retorno da moral". In: Michel FOUCAULT. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, pp. 128-38.
- BAUDRILLARD, Jean. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- BELLOUR, Raymond. "Um devaneio moral". In: Michel FOUCAULT. Op. Cit., pp. 86-91.
- BOBBIO, Norberto. "A democracia e o poder invisível". In: _____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 83-106.
- BRITO, M. G. *Menor - carente-mulher. Qual o seu presente? Relações de poder em uma instituição de menor*. João Pessoa: MCS-UFPA, 1984 (Dissertação).
- BULLOW, Katharina von. "A arte de dizer a verdade". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 100-02
- _____. "O que é o iluminismo". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 103-12.
- CARVALHO, José Carlos de Paula. "A corporeidade outra". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). *Recordar Foucault: os textos do Colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 72-93.
- DANTAS, Luiz. "O alienista de Machado de Assis: a loucura e a hipérbole". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 144-52.
- DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. "Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 41-70.
- _____. "O estudo do homem". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 119-21.
- ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. "Genealogia e política". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 209-18.
- ESCOBAR, Carlos Henrique de. "A genealogia (Foucault) ou os leninismos na materialização de uma política nietzschiana". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 7-40.
- EWALD, François. "O cuidado com a verdade". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 74-85.
- _____. "O fim de um mundo". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 92-99.
- _____. "Michel Foucault". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 71-73.
- _____. "Le joueur de savoirs". *Liberation*, Paris, 1984.
- FARGE, Arlette. "Frente à história". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 113-18.

- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, 1973 (mimeografado).
- _____. *Sobre justiça popular*. Porto: A Regra do Jogo, 1974.
- _____. *E inútil se sublevar: um ponto de vista sobre a revolução iraniana*. S.l. Mimeografado, 1979.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 7).
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984a.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984b (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 15).
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984c (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 2).
- _____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 16).
- _____. e SENNET, Richard. "Sexuality and solitude". In: *London Review of Books*, 1981.
- FRAYZE-PEREIRA, João A. "A loucura antes da história". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 126-35.
- LARA, Sílvia Hunold. "O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 229-38.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos, 24).
- LEBRUN, Gérard. "Transgredir a finitude". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 9-23.
- LOSCHAK, Danièle. "A questão do direito". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 122-24.
- MACHADO, Roberto Cabral de M. *A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas*. Separata da Revista Discursos, 1974. São Paulo, (5).
- _____. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 11).
- _____. *História da loucura e crítica da razão*. Rio de Janeiro, mimeo.
- MACHEREY, Pierre. "Nas origens da história da loucura: uma retificação e seus limites". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 47-71.
- MARTON, Scarlett. "Foucault leitor de Nietzsche". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 36-46.
- MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História, 9).
- MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra* (Trad. Donaldson M. Garschagen). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (Col. Logos).
- MEZAN, Renato. "Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 94-125.
- MUCHAIL, Salma Tannus. "O lugar das instituições na sociedade disciplinar". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 196-208.
- RAGO, L. Margareth. "De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 219-28.
- RIBEIRO, Renato Janine. "O discurso diferente". In: Renato Janine RIBEIRO (org.). Op. cit., pp. 24-35.
- _____. "Foucault: o poder é positivo". *Folha de São Paulo*, 14/04/1985, p. 4-7. Folhetim. São Paulo, (430): 4-7, 1985 (suplemento).
- ROUDAUT, Jean. "Biblioteca imaginária". In: Michel FOUCAULT. Op. cit., pp. 125-57.

- SELEÇÕES READER'S DIGEST. "1968 - Barricadas em Paris". In: *Os grandes acontecimentos do século XX*. Porto, 1979.
- TRONCA, Ítalo A. "História e doença: a partitura oculta (a lepra em São Paulo, 1904-1940). In: Renato Janine RIBEIRO (org.). *Op. cit.*, pp. 136-43.
- VEYNE, Paul Marie. *Foucault revoluciona a história*. Londres: s.e., 1978.

Abstract

Foucault: Diffuse Powers/Disqualified Knowledge

This text examines power in Foucault's work. It briefly situates the "démarche" of his analysis. It is not hinged on the capital/labour contradiction, nor does it posit the state as a central instance of power. It goes on to make brief comments on the difference between sovereignty and disciplinary powers. At this point the author considers "the microphysics of power". Power is seen as a relation in which everybody possesses it and is possessed by it. This leaves us a question: where does the dominion reside? Or should one ask: how does it take effect? Power should be understood in its positiveness, in its capacity for resistance. It thus characterizes a struggle between opposing forces. Thence the eternal possibility of the appropriation of discourses by one of the forces involved in the struggle and the consequent emergence of pockets of resistance.

Resumé

Foucault: Pouvoirs Difus/Savoirs Disqualifiés

Le texte traite du pouvoir en Foucault. Il situe, rapidement, la 'démarche' de son analyse, qui n'a pas comme axe la contradiction Capital/Travail, ni prend l'Etat comme l'instance centrale de pouvoir. Ensuite, est brièvement commentée la différence entre les pouvoirs souverain et disciplinaire, moment où est traité la 'microphysique du pouvoir'. Le pouvoir y est vu comme la relation où tous le possèdent et sont pour lui possédés. Il nous reste la question: où reside la domination? Ou serait-il peut-être mieux de se demander: Comment se rend-il effectif? Le pouvoir doit être compris dans sa positivité et possibilité de résistance et ainsi caractériser une relation de lutte entre des forces opposées. D'où vient l'éternelle possibilité d'appropriation des discours par une des forces en lutte, et la conséquente apparition d'un focus de résistance.

JON ELSTER Y EL INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO: UNA LECTURA

Virgilio Alvarez Aragón*

Resumen

A partir de la descripción de las principales propuestas teóricas del llamado Marxismo de la Opción Racional, cuyo representante más significativo es Jon Elster, se discute la fertilidad que el análisis individual puede tener para las ciencias sociales en el presente.

La aceptación de que, a partir de las racionalidades individuales, es posible encontrar explicaciones plausibles de los fenómenos sociales no impide al autor agregar que, si la acción social es determinada por las normas sociales, los deseos y los intereses individuales, éstos no solamente están condicionados por las creencias con las que los individuos analizan las evidencias, sino que existe todo un conjunto de determinaciones sociales que no pueden ser explicados por comportamientos individuales; tal es el caso de la influencia del origen de clase, la cultura y la ideología, que contruidos socialmente tienen diferente influencia en las opciones racionales de cada individuo.

En los últimos años ha surgido en algunos centros académicos europeos y norteamericanos, un intenso debate por recuperar elementos del marxismo para las ciencias sociales; ya no como instrumentos básicos y fundamentales para la agitación y la actividad política en las masas trabajadoras, sino desde una perspectiva teórico-científica. Sus aportaciones no son universalmente aceptadas y han suscitado críticas y producido polémicas; podemos decir que, en la actualidad, aún son en su mayoría propuestas inacabadas pero que, no obstante eso, implican una opción en la construcción de metodologías sociológicas con alcances explicativos más amplios que las anteriores.

No puede hablarse de un pensamiento unitario; son más bien propuestas individuales aceptadas o rechazadas en parte por los distintos comentaristas y críticos. No constituyen un esfuerzo individual sino un esfuerzo colectivo, en el que los distintos autores, asumiendo sus diferencias, se muestran abiertos al encuentro de nuevas propuestas metodológicas que son expuestas para la crítica y evaluación.

* Ex-profesor de 1º FLACSO (Sede México); Candidato a Doctor, Departamento de Sociología da Universidade de Brasília

En la década de los años setenta, la corriente dominante dentro del marxismo académico fue conocida como estructuralismo althusseriano, llamado a finales de la misma a un fuerte ajuste de cuentas teórico.¹ Pocos son los que en la actualidad se atreven a defenderla como propuesta teórica alternativa, aunque no puede negarse que muchas de las categorías de cuño althusseriano siguen presentes en el discurso sociológico contemporáneo. Aparecen así en el ámbito académico interpretaciones que, dejando de lado la idea de que el marxismo es un "todo acabado incuestionable", se esfuerzan por recuperar partes de sus aportaciones para construir desde sus propias perspectivas nuevas propuestas que, sin aferrarse a él, aprovechan aquellas proposiciones que consideran fértiles y fructíferas para sus expectativas teóricas, inscribiéndose como integrantes de la tradición marxista.

Una de esas tendencias es la que actualmente puede identificarse como Marxismo Analítico, representado principalmente en los trabajos de John Roemer, Jon Elster y Adam Przeworski (Meiksins, 1989: 42).²

No todos sus críticos y comentaristas están de acuerdo en esa denominación, acuñada por Roemer, en *Analythical Marxism* (Cambridge, 1986).³ Algunos autores la consideran presuntuosa y poco explicativa de lo que teóricamente están tratando de desarrollar, sugiriendo que son más bien una expresión del Marxismo de la Opción Racional - *Rational Choice Marxism* - (Weldes, 1989: 333), ya que la perspectiva de su esfuerzo se centra en entender a las sociedades como compuestas por individuos, quienes "intentarán escoger racionalmente entre varias opciones para realizar su acción" (Carling, 1986: 27).⁴

Jon Elster es considerado el representante más importante de esa escuela, sobresaliendo su interés por hallar alternativas metodológicas que, incorporadas al cuerpo teórico del marxismo, permitan validar las afirmaciones de la investigación social. En esta búsqueda ha echado mano de concepciones teóricas que hasta hace algunos años eran consideradas exclusivas de la "sociología burguesa", tratando con ello de dar fuerza explicativa al ámbito de lo micro, que en el marxismo tradicional había sido considerado como inutilizable e inabordable. (Elster, 1989b: 163).

Las críticas a la sociología contemporánea

Toda aportación teórica parte, en buena medida, de constatar la imposibilidad para lograr explicaciones satisfactorias con las teorías existentes. En el caso que nos ocupa, ésta viene de la supuesta imposibilidad que las explicaciones macro sociales plantean para el análisis de las acciones humanas. La dificultad toma caracteres metodológicos cuando el cuestionamiento se hace directamente a lo que hasta ahora ha sido considerada como la metodología marxista, que asume, entre otras cosas, que las explicaciones macrosociales

tienen la posibilidad de dar cuenta del evento al que se refieren sin recurrir a los actores individuales.

La serie de autores, agrupados dentro de la denominación del "marxismo analítico" o de la "opción racional" coinciden en que, sólo a partir de un análisis de los actores individuales, en la búsqueda de los microfundamentos, es posible encontrar explicaciones válidas a las preguntas que sobre los actores colectivos puedan levantarse (Elster, 1989b: 164 e 173).⁵

En el conjunto de sus trabajos, Elster se siente incómodo con buena parte del arsenal teórico que el marxismo tradicional le proporciona. Así, en *Marx Hoje* (1989)⁶ resume lo que a través de toda su trayectoria intelectual han sido sus acuerdos y desacuerdos con la propuesta marxiana, justificando además el individualismo metodológico dentro de la visión del autor de *El Capital*.

Como punto de partida considera que, si bien es posible hablar de una metodología marxista, ésta consistiría en la combinación de tres elementos, cuestionables y discutibles en su capacidad propiamente metodológica, siendo éstos: el holismo metodológico, la explicación funcional y la deducción dialéctica (Elster, 1989a: 35).

Sus cuestionamientos al holismo y al funcionalismo consideramos constituyen la base que le posibilita proponer el análisis racionalista y justificar sus innovaciones metodológicas: el individualismo y la teoría de los juegos, que asumen en su propuesta el papel instrumental fundamental.

1. El holismo metodológico

Para los defensores del "Individualismo Metodológico" no es posible hacer análisis macro si antes no se ha procedido a explicar lo que sucede en lo micro; no se cuestionan las explicaciones macro, sino el que éstas se hagan a partir de objetos contruidos dentro del mismo ámbito de lo macrosocial. Este holismo metodológico estaría representado por aquella proposición según la cual existen, en lo social, totalidades o colectividades sobre las que no se pueden hacer proposiciones reducidas a sus miembros individuales (Elster, 1989a: 35).

Desde esa perspectiva, muchas de las aproximaciones teóricas que Marx llevó a cabo estarían cargadas de esta forma de concebir a la sociedad, error en el que pueden verse incluidos también buen número de los considerados clásicos de la sociología, tal el caso de Durkheim, quien, en palabras de Elster, estaría proponiendo que "aunque la sociología pudiera convertirse en ciencia perfecta, existirían hechos sociales que ella no podría explicar, ya que no estarían reducidos a explicaciones individuales" (Ibidem).

La discusión entre la perspectiva individualista y la holística ha estado presente en casi toda la historia del pensamiento social occidental (Gouldner, 1982: 37), asociándose el holismo a aquella idea de que los actores individuales actúan impulsados por estructuras

preexistentes, en cierto sentido como producto de la historia. La manera en que ese impulso se produzca es lo que vendría a diferenciar a las distintas corrientes que, en términos de Alexander, podrían ser consideradas como colectivistas. Lo que para unos es una probabilidad, para otros sería un destino predeterminado por las estructuras sociales (Alexander, 1988: 279).

La imposibilidad metodológica de estas visiones de poderse referir a los individuos que integran esas colectividades conduce, en la visión de Elster, a explicaciones carentes de validez. Si a esos agrupamientos (producidos de cualquier manera y en condiciones diversas) se les asignan los atributos de voluntad y racionalidad, las elaboraciones que sobre ello se hagan no tienen utilidad científica, ya que tales atributos no son identificables directamente en esos colectivos. Si a nivel individual pueden existir construcciones abstractas que se refieran a colectividades, ellas no tienen la posibilidad de convertirse en categorías sociológicas posibles de ser analizadas. Si tomamos como ejemplo expresiones como "el capitalismo teme a la clase trabajadora", el objeto directo de ese temor - clase trabajadora - son construcciones ideales que los sujetos - capitalistas - de manera individual construyen, por lo que las ideas que de ellos tengan vendrán a ser explicaciones particulares que no necesariamente coinciden con la realidad (Elster, 1986: 164; 1989a: 37).

Conceptos como clase social, Estado, movimiento social, etc., no pueden ser asumidos desde esta perspectiva, como totalidades indivisibles, pues si los individuos pueden construir mental y subjetivamente sus explicaciones colectivas, en el análisis social no pueden considerarse como abstracciones útiles para la investigación, sino como ideas de colectivos integrados por individuos, capaces de ser reconocidos en sus relaciones que son las que, al fin de cuentas, dan contenido a ese ente social.

Pero si las afirmaciones anteriores parecieran irrefutables, dado que han sido dirigidas al centro de la teoría marxista de la acción colectiva (Przeworski, 1989: 8)⁷, esta referencia sería hecha a lo que Levine y co-autores llaman un holismo radical, corriente de la que resultaría difícil encontrar defensores explícitos aunque podría ser achacada a los análisis poco rigurosos, especialmente de la tradición marxista. Esto en general, puede deberse a la idea de totalidad que, como en el caso de Althusser, es muchas veces llevada a niveles extravagantes (Levine, 1989: 2).⁸

Es a partir de críticas como esa con la que los miembros de la corriente del marxismo analítico justifican su exigencia por análisis que recurran a los actores micro, sin apuntar el nivel ni el momento en que tal reducción es sociológicamente posible, ya que "podría demandarse reducir los análisis a nivel de neurofisiología, llegando aún a demandar explicaciones relativas a las partículas atómicas y sus intervenciones en los procesos sociales estudiados" (Levine, 1989: 63).

Si se acepta que los eventos sociales pueden ser reducidos a niveles micro, esta expectativa no puede convertirse en una exigencia teleológica que conduciría a la búsqueda constante de las causas individuales a niveles cada vez más particulares, negando al análisis social la posibilidad de explicaciones respecto a los procesos colectivos. Elster reconoce esta limitación de su exigencia, por lo que en una de sus últimas obras afirma que el individualismo metodológico, como él lo considera, "no supone que los individuos sean átomos con una existencia pre-social antes de reunirse para formar la sociedad", la reducción tampoco se entiende, aclara, "a lo que pasa dentro de la cabeza de las personas" (Elster, 1989a: 37).

No es posible defender un holismo radical, pero tampoco es posible comprometerse con la exigencia extrema del individualismo. Es por ello que autores como Levine y compañeros plantean el antirreduccionismo como posibilidad metodológica; en él si bien se acepta la necesidad de los análisis micro, su utilización no implica renunciar a la reflexión macro, cuando esto es posible.

Su argumentación se centra en la capacidad explicativa que respecto al colectivo tengan los sujetos individuales; proponen la utilización de "tipos" macrosociales, que tendrían su referencia en los "casos" microsociales. Cada tipo se construye - a la weberiana - por un conjunto de referencias individuales, que constituyen los casos a los cuales el investigador se remite para encontrar la explicación del fenómeno, no necesariamente generalizable a otros "tipos". Con el análisis de casos, la ciencia tiene la posibilidad de encontrar explicaciones singulares, referidas a hechos específicos, pero también puede comprender la naturaleza de los tipos que "caen dentro del campo de conocimiento" de los casos analizados (Levine et. al., 1989: 62).

Mientras el partidario del individualismo "extremo" estaría exigiendo la reductibilidad de la comprensión de los procesos a los casos, la propuesta de Levine acepta el análisis individualista, pero desde una perspectiva menos extrema.

2. Funcionalismo

Otra crítica importante de Elster al marxismo clásico se centra en lo que llama las explicaciones funcionales, que serían aquellas que pretenden "explicar los fenómenos a partir del beneficio para alguien o algo, aunque no se demuestre que haya existido la intención de producir tales consecuencias" (Elster, 1986a: 35).

En el discurso de Elster éste es uno de los grandes problemas de Marx y el marxismo. Como todos los hegelianos, Marx - afirma - estaba obcecado por las significaciones, así, cuando en *El Capital* afirma que el ascenso social de un obrero "refuerza la supremacía del capital... de forma similar a cómo la Iglesia Católica de la Edad Media reclutó para su jerarquía dentro de las mejores cabezas, independiente de su clase social como un medio para consolidar su dominio" (Elster,

1989b: 172) está aplicando una explicación similar para dos hechos distintos. La relación funcional que en el caso de la Iglesia es posible aceptar, en lo que se refiere al capital resulta inválida, ya que conduciría a admitir la existencia de una "corporación moldeando y canalizando todo para su propio beneficio" (Ibidem.).

La explicación funcional consistiría en tratar de explicar el ascenso de los obreros (o de los campesinos a la jerarquía eclesial) como subsidiarios de una estructura dominante, política o económica, sin que esa fuera su intención.

El comentario tiene una parte inobjetable: no es posible encontrar un estado mayor de la burguesía que realice la selección detallada de aquellos que le resultan útiles para legitimar su dominación. Sin embargo, el efecto sí se produce, ya que resulta también inobjetable que el ascenso social sirve para legitimar dentro de la mayoría de la población no sólo los mecanismos mismos del ascenso, sino el sistema político y económico en el que se produce.

Elster afirma que ese tipo de funcionalidad requiere, para ser plausible, de un ciclo de realimentación ya que, siguiendo el ejemplo, los beneficiarios de ese ascenso social de algunos obreros, vendrían a ser otros burgueses y no aquellos que lo permitieron e instrumentaron. Nuestro autor considera que la explicación funcional para que se dé debe ocurrir dentro de un patrón de eventos similares y recurrentes.

Los cuestionamientos no sólo son dirigidos al funcionalismo en el marxismo, sino también a posiciones que, como la de Coser, argumentan por ejemplo que "los conflictos entre e intra estructuras burocráticas proporcionan los medios para evitar la osificación y ritualización que amenazan la forma organizativa de esas estructuras".¹⁰ La asunción que esas estructuras burocráticas tienen la capacidad de otorgarse medios para evitar la calcificación, conceden a esas estructuras atributos de voluntad y racionalidad que no son capaces de poseer (Elster, 1989b: 167).

Nuevamente la crítica resulta válida en una de sus partes, ya que es innegable que las burocracias son incapaces, como estructuras, de poseer la "voluntad" que les lleve a evitar su osificación. Pero el cuestionamiento debe dirigirse al carácter de lo explicado: si lo que se quiere desentrañar son los procesos de legitimación del capitalismo, o la posibilidad anti-osificadora de las burocracias, la existencia de esos procedimientos no son explicables por la existencia de una "mano invisible" o una "voluntad burocrática" inencontrables, lo que trata de encontrarse es cómo esos entes colectivos adquieren una lógica de comportamiento al margen de las voluntades e intereses individuales de sus miembros. En el caso de la propuesta individualista, encontrar los hechos individuales que permitan ver que determinados actores, dentro de ese colectivo, están actuando racionalmente e imponiendo por algún medio una forma de actuación al mismo, que conduce a los resultados apuntados.

Todos los críticos y comentaristas¹¹ de Elster aceptan que ese tipo de dificultades pueden existir dentro de las interpretaciones sociológicas; algunos de ellos, sin embargo, pretenden demostrar que el funcionalismo marxista no puede ser considerado de manera tan estrecha.¹²

G. A. Cohen, por ejemplo, que ha discutido junto a Elster estos temas, hace una defensa teórica de las explicaciones funcionales dentro del marxismo, pues estima que aquellas explicaciones en las que las consecuencias están explicando a las causas no son básicamente funcionales, aunque Elster así lo considere (Cohen, 1989: 179). Para él, Marx menciona tres conjuntos claramente relacionados de manera funcional:¹³ Fuerzas Productivas, Relaciones de Producción y Superestructura. Las relaciones de producción estarían correspondiendo al grado de desarrollo de las fuerzas productivas, y por otro lado son la fundación sobre la cual se eleva la superestructura. Nuestro comentarista considera que:

Estas son maneras de decir que el grado de desarrollo de las fuerzas productivas explican la naturaleza de las relaciones de producción y que esas a su vez explican el carácter de la superestructura. Pero, qué tipo de explicación es ésta, mi argumento es el de que en cada caso tenemos un tipo de explicación funcional. (Cohen, 1989: 183)

Para Cohen, las explicaciones del marxismo - centralmente el materialismo histórico - son pues de naturaleza funcional. Cualidad que no le hace pensar necesariamente inaceptable como teoría social, pues el funcionalismo se traduce, en este caso, en una explicación "en la que un hecho, en el ámbito de cierto orden, explica la ocurrencia de un evento-tipo propio de ese orden, al cual está considerando como hipótesis" (Cohen, 1989: 183). Una situación determinada puede servir para explicar para qué es útil, mas esa utilidad no tiene por qué dar cuenta de cómo y por qué se produjo esa situación.

Elster acepta que ese tipo de explicaciones pueden ser válidas para las ciencias naturales, mas no resulta plausible, afirma, su utilización en las ciencias sociales. En ese sentido, su rechazo a definir el Estado a partir de su función en el capitalismo es aceptable pues, explicado por el beneficio que produce a la clase a la que sirve, constituye una causa sólo existente a partir de lo que ella misma pretende explicar.

Las propuestas microsociológicas de Elster

Siendo las anteriores críticas al marxismo y a las visiones sociológicas macro en general, básicas para aceptar o rechazar ese tipo de perspectivas, los autores inscritos en el marxismo analítico no concluyen en que esos sean los aportes centrales de Marx, pues consideran que su importancia se centra en categorías y descubrimientos que el autor de *El Capital* hizo y que resultan

importantes para el desarrollo de la corriente de investigación en la que se inscriben.

No consideran que el marxismo sea principalmente una metodología, posición en la que los miembros de la corriente son apoyados por algunos de sus críticos, estiman que la "peculiaridad del marxismo, en cuanto ciencia de la sociedad, no es metodológica, sino más bien sustantiva", su metodología es, a lo sumo, una buena metodología científica (Levine, 1989: 58).

Si Elster critica la forma y la manera en que se hace ciencia social desde el marxismo, su crítica abre paso a propuestas metodológicas, que son el punto central de sus trabajos. Para él es necesario recurrir a explicaciones microsociales, ya que sólo así es posible lograr explicaciones coherentes y consistentes en los análisis macrosociales. Funcionalismo y holismo impiden que las afirmaciones que se hagan de los actores y procesos sociales tengan capacidad explicativa, ya que dentro de su propia lógica resultan inconsistentes. Es necesario, afirma, encontrar metodologías que nos permitan descifrar cómo los actores se comportan y actúan, para así poder entender cómo esos comportamientos colectivos se producen.

1. La adscripción racionalista

A fin de eludir el determinismo del que se acusa a las versiones hasta hoy existentes en el análisis social, los miembros de la escuela del Marxismo Analítico han asumido que el racionalismo es una alternativa, dando al mismo su propia interpretación (Alexander, 1988: 298)

Elster afirma que la teoría racional supone "que las personas escogerán efectuar la acción que prefieran o consideren mejor, a partir de evaluar un conjunto de posibilidades" (Elster, 1989a: 40). Actuar racionalmente es escoger la mejor opción entre un conjunto viable de alternativas. Considera además que en la búsqueda de la explicación de una acción, el racionalismo apela a dos procesos sucesivos de filtración: primero, excluir aquellas explicaciones incoherentes, que no satisfagan criterios lógicos, físicos, económicos o mentales, para que, dentro del conjunto restante de opciones posibles a asumir por los individuos, apelar a un principio de selección que explique la acción finalmente escogida (Ibidem).

Esta racionalidad estaría en el centro de la naturaleza misma de la acción humana. En la era moderna "pensar sobre la acción conduce a pensar en si es o no racional" (Alexander, 1988: 277). Esta dicotomía es la que conduce a polarizar los análisis de la acción entre egoísmo -optimización de resultados -, y altruismo -comportamientos emocionales e inconscientes. Ella ha llevado también a los autores del Marxismo Analítico a considerar que no se pueden estudiar los actos sociales alejados de la capacidad de elección de los actores individuales.

Como en *Marx Hoje* Elster señala: el intento por explicar el comportamiento humano en términos de toma de decisiones racionales data de muchos años atrás, y su resurgimiento acontece en los momentos en que las explicaciones macro-sociales son cuestionadas a partir de la exigencia por la incorporación del elemento racional de los actores. En las últimas décadas, puede decirse que el modelo racional fue reincorporado a la discusión sociológica a partir de las teorías del intercambio propuestas por Homans,¹⁴ pues renovaba las interpretaciones utilitaristas, que en los años 30 Parsons había criticado al fundamentar su propuesta funcionalista (*Ibidem*).

Desde esta percepción de la cientificidad del tratamiento de los eventos sociales, "la teoría satisfactoria es aquella capaz de explicar la historia, en términos de las acciones de individuos racionales y volcados a la realización de sus objetivos" (Przeworski, 1988: 8). Para Elster la teoría racional implica que se considere las condiciones y las preferencias tanto en su independencia como en su interrelación, pero subraya que "si la teoría insiste en que la persona escogerá la acción que crea más adecuada a sus propósitos, esto no quiere decir que sea lo mejor en un sentido más objetivo" (Elster, 1989a: 40).

Esta exigencia por analizar las alternativas ante las que los individuos se enfrentan al momento de realizar una acción, conduce a nuestro autor a pensar los conflictos clasistas en estos términos, no acepta por tanto, que las condiciones materiales dejen a los individuos ante una sola opción, pues esto conduciría a aceptar que por ejemplo, mientras los obreros no tienen opciones, la clase dominante ha tenido la posibilidad de actuar racionalmente al decidir por la alternativa en la que condena a aquéllos a no tener ninguna.

En la construcción de la propuesta teórica de Elster se exige tomar en cuenta las relaciones que la acción tiene con respecto a los motivos y las creencias. Considera relativamente cierto que los hombres son gobernados por las normas sociales, por el hábito y la tradición, aspectos que interactúan con la racionalidad. Si bien acepta la crítica de que las normas no son asumidas racionalmente, ello no llega a destronar de su posición dominante al racionalismo, ya que a la propuesta irracionalista dependiente de las normas, le estaría faltando avanzar en su capacidad predictiva (Elster, 1990: 57).

Como puede verse, sólo a partir de la aceptación de que los actos son realizados como consecuencia de una decisión individual y racional es posible, según Elster, llegar a diagnósticos y predicciones científicamente válidas en las ciencias sociales. En otras palabras, sólo puede hacerse ciencia social a partir del análisis de las acciones racionales. Varias dudas saltan a la vista: la primera, y que consideramos de fondo, es aquélla que nos conduce a preguntar si es posible pensar todos los actos humanos como regidos por procesos racionales, aun sea en la búsqueda de lo suficientemente bueno cuando no es posible obtener lo mejor.

Si respondemos afirmativamente, enfrentamos al menos dos cuestiones centrales: una se refiere a la consideración de "lo social",

pues, ¿de qué manera la adición de varias decisiones individuales permite interpretarlo como acción colectiva? La otra se refiere a la proyección o alcance histórico que una explicación puede tener: ¿De qué forma los comportamientos racionales de un momento dado pueden ser convertidos en tendencias de largo plazo?

Elster sale al frente de parte de la segunda cuestión cuando afirma que:

No se puede, caso por caso, volver hasta las primeras causas de la acción, especialmente para alguien que, como los marxistas, quiere comprender tendencias históricas de largo plazo; en ese nivel nada puede ser tomado como constante o dado, todo debe ser explicado a partir de lo endógeno. (Elster, 1989a: 40)

Como puede verse, la interrogante permanece, pues no ofrece ninguna solución metodológica para encontrar explicaciones racionales a partir de lo endógeno macro.

Otros autores del marxismo de la opción racional aceptan la hipótesis de que las acciones pueden no ser guiadas por la posibilidad de elección de los actores, afirmando que, por ejemplo, "no se puede estar seguro respecto a la manera en que pueda determinarse la frecuencia de situaciones irracionales en el mundo real" (Przeworski, 1982: 12), llegando a considerar que existen ilustraciones suficientes para demostrar que el concepto de condiciones irracionales constituye un instrumento útil de análisis, tal vez hasta subutilizado, aunque se siga dudando de que el mundo sea tan irracional como los existencialistas lo pensaron.

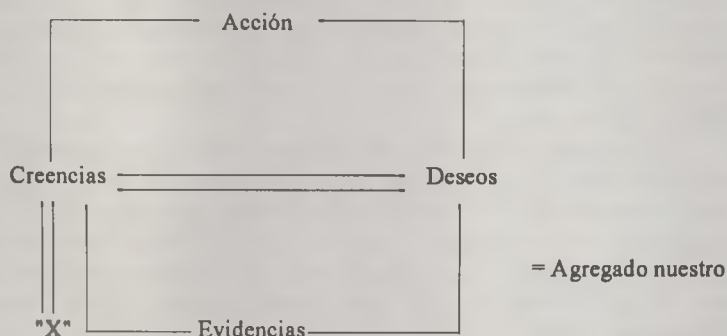
Elster, dentro del esfuerzo por hacer útil la opción racional como instrumento de investigación, ha intentado definir el significado y el campo de lo que puede llamarse "política racional", que no es sino el esfuerzo por aplicar en el análisis político los criterios del racionalismo. El asume que la racionalidad política estaría definida como extensión de las opciones individuales a opciones políticas, las que son, en cierto sentido, hechas por y para la sociedad (Elster, 1987: 7).

Si partimos de que los deseos (ansias, anhelos) son en buena medida producto de persecuciones y expectativas racionales - factibles de lograr - la acción política racional podría ser asumida cuando los deseos conducen al establecimiento de evidencias, que llevan a asumir hipótesis - creencias sobre el éxito de la acción - para finalmente tomar decisiones.

El esquema propuesto por Elster resulta válido para la toma de decisiones políticas con actores individuales, aunque resulta necesario agregar que desde nuestra opinión los deseos se ven influidos por las propias creencias producidas además, no sólo por las evidencias, sino por un cúmulo de elementos no explicables - y no necesariamente racionales - que nombrados como "X" podrían ser producto del origen de clase, la ideología y la cultura del grupo al que se pertenece,

modificando, entre un sujeto y otro, la lectura que de las evidencias se hacen (ver Gráfico 1).

Gráfico 1



No podemos, por tanto, simplificar el proceso de la acción, aun cuando asumamos que es racional, ya que es preciso considerar que los deseos estarán influidos por las concepciones y las creencias que sobre el objeto de la acción se tengan. Cuánto es el monto de esa influencia, es algo que no puede ser generalizado, debiéndose considerar empíricamente para cada uno de los procesos que se pretendan estudiar. Toda evidencia, desde esta posición, vendrá a ser leída en la perspectiva de las creencias que orientan a la acción.

Un problema mayor aparece cuando intentamos encontrar explicaciones a la acción de "n" actores ya la afirmación de Elster (Gráfico 1) no nos permite establecer las interacciones que entre cada individuo puedan establecerse para un análisis de las acciones colectivas.

Elster concluye:

sabemos algunas cosas sobre cómo creencias y preferencias son moldeadas por la estructura social. Existen, en particular, evidencias de que las personas acomodan sus deseos o creencias de manera de reducir la **disonancia cognitiva**, esto es, la tensión que produce cuando se cree en la imposibilidad de alcanzar aquello que se quiere. Los oprimidos frecuentemente acaban por aceptar su situación porque es mucho más difícil encontrar alternativas. Mas sabemos muy poco sobre los límites dentro de los cuales ese mecanismo opera. y a partir de donde la revolución se torna como posibilidad real. (Elster, 1989a: 43)

La propuesta metodológica por tanto no es suficiente, por lo que el reto en este sentido es encontrar la manera de potenciar, si se acepta el ideario racionalista, cada una de las premisas propuestas para el análisis individual.

2. La opción metodológica: El Individualismo

Uno de los recursos teóricos a los que Elster considera puede acudir con éxito para tratar de dar forma a la propuesta racionalista en el análisis social, es el individualismo metodológico (IM), posición según la cual "todas las instituciones, patrones de comportamiento y procesos sociales sólo pueden ser, en principio, explicados en términos de individuos, sus acciones, propiedades y relaciones" (Elster, 1989a: 36).

La necesidad de la acción racional no es un rasgo unificador del individualismo, pues si bien las viejas escuelas individualistas han sido racionalistas, tendientes a reflejar una concepción de la sociedad surgida de las elecciones de actores individuales y racionales, en la actualidad se plantean propuestas individualistas no racionales, tal el caso de las corrientes del "actor apasionado" y el existencialismo (Alexander, 1988: 282).¹⁵

Elster justifica su utilización al afirmar que el análisis social marxista debe relacionarse con "la ciencia social burguesa absorbiendo y desarrollando lo que le es útil, criticando y rechazando lo que no tiene valor" (Elster, 1989b: 163).¹⁶ Desde su lectura de Marx, supone que éste resulta en algunas partes de su obra un individualista en el sentido normativo:

percibía con satisfacción que las sociedades de clases y el capitalismo en particular habían llevado a la civilización a grandes adelantos, medidos por las realizaciones en el arte y las ciencias. Mas ese proceso era la realización del hombre y no de los hombres individuales que, en su mayoría, vivían, han vivido siempre en la miseria. En verdad, apenas por la explotación de muchos, podían las sociedades de clases crear el tiempo libre necesario para que unos pocos contribuyesen al progreso de la civilización. (Elster, 1989a: 39)

Una de las dificultades en el IM es el supuesto de que los individuos al actuar racionalmente lo harán en función de sus intereses individuales, sin importarles en mucho lo que sucede a sus congéneres (próximos o lejanos). Elster estima que este supuesto del egoísmo no es parte de la doctrina individualista por él sustentada, aunque sea compatible con ella. Pueden apuntarse a su favor las discusiones que, sobre modelos económicos desarrollados en base a presupuestos no egoístas, permiten aceptar que no todos los individuos actúan en función de sus intereses individuales (Przeworski, 1989: 10). Trabajos recientes discuten las posibilidades de la solidaridad entre miembros de la clase obrera, con lo que puede decirse que, si bien no hay por el momento una teoría de la solidaridad, es posible analizar los problemas de la conciencia con estudios empíricos.¹⁷ Przeworski deja abierta la interrogante cuando plantea:

Si abandonamos la hipótesis de que los individuos son invariablemente egoístas, ¿qué deberíamos postular en vez de eso? Ciertamente el presupuesto de que las personas son invariablemente altruistas sería igual de ahistórico y arbitrario. Lo que precisamos conocer es la relación existente entre las condiciones y las preferencias, tal vez hasta entre las acciones de unos y las preferencias de otros. Con todo, a pesar de la difundida atención de los sociólogos a la formación de la identidad colectiva, por alguna razón no sabemos cuándo esperar que ciertas personas sean egoístas, cuándo altruistas y cuándo ideológicas. (Ibidem - subrayado nuestro)

Todo lo anterior conduce a que la fascinación de Elster y compañeros por el Individualismo Metodológico no sea compartido por otros científicos sociales que se inscriben en la tradición marxista, pues si bien pueden llegar a aceptar que "poseen solidez algunas de las intuiciones que lo motivan", no resulta ser una buena metodología científica. Si aceptan que algunas explicaciones referidas a lo macrosocial pueden ser hechas desde sus elementos micro, no aceptan que "toda explicación que involucra conceptos sociológicos de nivel macro deba, en principio, ser juzgada en el plano micro de los individuos y sus propiedades" (Levine, 1989: 58).

Para estos autores resulta contrario a las propuestas del marxismo aceptar que todo lo social deba ser reducido a lo individual, pues existen procesos y actores sociales que sólo pueden y deben ser interpretados como comportamientos colectivos. Es esto, afirman, uno de los aportes del marxismo. Si Elster acepta, según esta lectura, que el todo es, en muchos casos, algo más que la suma de sus partes, el reduccionismo al que invita el individualismo metodológico debe ser, en el mejor de los casos, relativizado.

El individualismo metodológico tiene el peligro de llevar a una propuesta poco diferenciada del atomismo, conduciendo a aceptar que las propiedades y relaciones entre entidades sociales agregadas no son explicativas si antes no sufren un proceso de reducción, que en sí mismo nos conduce a una espiral sin fin en la búsqueda del "último microfundamento".

Elster descubre ese peligro, pues como Levine y compañeros señalan, no proscribiremos de la explicación científica las características relacionales irreducibles a individuos (Op. cit.: 60). Él mismo intenta aclarar tal riesgo cuando afirma que "el conjunto de características individuales que puedan dar base a la comprensión de los fenómenos sociales es mucho más amplio que el que integran solamente las creencias, deseos u otros elementos eminentemente psicológicos" (Elster, 1985: 5). Y abona más en ese sentido cuando concluye que "la búsqueda de las relaciones entre individuos constituye parte de los fundamentos de la explicación social, mas no representan toda la explicación" (Elster, 1989a: 37).

No podemos negar que la exigencia por reducir un fenómeno social a sus elementos individuales es una exigencia metodológica

válida cuando tratamos de encontrar explicaciones más amplias y acabadas respecto a procesos sociales concretos, sin embargo, la misma no puede proponerse como requisito *a priori*, sino a partir de las posibilidades empíricas que la preocupación de investigación específica esté planteando. Hasta dónde particularizar, es una decisión que sólo puede tomarse a partir de la manera en que el objeto social a analizar haya sido delimitado.

Desde la perspectiva macro, como pretende ser la construcción de la teoría de las clases y de la explotación propuesta por Roemer, "el individualismo metodológico requiere que la conducta de los capitalistas sea reducida a sus ganancias y motivaciones individuales, sobre la base de la información que visiblemente se tenga de ellos" (Meiksins, 1989: 48). Esta exigencia ha conducido a que Elster critique a Marx por lo que él llama su colectivismo metodológico claramente presente, según él, en su teoría del valor. Para Elster "la conducta individual nunca puede ser explicada con referencia a valores, los cuales, por ahora invisibles, no tienen lugar en la explicación de la acción" (Elster, 1985: 515).

A pesar de ello, la compulsión por la acumulación de capital no puede ser derivada simplemente de las estrategias optimizadoras de una racionalidad individual; el impulso a la acumulación capitalista no puede ser, además, reducido a condiciones individuales independientes de la estructura social. Las condiciones del capitalismo, como sistema social, con su sistemática compulsión a la acumulación, tienen que ser incorporadas no como explicación, sino como "fundamento" de las condiciones individuales del capitalismo y, en consecuencia, de la acción social dentro del mismo (Meiksins, 1989: 58).

3. Una posibilidad: la teoría de los juegos

Dada la perspectiva que la opción por el individualismo metodológico ofrece a Elster, las explicaciones que de las acciones puedan hacerse deben tener, en su opinión, referencia a las intencionalidades individuales, las que, para algunos de sus comentaristas, tendrían dos componentes: a) los análisis individuales, o de agregación de individuos, son en última instancia la fuente definitiva de legitimidad a la que las ciencias sociales pueden recurrir, y b) los análisis individuales serán contruidos a partir de las intencionalidades de los actores (Welders, 1989: 356).

Al momento en que se plantea la necesidad de analizar las posibilidades que los actores podrían considerar para realizar una acción, la perspectiva individualista recurre a modelos teóricos más formalizados que, en el caso de Elster como en el de Roemer, se concretiza en la adopción de la teoría de los juegos. La justificación puede ser encontrada en la exigencia de Roemer porque las ciencias sociales sean deductivas, a fin de alcanzar el poder explicativo-predictivo que se les demanda.

Para Elster, su opción por la teoría de los juegos, sin renunciar a las categorías marxistas consideradas por él como centrales para los análisis sociales, estriba en que una premisa básica de la escuela racional es que "las restricciones estructurales no determinan completamente las acciones practicadas por los individuos en una sociedad" (Elster, 1989b: 182). Por lo tanto, si bien se asumen las limitaciones y determinaciones que la estructura económica puede ejercer en la conducta individual, ello no elimina la centralidad que la elección racional del sujeto posee en la acción.

La teoría de los juegos enfatiza la interdependencia de las decisiones al margen de los efectos contextuales, asumiendo que:

Las clases sociales se cristalizan en actores colectivos que se enfrentan unos a otros por la distribución de la renta y el poder, ya sea debido a la naturaleza de las relaciones de propiedad, ya sea a partir de las relaciones estratégicas entre miembros de una misma clase. La teoría de los juegos es necesaria para explicar esas complejas interdependencias. (Elster, 1989a: 183)

Esta opción metodológica supone a la acción social como un juego, en el que interactúan varios jugadores o actores.¹⁹ Cada actor debe tomar una decisión y, en consecuencia, seguirá una determinada estrategia seleccionada de antemano. Al momento de la acción, todos los actores realizan sus estrategias, por lo que los logros o ganancias, que cada uno obtenga, dependerán de cómo los otros hayan desarrollado las suyas. Un elemento fundamental de la teoría lo constituye el que los actores asumirán sus estrategias de manera racional, es decir, calculando el beneficio que sus acciones le pueden producir. Otro elemento central lo constituye el supuesto de los demás actores -jugadores- se comportan de la misma manera.²⁰

Las ganancias o éxitos de los actores pueden ser entendidos de dos maneras: la estricta, que estima sólo como logro lo que el actor recibe. La amplia, por la que opta Elster, que considera como éxito todo lo que el actor obtiene, inclusive si hay éxito para terceros (Ibidem).

En esta percepción, un elemento que dificulta el análisis, desde la perspectiva marxista, es la asunción de que las preferencias - que condicionan la elección de la estrategia - pueden ser estables. Przeworski estima que considerar las preferencias como condicionadas socialmente no implica necesariamente, invalidar la visión del comportamiento como acción racional. Por lo tanto afirma que la aceptación de las "preferencias pueden formarse históricamente" no se contradice con que se considere válido que "las personas actúan racionalmente en base a sus preferencias" (Przeworski, 1988: 10).

La posibilidad de complejizar los juegos es enorme, mas como Przeworski afirma: "asumir el realismo descriptivo" -considerando que en la sociedad pueden actuar al unísono individuos egoístas,

altruistas e ideológicos -, "puede tornar el análisis deductivo prácticamente imposible" (1988: 11).

Consideramos que ése es el reto ante el cual las propuestas racionalistas dentro del marxismo enfrentan. Sólo es posible encontrar explicaciones plausibles si se asume que la realidad es compleja, debiéndose centrar el esfuerzo en encontrar teorías que sean capaces de considerar el egoísmo (racionalismo), el altruismo y la ideología; olvidar uno de estos comportamientos hace a cualquier explicación limitada en sus pretensiones teóricas.

La inevitable presencia de lo macro

A lo largo de la exposición hemos visto cómo el "marxismo de la opción racional" y en especial su principal representante, Jon Elster, si bien se comprometen con los postulados básicos del racionalismo y el individualismo metodológico, no abandonan la perspectiva macro, ya que son ese tipo de eventos sociales los que les preocupan.

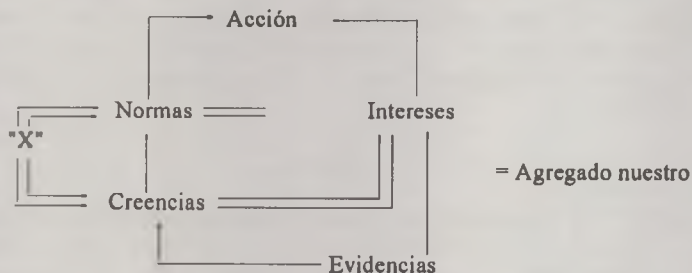
Es a partir de esa constatación que Elster trata de acotar cada vez más su propuesta. En ese esfuerzo se inscribe su idea sobre "racionalismo y normas sociales", en la que encontramos hipótesis tales como que "las normas sociales son propensiones y disposiciones psicológicas de los individuos" (Elster, 1990: 55).

El estima que las normas para ser sociales deben "ser garantizadas por la aprobación o desaprobación de otros". El comportamiento, orientado por normas, es en general mecánico e irreflexivo, aunque deja suficiente espacio para la elección, interpretación o manipulación. Elster acepta que "las normas sociales son un mecanismo motivacional, propensiones a actuar emocionalmente por parte de los individuos", quienes al hacerla bajo su orientación presentando sentimientos de ansiedad o culpa ante la posibilidad del incumplimiento (Ibid.: 56).

Estamos así ante la aceptación de un tipo de comportamiento individual que no necesariamente es racional, sin embargo esto no cuestiona las proposiciones fundamentales del individualismo metodológico asumido por nuestro autor, sino más bien se abre un espacio para el análisis más completo. Para él, el análisis de las acciones debe hacerse considerando que éstas pueden estar "influenciadas tanto por la racionalidad, como por las normas" (Ibid.: 58).

Pero las normas son construidas socialmente y en su constitución entran muchos elementos - la cultura, la clase social, la ideología - por lo que Elster considera que si bien las normas pueden estar guiadas por los intereses de los individuos también pueden ser determinadas por un factor no explicado "X", estando la acción en algunos casos orientada por intereses, normas o por ambos, sin que necesariamente las influencias de estos sean en todos los casos igual (Ibid.: 68).

Gráfico 2



La presencia de lo no explicado racionalmente, muchas veces construido en los ámbitos colectivos como la clase social, la etnia, el grupo profesional y la iglesia, debe ser también incluido, pues su influencia en la constitución de las normas y las creencias es innegable. Su influencia en la constitución de lo deseable es, por tanto, también significativa, por lo que todo análisis individualista racional debe asumir su existencia y tratar de considerarla cuando de investigaciones concretas se trata. Sólo así, consideramos, es posible entender de manera más clara los comportamientos **individuales - casos** - y poder llegar a explicaciones plausibles de los comportamientos colectivos: **tipos**.

95

analítica se encuentra en las posibles explicaciones que esos condicionantes pueden llegar a tener en la determinación de comportamientos racionales, que en muchos casos, como ya dejamos anotado, pueden no necesariamente ser clásicos comportamientos racionales (egoístas) y ser orientados más por la solidaridad o la ideología, que con la complejización del esquema pueden también ser considerados como racionales, ya que estarán orientados por intereses condicionados por normas y creencias.

Todo lo anterior no niega, además, que para encontrar explicaciones a hechos y fenómenos eminentemente colectivos podamos hacer uso de metodologías holísticas. Lo que queda claro es que las explicaciones obtenidas con ellas podrán, en buena medida, ser enriquecidas si se toman en cuenta las racionalidades individuales.*

Notas

- 1 Ver E. P. Thompson (1981), *Miseria de la teoría* (Barcelona: Crítica), donde presenta los cuestionamientos marxistas más serios hechos a la propuesta althusseriana. Ver también Ted Benton (1984), *The rise and fall of structuralist marxism: Althusser and his influence* (London).
- 2 Ver John Roemer (1982), *A general theory of exploitation and class* (Cambridge: Cambridge University Press); Adam Przeworski (1985), *Capitalism and social democracy* (Cambridge: Cambridge University Press) - (*Revista Lua Nova* en su n.º 15, out/1988, publicó la traducción al portugués del Capítulo I del mismo).
- 3 Existe traducción al español: *El marxismo: una perspectiva analítica* (México: Fondo de Cultura Económica, 1989).
- 4 Carling incluye dentro de su escuela a Gerald Cohen, *Karl Marx's Theory of History: a defense* (Oxford, 1978). Obra relacionada con la escuela racional, pero Cohen pone énfasis en el funcionalismo, así como sus posteriores críticas al individualismo de Elster, lo que hace que no se le considere directamente identificado con dicha corriente.
- 5 Amplia argumentación en ese sentido se hace en *Analytical foundations of marxism economic theory*, de John Roemer (Cambridge University Press, 1981).
- 6 Traducción al portugués de *An introduction to Karl Marx*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- 7 Originalmente publicado en *Politics & Society*, vol. 14, n.º 4, 1985.
- 8 Trabajo aparecido inicialmente en *New Left Review*, n.º 162, 1987 ("Marxism and methodological individualism"), co-autoría de Andrew Levine, Elliott Sober y Eric Wright. Este último recientemente ha publicado una discusión sobre la teoría de las clases, en Wright et. al. *The debate on classes*, London: Verso Forthcoming, 1989. Por cuestiones de espacio, siempre que hagamos referencia al artículo arriba mencionado lo haremos citando el apellido del primero de los co-autores.

* Trabalho recebido em dezembro de 1991.

- 9 En su *Analytical foundations of marxism economic theory* (Cambridge University Press, 1981), John Roemer hace una discusión pormenorizada a fin de distinguir los distintos tipos de funcionalismos respecto al tiempo, en abierta discusión con el trabajo anteriormente citado de Cohen.
- 10 Lewis Coser (1971), "Social conflict and the theory of social change", en *Conflict resolution: contributions to the behavioral sciences* (ed. O. G. Smith), University of Notre Dame Press. Citado por Elster, op. cit.
- 11 Tal es el caso de Levine et. al. (1987), Przeworski (1988), Cohen (1980; 1982 y 1986) y Guidens (1982).
- 12 Jon Elster posee una producción intensa respecto a la explicación funcional, dando más explícita en su argumentación en *Explaining technical change* (Cambridge University Press, 1983).
- 13 Para su argumentación usa el párrafo que aparece en el Prefacio a la *Contribución a la crítica de la economía política*, de Marx y Engels: "En la producción social de su vida los hombres entran en relaciones necesarias e independientes de su voluntad, esas relaciones de producción corresponden a un estadio definido del desenvolvimiento de sus fuerzas productivas materiales. La suma total de esas relaciones constituye la estructura económica de la sociedad, la base real sobre la cual se eleva una superestructura legal y política..."
- 14 Básicamente considerados, a partir de su "Social behavior as exchange", aparecido en 1958 en la *American Journal of Sociology*.
- 15 En la corriente del "actor apasionado" puede ubicarse a M. H. Abrams (1971) con *Natural supernaturalism*, New York: Norton. En las últimas tendencias del existencialismo puede anotarse a H. Spiegelberg (1971), *The fenomenological movement: a historical introduction*, La Haya: Nijhoff.
- 16 Si la afirmación de Meiksins Wood respecto a que "el paradigma del marxismo de la opción racional tiene su origen en el renacimiento del pensamiento de derecha" (op. cit., 44) puede ser cierta desde una visión político-ideológica; ello no debe conducirnos a una descalificación *ipso-facto* de la propuesta como herramienta teórico-analítica.
- 17 Ver *Theory and Society*, vol. 17, n°. 3, may/1989.
- 18 Amplia es la suerte de textos que proponen o utilizan la teoría de los juegos para el caso de "juegos" con "n" personas. Elster propone "Isolation assurance and the social rate of discounts" (1987), de A. Sen, *Quarterly Journal of Economics*.
- 19 Una lectura básica para entender la teoría de los juegos es *Games and decisions* (1957) de R. Luce y H. Raiffa.
- 20 De aquí la dificultad de poder tomar en cuenta las acciones cargadas de solidaridad o altruismo.
- 21 En "The possibility of rational politics" (*Archives Européens de Sociologie*, Tome XXVIII, n°. 1, pgs. 67-105, Cambridge: Cambridge University Press, 1987), Elster se refiere a los deseos como el punto de referencia de las acciones racionales. En "Racionalidade e normas sociais" (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n°. 12, vol. 5, pgs. 55-69, Feb/1990), el énfasis es puesto en los intereses. Por nuestra parte consideramos que, tanto los deseos como los intereses, orientan la acción racional, por lo que son incluidos en un mismo ítem.

Abstract

Jon Elster and the Methodological Individualism: A Reading

Starting from the description of the main theoretical proposals of the named Marxism of the Rational Option, of which most important representative is Jon Elster, it is discussed the fertility that the individual analysis could have nowadays for the Social Sciences.

The agreement that starting from the individual rationalities is possible to find plausible explanations of the social phenomena does not impede the author to add that if social action is determinated by social norms, desires and individual interests, they are not only conditioned by the beliefs with which the individuals analyze the evidences, but exists a unit of social determinations that can not be explained by individual behavior, like influence of the class origin, culture, ideology; all of them socially formed and that have diverse influence in every individual rational option.

Resumé

Jon Elster et L'Individualisme Méthodologique: Une Lecture

À partir de la description des propositions théoriques principales de ce que l'on appelle le marxisme d'option rationnelle dont le représentant le plus important est Jon Elster, l'auteur discute la fécondité que l'analyse individuelle peut avoir dans les sciences sociales actuellement.

Accepter qu'à partir de rationalités individuelles il est possible de trouver des explications plausibles des phénomènes sociaux ceux-ci déterminés par les normes sociales, les desirs et les intérêts individuels, les croyances ne constituent pas l'unique source pour une analyse. Il existe un ensemble de déterminations sociales qui ne peuvent pas être expliquées par les comportements individuels, comme c'est le cas pour l'influence de l'origine de classe, la culture et l'idéologie, qui élaborés socialement ont une influence différente sur les options rationnelles individuelles.

REVISITANDO ASPECTOS DA QUESTÃO URBANA

Brasilmar Ferreira Nunes*

Resumo

O presente artigo procura delimitar algumas das dimensões que caracterizariam os processos sociais hoje, com o intuito de inseri-los nos estudos sobre a problemática urbana. Particularmente, evidencia a importância de incorporar neste campo manifestações mundializadas de práticas sociais possíveis graças, sobretudo, ao avanço técnico/científico, destacando a roupagem que assumem em nossa sociedade. Para tanto, faz-se a recuperação crítica dos grandes eixos do debate sobre o urbano na América Latina evidenciando alguns de seus limites e apontando para a atualidade teórica e política destes estudos entre nós.

Apresentação

Sobretudo a partir do final da década de 60 a questão urbana ocupou na América Latina e no Brasil um espaço importante na produção das Ciências Sociais. Reforçada, nos anos 70, pela eclosão de uma série de movimentos sociais que apareceram como contestação a uma ordem social excludente, a produção teórico-acadêmica sobre o urbano terminou por privilegiar aspectos mais palpáveis da realidade social, concentrando esforços nas análises das "carências urbanas" (Nunes, 1989; Krishke, 1989).

A idéia de carências estava ligada a uma gama variada de dimensões do social, sejam as de natureza política (ausência de cidadania), social (o não atendimento dos chamados bens de consumo coletivo), econômica (a dificuldade de acesso a postos de trabalho formal) e mesmo cultural (os impasses de um rápido processo de urbanização sobre os modos de vida dos indivíduos e grupos sociais, decorrente do processo migratório).

A relação Estado/Sociedade Urbana assumiu um lugar privilegiado nas análises, situação esta reforçada por um agudo e constante embate que caracterizou parte substancial da intelectualidade brasileira e a estrutura do poder estatal. Em última instância, eram as políticas públicas que dominavam as temáticas; na maioria dos casos perpassava os estudos uma concepção instrumentalista do Estado, preso a um impasse estrutural, qual seja, sua incapacidade em ofertar bens e serviços para uma demanda que crescia exponencialmente. Tratava-se, no fundo, de uma incompatibilidade entre oferta e demanda de bens materiais e, algumas

* Professor Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

vezes, simbólicos, o que provocava as chamadas contradições urbanas.

Curiosamente, aspectos importantes da evolução social brasileira ligados ao fenômeno urbano foram deixados em plano secundário. O processo de urbanização enquanto fato cultural vai, pouco a pouco, moldando novos interesses, novos grupos sociais. Ao mesmo tempo a intimidade que a sociedade urbana - particularmente a metropolitana - começa a estabelecer com processos culturais mundializados vai redefinindo a vida nas cidades. Inserida em uma lógica planetária, instrumentalizada pela revolução científica e tecnológica que, facilitando o intercâmbio, induz novas relações entre os indivíduos e nacionalidades, a sociedade latino-americana chega, neste fim de século, envolta em uma situação peculiar: permanecem os sinais de um subdesenvolvimento crônico, ao lado de uma sociedade complexa e integrada na ordem mundial.

Antecedentes do debate

As análises do processo de urbanização no capitalismo priorizam a cidade como a responsável ou como o resultado da materialização de relações sociais características deste modo de produção. O seu tratamento teórico apresenta-se, em decorrência, segundo um enfoque duplo: de um lado, é vista como um resultado de um processo sócio-econômico e, de outro, aparece em si mesma como um fenômeno sócio-econômico. Assim, tendo a lógica da formação das cidades ligação estreita com a dinâmica geral deste modo de produção, tanto o processo de urbanização como o urbanismo vão se caracterizar por manifestações específicas desta dinâmica.

1. Trabalho e estrutura social

Estes aspectos gerais nos chamam a atenção para certos pontos que merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as bases teóricas da sociologia em suas diferentes correntes sustentam-se no paradigma do trabalho como o principal fato social. É a partir deste pressuposto que se constrói toda a reflexão sobre o social.

Foi com a revolução industrial do século XIX que ocorreu a ruptura na lógica até então dominante, dando ao "trabalho" um caráter autônomo, *vis-a-vis* das demais esferas da vida cotidiana. Fenômenos tais como: separação da família da esfera da produção, diferenciação da propriedade privada e do trabalho assalariado e, sobretudo, a possibilidade de personificar o trabalho na categoria social do trabalhador passaram a compor as referências do social (Offe, 1989). A regulação das relações sociais determinantes estaria, assim, na generalização do "trabalho livre", sustentado por um mercado, que se vê objetivado a partir da necessidade de obter meios de subsistência fora da unidade familiar de produção.

Decorrente deste quadro analítico, sobretudo no marxismo clássico, a produção material, movendo-se na contradição entre a produção e a valorização do capital, vai determinar a essência da estrutura social. Esta determinação atua não só no sentido da conformação de uma coesão social, como também, nas formas de resistência ao *status quo* sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Em segundo lugar, e nesta mesma linha, as análises sociológicas sobre a urbanização vão priorizar, também, a estruturação do mercado de trabalho como o fato principal na explicação do fenômeno urbano. Visto enquanto resultado de uma específica divisão do trabalho, as teorias sobre o urbano passam a privilegiar as características do seu mercado de trabalho, em contraposição àquele rural, agregando-se aí as condições gerais da reprodução coletiva do trabalhador. Além do mais, a uma contradição campo/cidade latente no capitalismo agregava-se aquela de cunho mais particular, manifesta na relação entre esta divisão social regulada pelo mercado e a divisão técnica, a cargo da gestão da "força de trabalho" empregada nas atividades produtivas. Em outras palavras, a estruturação do social movia-se no interior de um campo antagônico onde à anarquia do mercado se contrapunha o planejamento minucioso e rígido das unidades produtivas. Cidade como mercado de trabalho aglomerado e ditado pelas necessidades e exigências do capital industrial é a conclusão geral a que chegam alguns dos estudos mais difundidos.

2. O individual e o coletivo nas análises urbanas

O entendimento do fenômeno urbano, ou melhor, a compreensão das leis de sua evolução, exigiu dentro destes parâmetros, um esforço intelectual adicional. Em termos amplos, pode-se dizer que o próprio conceito de urbano passou a ser, muitas vezes, entendido como sendo a aglomeração, a cidade. Visto então enquanto um fenômeno físico, definido institucionalmente, os "fenômenos urbanos" seriam aqueles que ocorressem neste espaço. Decorre daí toda uma produção teórico-acadêmica que vai encontrar suas raízes em duas vertentes da sociologia: de um lado, a "escola americana", representada, sobretudo, pela corrente de Chicago, e, de outro, pela "escola européia", particularmente a produção francesa e inglesa. A ênfase da primeira corrente se dá, sobretudo, em análises empíricas calcadas em manifestações cotidianas da vida na aglomeração no seus aspecto micro, do bairro, da vizinhança, etc. O respaldo conceitual é o indivíduo, portador de uma racionalidade própria que procura maximizar seus interesses (Hannerz, 1980; Grafmeyer, 1984). A corrente européia, em oposição, vai se concentrar no coletivo, nos grupos e nas classes sociais com suas diferentes práticas face ao Estado (Castells, 1976; Lojkine, 1977).

A produção latino-americana vai cair neste impasse teórico, o que, em face da nossa realidade, implicará dificuldades analíticas substanciais. De fato, o capitalismo sempre se caracterizou pela

coexistência de processos de trabalho distintos, o que deu margem a uma série de análises equivocadas, calcadas em teses tais como: articulação de modos de produção, setores atrasados e setores modernos, formal e informal, etc. Fenômenos localizados e produzidos dentro de uma mesma lógica eram representados enquanto processos contrários, antagônicos, em tensão permanente. Mais uma vez aí, a construção indutiva do conceito iria caracterizar o urbano subdesenvolvido como o lugar onde o pólo negativo destas equações era dominante. Estaria aí, talvez, alguns dos fatores que poderiam explicar a dificuldade da sociologia urbana latino-americana incorporar elementos específicos nas suas reflexões. Se nos determos no caso brasileiro, por exemplo, podemos ir mais longe ainda: o impasse a que chegou tanto a política urbana quanto sua institucionalização poderia, neste caso, estar associado a uma produção teórica que não permite maiores desdobramentos no nível da ação concreta que não seja a ruptura radical da ordem estabelecida, consubstanciando parte dos limites da ação do Estado sobre o urbano. A impossibilidade teórica de articular as estratégias de classe e de grupos sociais com expectativas individuais em face da vida na cidade levou a que as duas abordagens passassem a ser vistas como incompatíveis, de impossível convivência, caindo muitas vezes em um dogmatismo grosseiro sem bases reais no plano da vivência cotidiana. Esta observação pode ser estendida tanto para os que trabalharam com a chamada corrente "americana" como com a "européia"; este raciocínio poderia, provavelmente, estender-se para o conjunto da região, sobretudo naqueles países com maior grau de urbanização.

3. A presença do Estado

Por outro lado, da mesma forma que a categoria "trabalho" se apresentava como determinante na explicação da inserção no social, a categoria "Estado" era privilegiada como sendo a manifestação completa e acabada do "poder". É sintomática a evolução da forma segundo a qual o Estado se ocupou, ao longo do tempo, do fenômeno urbano: inicialmente, a questão urbana é vista como a falta de infra-estrutura necessária à vida na aglomeração; em seguida, como um fenômeno complexo, implicando políticas mais amplas de controle de fluxos de investimentos e de população no espaço nacional. Em última instância, a questão urbana vai, pouco a pouco, transformando-se em questão nacional, intimamente ligada à política do Estado (Schmidt, 1983; Nunes, 1987).

No caso latino-americano, como não poderia deixar de ser, a distribuição interna da população estando ligada à dinâmica da urbanização está determinada pela localização dos investimentos econômicos, o que implicará um modelo espacial concentrador. Esta lógica concentradora encontra respaldo teórico na concepção de cidade implícita ou explícita nas políticas econômicas e sociais levadas a cabo pelo Estado. Assim é que, segundo as hipóteses

teóricas inseridas nas estratégias econômicas governamentais, a cidade passou a ser vista como o lugar das economias de aglomeração, entendida e tratada, portanto, como uma "grande empresa". Neste sentido, a ação do Estado deveria ir na direção de permitir a geração destas economias e de garantir a sua reprodução, necessárias à atividade industrial. Em outras palavras, o Estado em sua ação deveria ser eficaz tendo como parâmetro uma eficácia procurada pelo sistema (Cartelier, 1977).

Os resultados destas estratégias são por demais conhecidos: repete-se no urbano latino-americano as características básicas das grandes cidades do chamado mundo subdesenvolvido, onde a opulência e a miséria convivem em um ambiente de extrema tensão. Decorrem daí os problemas que afligem as nossas principais cidades, caracterizando a "crise urbana" na linguagem da tecnocracia que conduz as ações do Estado no continente.

Naquele contexto, os movimentos sociais urbanos contrapunham-se ao Estado visto como núcleo síntese do poder, estabelecendo-se nesta relação uma visão ambígua das ações estatais. De um lado, apresentava-se como o interlocutor privilegiado nas questões ligadas à qualidade de vida urbana, afinal, a oferta dos bens coletivos estava a seu encargo; de outro, sintetizava as responsabilidades gerais dos grupos dominantes na conformação de uma estrutura social excludente.

A própria necessidade de se organizarem coletivamente para enfrentar uma "esfera coletiva" do poder colocava implicitamente a percepção de que, no fundo, tratava-se de uma relação entre "poder" e "não-poder". O primeiro representado pelo Estado e o segundo pela Sociedade Civil, multifacetada em diferentes interesses dos dominados. As ações estatais, via políticas públicas, passaram a ser vistas pelos movimentos sociais enquanto um espaço privilegiado das classes dominantes, caracterizado por manipulações escusas, profissionalismo político, ausência de ética etc.

Os desdobramentos atuais

1. O "estar no mundo" ou a planetarização do social

Em primeiro lugar, é importante lembrar que neste fim de século consolida-se definitivamente um processo que estava presente já na era do mercantilismo: à universalização do comércio, seguiu-se a universalização da produção e agora a do consumo. Este encadeamento da lógica do capital que reflete, de fato, a planetarização das sociedades e de suas práticas, vai implicar novos questionamentos teóricos. Referimo-nos, por exemplo, à própria noção de país: o espaço físico-territorial da nação, no qual vão incindir ações estatais, tornou-se um espaço de múltiplas determinações,

algumas destas guardando autonomia em frente daquelas de natureza local/nacional. Um espaço cultural que se definia por critérios de natureza política, histórica, social e econômica passa a incorporar também a dimensão planetária. As multinacionais foram as responsáveis iniciais deste processo que atinge uma amplitude tal que incorpora ações de política nacional, unificação institucional de mercados, etc., do qual a Europa de 1992 parece ser o exemplo mais acabado e onde também deve ser inserida a América Latina, a Ásia, etc. O efeito imediato deste processo - embora de difícil percepção - é a equalização da produção, do consumo e da gestão das práticas sociais.

A cultura que aparecia como o símbolo por excelência das identidades nacionais começa a mostrar resistências cada vez mais débeis frente à universalização das práticas sociais. Neste processo, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, as facilidades de locomoção, dentre outros, vão, paulatinamente, influenciando os modos de vida das sociedades nacionais dentro de uma lógica homogeneizante das práticas cotidianas. Cria-se, pouco a pouco, a sensação de "estar no mundo" em uma clara indicação das possibilidades de uma identidade que transcenda o nível local e mesmo nacional.

Visto a partir das sociedades latino-americanas este movimento aparece como sendo a imposição de uma determinada lógica exógena aos padrões sociais internos. As ambigüidades deste processo estão presentes mesmo nas sociedades mais avançadas do capitalismo mundial. Nestas a identidade do nacional está calcada sobre uma história longa e plena de fatos marcantes que terminam por consolidar, dentro de um contexto multicultural, práticas nacionalistas de difícil superação; ao mesmo tempo, a identidade tem aí fronteiras territoriais e culturais vistas também como produto desta mesma história. Aqueles que estão fora deste processo, mesmo sendo produto de uma história expansionista destas sociedades "modernas" são vistos como o "outro" do processo, a partir de um olhar sedimentado e crispado sobre suas próprias identidades.

O "terceiro mundo", e particularmente suas cidades, visto enquanto mundo subdesenvolvido, a barbárie do processo ocidental, não surge em momento algum como o resultado da expansão das práticas sociais daquilo que se convencionou chamar de "Ocidente". Apesar de ciente desta diferença, o nacionalismo, em nosso continente, começa a dar sinais de mudanças qualitativas nas suas práticas sociais e políticas, em um processo contraditório que oscila entre a consciência do nacional e a inexorabilidade da unificação de mercados com suas trocas materiais e simbólicas. Todo este fenômeno não consegue descartar o fato evidente de que esta sensação de "estar no mundo" vem carregada de uma precariedade absoluta das condições de sua concretização, ressaltada em um espelho onde a imagem refletida é a de uma sombra alucinante, ou o inverso de um narcisismo positivo, um "Dorian Gray" ao avesso.

2. As novas territorialidades

Internamente, redefine-se o território, observa-se uma completa mudança em sua organização: novas unidades, novas regiões, novas sub-regiões em formação que se antepõem àqueles espaços figurativos de macro-regiões que a problemática urbana está habituada a se referenciar (Becker, 1972). À uma divisão internacional do trabalho em mutação agrega-se uma divisão social e uma divisão técnica, que também vai se transformando em direção a esta lógica homogeneizante. Da distinção entre uma unidade de produção fabril, com seu planejamento interno caracterizado por uma rigidez absoluta do tempo e ritmo, à necessária "anarquia" do mercado, e a unidade agrícola cada vez mais próxima daquela fabril (urbana?), com dinâmica similar, vai se consolidando também a homogeneização do mercado de trabalho no nível nacional e continental.

Redefine-se a tradicional relação campo/cidade. De um lado, o esvaziamento populacional do campo poderá transformar os estudos sociológicos rurais em estudos de minorias, como parece ser, por exemplo, o caso das sociedades européias. De outro, altera-se a feição da agricultura enquanto atividade econômica. Os avanços na biotecnologia, na genética, deverão transformar as atividades rurais em unidades supermodernas, com baixa capacidade de absorção de trabalho vivo, e níveis extremamente elevados de produtividade. Em outras palavras, deixa-se de lado o lavrador e entra-se na era dos complexos agrícolas altamente especializados. A agricultura para exportação no Brasil, por exemplo, está integrada neste movimento, haja vista a situação de concorrência no mercado internacional. Sujeitos à mesma lógica, o resultado é a indiferenciação do trabalho urbano e rural.

Este processo vai ter seu impacto mais imediato no aumento da mobilidade do trabalhador. Por um lado, a rotatividade no emprego passa a ser encarada como algo quase que inerente à sua condição; a estabilidade passa a ser vista como condição de exceção, mais do que regra do mercado de trabalho. Esta mobilidade deve ser vista não apenas na sua manifestação territorial, mas também, e sobretudo, setorial. Será agora determinada, em sua dinâmica, por práticas sociais definidas por categorias de emprego e por políticas das empresas. Mesmo a rotatividade operária, por exemplo, passa a ser vista, em alguns casos e pelos próprios trabalhadores, como a possibilidade de "melhorar", o que praticamente vai caracterizar um vaivém da força de trabalho.

É necessário ressaltar que pesquisas recentes vêm demonstrando que a própria informalização da economia termina por ser encarada, também, como uma "opção" do trabalhador. Dada a baixa remuneração do mercado formal, o indivíduo nele entra com o intuito de se capacitar profissionalmente para, posteriormente, tornar-se um autônomo. Práticas de vida são, assim, confrontadas com

práticas de grupos e classes que, nem sempre, levam a uma uniformidade de aspirações (Castano, 1989; Morice, 1989).

3. A modernidade obrigatória

Agrega-se aqui uma outra especificidade, qual seja, a rápida obsolescência dos equipamentos que pode implicar, também, uma depreciação na capacidade profissional. Esta situação termina por reforçar estratégias de seletividade por parte das empresas.

Além do mais, na terciarização da economia e na informatização de amplos segmentos produtivos é possível detectar uma dinâmica onde o comportamento do mercado induz uma elevada mobilidade setorial. Os profissionais da área são induzidos à mobilidade pela política de manutenção de baixos salários relativos; suas oportunidades também se multiplicam em alternativas na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Esta mobilidade entre setor industrial, comercial e de serviços, indicaria, em tese, um profissional capaz de se alocar em distintos pontos de trabalho. Este fenômeno, comum às estruturas econômicas mais complexas já vem ocorrendo em diferentes realidades urbanas na América Latina. Trata-se de um movimento no interior do mercado de trabalho mas que não significa a solução da crise de emprego, característica de nosso continente. Ao lado de uma modernização consolida-se pólos de miséria, em uma verão daquilo que os filmes de ficção científica já vêm prevendo há um certo tempo.

Observa-se, neste processo, diferenciações ao nível das empresas em suas estratégias de modernização. De um lado, há uma predisposição generalizada para a adoção de medidas modernizantes em todos os setores da economia. Entretanto, são, sobretudo, as grandes empresas que conseguem investir em tecnologia, assumindo os altos custos decorrentes. Neste contexto, as transnacionais dominam os níveis estatísticos de investimento em tecnologias industriais e mantêm um diferencial tecnológico considerável em relação às demais empresas. Esta assertiva se estende às empresas prestadoras de serviços e comércio: tecnologias de *marketing*, operação, transporte e distribuição, que terminam por repassar aos seus fornecedores parte de suas inovações com o intuito de manter o nível de produção. As empresas menos rentáveis estão sujeitas, com maior vulnerabilidade, às vicissitudes econômicas, não só em momentos de crise, mas, regularmente, no próprio contexto da competição. Assim, a modernização está se tornando um fator de grandes implicações para o ingresso e a permanência no mercado. Desta forma, seguir a dinâmica tecnológica é atualmente uma exigência e não uma opção.

As sociedades latino-americanas, exercendo um papel de subsidiárias neste mercado mundial, colocam algumas questões que devem estar na ordem do dia: o que significa, para nós, a reestruturação e a aceleração de investimentos? Como administrar o

atraso tecnológico dos complexos industriais existentes? Quais as mudanças que estão ocorrendo na nossa economia e naqueles na vanguarda do processo? São questões que irão bater diretamente no espaço urbano, onde os impactos econômicos e, sobretudo, sociais deste movimento deverão se manifestar com maior veemência. De outro lado, a natureza das atuais inovações tecnológicas acelera ainda mais o ritmo das mudanças. O papel social situa-se hoje em um movimento instável entre a extrema socialização das rotinas da vida social e, no reverso, uma tendência ao isolamento da vida individual. Entre estas duas tendências, o progresso tecnológico está permitindo o aparecimento de novas relações de trabalho, novas formas de apropriação do espaço social, através da informatização do cotidiano e da mídia eletrônica (Mercier, 1984). A idéia tradicional de "manufatura" passa a ser um arcaísmo conceitual. As transformações estruturais são produzidas e induzidas não apenas pela substituição da manufatura por serviços mas pela introdução de atividades de "serviços" e componentes "inteligentes" no interior mesmo da manufatura e dos próprios produtos.

A reestruturação em curso, viabilizada pela generalização da robótica e pela automação, vai tornar indispensável e necessária a participação cerebral do trabalhador qualificado e tecnificado, modificando a importância da atividade manual no processo produtivo. A revolução industrial que praticamente garantiu a consolidação do capitalismo, foi responsável por transformações substanciais na vida dos indivíduos. De um lado, provocou mudanças globais na divisão social do trabalho, cujos efeitos mais visíveis se manifestam justamente na irreversibilidade do processo de urbanização mundial. Em paralelo, e em decorrência, as sociedades urbanas transformam o cotidiano das pessoas, interferem nas tradicionais organizações sociais (família, religião, práticas sociais, de grupo, etc.), em um movimento sem retorno em direção às atuais formas de vida. Este cotidiano redefine também as barreiras do público e do privado, do individual e do coletivo, do mundo mais do que da nação. De uma sociologia das estruturas, característica da produção intelectual nos anos 60, passamos para aquela dos atores nos anos 70 e 80 e estamos, agora, incorporando a análise das representações como dado essencial na compreensão de certos fenômenos sócio-políticos e econômicos.

Nova urbanização e novos modos de vida

1. A cidadania "excêntrica"

Um elemento a ser incorporado neste processo refere-se aos impactos que o mesmo provoca sobre o modo de vida das pessoas e dos grupos. Coloca-se a necessidade de entender as novas estratégias

de socialização, que não podem mais ser pensadas apenas no nível local/nacional, mas sim com base em princípios universalmente aceitos. A implantação de tais princípios, mais ainda o seu aceite tácito pelas sociedades nacionais, é um processo pleno de impasses e ambigüidades. Constrói-se, ou melhor, tenta-se construir um tipo de cidadania que aparece como que excêntrica, ou com uma definição centrada "em alguns lugares" da história e, por isso mesmo, desviante na medida em que é construída como algo "ideal". É evidente que cada nação mesmo aderindo a esses princípios vai ter, por causa de seu percurso histórico, uma história de cidadania, a qual em confronto com este processo mundializado faz com que estes apareçam como algo "fora do lugar" (Girard, 1990). É nesta relação entre os princípios gerais, mudando na história e na heterogeneidade das situações singulares, que se situam as ambigüidades do processo em curso.

Às tradicionais formas de organização política (partidos, sindicatos etc.) agrega-se um novo fenômeno - a opinião pública - forjado em estratégias de *marketing* desenhada por empresas especializadas. O efeito mais imediato é o surgimento de diferentes temáticas da militância política envolvendo minorias raciais, sexuais, religiosas e temas tais como a ecologia, a paz, etc. Todos estes processos novos e mesmo alguns aspectos dos mais tradicionais estão exigindo uma mudança nos parâmetros analíticos pois estão tocando um aspecto crucial: trata-se de movimentos éticos, envolvidos em um processo social que coloca a necessidade de construção de uma "nova ética", de uma "nova moral". Insistimos em que não se trata de uma problemática específica das sociedades de capitalismo avançado; o fenômeno é mundializado, com tendências a redefinir a estrutura social nas sociedades subordinadas, inclusive com possibilidades de aumentar o fosso social.

2. O(s) lugar(es) da política

A ambigüidade do processo social no urbano vai então se caracterizar de um lado, pela necessidade de se contrapor ao poder estatal e, de outro, pelos seus efeitos enquanto mecanismos sociais que permitem o aparecimento de novas formas do exercício do poder, diferentes do Estado, porém a ele articulados de maneiras variadas e, inclusive, indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz. Esta ambigüidade vai estar presente nas diferentes instâncias de organização institucional do poder (nacional, estadual e local) e termina por evidenciar e provocar uma expansão, por toda a sociedade, dos seus mecanismos (Foucault, 1989).

Em uma perspectiva sociológica podemos afirmar que a idéia de classe social deixaria de ser uma categoria criadora de identidade, e que os movimentos sociais ocupam um espaço político positivo no sentido de serem também o lugar de consolidação da cidadania. Alargam as fronteiras da política, através de suas formas de organização. Neles, aponta-se a autonomia dos sujeitos coletivos, que

buscam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas (Sader, 1988).

Adicionalmente evidencia-se o fato de que os interesses "periféricos" não são absorvidos ou confiscados pelos aparelhos do Estado nem reduzidos a uma forma de manifestação do poder central. É neste sentido que poderíamos falar em uma certa autonomia dos níveis de poder frente ao Estado e, mais ainda, que as transformações que ocorrem nestes níveis não estão ligadas mecanicamente às mudanças ocorridas no âmbito deste Estado. Mesmo que este procure expandir suas áreas de domínio, as múltiplas redes de poderes existente nas sociedades modernas não são necessariamente uma extensão dos efeitos do Estado ou uma simples difusão de seu modo de ação.

Estas observações são importantes para se entender a relação da sociedade civil com o Estado. É necessário entendê-las enquanto resistências que se chocam, no sentido em que refletem práticas de poderes que se distribuem por todos os pontos da estrutura social. As ações estatais sobre o urbano, viabilizadas por uma tecno-burocracia com uma identidade ambígua, cujas ações independem das vontades individuais de seus membros, vai caracterizar uma máquina ideologizada, contrapondo-se a um social de difícil delimitação, com pontos de tensão móveis e transitórios (Marques Pereira, 1989). A rigidez das ações públicas estaria como que "ocorrendo atrás da história" em uma estratégia inglória de "apagar incêndios" em uma eterna tentativa de dominar e ampliar o espaço de dominação estatal.

3. Política urbana e igualdade

A impossibilidade estrutural do tratamento igualitário dos grupos e mesmo dos indivíduos vai ser o diagnóstico conclusivo da ação da política urbana. A uma segmentação do social, complexifica-se e multiplica-se a ação segmentada do Estado e da política urbana, que trata de forma diferenciada os grupos sociais, tentando minimizar o fato de que no plano da cidadania é necessária a igualdade. Se, de um lado, pode-se falar em uma expansão dos benefícios advindos das políticas sociais, de outro, é inegável a queda na qualidade dos serviços prestados, os quais se apresentam em um nível de degradação incompatível com o discurso da cidadania. Os exemplos da política habitacional, da saúde, da seguridade social, da política educacional, dentre outros, são ilustrativos e, guardadas as diferenças, comuns tanto para as sociedades de capitalismo avançado e principalmente para as demais. Com a democratização ocorrida na América Latina nos últimos anos as despesas com saúde, transporte, habitação e educação foram objeto de intensos debates. Com o fim da ditadura em alguns de seus principais países, a busca de uma crescente legitimidade passava por um aumento destas despesas e, em decorrência, por uma diminuição das desigualdades. Em outro sentido, poderíamos mesmo pensar que tais despesas materializariam a função

de legitimação; poderíamos mesmo insistir sobre o papel integrador à ordem capitalista que as ações estatais, via políticas sociais, exercem (Offe, 1984). Entretanto, a crise financeira leva ao esforço de redução dos déficits do Estado e representa, desta forma, um obstáculo à expansão destas despesas. Neste contexto, os critérios orçamentários balizam-se pela capacidade de financiamento ao invés da necessidade de financiamento (Salama, 1989). Articulam-se portanto dois níveis de impasses na relação Estado e sociedade: de um lado, a crise de racionalidade do sistema, originária na dimensão econômica mas com reflexos substanciais sobre a esfera política e, de outro, a crise de identidade que tanto vai se manifestar no sistema político (legitimidade) ou no sistema sócio-cultural (motivação) (Habermas, 1980).

4. A rigidez do Estado

Ao lado da procura de uma eficiência determinada e exigida pelo sistema, a prática administrativa vem se caracterizando por uma rigidez extrema da administração em operar mudanças. Esta situação é tanto mais paradoxal quando se observa o conjunto de processos sociais que movimenta a sociedade, onde o Estado, através da tecno-burocracia aparece, de fato, como o principal entrave à modernização do país. Aliás, todas as análises sobre a crise urbana vêm carregadas de uma percepção que a vê como um dado objetivo, passível de manipulação ou então como algo que pode ser definitivamente controlado e resolvido por ações e medidas puramente administrativas. Escapa deste enfoque o fato de que, conforme já enunciamos, os processos sociais hoje não podem ser vistos apenas como impactos de processos nacionais/estatais. Logo, a ação do Estado é carregada de limites de difícil superação. É preciso perguntar se a saída neo-liberal onde o mercado é visto como capaz de uma ação mais racional é a solução dos graves problemas que as sociedades urbanas enfrentam em nossos dias. Sobretudo se concluirmos, à luz das reflexões e dos fatos, que o diagnóstico da política urbana demonstra a impossibilidade estrutural do tratamento igualitário dos grupos e mesmo dos indivíduos por parte do Estado. As práticas governamentais, basicamente a chamada política social, terminam por privilegiar uma "visão de fora" do contexto sobre o qual atuam, em detrimento da interpretação que fazem os atores de si mesmos, ou melhor, ao sentido que eles próprios atribuem à crise da qual são vítimas.

A título de síntese

A discussão sobre o urbano esteve predominantemente voltada à procura de soluções aos graves problemas que afligem parcela substancial de nossas populações. Com exceção de alguns autores (dentre os quais caberia, por exemplo, lembrar o conjunto da obra do

professor Milton Santos), os textos mais difundidos vão no sentido de diagnosticar problemas onde, implicitamente, estão colocadas propostas de solução. Esta postura encontra, pelo menos, duas razões de base: de um lado, a ênfase das análises nas "carências sociais" e, portanto, na ineficaz atuação do Estado; de outro, no próprio campo teórico do urbano que, em sendo multidisciplinar na sua natureza, tem encontrado dificuldades em construir um discurso próprio que lhe dê legitimidade.

Sobre estas duas razões seriam necessárias longas discussões envolvendo diferentes correntes do pensamento. No nível da relação Estado e urbano, por exemplo, a dificuldade em institucionalizar decisões pode estar refletindo, além de outros aspectos, uma incapacidade da teoria em delimitar seu objeto, mesmo porque não existe ação política sem uma teoria que lhe dê respaldo e sustentação. Quando se acaba com um "Ministério do Desenvolvimento Urbano" e, praticamente, todas as suas funções são repassadas para um "Ministério da Ação Social", isto é, também, o reflexo da ênfase teórico-analítica nos déficits sociais e, nada mais coerente que, na ótica do Estado este seja por excelência o lugar do tratamento clientelista.

No nível da produção acadêmica conhecemos razoavelmente as dificuldades institucionais em se trabalhar com a "ciência departamentalizada", tal e qual a temos entre nós. Esta dificuldade termina por inviabilizar esforços teóricos sobre o urbano, objeto pensado indutivamente, delimitado fisicamente, com larga tendência ao tratamento pontual dos fenômenos. A vida nas cidades se confunde com a vida urbana, quando de fato o processo de homogeneização no qual estamos inseridos acaba por generalizar pelo conjunto do social, práticas de produção, circulação e consumo.

Se se aceita este processo como definitivo poderíamos considerar que os estudos sobre o urbano (diferente dos estudos nas cidades) estão, portanto, imbricados àqueles sobre a modernidade. Transformações sociais, novos estilos de vida decorrentes dos processos tecnológicos e da mundialização das práticas sociais estão a exigir um esforço de síntese. Na nossa situação, estes processos não só interferem nas formas tradicionais da vida social na medida em que recriam formas novas de existência (novos grupos, novos produtos, novas ideologias), como estão a indicar mecanismos de exploração cada vez mais rígidos. Além do mais as longas crises vivenciadas em todos os planos da vida social terminam por dar à nossa existência um caráter de precariedade onde a sensação de exterioridade frente ao futuro que se constrói está implicitamente presente. Neste quadro a teorização sobre estes fenômenos adquirem uma atualidade e uma urgência ímpar e indicam a multidisciplinariedade como aquela abordagem capaz de responder às questões que se colocam. Os estudos urbanos encontram aí a sua atualidade.*

* Artigo recebido em novembro de 1991.

Bibliografia

- BERTA, Berta (1982). *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARTELIER, L. (1977). "Planificación, politique industrielle et état capitaliste". In: *Sur l'Etat* (Coloque de Nice, septembre 1976, Bruxelles: Contradictions), pp. 135-54.
- CASTAÑO, Hugo Lopes (1989). *Trabajadores urbanos independientes, ciclo de vida laboral y seguridad social en Colombia*. Medellín: Université de Antioquia (mimeo).
- CASTELLS, Manuel (1976). *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder* (Org. e Trad. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal.
- GIRARD, Christiane (1990). *Religião e política: a representação da cidadania*. Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Tese de Doutorado, em elaboração, mimeo.
- GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac (1984). *L'école de Chicago*. Paris: RES Champ Urbain; Edit. Aubier.
- HABERMAS, Jürgen (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HANNERZ, Ulf (1983). *Explorer la ville: éléments d'anthropologie urbaine* (Trad. de Isaac Joseph). Paris: Les Editions de Minuit.
- MORICE, Alain (1990). "Les travailleurs du bâtiment à João Pessoa (Brésil)". In: *Informalité, formation et emploi: Une comparaison entre la Colombie et le Nordeste brésilien*. Paris: Université de Picardie, GREIT-CREPPRA, pp. 563-627, mimeo.
- KRISCHKE, Paulo (1989). "Carências e sujeitos sociais: uma estratégia para o seu des(en)cobrimiento". In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. IV (2), jul-dez/1989, Departamento de Sociologia, UnB, Brasília.
- LOJKINE, Jean (1977). *Le marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris: Presse Universitaire de France.
- MARQUES PEREIRA, Jaime (1990). "Politiques du secteur informel, libéralisme économique et légitimité de l'état en Amérique Latine - le cas du Brésil". In: *Informalité, formation et emploi: Une comparaison entre la Colombie et le Nordeste brésilien*. Op. cit., pp. 303-385.
- MERCIER, P. A. e outros (1984). *La société digitale: les nouvelles technologies au futur quotidien*. Paris: Editions du Seuil.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (1983). *Les rapports entre politique industrielle et politique urbaine au Brésil*. Amiens: Université de Picardie, Thèse.
- NUNES, Edison (1989). "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". In: *Revista Lua Nova*, n.º 17, São Paulo, junho, pp. 67-92.
- OFFE, Claus (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1989). *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALAMA, Pierre (1989). *Dolarização, ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Nobel.
- SCHMIDT, Benício Viero (1983). *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/L&PM.

Abstract

Revisiting Some Aspects of the Urban Question

This article attempts to place some of the dimensions which characterize contemporary social processes within the field of studies of urban problems.

By searching to break with the ethnocentric tradition which defines the "underdeveloped urban" as the negative pole of a paradigmatic model, central in Western Europe, the author tries to make evident the importance of incorporating world-wide manifestations of social practices as they appear in our society. In that sense, he critically retrieves the major issues of the urban debates in Latin America, stressing some of their limits. At the same time he points out the theoretical and political relevance of the studies about present-day urban problems.

Resumé

Revisitant la Question Urbaine

L'article cherche à delimitier les dimensions qui caracterisent les processus sociaux actuels dans le but de les penser dans le cadre de la question urbaine. Particulièrement il cherche à mettre en evidence l'importance de reflechir sur la mondialisation de pratiques sociales, possible surtout en raison des progrès techniques et scientifiques et d'en comprendre les formes particulières dans notre société. Dans ce but, l'auteur fait une lecture critique des principaux axes du debat sur l'urbain en Amerique Latine, en montre certaines limites et indique l'actualité theorique et politique de ces etudes pour notre société.

A POLÍTICA SOCIAL DO GOVERNO COLLOR*

José Luis Fiori**

Resumo

O artigo analisa a retórica e prática social do governo Collor, considerando o avanço da crise econômica, os direitos sociais conquistados na elaboração da Constituição de 1988, a estratégia político-eleitoral do governo e a sua política anti-inflacionária. Afirma que a "modernização liberal" proposta por Collor, com relação à questão social, enfatizava quatro idéias fundamentais: a correção da dívida social através do crescimento econômico; criação de empregos e elevação das rendas reais; modernização e requalificação dos instrumentos e quadros de gestão dos grandes sistemas sociais do governo e, por fim, a descentralização da gestão dessas políticas sociais. Na avaliação do autor, as condicionalidades apontam na direção de mais recessão e desemprego, o que dificulta ainda mais a implementação de políticas sociais possíveis ou eficazes.

Marcas e circunstâncias

Não há governo da história republicana brasileira para o qual a política social não tenha sido a prima pobre da sua política econômica. Mas com Collor ela foi além, transformou-se na gata borralheira. Não porque a preocupação social estivesse ausente das "diretrizes de ação" do candidato ou do Projeto de Reconstrução Nacional do presidente Collor. Mas porque a retórica social dos programas acabou sendo retraduzida por circunstâncias externas que a redefiniram na prática. Por isso, para entendê-lo, mais importante do que as idéias dos programadores foram:

1. O avanço acumulativo das crises sócio-econômica e de ingovernabilidade que atravessaram os anos oitenta, levando o estado ao estrangulamento fiscal;

2. Os condicionamentos e limitações de tipo igualitário e universalizante postos pela opção social da Constituição de 1988;

3. A estratégia político-eleitoral de Collor, voltada, em 1990, para a conquista de uma base política parlamentar e estadual majoritária;

4. E, sobretudo, a política econômica antiinflacionária transformada em prioridade número um do governo de Collor, circunstâncias que acabaram imprimindo à política social do novo

* Este texto reúne as idéias que expusemos no Balanço das Políticas Sociais do Governo Collor promovido pelo IESP/FUNDAP em São Paulo, em Outubro de 1991.

** Professor Titular do IEI/UFRJ.

governo, a marca simultânea da descoordenação, voluntarismo e imprevisibilidade. Rotina na manutenção dos procedimentos e gastos da administração central nos vários níveis de governo. Voluntarismo e imprevisibilidade, sobretudo, no desenho e lançamento dos grandes programas especiais paralelos do governo - do tipo Plano de Ação Imediata-Habitação, Projeto Nossa Gente, CIACs, etc. - anunciados com perfeita competência de *marketing* mas sem as devidas especificações de recursos numa época de aguda crise fiscal.

Apesar disto nossa conclusão mais geral é que depois de um ano e meio de governo e de forma aparentemente paradoxal, a política social de Collor vem se desfazendo dos objetivos "social democratas" presentes no seu discurso eleitoral e vem assumindo um perfil estratégico cada vez mais coerente e submisso à sua estratégia econômica neoliberal que lhe impõe um redesenho de prioridades alheio aos gestores da área social.

Fatos criados pela recessão e pela penúria fiscal, além de prioridades impostas pelas condicionalidades de um ajuste econômico que hoje aparece como condição indispensável da volta brasileira ao sistema financeiro internacional.

Este redesenho estratégico entretanto vem distanciando, cada vez mais, a política social de Collor dos princípios que ordenaram o capítulo dos direitos sociais da Constituição de 1988 e vem aproximando-a sempre mais de uma visão liberal, seletiva e focal das obrigações sociais do Estado.

Este aumento na nitidez proposicional do governo, por outro lado, tem provocado um alargamento do conflito entre o governo e os sindicatos e corporações, e entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, que se transformou depositário dos ideais igualitários em que se basearam os constituintes de 88.

Estas foram, em grandes linhas, as características e a trajetória de uma política social que ainda segue sendo, apesar das mudanças, prisioneiras de suas circunstâncias externas, passadas e presentes. É este o argumento que tentamos desenvolver nesta conclusão.

O peso do passado na definição da agenda

Este caso justifica que comecemos por um truísmo: a agenda do governo Collor e sua política social são incompreensíveis fora do seu tempo. A natureza e dificuldades de seus projetos assim como os conflitos e contradições gerados por sua implementação só adquirem dimensões reais quando inscritos no cenário de instabilidade política e estagnação econômica em que se desenvolve a década de oitenta. Uma crise de natureza global, profunda e prolongada, responsável pela implosão do regime autoritário e pela situação de ingovernabilidade, que vem acompanhando de forma perversa nossa transição democrática.

As origens e a trajetória desta crise econômica são conhecidas e já foram exaustivamente mapeadas. As divergências que se mantem

na explicação do fenômeno não impedem o mais absoluto consenso em torno à avaliação de suas conseqüências. Se a estagflação que aparece como resultante "média" do período foi produto de erros de política econômica, ou foi produto da endogeneização da crise internacional ou ainda do esgotamento financeiro e político de nosso 'estilo' de desenvolvimento, ou se finalmente foi produto de uma combinação de tudo isto, não altera a extensão do "estrago social" que ela produziu.

A instabilidade macroeconômica e suas manifestações mais visíveis ocuparam o primeiro plano das atenções durante quase toda a década. A própria idéia de ingovernabilidade crônica se deveu em grande medida, à impotência dos governos frente ao descontrole dos preços, do câmbio, dos déficits, dos juros etc. Mas, depois de dez anos, foram ficando cada vez mais visíveis os efeitos corrosivos produzidos por aquela instabilidade e descontrole "macroeconômicos" estampados no deterioro físico da infra-estrutura econômica e na perda acelerada de competitividade da estrutura industrial.

De tal forma que transformou-se em lugar comum a afirmação de que 80 foi uma década perdida do ponto de vista econômico - e isto não poderia deixar de ter efeitos perversos sobre as condições sociais da vida das populações, concentradas e, sobretudo, nas grandes metrópoles brasileiras.

No mesmo período, o Estado perdeu capacidade fiscal de agir compensatoriamente, ao ter sua arrecadação abalada pela estagnação, pela inflação e pelos requerimentos da dívida externa. A crise adquiriu proporções tais que no final do governo do Presidente Sarney generalizou-se no País a consciência da insustentabilidade da situação. O caos pré-anunciado pela hiperinflação e pela mais completa falta de governo fez, de 1989, um ano decisivo durante o qual as elites e a maioria da população convenceram-se da necessidade de mudar radicalmente o modelo de crescimento econômico em que se dera a industrialização brasileira das quatro últimas décadas. Foi neste espaço e neste tempo que avançaram no Brasil as idéias neoliberais que acabaram ocupando um papel central na plataforma vitoriosa de governo do futuro presidente Collor. No final dos anos oitenta, nos meios de comunicação de massa como entre as elites empresariais e intelectuais produziu-se velozmente um novo consenso ideológico construído com as idéias hegemônicas nos países capitalistas centrais, desde a virada neoconservadora do final dos anos setenta.

Do nosso ponto de vista, a força adquirida pelo ideário neoliberal do Presidente Collor seria incompreensível sem a fragorosa derrota econômica e política do projeto reformista alinhavado, em 1977 e 1978, a partir de São Paulo; transformado em programa do novo PMDB, em torno de 1981 e 1982 e experimentado como política de governo de 1985 até 1988, quando se dá a definitiva virada conservadora do Governo Sarney. Recordemos por isso, ainda que brevemente, alguns aspectos centrais deste período que foram

decisivos para a construção do palco em que nasce e se desenvolve o governo Collor.

São muitos os analistas e teóricos que ainda insistem na tese de que a transição democrática brasileira foi uma transição pactuada sem dar a devida importância para o fato de que a morte de Tancredo Neves representou na prática o "colapso" do pacto. E de que este colapso teve conseqüências análogas em todos os lugares em que ocorreu, já devidamente sublinhados pelos estudiosos das transições democráticas. Dessas situações, em quase todos os lugares, os novos dirigentes, agindo no vácuo criado pelo afastamento ou derrota das antigas autoridades, gozaram de uma ampla liberdade de ação.

O que confunde os analistas do caso brasileiro, é o fato de que o "colapso" de que falam os teóricos, foi provocado por um acontecimento inesperado que, como se sabe, acabou entregando a Presidência da Nova República ao principal líder político do regime militar. Sendo este estranho continuísmo o grande responsável pelo poder conquistado pela ala reformista da Aliança Democrática a partir da demissão do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles. A partir daquele momento, os "progressistas do PMDB" ocuparam posições decisivas no comando da política econômica, da política de reforma agrária, da política científica e tecnológica, da política de saúde e da política trabalhista e previdenciária. Durante dois anos, ainda que de forma desarticulada, nestes vários centros de poder, foram postas em prática idéias de reformas há muito gestadas e elaboradas em vários núcleos políticos ou acadêmicos de reflexão progressista. Em grandes linhas se pode dizer que, nestes dois anos, frustrou-se um ambicioso projeto de reorganização político-institucional e econômica cujos objetivos eram a retomada do crescimento e a estabilização de moedas, baseadas em simultâneo com a redistribuição ativa da renda e da terra e a universalização dos direitos cidadãos.

Um projeto que, do ponto de vista social, se propunha a uma reforma radical do padrão seguido, desde 1964, pelos vários governos militares. Um padrão rigorosamente centralista e autoritário, ainda quando tenha avançado lentamente em direção a uma concepção universalista.

Entre 1983 e 1988, esses reformistas trabalharam intensamente em duas frentes fundamentais: a do governo de transição e a da constituinte. Se a morte de Tancredo desarmou a agenda conservadora administrativa do processo de transição, a apressada incorporação dos reformistas pelo governo Sarney não resultou em um novo comando estratégico. Pelo contrário, a direção política do processo ficou nas mãos frágeis do Presidente, enquanto os reformistas dividiam-se, no governo, entre os que geriam a crise econômica e os que avançavam tentando democratizar as instituições, as políticas sociais e a própria posse da terra, pela via administrativa. Como dividiam-se também, no Congresso Constituinte, entre os que lutavam pela desmontagem do "entulho autoritário" e a consolidação dos direitos civis, e os que

jogavam todas as suas esperanças na consolidação jurídica de uma cidadania social extremamente ampliada.

Não foi muito o que restou da obra administrativa dos reformadores. A reforma agrária não avançou e o próprio Ministério da Reforma Agrária foi extinto pelo governo Sarney. Um amplo projeto de reforma do sistema financeiro de habitação foi devidamente engavetado junto com o fechamento do BNH. As diretrizes formuladas pela comissão convocada pelo governo para estudar o problema da educação brasileira também tiveram a gaveta como destino, enquanto que a política educacional seguia sua rotina em mãos conservadoras. Minguaram com o tempo as propostas de reforma das relações trabalhistas. Enquanto os objetivos perseguidos pela política científica-tecnológica dos reformistas foram rapidamente desautorizados pelo avanço, primeiro, das restrições fiscais, e depois do ataque liberal à reserva de mercado para a informática. Ficou dos primeiros tempos, a conquista do seguro-desemprego, a recuperação da liberdade sindical, o trabalho de desmontagem do "entulho autoritário", e os vários programas assistenciais de tipo alimentar ou comunitário. Mas ficou, como caso excepcional a reforma do sistema previdenciário de saúde, área em que foi possível casar inicialmente as transformações político-institucionais do governo Sarney no plano administrativo, com as inovações legais da nova constituição. De tal maneira que o nascimento do Sistema Único e Descentralizado de Saúde - SUDS - implementado a partir do Ministério da Previdência Social entre 1986 e 1987, encontrou perfeita continuidade e a devida consolidação no reconhecimento constitucional da "saúde como direito de todos e dever do Estado". Mas mesmo esta vitória administrativa e jurídica acabou sofrendo uma reversão, ainda durante o governo Sarney, provocado pela resistência burocrática e política dos interesses confederados dentro da própria Aliança Democrática.

Em termos mais amplos, entretanto, os reformistas, no governo e na Constituinte, ao proporem a universalização dos direitos sociais e ao tentarem adequar as estruturas estatais às novas responsabilidades, desconheceram e acabaram derrotados pelo avanço inexorável da crise mais profunda que acompanhava o processo de redemocratização: a crise fiscal e política do Estado. Na verdade, os reformistas tentaram avançar gerindo instrumentos e impondo novas responsabilidades a um Estado que já estava extremamente fragilizado.

Foi esta crise responsável pelo fracasso reformista que aplainou o caminho para o avanço das idéias neoliberais e a consagração da candidatura "inorgânica" de Collor, assentada em duas convicções que se generalizaram, a partir de então: 1) a do fracasso das idéias econômicas partidárias de um desenvolvimento orgânico e distributivista, coordenado pelo Estado; 2) da insustentabilidade fiscal das idéias sociais consagradas pelo poder constituinte favoráveis à universalização dos direitos sociais e cidadãos.

É sobre este pano de fundo que se deve entender a vitória Collor construída sem apoios partidários ou orgânicos significativos.

Sua campanha, cresceu defendendo uma mensagem extremamente simples: um 'não' rotundo à era Sarney e tudo que lhe esteve associado; e um 'sim' radical à "modernidade" liberal oposta ao que acabara de ocorrer. Discurso que casou perfeitamente com o consenso neoliberal em torno à: valorização do mercado, a desregulação e abertura da economia e a privatização do setor público. Programa que assumia, por sua vez, um outro consenso: o de que a estabilização econômica era condição prévia e indispensável de todo o resto. De tal maneira que, uma vez eleito, Collor de Mello concentrou-se, integralmente, na luta antiinflacionária. Ele tinha plena consciência de que só a vitória nesse campo poderia dar ao seu governo, no médio prazo, o apoio político indispensável para que pudesse levar em frente as reformas institucionais requeridas pelo seu projeto de "modernização liberal".

É nesta camisa de força que tem estado aprisionada a política social do governo Collor. Foi esta hierarquização de objetivos que acabou exponenciando as ambigüidades do seu discurso 'social' de campanha e invertendo os sinais de sua opção "preferencial pelos descamisados".

A ambigüidade da proposta eleitoral

A idéia mais geral que organiza o discurso programático do candidato, e depois, a agenda de ação do Presidente Collor, goza hoje de significativo consenso: postula o esgotamento do padrão de crescimento e industrialização vigente desde os anos cinqüenta e localiza na fragilidade financeira do Estado, o epicentro da crise que vem explicitando, há uma década, o esgotamento do padrão. Sua proposta de longo prazo, a partir daí, aponta na direção de uma "modernização liberal", sinônimo de economia aberta e desregulada, movida por um mercado internacionalizado e sem presença significativa do Estado que estava concentrada apenas nos problemas sociais. Enquanto seu programa de curto prazo aponta para o que seriam as condições indispensáveis à retomada do crescimento: o combate implacável à inflação e ao desequilíbrio fiscal.

Com relação a questão social, o programa Collor enfatizava 4 idéias fundamentais:

1. o principal caminho de combate à dívida social seria o crescimento econômico.

2. e seu principal mecanismo seria o da criação de emprego e elevação dos salários reais, de forma a que o novo crescimento se desse em simultâneo com uma melhor distribuição de renda.

3. mas, ao mesmo tempo, as políticas sociais compensatórias, indispensáveis, deveriam obedecer a uma redefinição de prioridades e serem financiadas através dos recursos liberados com a reforma do Estado. Destacando-se nesta direção, num primeiro momento, sobretudo, a idéia de modernização e requalificação dos instrumentos e quadros de gestão dos grandes sistemas sociais do governo, e só

secundariamente a idéia de privatização dos sistemas de proteção, privilegiado logo mais a frente.

4. por fim as políticas sociais deveriam ter uma gestão cada vez mais descentralizada obrigando uma maior coordenação em todos os níveis horizontais e verticais da ação pública e privada e um abandono peremptório de todas as clássicas formas paternalistas e clientelísticas de alocação ou distribuição de bens e serviços.

Pode-se compreender a partir daí, o lugar decisivo que passaram a ocupar, no programa social de Collor, a sua política salarial e a reforma do Estado. Sendo que no texto Diretrizes de Ação do Governo (DAG) aparece explícita a crítica à forma como nos governos autoritários "a remuneração dos trabalhadores foi utilizada como variável macroeconômica de ajuste para programas de estabilização". Seguida da afirmação de que esta "insistência em fazer do salário o elo mais fraco da política de renda resultou numa violenta contração do poder aquisitivo da população sem que em troca a inflação cedesse". Donde conclui o programa de forma incisiva que "o compromisso do próximo governo é de tratar os salários como parte de uma solução que se deseja encaminhar para a década de 90. O conteúdo social do crescimento econômico que se deseja não será factível a não ser pela progressiva elevação da participação do salário na renda nacional, sem o que o fortalecimento do mercado interno não será possível". Concluindo que "mais do que uma necessidade econômica, a incorporação aos mercados consumidores de milhões de brasileiros que ainda vivem na marginalidade da subsistência é uma inadiável exigência para a modernidade que se almeja" (DAG, 1989).

Por outro lado o programa de governo de Collor reconhece explicitamente que para alcançar aqueles objetivos impõe-se uma "política salarial, com regras claras e perenes que garanta a manutenção do poder de compra dos assalariados". Fundamentando-se esta necessidade no reconhecimento de que as chamadas "leis de mercado são incapazes de promover o incremento dos salários independentemente das variações da conjuntura e da heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho". Concluindo que "em suma: a política salarial a ser adotada estabelecerá as condições para que as conjunturas desfavoráveis da economia não comprimam a base da massa salarial, o que significa refutar qualquer modalidade que induza à redução do poder de compra dos trabalhadores". Numa outra direção o programa eleitoral de Collor propunha a reforma do Estado, componente essencial da sua estratégia econômica e de todos os seus programas setoriais. Uma reforma vista pelo lado administrativo, como processo de simplificação, racionalização, e descentralização; e pelo lado fiscal-financeiro, como aumento da arrecadação, via reforma tributária - e como diminuição do setor público, via privatizações.

Na circularidade interna do discurso, as várias teses se remetem mutuamente e as propostas aparecem quase sempre de forma complementar e acumulativa. Todas as sinergias e somas são positivas, de tal forma que o próprio conflito entre universalidade e

seletividade das políticas sociais fica obscurecido, mantendo-se uma posição ambígua, mais universalizante em alguns campos, menos em outros. Assim, é possível ler-se nas diretrizes para a Saúde que "a abrangência do sistema de saúde está estabelecida na Constituição: trata-se de um direito de todos e um dever do Estado". E que a "implantação do sistema único de saúde será regida pela unificação, pela descentralização, pelo comando único por nível de governo, pela participação da comunidade e pela regionalização e hierarquização". Uma verdadeira homenagem retórica, há que reconhecê-lo, aos 'reformistas' da Nova República.

Mas também é possível encontrar nas diretrizes para a Previdência Social, a proposta de uma "previdência complementar às aposentadorias e pensões superiores às pagas pela estrutura geral de benefícios a serem financiadas por recursos adicionais do contribuinte e da empresa". Como também, nas diretrizes para a política de habitação, a afirmação de que "trata-se de reequacionar a intervenção estatal em habitação de interesse social. Isto significa definir uma política de subsídios para o atendimento das camadas mais pobres da população. Já a demanda habitacional não popular deve ser equacionada pelo mercado".

Sendo que em outro ponto, o do problema da criança, o programa logra reunir e condensar os vários aspectos que acabarão entrando em contradição no chamado "mundo real". O texto diz explicitamente que como "a UNICEF reconhece é impossível atacar o problema da criança sem tratar com seriedade a questão da dívida externa e do ajuste econômico ortodoxo". E, agrega logo a frente, de maneira conclusiva, para nossos efeitos, "o conteúdo das políticas sociais precisa ser bem definido, sob o risco de ser mantido o assistencialismo demagógico que hoje predomina. É preciso deixar claro que não se faz política sem os recursos materiais que serão libertados com a reforma do Estado, mas é igualmente necessária a definição clara das prioridades." (DAG, 1989: 63)

A implementação constrangida pelas "circunstâncias externas"

Nem sempre o velho provérbio popular a propósito de que na prática a teoria seria outra, tem a ver com o descompromisso dos teóricos ou com o cinismo dos práticos, ou com a incompetência técnica dos programadores ou o oportunismo dos políticos. Muitas vezes as ambigüidades, ou mesmo as contradições do discurso programático, só se desvelam na ação quando as políticas se enfrentam com a reação concreta de interesses reais favorecidos ou penalizados. Senão vejamos.

1. A política social e a estratégia econômica

A história factual é por demais conhecida. Recordemos apenas os pontos decisivos para nossa argumentação. Compelido pelo quadro

hiperinflacionário, o presidente Collor, na primeira hora de seu governo, fez uso da legitimidade alcançada pelo voto, para anunciar um plano de estabilização econômica encadeado à uma estratégia de desenvolvimento que se propunha mudar radicalmente a economia e o Estado brasileiros. Sem contar com o apoio coeso organizado dos empresários e sem ter, tampouco, uma base parlamentar majoritária, o presidente definiu suas prioridades a partir da luta antiinflacionária, e avançou seu projeto de reforma através de um conjunto de 'medidas provisórias' apoiado, quase só, na adesão da opinião pública e na completa fragmentação inicial das forças políticas de oposição.

A partir daí, o que era a lógica do discurso programático passou a ser uma proposta estratégica organizada em função do objetivo primeiro - na ordem e no tempo - de combate à inflação. Por isso dissemos, no início deste trabalho, que poucas vezes a política social esteve tão condicionada e submetida aos ditames da política econômica, tal como ocorreu no primeiro ano do governo Collor.

Esta submissão manifestou-se, desde o início do governo, na concepção da reforma ministerial, que foi feita e assumida como primeiro passo da reforma administrativa do estado. Manifestou-se também na escolha dos próprios ministros e dos responsáveis pelas áreas econômica e social do governo.

Mas, sobretudo, manifestou-se no encaminhamento do chamado Plano Collor. Apesar de sua formatação heterodoxa, o plano era, em sua essência, ortodoxo na medida em que se propunha conter a inflação pela via da contenção da demanda de efeito inevitavelmente recessivo. Sem que caiba entrar aqui em discussões econômicas, é importante sublinhar que na perspectiva do Plano Collor, esta recessão seria curta e teria o objetivo "virtuoso" de provocar um estado permanente de 'sobre-produção', visto como única forma suposta de conter os preços, na ausência de um projeto nacional traçado em conjunto com o empresariado.

Nesta direção, o uso das políticas fiscais e monetárias restritivas, passou a ser elemento essencial na contenção do consumo. Como consequência, o governo abriu mão de uma de suas posições programáticas centrais e passou a ver no achatamento salarial uma condição indispensável da estabilização. Em segundo lugar e como consequência, teve que assistir ao deterioro acelerado da situação fiscal do Estado, abrindo mão do seu primeiro e maior objetivo programático, o da superação da fragilidade financeira do setor público.

Não era difícil prever, neste contexto, que o governo acabasse abandonando suas propostas eleitorais contingenciando inicialmente os gastos sociais e logo depois reduzindo-os pesadamente. Não se podendo desconhecer que o processo de recessão acabaria atingindo os demais níveis da administração pública, afetando negativamente também a ação social dos Estados e dos Municípios.

Se a política do governo tivesse obtido sucesso, não seria impossível que o quadro macroeconômico, incluindo a situação do

gasto público, pudesse estar aproximando-se de uma situação de equilíbrio. Como é sabido, não foi isto o que aconteceu, e hoje, a situação fiscal do Estado, e a situação social da população, chegaram a níveis ainda piores do que estavam inicialmente. Como aliás já prognosticara o próprio programa de governo de Collor: sem crescimento e sem uma política salarial enviesada a favor da manutenção dos salários reais, o efeito redistributivo da política social seria nulo.

2. A política social e a reforma administrativa

A reforma administrativa que esteve, igualmente, entre as prioridades do primeiro ano do governo Collor, mas ajuda igualmente a iluminar o espaço ocupado pela política social neste período.

A reforma começou por uma reorganização ministerial, que visou concentrar e racionalizar atividades, permitindo uma coordenação melhor e mais centralizada de todas as áreas ligadas à infra-estrutura econômica. Sintomaticamente, o governo não conseguiu - ou não quis fazer - o mesmo com a área social, criando um Ministério, que se encarregasse da administração conjunta do Fundo da Seguridade Social criado pela nova Constituição. Pelo contrário, na área social preservou-se a fragmentação institucional e burocrática e distribuiu-se funções e recursos segundo uma lógica contrária a das "Diretrizes para Ação do Governo", não se produzindo centralização normativa, re-hierarquização de objetivos ou, mesmo, uma melhor coordenação entre as várias áreas de ação. Assim, se por um lado, os Ministérios de Economia e Infra-Estrutura acabaram reunindo um poder sem precedentes na nossa história republicana, a área social viu-se dividida: a previdência ficou com o Ministério do Trabalho, enquanto o INAMPS passou para o Ministério da Saúde que logo à frente ficaria encarregado do Projeto Nossa Gente - CIACs. A educação ficou como estava e sem o controle da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e, finalmente, o novo Ministério da Assistência Social concentrou as políticas de saneamento, habitação popular e promoção social mas ficou sem o controle das fontes de financiamento que ficou em mãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e a Caixa Econômica Federal, pertencente ao Ministério de Economia.

Como resultado, a fragmentação e a descoordenação institucional acabaram se impondo como as marcas mais visíveis da gestão social do governo.

3. A política social e a estratégia eleitoral

Durante 1990, de forma silenciosa, a administração social do governo perseguiu dois objetivos centrais:

a) A reversão administrativa das estruturas montadas pelo governo anterior, como no caso do sistema previdenciário de saúde - SUDS, em que a reversão foi lograda através de uma descentralização

dos recursos a nível federal e uma negociação caso a caso dos repasses diretos aos municípios feitos segundo critérios extremamente fluidos.

b) A conquista de apoios eleitorais com vistas às eleições de outubro, lograda através de uma distribuição de recursos da política assistencial do governo, segundo os métodos mais tradicionais do paternalismo e clientelismo eleitoral, ou do que o programa de Collor chamou de "assistencialismo demagógico". De tal maneira que ficou visível neste tempo a submissão e a política social à estratégia eleitoral do governo.

Nesse sentido, a suposta opção presidencial pela neutralidade frente às eleições de outubro de 1990, não conseguiu esconder a participação ativa da "área social" do governo na obtenção de apoios eleitorais. O governo tinha claro que só com uma maioria parlamentar favorável poderia levar em frente sua estratégia e jogou pesado utilizando seus recursos sociais.

A derrota eleitoral de outubro e o fracasso do Plano Collor I tiveram um efeito ainda mais restritivo sobre o gasto social. A resposta do governo foi o Projeto de Reconstrução Nacional anunciado em fevereiro de 1991, no qual propunha sua nova estratégia social "constrangida pelas crescentes dificuldades fiscais". É neste momento que o governo abandona a ambigüidade de seu programa eleitoral e opta de forma nítida por uma política social de tipo seletiva e focalizada segundo o figurino neoliberal.

Não é casual que o governo comece a enfrentar dificuldades crescentes em seu relacionamento com o Congresso Nacional.

A resultante liberal e suas dificuldades futuras

A reforma constitucional proposta pelo governo ao Congresso no mês de agosto de 1991, popularmente conhecida como "Emenda", transformou-se na explicitação mais conhecida da nova "visão social" do governo, já presente e atuante na discussão da legislação salarial e das várias leis complementares ao trabalho constituinte.

Neste último caso, o governo tem se oposto frontalmente à opção da maioria dos congressistas, leal ao espírito igualitário e universalista que primou na definição dos direitos sociais da nova Constituição.

Premido pela crise fiscal, agravada pela recessão, o governo jogou sua sorte, a partir de maio de 1991, na adoção integral do que vem sendo chamado, já há algum tempo, em outros países de estratégia social de tipo neoliberal. Nesta linha, agregou às suas propostas de abertura, privatização e internacionalização da economia, a proposta de seletivização das políticas sociais. Uma idéia que estava ainda em estado embrionário no programa de campanha do candidato Collor.

Nessa nova linha, a proposta de reforma Constitucional apresentada pelo governo no início de 1991 continha a idéia do ensino pago, aposentadoria por idade, fim da estabilidade no emprego do

funcionalismo e um sistema de previdência complementar para as rendas superiores a cinco salários mínimos.

Numa direção exatamente oposta, o Congresso Nacional aprovou, já em 1990, a Lei Orgânica da Saúde que vem sendo contestado pelo governo e a Lei de Custeios e Benefícios da Previdência que também vem sofrendo oposição governamental; nessa mesma legislatura, o Congresso também aprovou uma Lei complementar regulamentando o Seguro Desemprego em níveis que o governo considera incompatíveis com as projeções de desemprego nos próximos anos; e finalmente, o Congresso já avançou na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que mantém o ensino público gratuito em todos os seus níveis.

De tal maneira que, hoje, não é difícil que o Executivo e o Legislativo entrem em acordo sobre o que está sendo chamado de "modernização da economia" brasileira. Mas dificilmente conseguirão acordar suas posições em torno das restrições propostas aos direitos sociais estabelecidos. Sendo de se prever, nesta direção, uma escalada do conflito entre o governo e o Congresso Nacional e, logo à frente, com o poder judiciário que vem dando ganho de causa aos trabalhadores e aposentados em quase todas as suas instâncias.

Sintetizando, o governo Collor passou de uma política social pouco imaginativa, descoordenada, praticamente inercial e totalmente submetida, durante 1990, aos ditames da sua política econômica de estabilização e da sua estratégia eleitoral, para uma outra política de corte cada vez mais nitidamente liberal, agora em linha de convergência com a política econômica, mas em linha de enfrentamento crescente com a sociedade e com os poderes Legislativo e Judiciário.

Qualquer tentativa de projetar os destinos futuros da política social de Collor é praticamente impossível neste momento. Ela nasceu e viveu estes dois anos empurrada pelas circunstâncias e assim deverá seguir sendo. O problema agora é que estas novas circunstâncias são obras do próprio governo e estão apontando na direção de mais recessão e de mais desemprego. Frente a isto, que política social será possível ou eficaz?*

Bibliografia e Documentos Consultados

- DAG, "Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor", Programa do Governo do candidato Fernando Collor de Mello, 1989, mimeo.
- PRN, "Projeto de Reconstrução Nacional", Presidência da República, Brasília, 1991.
- PLANO DE BENEFÍCIOS, Custeio e Organização da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de junho de 1991.
- PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, nº 1258/88.
- PROJETO DE LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aprovado pelo Congresso Nacional em agosto de 1990.

* Recebido para publicação em maio de 1992.

LEI ORGÂNICA DE SAÚDE, aprovado pelo Congresso Nacional em setembro de 1990.
REFORMA ADMINISTRATIVA, Projeto FUNCEP, SAF, abril de 1990.
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, promulgada pelo Poder Constituinte em outubro de 1988.

Abstract

Social Policy in Collor's Administration

This article analyses the rethoric and practice of social policies in Collor's administration, taking into consideration the advancement of the economic crisis; the social rights included in the Constitution of 1988; government's electoral strategy and its anti-inflationary policies. It states that the "liberal modernization" implemented by Collor - as related to the larger social questions - stressed four fundamental issues: the correction of the "social debt" through economic growth, creation of jobs and improvement of real incomes; modernization and requalification of instruments and personnel for management of large social systems and, finally, the decentralization in the management of the major social policies. In the author's evaluation, the circumstances point out in the direction of more recession and unemployment, which make even more difficult the implementation of possible and efficient social policies.

Resumé

La Politique Sociale du Gouvernement Collor

L'article analyse le discours et la pratique du gouvernement Collor mettant l'accent sur l'avancée de la crise économique, les droits sociaux conquis pendant élaboration de la Constitution de 1988, la stratégie politique/électorale du gouvernement et sa politique anti-inflation. La réflexion s'initie considérant que la "modernisation libérale" proposée par Collor, par rapport à la question sociale se centrerait sur quatre idées fondamentales: la diminution de la dette sociale à travers la croissance économique; la création d'emplois et une augmentation des revenus réels; la modernisation des instruments et le cadre de gestion des grands systèmes sociaux du gouvernement et, finalement, la décentralisation de la gestion de ces politiques. La tendance actuelle selon l'auteur, est d'un aggravement de la récession et du chômage ce qui peut rendre encore plus difficile l'implantation de politiques sociales possibles et efficaces.

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1901

1902

1903

1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

2169

2170

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA INTERNA

Linda M. Gondim*

Resumo

Este trabalho analisa os limites e possibilidades concretas relacionados com práticas alternativas geralmente adotadas pelas organizações que emergem no bojo de movimentos sociais. Primeiramente, discute-se, no plano teórico, problemas que a própria formação de associações burocraticamente organizadas pode acarretar para os MSUs. A seguir, apresenta-se as características do modelo alternativo de organização "democrático-coletivista", baseada na informalidade, no consenso e em uma divisão de trabalhos ad hoc e mínima.

As dificuldades associadas a ambos os tipos de organização são consideradas a partir de experiências ocorridas no movimento de bairros de Fortaleza. Esta análise evidencia os dilemas suscitados, de um lado, pela demanda por menor formalização e centralismo e, de outro, pela necessidade de procedimentos explícitos para dirimir conflitos e avaliar a legitimidade e representatividade de grupos que competem pelo controle de uma associação ou movimento.

Finalmente, apresenta-se um modelo que pode ser a única saída efetiva para o dilema "organização versus participação direta". Esse modelo, fundamentado nas idéias utópicas de Habermas e Lechner, preconiza a busca por um consenso baseado em um processo onde todos os participantes se reconheçam mutuamente como sujeitos da vida coletiva, não havendo lugar para a manipulação e o autoritarismo.

(...) Os simples podem conceber, e por em prática, as mais tórbidas heresias, desconhecendo quer as leis de Deus, quer as leis da natureza. Mas a Igreja pode suportar a heresia dos simples, que se condenam sozinhos, arruinados por sua ignorância. O inculto desatino (...) nunca porá em crise a ordem divina. Pregará a violência e morrerá pela violência, não deixará traço, consumir-se-á do modo como se consome o carnaval, e não importa se durante a festa produzir-se-á na terra, e por pouco tempo, a epifania do mundo ao avesso. Basta que o gesto não se transforme em desígnio, que este vulgar não encontre um latim que o traduza. (Eco, 1983: 532-3)

* Socióloga e doutora em planejamento urbano e regional pela Universidade de Cornell (EUA). Atualmente, trabalha no Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Introdução

Num texto elaborado para a pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste",¹ afirma-se que a diferença entre movimentos sociais (MS) e conflitos urbanos com base no critério de organização é imprecisa, já que esta estaria presente em ambos, variando apenas em intensidade. Em outras palavras, não haveria distinção qualitativa entre um movimento para a obtenção de serviços de saneamento, comandado por uma associação de moradores, e um quebra-quebra sem liderança identificável:

(...) a distinção entre MS e conflitos urbanos tem remetido ao **teor organizativo** conferido aos primeiros. Tal polêmica, entretanto, requer uma maior [sic.] definição do limite (impreciso) de organização que define os campos de **conflito** e dos **movimentos sociais**, desde que a **organização** (maior ou menor) está implícita em ambos (Nascimento et al., 1986: 2 - grifos no original).

Tal enfoque, ao reduzir a questão a um aspecto meramente adjetivo - os movimentos sendo mais ou menos **organizados** - parece ignorar o conceito de organização como um substantivo, ou seja, uma entidade que existe independentemente do grupo de pessoas específicas que a cria e opera. Trata-se do princípio básico que justifica a própria existência de um campo das ciências sociais dedicado ao estudo do fenômeno organizacional: o de que as pessoas podem deixar de participar (ou até mesmo morrer), mas a organização continua (evidentemente, com base em outras pessoas). É através dela que os movimentos sociais se tornam sujeitos políticos duradouros, propiciando a continuidade das lutas e o resgate de sua memória, mesmo em caso de fracasso.

Outro exemplo da falta de clareza sobre a questão organizacional é o fato de alguns autores considerarem associações de moradores como sinônimo de movimentos sociais urbanos (MSU), enfoque criticado por Machado e Ziccardi (1983: 20). Com efeito, há muitas associações dedicadas a práticas rotineiras, assistencialistas e burocráticas que, obviamente, não têm nenhum compromisso com um projeto de mudança, ou mesmo com a consecução de objetivos coletivos mais limitados, estando, portanto, mais próximas da idéia de paralisação do que de movimento. Por outro lado, há movimentos sociais constituídos a partir de problemas imediatos, aglutinando pessoas sem nenhum outro vínculo associativo além da ação direta, como é o caso de quebra-quebras e saques, os quais dificilmente geram organizações duradouras.

Muito se tem escrito a respeito dos MSUs como parte dos "novos movimentos sociais", tanto nos países capitalistas avançados, como nos países periféricos. Se os estudos baseados em pesquisas empíricas geralmente são ricos no que se refere à análise dos dilemas

organizacionais dos MSUs (e.g., Boshi & Valladares, 1983; Doimo & Bank, 1986; Santos, 1981), as tentativas de sistematização teórica de caráter mais generalizante parecem passar ao largo dessa questão". Criticando o paradigma utilizado nos estudos produzidos no Brasil sobre MSUs, Machado e Ribeiro (1985: 333) ressaltam que "questões relativas (...) à representatividade das associações de moradores, à potencialidade deste formato organizativo (...) terminam por ser raramente, ou nunca, levantadas de forma consistente". Em geral, as análises teóricas dos MSUs se concentram em temas como as causas do seu surgimento, seu impacto potencial em termos de transformação da sociedade, a natureza de classe dos agentes envolvidos e a relação dos MSUs com o Estado e outros agentes, supostamente externos, tais como partidos políticos (e.g., Castells, 1974; Laclau, 1985)³.

Um dos aspectos mais freqüentemente abordados - a prática da democracia interna, através do estímulo ao máximo de participação direta, apoiada na ênfase em valores igualitários - é apresentado antes como um dado, ou como um elemento da própria definição dos MSUs, do que como uma característica a ser investigada (e.g., Evers, 1984). Por certo, a democracia de base faz parte daquilo que Doimo (1988) chamou de "códigos ético-políticos" dos movimentos sociais. É importante, para fins heurísticos, identificar os elementos do que seria a nova cultura daqueles movimentos, desde que se reconheça que "os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional" (Scherer-Warren, 1987: 41). Em geral, porém, o que se verifica é "a transposição acrítica do imaginário dos movimentos para o plano da teoria" (Doimo & Bank, 1986: 27). Isto decorre, em grande parte, da supervalorização do discurso "democrático" dos militantes, em detrimento da análise das práticas organizacionais em que os mesmos se engajam, onde emergem com mais clareza dilemas relativos à legitimidade do poder das lideranças, à representatividade das associações e à viabilidade da participação direta durante períodos de tempo prolongados.

Um tema chave, em termos das perspectivas dos MSUs para a mudança social, diz respeito às consequências da institucionalização das reivindicações que deram origem ao movimento, o que requer a formação de organizações. Neste processo, como será visto adiante, há o risco do predomínio de práticas burocráticas que desvirtuam os objetivos do movimento, os quais passam a ser substituídos pelo interesse das lideranças em preservar a organização e manter-se no poder. Esta questão também tem sido largamente ignorada por muitos estudiosos da política urbana, que se limitam a afirmar, *a priori*, o caráter "não institucionalizado", independente e espontâneo dos MSUs, como notam Machado e Ribeiro (1985: 324). Entretanto, os MSUs, tanto quanto outras formas de ação social, são passíveis de burocratização e de práticas autoritárias; o fato de nascerem fora dos mecanismos políticos institucionais não os torna imunes a esses vícios. Por outro lado, o seu potencial conservador ou transformador

depende, tanto quanto o dos partidos ou sindicatos, da conjuntura política e, evidentemente, do curso seguido pelo próprio movimento em sua interação com o Estado.

Mas não é só em nível teórico que a questão organizacional no contexto dos MSUs tem sido subestimada. Em nível da prática política, isto também acontece. Apesar da preocupação da esquerda com a questão da democracia ter levado a um sério questionamento do modelo de organização comandada pelo partido de tipo leninista (Chauí, 1982: 115), pouco se tem avançado na concepção e discussão de formas organizacionais e processos decisórios alternativos capazes de evitar o autoritarismo, o elitismo e a burocratização. Se avanço houve, concentrou-se mais na crítica aos modelos existentes do que na formulação e implementação de novos (Nunes, 1986). Mesmo propostas mais concretas para assegurar a democracia interna caem no simplismo de querer se impor pela correção dos seus princípios, ignorando as dificuldades operacionais para a sua implementação na realidade complexa e heterogênea dos movimentos sociais, como será visto.

Este trabalho pretende fugir aos enfoques triunfalistas e desmascarar as panacéias, discutindo os limites e possibilidades concretas relacionadas a alternativas à organização formal do tipo burocrático. Espera-se, com isto, contribuir para aquilo que Bobbio (1986: 43) considera ser o dever da crítica teórica, ou seja, "descobrir e denunciar as soluções meramente verbais, transformar uma fórmula de efeito numa proposta operativa, distinguir a moção dos sentimentos do conteúdo real".

A próxima seção discute, no plano teórico, problemas que a formação de associações burocraticamente organizadas pode acarretar para os MSUs, seja em termos de sua eficácia como agentes de transformação social, seja no que se refere aos limites que a própria burocratização coloca para a prática da democracia interna. A seguir, delineia-se as características do modelo alternativo de organização, denominado de democrático-coletivista.

As dificuldades associadas a ambos os tipos de organização são discutidas, na terceira seção, a partir de experiências ocorridas no movimento de bairros de Fortaleza, entre o final da década de 70 e início da década de 80, particularmente no que se refere à formação da Federação das Entidades de Bairros e Favelas e às disputas entre diferentes correntes ideológicas e partidárias pelo seu controle. Nesta análise, é dada ênfase aos dilemas suscitados, de um lado, pela demanda por menor formalização e centralismo, como um meio de facilitar a participação direta e garantir o pluralismo e, de outro lado, pela necessidade de procedimentos explícitos para dirimir conflitos e servir como referência para a avaliação da legitimidade e representatividade.

Finalmente, na quarta seção apresenta-se um modelo que pode ser considerado como a alternativa mais eficaz ao dilema "organização versus participação direta". Esse modelo, fundamentado nas propostas

utópicas de Lechner e Habermas, preconiza a busca por um consenso baseado num processo racional. Neste, todos os participantes se reconheceriam mutuamente como sujeitos da vida coletiva e não haveria lugar para a manipulação e o autoritarismo - independentemente de regras formais de organização.

Organização e mudança social

Em que pese o reconhecimento não recente da importância de pelo menos um tipo de organização - a burocracia weberiana - os exemplos citados na Introdução indicam que boa parte dos estudiosos da política urbana está longe de perceber a importância e de entender as nuances e implicações da padronização de procedimentos em torno de objetivos - ou seja, da formação de organizações e seu funcionamento. A respeito destas poder-se-ia afirmar algo semelhante ao que Umberto Eco disse sobre o papel revolucionário que um determinado livro poderia ter na Idade Média: as organizações permitem que "o gesto se transforme em desígnio", porque é através delas, principalmente, que se encontra "um latim para traduzir o vulgar" dos oprimidos. É pelas organizações que a mudança é cristalizada, se assim se pode dizer, em novas instituições, de forma que a fugaz "epifania do mundo ao avesso" se perpetue num novo direito.

É importante reconhecer, porém, que a organização não é necessariamente uma força revolucionária. Como ressaltam Piven e Cloward (1979), a esquerda está tão imbuída da crença de que organizar as massas é fundamental para que elas adquiram poder, que nenhuma corrente (exceto os anarquistas) questiona, em princípio, a eficácia da organização - seja na forma de sindicatos, partidos políticos ou associações de moradores - como instrumento de mudança. No entanto, organizações combativas e eficazes parecem ser, antes, o resultado, e não a causa, da mobilização popular (Hobsbawm, 1978; Piven & Cloward, 1979). Por outro lado, a experiência histórica registra muitos casos de movimentos que perderam sua vitalidade ou cujos líderes foram cooptados pelo Estado, à medida que ações diretas, espontâneas e desordenadas foram substituídas pela atuação de organizações. Estas tenderiam a se burocratizar, tornando-se mais interessadas em partilhar o poder do que em perseguir ou ampliar os objetivos que levaram à emergência do movimento.

Pode-se contra-argumentar que a formação de organizações é fundamental para o êxito de qualquer movimento popular, pois permite a coordenação de recursos - políticos e econômicos - não acessíveis às pessoas isoladamente (Piven & Cloward, 1979: XX). Além disto, permite a extensão temporal da ação coletiva, cuja continuidade é condição necessária - embora não suficiente - para que o movimento adquira visão de conjunto, perspectiva de longo prazo e, conseqüentemente, maior capacidade de iniciativa face ao Estado. O

problema, porém, é que as vantagens da organização não eliminam os seus riscos; pelo contrário, sua força pode também vir a ser sua fraqueza, como ressalta Hobsbawm (1978). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que são o único meio de dar uma existência concreta mais permanente a um sujeito coletivo sistematicamente excluído do poder, as organizações, através de seus dirigentes, tendem a substituí-lo, a falar por ele, ao invés de simplesmente criar espaços para que a voz deste sujeito se faça ouvir. Abordando a questão no contexto dos MSUs, Santos (1984: 115) constata que

Quando os movimentos conseguem se manter são submetidos a rotinas. Há reuniões, hierarquias para se manifestar, precedências, modos adequados para agir. Registrar tudo isso equivale a recheiar, a botar carne no modelo, a descobrir os lados sujos. Para poder lidar com as burocracias externas, as associações começam a se burocratizar internamente, a se comprometerem prioritariamente com a própria preservação. Não é raro que o desenvolvimento da história dos movimentos fique parecendo o seu desvirtuamento.

Trata-se da tendência ao oligarquismo, tão bem caracterizada por Michels (1984), que ocorreria inevitavelmente, devido ao próprio crescimento e fortalecimento político da organização. A complexificação de tarefas daí decorrente requer uma divisão de trabalho cada vez maior, e também a escolha de dirigentes qualificados para exercê-las, não sendo mais possível confiar no acaso e na rotatividade entre os membros:

Gradualmente (...) as responsabilidades dos delegados se tornam mais complicadas; algumas habilidades individuais se tornam essenciais, [tais como] um certo dom de oratória e considerável conhecimento objetivo. Torna-se impossível, portanto, depender da sorte, da ordem alfabética ou da alternância na escolha dos representantes que tenham certas aptidões pessoais, a fim de que eles possam desempenhar sua missão de forma vantajosa para todos (Michels, 1984: 50).

A burocratização seria, assim, uma necessidade "prática e técnica" da organização, mas teria sérias consequências políticas, pois levaria à formação de uma elite de dirigentes. Estes se empenhariam mais em aumentar e manter sob seu controle os recursos econômicos e políticos da organização, do que em lutar pelos objetivos em nome dos quais esta foi constituída.

É possível que essa tendência à burocratização e ao oligarquismo não seja inerente ao princípio organizacional em si, mas decorra do predomínio de organizações baseadas nos princípios da hierarquia e da divisão do trabalho, que se prestariam mais facilmente ao controle de lideranças manipuladoras. O próprio Michels (1984: 54) reconhece que se a organização for "frouxamente constituída e vaga nos seus contornos, nenhuma liderança profissional pode emergir". O antídoto mais freqüentemente proposto tem sido a

participação coletiva direta e a formulação de programas de ação mais comprometidos com as verdadeiras finalidades do movimento. Note-se que a "participação direta" não prescinde de algum tipo de organização, mas trata-se de uma organização mais frouxa, pouco formalizada, com características do que Rothschild-Whitt (1979) chamou de "modelo democrático-coletivista":

1. A ausência de um princípio de autoridade fundada no indivíduo em função do desempenho do cargo; a autoridade reside, antes, na coletividade como um todo e a obtenção do consenso, sempre fluido e aberto à negociação, seria seu fundamento.
2. A organização coletivista prevê um mínimo de regras estipuladas, as decisões sendo *ad hoc* e baseadas num cálculo de ética substantiva envolvida na situação.
3. Os controles sociais são baseados em apelos moralísticos e personalistas e na seleção de pessoal homogêneo.
4. Em termos de relações sociais, prevalece o ideal da comunidade na base das relações pessoais.
5. Ausência de posições hierárquicas e emprego baseado em critérios de amizade com avaliação informal de conhecimentos e habilidades.
6. A estrutura de incentivos, ao invés de privilegiar os de tipo remunerativo, confere primazia aos incentivos normativos e de solidariedade.
7. Não há distribuição isomórfica de prestígio, privilégio e poder e as recompensas diferenciais são limitadas à comunidade.
8. Por fim, há uma mínima divisão do trabalho, particularmente reduzida ao longo da dimensão intelectual/manual e uma desmistificação do critério de especialização através da rotatividade de tarefas e funções (Rothschild-Whitt, 1979, *apud* Boschi, 1986: 7).

Na próxima seção, será discutido, no contexto do movimento de bairros de Fortaleza, como as tentativas de utilizar princípios do modelo democrático-coletivista como antídoto ao oligarquismo podem gerar novos dilemas organizacionais e impasses para o avanço de um movimento social urbano.

A questão da organização no contexto do movimento de bairros de Fortaleza

1. Origens do movimento de bairros e da Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza^o

As origens do movimento social promovido por associações de bairros em Fortaleza remontam ao final da década de 50, quando se verificaram as primeiras experiências de organização dos trabalhadores na esfera da moradia: reivindicações pela posse da terra e por serviços e equipamentos urbanos, conduzidas pelos Conselhos Comunitários dos bairros do Pirambu e Dias Macedo, ambos liderados por padres católicos. Com a repressão que se seguiu à tomada do

poder pelos militares em 1964, o movimento de bairros refluíu, mas pode reerguer-se aos poucos e até crescer, na década seguinte, pois a organização em nível do local de moradia era menos visível à repressão do que a atuação no local de trabalho. Além disto, contava com a ajuda da Igreja Católica, instituição legal, que a repressão não tinha condições de banir ou controlar como os partidos políticos e sindicatos.

Até o final da década de 70, o trabalho "silencioso" de religiosos e leigos que atuavam nos bairros caracterizou-se por experiências isoladas de mobilização e organização para solucionar problemas específicos, com recursos locais. Assim, formavam-se grupos para construir, em regime de auto-ajuda, cacimbas, escolas, creches e postos de saúde, para os quais se pleiteava ajuda do Estado ou recursos de instituições privadas nacionais ou internacionais. Ao mesmo tempo, discutia-se a omissão do poder público e concebia-se estratégias para pressioná-lo a ampliar aqueles serviços, através de abaixo-assinados, contatos diretos com órgãos públicos e até passeatas, principalmente a partir da "abertura" do regime, iniciada em 1979.

A luta pela posse da terra foi um importante catalisador dos movimentos de bairros em Fortaleza. O movimento de resistência à remoção da favela da Avenida José Bastos, iniciado em 1978, foi crucial para a unificação das várias experiências locais e para o seu reconhecimento público como uma força política. Neste sentido, tiveram papel fundamental a divulgação do movimento pela imprensa e a participação ativa de entidades como a Ordem dos Advogados, o Instituto dos Arquitetos, o Diretório Central dos Estudantes da UFC e a Arquidiocese, além de políticos da oposição.

Apesar do fracasso da tentativa de resistência dos moradores daquela favela, o movimento de bairros continuou avançando. As associações se multiplicaram, com o apoio da Igreja, de entidades privadas dedicadas a trabalhos comunitários, tais como a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e até órgãos do governo. Representantes de associações diversas reuniram-se e formaram movimentos de caráter federativo, como a Associação Inter-Bairros e a União das Comunidades. Ocorreram muitos debates sobre a conveniência de se criar ou não uma entidade única que representasse as diversas associações, culminando com um Congresso realizado em novembro de 1981, com a participação de 800 pessoas, representando 29 entidades. Neste Congresso, foi aprovada a criação daquela entidade, após um trabalho de preparação que envolveria o levantamento de todas as associações de bairro existentes, ou sua criação, onde não existissem. Em consequência deste trabalho, a participação no Congresso seguinte, realizado em agosto de 1982, aumentou para cerca de mil pessoas, representando 52 entidades. Foi então criada, oficialmente, a Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF).

Esta última congregava, no início de 1987, cerca de 220 associações de moradores, localizadas, geralmente, em favelas ou bairros pobres de Fortaleza. Desde a sua criação oficial, a FBFF destacou-se pelo apoio político e assistência jurídica prestados a diversas comunidades para obter serviços de saneamento, redução de tarifas de ônibus, posse de terrenos ocupados, construção de casas para desabrigados e melhorias das condições de habitação em geral. Além disto, administrou ou executou projetos, tais como cursos de alfabetização de adultos em seis comunidades de baixa renda, em 1984, e Frentes de Serviços para urbanização de favelas e instalação de equipamentos comunitários com recursos do Sistema Nacional de Empregos (SINE), de novembro de 1985 a abril de 1986. A entidade influenciou a formulação de políticas públicas não só através de pressões diretas (abaixo-assinados, atos públicos, passeatas), como através da participação permanente em órgãos colegiados, como o Conselho Municipal de Transportes e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

2. A questão dos partidos políticos

Embora a FBFF congregasse, à época da pesquisa, um número três vezes maior de associações que outras entidades que buscavam coordenar o movimento de bairros - tais como a Jornada de Lutas Contra a Fome e o Movimento de Defesa dos Favelados -, a própria existência destas entidades já indicava que nem todas as associações reconheciam a FBFF como sua representante. Isto é tanto mais significativo quando se considera que as relações desta última entidade com a Jornada (que congregava, na época da pesquisa, aproximadamente 70 associações ou grupos) eram, senão de hostilidade, pelo menos de distanciamento.

Na raiz desta divisão estavam vinculações partidárias diversas, às quais correspondiam posturas distintas com relação à política nacional. Assim, a Jornada se identificava com o programa do Partido dos Trabalhadores e fazia oposição radical às políticas da Nova República, que considerava "uma ditadura burguesa". Já a FBFF adotava uma posição de crítica mais moderada ao governo federal, seguindo a linha do Partido Comunista do Brasil, mas fazia oposição à administração municipal, encabeçada, na época, por uma integrante do PT.⁸

A politização explícita do movimento de bairros começou a ocorrer em 1978, quando o mesmo ampliou suas reivindicações, agregando às lutas por educação, saúde e moradia campanhas pela anistia, pela redemocratização e, posteriormente, por eleições diretas e pela Constituinte. Tal politização coincidiu com a penetração do movimento de bairros pelos partidos políticos, principalmente os de esquerda que, com a diminuição da repressão, saíam aos poucos da clandestinidade para uma situação de semi-clandestinidade. Como nota Barreira (1987: 180), a presença dos partidos nos movimentos de

bairro decorreu, em primeiro lugar, de uma autocrítica a sua atuação anterior, carente de vínculos mais estreitos com o trabalho de base popular, calcado no equacionamento dos problemas cotidianos dos trabalhadores. Em segundo lugar, foi determinada pelas condições conjunturais, quais sejam, maior repressão a mobilizações no local de trabalho e ao movimento sindical, já mencionada, e a própria emergência (mais ou menos espontânea) de mobilizações no local de moradia, que "levou ao reconhecimento de novos espaços importantes de conflito" (Barreira, 1987: 180).

Do lado dos próprios movimentos urbanos, é provável que sua vinculação aos partidos tenha sido fruto também de uma estratégia de luta que priorizava a organização das massas em função de objetivos globais de mudança, previamente definidos. Quaisquer que tenham sido seus motivos, tal vinculação teve consequência para a prática dos MSUs, seja no que se refere a sua autonomia, seja no que diz respeito aos modelos organizacionais oferecidos pelos partidos. A questão da autonomia não será discutida aqui, uma vez que já foi analisada, também no contexto do movimento de bairros de Fortaleza, por Barreira (1987). Além disto, o mais provável é que tal autonomia nunca tenha existido (exceto, talvez, em breves momentos da história dos MSUs) fora do discurso dos participantes daqueles movimentos. Segundo Santos (1981: 223), agentes externos - indivíduos, grupos ou instituições - que desfrutavam da confiança dos participantes dos MSUs sempre desempenharam papel fundamental como intermediários entre a mobilização e a resposta que a mesma suscita, por serem reconhecidos como interlocutores pelo Estado.

Contudo, dados os conflitos e divisões que as vinculações com partidos geralmente acarretam, os participantes de movimentos tendem, em seu discurso, a rejeitá-las, em nome de uma suposta autonomia e no interesse de preservar o consenso (Durham, 1984). Na prática, porém, é extremamente difícil fugir à presença dos partidos, mesmo porque não são somente estes que buscam os movimentos para se fortalecer. Muitas pessoas que iniciaram sua participação no movimento de bairros na qualidade de simples moradores interessados em resolver seus problemas imediatos, vêm a perceber que a solução definitiva destes exige uma estratégia de mudança social global, que, por sua vez, requer uma unidade de concepções e uma organização que só um partido pode dar. Mesmo que outros não concordem com isto e tentem manter as associações de moradores à margem das disputas partidárias, não têm condições de impedir que membros daquelas associações participem, enquanto indivíduos, de partidos. A questão seria, então, como permitir esta participação individual e, ao mesmo tempo, impedir que a organização seja usada para defender posições de um partido determinado, que nem sempre coincidem com as opiniões e interesses da maioria dos participantes do movimento de bairros. Ou seja, como impedir que ocorra aquilo que, no jargão da esquerda, se chama de "aparelhamento".

3. Divergências quanto à estratégia de luta

Além das cisões provocadas por posições partidárias divergentes quanto a questões políticas em nível nacional e local, o movimento de bairros de Fortaleza tem sido marcado por divergências quanto aos seus métodos de ação e formas de organização. Tais divergências expressavam concepções antagônicas quanto à estratégia de mudança social, também vinculadas a posições partidárias distintas.

De um lado colocavam-se o PC do B, o PCB e o MR-8, os quais, atuando através da FBFF, davam prioridade ao trabalho de organização e de mobilização a partir de problemas imediatos. Embora não minimizassem o papel das manifestações públicas e contestassem a política sócio-econômica e o autoritarismo do governo, a estratégia seguida por estes grupos não excluía a possibilidade de alianças com setores do Estado.

De outro lado, colocavam-se grupos com o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e setores do PT que enfatizavam a importância da ação imediata e da participação direta, resistindo à idéia de criar associações formais e estabelecer mecanismos de representação. Para estes grupos, a estratégia de fortalecimento do movimento popular era mobilizar as massas para confrontos diretos com o Estado, tais como passeatas, ocupação de prédios públicos e saques de supermercados, "capazes de dar maior visibilidade e poder de pressão" (Barreira, 1987: 188). Esta tendência no sentido de priorizar a participação direta seria fruto de uma rejeição, por parte de setores da esquerda, inclusive o PT, do modelo leninista de "partido de vanguarda", que pretende representar os "reais" interesses dos trabalhadores.

Note-se que as duas tendências identificadas no movimento de bairros de Fortaleza correspondem, em linhas gerais, às duas "matrizes organizativas básicas" da esquerda, que Doimo e Bank (1986: 10) apontam nos movimentos sociais no Brasil. A primeira destas matrizes teria como objetivo prioritário a democratização das instituições do Estado, admitindo, portanto, alianças com elites políticas e lideranças populares e sindicais conservadoras - correspondendo, portanto, à posição do PC do B, PCB e MR-8, descrita acima. Já a outra, que se aproxima da posição do PRC e de setores do PT, também mencionada, teria por base a "crítica às alianças de cúpula", defendendo prioritariamente "a organização e a mobilização das bases, democracia interna para a tomada de decisões e independência em relação ao Estado e partidos políticos" (Doimo & Bank, 1986: 10).

No caso de Fortaleza, eram os grupos identificados com esta última tendência que faziam oposição à criação - e, posteriormente, ao trabalho da FBFF. Eles consideravam que a estratégia de organizar a população dos bairros em associações registradas formalmente em cartório e estruturadas com base numa divisão entre diretoria e demais membros significava, na prática, reproduzir formas hierárquicas e

desiguais de poder típicas do sistema capitalista. Ainda segundo esta tendência, o recurso a mecanismos de representação, na medida em que limita a participação direta "das bases", levaria a um controle do movimento pelas lideranças e, conseqüentemente, à estagnação do mesmo, já que direções oligárquicas tenderiam a se acomodar ao *status quo* - um argumento semelhante ao utilizado por Michels, conforme foi visto na introdução deste trabalho.

Para combater o oligarquismo, grupos como a União das Comunidades e a Jornada de Lutas Contra a Fome preconizavam um modelo mais próximo da organização democrático-coletivista, regida pela informalidade e participação direta. Na prática, esta posição se traduzia na reivindicação de que não somente associações oficialmente constituídas participassem da FBFF, mas também grupos informais, como Clubes de Mães, Comunidades Eclesiais de Base, Grupos de Jovens ou qualquer grupo de pessoas "que realizasse um trabalho comunitário". Além disto, reivindicava-se que nas eleições para a diretoria da FBFF votassem todos os moradores do bairro, e não somente delegados credenciados pelas associações. Mais ainda, deveriam ser excluídas as associações que não praticassem a democracia interna ou que se dedicassem a práticas assistencialistas e clientelistas.

Embora essas propostas sejam passíveis de crítica, como será visto adiante, a preocupação dos opositores da FBFF em assegurar a democracia interna e evitar o oligarquismo era procedente. Com efeito, desde a criação da entidade, todos os presidentes e grande parte da diretoria tinham sido ligados ao PC do B, e existiam sérias acusações quanto à forma como o grupo dominante conduziu as eleições realizadas no Congresso de 1986. Na ocasião, pessoas ligadas ao PCB e ao PT, inclusive o vice-presidente da FBFF na época, formaram uma chapa com o significativo nome de "É preciso mudar", que foi apresentada como alternativa à chapa apoiada pelo grupo ligado ao PC do B, intitulada "Unidade e Luta para Avançar". O título dado a esta última chapa também é significativo, na medida em que expressava a preocupação dos seus integrantes em preservar o movimento de bairros, a todo custo, de cisões que poderiam enfraquecê-lo.

Tal preocupação era pertinente, na medida em que enfatizava a união em torno de objetivos comuns, essencial ao avanço de qualquer movimento. Contudo, a ênfase na unidade era exagerada, a ponto de ter sido negado aos opositores o direito de disputarem abertamente o poder. Assim, o fato de estes terem levado para o Congresso uma chapa já pronta foi veementemente criticado numa nota assinada pela presidente da FBFF, que considerou a iniciativa merecedora do "repúdio" que recebeu na plenária, por se tratar de "um ato de divisão, ao contrário do que reclamava o conjunto dos delegados: UNIDADE, UNIDADE".

Tem-se aí um exemplo típico da tendência que têm os MSUs de supervalorizar o consenso, o que os leva a deslegitimar a negociação

como estratégia política, substituindo-a por mecanismo autoritários ou manipuladores (Durham, 1984). No nível dos partidos, a dificuldade de aceitar barganhas e regras de convivência com a oposição decorre de uma estratégia de busca da hegemonia através da exclusão dos opositores, ao invés de aceitar a diversidade como elemento fundamental da ordem democrática. Em outras palavras,

O pensamento de Esquerda reproduz a dimensão do indivisível, supondo a diversidade como entrave à realização da utopia igualitária. Se bem que a noção de consenso seja uma referência fundamental na criação de uma ética democrática, a identificação entre política e verdade revela-se problemática, questão percebida desde Maquiavel, quando aponta a necessidade de desvincular essa relação para evitar a transformação da política em uma continuação da guerra (Barreira, 1987: 256).

No caso em pauta, a estratégia "de guerra" utilizada pela chapa da situação foi propor a mudança das regras do processo eleitoral. O regulamento do Congresso da FBFF previa que as eleições seriam realizadas através de voto secreto e não no plenário, mediante apresentação do crachá de cada votante, como ocorrera nos outros Congressos, quando apenas uma chapa concorria. A chapa da situação, porém, propôs o retorno a este último método, lembrando que no regulamento do Congresso havia um parágrafo que permitia esta mudança, a qual se justificaria por ser a votação por crachá mais rápida que a votação em urna e porque os delegados estariam cansados.

Segundo um integrante da chapa da oposição, tal alegação não tinha cabimento, pois havia urnas em número suficiente para garantir uma votação rápida. Além do mais, na votação por crachá não haveria como saber se os votantes eram realmente delegados, ou pessoas usando crachás alheios. Mesmo assim, a proposta da situação foi aprovada por 80% dos votos dos delegados. O grupo que apoiava a chapa "É preciso mudar" retirou-se, então, do plenário. As eleições deram vitória à chapa da situação, mas a oposição resolveu contestar judicialmente este resultado, alegando fraude.

Passados três meses, a decisão judicial não saíra, o que levou à semi-paralisação das atividades da FBFF, já que sua conta bancária fôra bloqueada. Em vista deste impasse, os dois grupos resolveram fazer um acordo, celebrado em meados de dezembro de 1986. A oposição retirou a ação da justiça, em troca da redução do mandato da diretoria eleita para nove meses e da realização de novas eleições em setembro de 1987. Ainda segundo o mesmo acordo, o processo eleitoral será sempre por escrutínio secreto.

Este resultado parece ter fortalecido a FBFF, demonstrando a maturidade política dos grupos envolvidos: da oposição, porque recusou a saída fácil de criar uma organização alternativa paralela, que seria talvez mais "pura" do que a FBFF, mas certamente menor,

menos experiente e pouco conhecida; da situação, por ter finalmente reconhecido a necessidade de abrir mão do poder e aceitar a legitimidade de seus adversários, como garantia da própria unidade do movimento, por ela preconizada.

O conflito em torno das eleições no Congresso de 1986 também foi útil no sentido de evidenciar as dificuldades de se combater o oligarquismo e de se assegurar o pluralismo simplesmente através de critérios e procedimentos mais informais com relação à representatividade e ao direito ao voto. Ironicamente, o afrouxamento das normas eleitorais neste caso gerou acusações de fraude não somente por parte de um grupo adepto dos princípios da organização formal - o PCB - como também dos que condenavam tais princípios...

Na realidade, as soluções propostas pelos críticos da FBFF, ao invés de permitirem uma maior abertura da entidade a outras correntes ideológicas ou partidárias e favorecerem a democracia interna, podem contribuir para introduzir novas formas de manipulação e de autoritarismo. Com efeito, na ausência de mecanismos formais como registros, inscrições e eleições, que critérios poderiam ser usados para identificar os líderes "que realmente representam a comunidade?" Um participante do movimento de bairros colocou com bastante clareza o problema:

A gente sempre achou que a associação seria a alternativa organizativa dos movimentos de bairros. (...) E a concepção deles era muito de dizer que a base é que tinha que se representar. Só que a base era qualquer pessoa de base, que dizia representar tantas outras. (...) Quer dizer. ... é um negócio que, de repente, o Joãozinho de Nova Olinda¹⁰ era representante da comunidade de Nova Olinda, quando ele tinha sido retirado [expulso] de dentro da associação de lá. Então, representava o bairro ele sozinho. E outros, via associação, representavam de outra forma. Nós discordávamos completamente disso, [porque] era uma forma de manipulação muito clara; é muito mais fácil você manipular uma comunidade que não tem estrutura nenhuma de organização, que tem um representante que não tem mandato, que não é votado, não é escolhido por ninguém.

Aliás, quem escolhe é quem interfere, aproximou mais da concepção, então já traz ele como representante. Então, a organização não é daquele povo, ao contrário, é a organização de tendências, da posição na qual aquele representante participa. (...) [A] associação, quer queira, quer não, ela representa pelo menos o seu quadro de associados, se ela tiver um exercício razoavelmente democrático - porque tem associações e associações. ...[A] estrutura dela não garante, mas permite, que haja um exercício democrático, onde alguém representa um grupo. [Pressupõe-se que] ali deverá ter um esquema de votação, de minoria se submeter à maioria. [Mas é] lógico que depende da vida dela, do exercício que ela tem (...) (Entrevista realizada para a pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste").

Num movimento marcado por tantas posições políticas divergentes, cada qual buscando a hegemonia, ao abandonar-se

critérios formais de representatividade e participação corre-se o risco de só se admitir como "democráticas" e "legítimas" aquelas organizações e pessoas que se identifiquem com a corrente que detenha o poder no momento. Chegar-se-ia então a algo próximo da definição do humorista Millôr Fernandes: "democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim".

Quanto a se excluir associações clientelistas e assistencialistas, mesmo que se descubram procedimentos legítimos e operacionalizáveis para fazer este julgamento, tal exclusão talvez contribuísse para enfraquecer, ao invés de fortalecer, o movimento popular. Como colocou um participante de MSUs de Fortaleza, não se tratava de

(...) juntar os "puros" e os "bons", mas (...) juntar todos, e a partir daí se fazer com que ele [o movimento] crescesse. (...) [Podia até ter] influência (...) da direita, mas a gente queria trazer essas associações, porque elas representavam o nível do movimento lá naquele bairro, embora não fosse bom, mas era o que tinha. Não se podia ficar sonhando, idealizando uma situação que não existia (...). Se [o que] existia era isso, então vamos trabalhar com isso. Agora ninguém podia era fazer um congresso, nem unir as pessoas numa entidade, unir um movimento em cima de coisas que ninguém sabia o que era. Qualquer um podia chegar lá e dizer: "eu represento isso, aquilo"; não era possível. Existia a entidade, esta escolhia seus delegados, comprovavam com ata, e vinham todos os delegados e tinham que se identificar porque iriam ser credenciados (Entrevista realizada para a pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste").

Um outro problema é estabelecer quem tem legitimidade e competência para julgar a atuação dos militantes e dirigentes do movimento de bairros. Os grupos ligados ao PT e ao PRC consideravam que essa tarefa deveria ficar a cargo das "comunidades". Acontece que estas, com freqüência, se acham divididas em posições políticas, ideológicas e metodológicas divergentes, o que dificulta sobremaneira a aceitação de qualquer processo de seleção conduzido por um grupo, que resulte em prejuízo para outros grupos.

Uma análise dos Conselhos Populares (CPs) propostos por um ex-dirigente do PT de Fortaleza ilustra bem a dificuldade mencionada acima. Segundo aquele militante, os CPs seriam a forma "mais representativa" e "mais revolucionária" de organização, porque permitiriam a revogabilidade do mandato dos representantes eleitos (Rocha, 1986). Ou seja, estes poderiam ser afastados de seus cargos a qualquer momento, independentemente da duração do período para o qual foram eleitos, bastando, para isto, "que a comunidade avalie a prática contrária aos interesses do bairro de qualquer membro da direção" (Rocha, 1986: 2).

Simples, não? Mas quem põe o guizo no gato? - Quer dizer, quem, em nome da comunidade, define os "interesses do bairro"? E se

a comunidade estiver dividida quanto à avaliação do representante, como será tomada a decisão quanto ao seu afastamento? Através do voto? Quem é qualificado para votar? A resposta "todos os moradores" é simplista pois, como demonstrou Santos (1981), até esta categoria não é facilmente definida, dados os limites geográfica e socialmente imprecisos dos bairros.

Estas questões sugerem que quando se pensa efetivamente na operacionalização dos CPs, eles perdem o caráter de panacéia e passam a colocar tantos problemas quanto as formas convencionais de organização da maioria das associações de moradores. Com efeito, se não forem previstos procedimentos e critérios para o exercício da revogabilidade de mandatos, esta pode ficar sujeita ao arbítrio e à manipulação de grupos que não representam, necessariamente, os "interesses da comunidade". Se forem previstos aqueles procedimentos, o seu exercício pode se revelar tão demorado e oneroso, que acabará modificando a própria essência da idéia de revogabilidade, que é a flexibilidade na escolha dos dirigentes e a avaliação constante da prática destes - as quais só são viáveis através de mecanismos informais. E tem-se de novo o risco do arbítrio e da manipulação. "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come..."

Em busca da utopia democrática

A heterogeneidade dos MSUs torna necessário o estabelecimento de um mínimo de procedimentos formais para aferir a vontade da maioria e a representatividade das organizações e dos seus dirigentes. A existência dessas "regras do jogo", porém, está longe de ser condição suficiente para o exercício da democracia. Para que esta se verifique de forma estável, é preciso que os participantes do "jogo democrático" não se limitem a aceitar, por força de uma espécie de coação grupal, procedimentos formais cuja validade ética não foi sequer discutida. O acordo sobre os procedimentos democráticos deve ser baseado em normas cuja validade é reconhecida intersubjetivamente. Caso contrário, têm-se uma situação de predomínio da ação instrumental, e, conseqüentemente, de instabilidade política:

Quer dizer, cada qual estaria "obrigado a estabelecer acordos e a cumpri-los na medida em que espera disto uma vantagem para si ou que teme um prejuízo caso não o faça. Ou seja, (...) os pactos são contratados e reconhecidos enquanto a preservação da paz civil (quer dizer, negociar e legislar) seja preferível à guerra (Lechner, 1985: 186).

Não basta, pois, decidir entre eleições diretas ou votação através de representantes, entre a exigência ou não do registro de associações e da inscrição formal dos associados, entre participação direta com distribuição *ad hoc* de tarefas ou representação conjugada à divisão formal de trabalho, etc. Mais importante é definir como tais

procedimentos serão estabelecidos. Segundo Lechner (1985), isto deve ocorrer num processo de reconhecimento recíproco dos sujeitos, e não pelo recurso a uma doutrina de autoridade. O essencial, nesse processo, não seria atingir um consenso sobre o quê decidir, mas sim procurar estabelecer uma relação entre seres racionais, que têm que justificar suas decisões e que podem ser convencidos a mudá-las mediante bons argumentos (Lechner, 1985: 190).

A proposta de Lechner aproxima-se bastante do modelo de ação comunicativa elaborado por Habermas (1973; 1975; 1979a). De acordo com o filósofo alemão, é possível encontrar, na estrutura normativa da comunicação verbal, critérios não arbitrários, racionais, capazes de nortear discussões envolvendo valores divergentes, o que tornaria possível o consenso. Esta possibilidade baseia-se no fato de que a comunicação só se efetiva na medida em que tanto a pessoa que fala como aquela que ouve pressupõem que: o conteúdo daquilo que foi dito é verdadeiro e inteligível; aquela que fala está sendo sincera; e o que diz é apropriado para o contexto em que ela e o ouvinte se situam (Habermas, 1979a: 28 e 33). Evidentemente, isto nem sempre ocorre, já que as pessoas freqüentemente dizem mentiras e expressam-se de forma obscura e inapropriada ao contexto. Isto, porém, não invalida o modelo normativo, cuja existência, em forma de pressuposição, é essencial para que a comunicação ocorra, já que esta se baseia num processo intersubjetivo - isto é, colaborativo - de constituição de significados (Shapiro, 1976).

O modelo subjacente à comunicação verbal também requer que aqueles pressupostos possam ser questionados e confirmados no decorrer da interação, através de explicações, justificações, recurso a precedentes, etc. Caso isto não ocorra, a comunicação cessa e só pode ser reiniciada através do discurso, uma situação ideal na qual o único objetivo é esclarecer a validade das afirmações, e na qual os participantes têm chances iguais de se fazer ouvir. Na situação do discurso ideal, "nenhuma força, exceto a do melhor argumento, é exercida e (...) todos os motivos são excluídos, exceto a busca da verdade através de um esforço colaborativo" (Habermas, 1975: 107-108).

As propostas de Lechner e Habermas são reconhecidamente utópicas, mas nem por isto deixam de ter valor operativo para os que buscam a democracia no interior das organizações que emergem dos MSUs. A utilidade dessas propostas está justamente na sua não correspondência com a realidade empírica, pois assim podem servir de referencial para a busca do possível, ao invés de impor a camisa de força dos modelos pré-concebidos. Como ressalta Lechner (1985: 197), "por definição, o possível não pode ser circunscrito de antemão. A utopia somente oferece um critério de discernimento. Permite-nos pensar e atuar sobre a realidade, mediante o critério "do melhor possível" à luz do consenso. (...) mas sem poder definir positivamente o que é a melhor comunidade possível."

Conclusão

A breve análise das divergências e crises no movimento de bairros de Fortaleza, apresentada nas seções anteriores, indicou que, em geral, aqueles que se opõem à criação de organizações formais e buscam ampliar, o mais possível, a participação direta das massas estão mais preparados para apontar problemas do que para oferecer soluções. A ação direta e os mecanismos informais de tomada de decisões podem ser antídotos para o oligarquismo e a acomodação, mas, no contexto de um movimento heterogêneo em seus objetivos e estratégias, podem fazer com que vicejem o autoritarismo e a manipulação - e não a democracia direta. Uma condição essencial para permitir o pluralismo é o respeito a um mínimo de regras formais para aferir a representatividade e garantir a competição democrática.

Trata-se, porém, de uma condição necessária, mas não suficiente, na medida em que não prevê a discussão, pelos participantes do "jogo democrático", da validade ética dos procedimentos que definem "as regras do jogo". Como bem coloca Habermas (1979b: 186), a prática genuinamente democrática "não significa uma preferência *a priori* por um tipo específico de organização, como por exemplo, a chamada democracia direta".

Ousemos, pois, buscar a concretização de propostas utópicas, como as de Lechner e de Habermas, nas práticas organizacionais dos MSUs. A garantia contra a degenerescência dessas práticas em direção ao oligarquismo só pode ser encontrada num processo de reconhecimento recíproco dos participantes como sujeitos que concordam em relacionar-se como seres racionais. Isto requer um consenso, não sobre o conteúdo das decisões, mas sobre a forma de discussão, que deve assegurar a cada um participação livre e igual como sujeito da vida coletiva.*

Notas

- 1 A pesquisa, coordenada pelo Centro Josué de Castro, contou com a participação de vários centros de pesquisa e universidades do Nordeste. A autora, que na época (1986-1987) era professora do Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC), participou da equipe daquela Universidade, coordenada por Irllys Barreira, do Curso de Mestrado em Sociologia.
- 2 Trabalhos como os de Durham (1984) e Boschi (1986), que apontam problemas decorrentes do formato organizacional dos MSUs, constituem, antes, uma exceção.
- 3 O presente trabalho não pretende negar a relevância dessas questões, mas não irá se deter em sua análise, justamente porque elas já foram discutidas *ad nauseum* na literatura pertinente.

* Recebido para publicação em maio de 1991.

- 4 Alguns trabalhos críticos evidenciam como é enganosa a visão dos movimentos sociais como alternativa à política convencional. Tanto Cardoso (1983) como Durham (1984) notam que o maior crescimento dos "novos" MS no Brasil verificou-se ao mesmo tempo em que ocorria a revitalização do movimento sindical e da atividade partidária. Por outro lado, Evers (1984) e Viola & Mainwaring (1987) distinguem no "novo sindicalismo" e num partido político - o PT - características dos "novos" MS. Nunes (1988) mostra a estreita relação entre o processo eleitoral de 1974 e a deflagração dos quebra-quebras em trens suburbanos.
- 5 Um exemplo disto seria o movimento sindical nos países capitalistas avançados. Como nota Chauí (1982: 129), naqueles países "o sindicato passou a ter como função essencial a manutenção da paz na empresa, mesmo em troca de concessões periódicas sobre salários e condições de produção".
- 6 Esta análise baseia-se em dados coletados pela equipe da UFC para a pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste", já referida; em Gondim, 1987 e em Barreira, 1987.
- 7 Após oito meses de lutas, os moradores, em abril de 1979, foram compulsoriamente transferidos para um terreno longínquo e sem infra-estrutura, onde reconstruíram suas casas.
- 8 Para uma análise mais aprofundada das posições das várias correntes ideológicas presentes nos MSUs de Fortaleza, dentre as quais se deve incluir os grupos ligados à Igreja, ver Barreira, 1987.
- 9 Esta era também a posição dos setores ligados à Igreja. Barreira (1987: 270-271) registra que os moradores do Bairro Lagamar, onde se verificava forte influência das Comunidades Eclesiais de Base, recusaram-se a fundar uma associação de moradores, como havia proposto a FBFF, sob o argumento de que "não queriam delegar poderes a representantes, porque sempre o haviam feito em relação aos representantes políticos do Governo e não tinham obtido êxito".
- 10 Nomes fictícios.

Bibliografia

- BARREIRA, Irllys A. F. (1985). *Refazendo a política: as múltiplas faces do movimento social urbano*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, mimeo.
- BOBBIO, Norberto (1988). *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. (Trad. de Marco Aurélio Nogueira) 2 e., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOSCHI, Renato R. (1986). "Associativismo urbano e democratização: algumas reflexões teóricas". *O Povo*, Universidade Aberta, Fascículo-aula n.º 10, Fortaleza, 18 de maio.
- ____ & VALLADARES, Licia M. P. (1983). "Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado". *Espaço e Debates*, n.º 8.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1983). "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". In: B. SORJ & M. H. T. de ALMEIDA (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel (1974). *La cuestión urbana*. Madri: Siglo Veintiuno de España.

- CHAUÍ, Marilena (1982). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Moderna.
- DOIMO, Ana Maria (1988). "Movimento de luta contra o desemprego: pressões e limites na vigência de um código ético-político crivado pelo religioso". Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Campos do Jordão, outubro.
- ____ & BANK, Geert (1986). "Novas forças, velhos limites? Estudo de caso de um movimento social urbano". Trabalho apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS. Campos do Jordão, outubro.
- DURHAM, Eunice (1984). "Movimentos sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 10.
- ECO, Umberto (1983). *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- EVERS, Tilman (1984). "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 2.
- GONDIM, Linda M. (1987). "Aspectos políticos e organizacionais da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza". Relatório de consultoria prestada à Fundação Inter-Americana, Fortaleza, mimeo.
- HABERMAS, Jürgen (1973). *Theory and practice*. Boston: Beacon Press.
- ____ (1975). *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press.
- ____ (1979a). "What is universal pragmatics?" In: *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press.
- ____ (1979b). "Legitimation problems in the modern state". In *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press.
- HOBBSBAWM, Eric J. (1978). "Devem os pobres se organizar?" In: *Ensaio de Opinião*, n.º 9.
- LACLAU, Ernesto (1985). "New social movements and the plurality of the social". In: D. SLATER (org.). *New social movements and the state in Latin America*. Amsterdam: CEDLA.
- LECHNER, Norbert (1985). *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado*. Santiago: Série Libros FLACSO.
- MACHADO DA SILVA, Luís A. & RIBEIRO, Ana Clara T. (1985). "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?" In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS.
- ____ & ZICCARDI, Alicia (1983). "Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos". In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS.
- MICHELS, Robert (1984). "Oligarchy". In: F. FISHER & C. SIRIANI. *Organization and bureaucracy*. Philadelphia: Temple University Press.
- NASCIMENTO, Elimar *et al* (1986). "Movimentos sociais urbanos e Estado no Nordeste, texto para discussão - equipe do Recife". S. n. t.
- NUNES, Edison (1986). "Movimentos e práticas urbanas no Brasil: problemas da democratização do poder local na transição inconclusa". Trabalho apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS. Campos do Jordão, outubro.
- ____ (1988). "Movimentos reivindicatórios e abertura política: uma hipótese". Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS. Campos do Jordão, outubro.
- PIVEN, Frances F. & CLOWARD, Richard A. (1979). *Poor peoples movements - why they succeed, how they fail*. Nova York: Vintage Books.
- ROCHA, Gilvan (1986). "Conselho Popular". In: *O Povo*, Suplemento Dominical n.º 200, Fortaleza, 26 de fevereiro.
- ROTHSCHILD-WHITT, Joyce (1979). "Collectivist organization: an alternative to rational bureaucratic models". In: *American Sociological Review*, n.º 44.

- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1981). *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1984). "Metrópolis e outras cidades brasileiras". In: *Espaço e Debates*, n° 13.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1987). "O caráter dos novos movimentos sociais". In: I. SCHERER-WARREN & P. J. KRISCHKE. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- SHAPIRO, Jeremy J. (1976). "Reply to Miller's review of Habermas legitimation crisis". *Telos*, primavera.
- VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott (1987). "Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina". In: I. SCHERER-WARREN & P. J. KRISCHKE. Op. cit.

Abstract

The Urban Social Movements: Problems of Organization and Internal Democracy

This paper analyses the boundaries and concrete possibilities related with alternative practices generally adopted by organizations which appear inside the social movements themselves.

First of all, the author discusses theoretically the problems caused by organizing bureaucracies in the social urban movements. Afterwards, she states the characteristics of an alternative model of democratic-collective organization, which is based on informality, agreement and division of work in ad hoc and minima conditions.

The difficulties in both kind of organizations have been considered starting from experiences occurred in the suburbs of Fortaleza.

This analysis shows the dilemma raised on the one hand in the demand for less formalization and centralism, and on the other hand, for the necessity of explicit procedures to clear up conflicts and to evaluate the legitimacy and the representativity of rival groups, which seek to control the association or to lead the movement.

Finally the author proposes a model "organization versus direct participation". This model, founded in the utopic ideas of Habermas and Lechner, praises the search for a consensus, in which all participants recognize themselves as subjects of collective life outside any possible manipulation and authoritarianism.

Resumé

Les Mouvements Sociaux Urbains: la Question de l'Organisation et la Démocratie Interne

Ce travail analyse les limites et les possibilités concrètes des pratiques alternatives généralement adoptées par les organisations qui surgissent des mouvements sociaux. Premièrement, sur le plan théorique, sont analysés les problèmes que la propre formation d'associations organisées sur un mode bureaucratique peut entraîner. Dans un deuxième temps, sont présentées les caractéristiques du modèle alternatif d'organisation "démocratico-collectiviste" basé sur l'informalité, sur le consensus et sur une division du travail ad hoc et minimale.

Les difficultés liées à ces deux types d'organisation sont envisagées à partir des expériences intervenues dans le cadre des mouvements de quartier de Fortaleza. Cette analyse met en évidence les dilemmes provoqués, d'une part, par la demande d'une moindre formalisation et d'un moindre centralisme, d'autre part par la nécessité d'établir des procédures explicites afin de diminuer les conflits et d'évaluer la légitimité et la représentativité des groupes qui rentrent en compétition pour contrôler une association ou un mouvement.

Enfin, l'auteur présente un modèle qui peut être l'unique solution effective pour résoudre le dilemme "organisation versus participation directe". Ce modèle, qui s'inspire des idées utopiques de Habermas et de Lechner, préconise la recherche d'un consensus établi à partir d'un processus où les intervenants se reconnaissent mutuellement en tant que sujet de la vie collective, et où il n'y a pas de possibilité de manipulation et d'autoritarisme.

AÇÃO CATÓLICA DIVERGENTE E SUA INFLUÊNCIA SOCIAL: Um Estudo de Caso*

Edson A. de Souza Filho**

Resumo

O objetivo deste estudo é examinar estratégias de influência social adotadas pela Igreja Católica contemporânea (Moscovici, 1976; Souza Filho, 1984), inferidas a partir do modo de agir e comunicar apresentado por seus militantes. A observação sistemática de documentos publicados por uma Igreja católica particular no Brasil, permitiu-nos compreender alguns aspectos da estratégia de influência divergente, a qual se baseou: 1) na difusão regular e coerente de mensagens de mudança para a população local e da sociedade mais ampla; 2) na flexibilidade, ao combinar elementos do catolicismo com aspirações e cultura de grupos dominados; 3) no esforço e risco vivido pelos próprios militantes ao se defrontarem com grupos dominantes naquela época.

Introdução

Há mais de três décadas a comunidade católica foi surpreendida pela emergência de um novo estilo de liderança introduzido pelo Papa João Paulo XXIII. É sabido que a recente preocupação católica por assuntos sociais decorre da modernização e crescimento de influência do marxismo entre algumas categorias sociais, incluindo os próprios católicos. Para uma instituição impregnada de tradição (Deconchy, 1971) seria necessária a iniciativa de uma autoridade hierárquica superior, para legitimar novos modos de pensar e agir entre seus membros. Mas essa seria uma explicação mais adequada para os católicos convertidos a outras crenças ou modos de sociabilidade, que não manifestariam essas mudanças na esfera pública sem o concurso de tal legitimação. Contudo, algo diferente aconteceu quando, por exemplo, os "padres-operários" começaram a surgir nos anos cinquenta na França (Barbé, 1979).

Em alguns casos, essas atividades tornaram-se regulares e foram bem sucedidas no que diz respeito a atrair seguidores. É o caso do Brasil, onde observou-se a emergência de um catolicismo divergente nos anos setenta. Ao lado de outros eventos políticos, tal

* Esta pesquisa é parte de uma tese de doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França, e foi parcialmente financiada por uma bolsa de estudos do governo francês (CROUS). Gostaria de agradecer ao Prof. S. Moscovici por sua dedicada orientação.

** Professor de Psicologia Social da Universidade de Brasília.

como o endurecimento do regime militar, este fato ocorreu quando mudanças importantes se davam no país, que apresentava taxas elevadas de urbanização e crescimento econômico o que foi acompanhado, inclusive, por uma diminuição de influência da Igreja Católica na vida nacional, sobretudo entre os grupos desprivilegiados (Bruneau, 1974). Nesse quadro, a formação de pequenos grupos de encontro para propósitos religiosos e sociais (Caramuru, 1967), tornou-se uma resposta promissora que pouco indicava, então, sua rápida multiplicação em todo país nos anos seguintes (CNBB, 1977).

Tentando considerar esses eventos como influência social, um especialista apontou dificuldades em tratá-los a partir de teorias correntes (Bruneau, 1974) que associam o processo de influência às relações de poder (Hoolander, 1958; French e Raven, 1959) ou ao carisma (Weber, 1954). Para a Igreja no Brasil, tanto a influência institucional quanto a carismática seriam mais adequadas para explicar alguns eventos históricos imediatamente anteriores, na década de sessenta. Nesse período, registraram-se casos de compromisso entre o *establishment* (sobretudo estatal) e eclesiásticos em várias mobilizações nacionais para modernização e alfabetização (Beozzo, 1981). A partir de 1968, com o recrudescimento do autoritarismo, poucos mantiveram-se publicamente ativos manifestando oposição ao regime. E foram justamente estes militantes que obtiveram maior impacto na sociedade nos anos subseqüentes, tendo alguns atingido alto grau de visibilidade, tornando-se, em seguida, relativamente reconhecidos dentro e fora da Igreja. De acordo com uma abordagem psicossociológica, seria necessário descrever e compreender o que ocorreu a partir de um estudo mais detalhado - no nível microsocial articulado com outros níveis de análise - sobre a conduta e significado desses militantes católicos divergentes. Trata-se de estudar estratégias de influência adotadas para realizar seus principais propósitos eclesiásticos, ou seja, de conversão ao Evangelho e de assegurar a presença do catolicismo no mundo.

Podemos dizer que durante sua longa história a Igreja católica apresentou dois principais tipos de influência: o minoritário e o majoritário. O primeiro tipo de influência católica apresenta, em sua forma prototípica, similaridades com aquele apresentado pelos primeiros cristãos lutando por reconhecimento, apresentando um estilo de comportamento, ativo e militante para propor seu modo de pensar e agir, que no contexto era considerado divergente. Embora o conteúdo da divergência tenha mudado nos dias atuais, ambos implicaram um começo histórico com muitos atos de heroísmo, onde arriscou-se e lutou-se persistentemente por algo considerado importante. Somente em momento posterior, a estratégia majoritária, se dá quando os militantes católicos começaram a difundir sua mensagem apoiados pelo prestígio adquirido e seus símbolos externos e/ou imagens, que representam sua tradição e legitimidade.

Mas, como se sabe, o problema para o militante católico, como para os de qualquer outro movimento social é que, pouco a pouco,

aqueles signos externos mudam de significado e, principalmente, perdem sua capacidade de conversão para atrair novos seguidores, mesmo quando estão associados a grupos dominantes ou a outras fontes de legitimação já reconhecidas, como a ciência. Para manter-se socialmente vivo, o militante católico precisa criar novas formas de adesão, o que pode ser feito produzindo novos episódios de uma história na qual esteja envolvido. Nesse sentido, adotar a história do grupo a ser influenciado quando este vive situação de dominação, e está em via de se conscientizar da ilegitimidade da mesma, manifestar-se publicamente a respeito pode significar não somente ser seu aliado, mas tornar-se uma minoria ativa.

Adotando a estratégia de influência minoritária ativa, o militante católico pode agir consciente ou não de que está criando novas formas de ligação, de interdependência social, como qualquer outro sujeito social age e produz efeitos na sociedade. Trata-se, assim, de descrever e explicar como tais laços podem ser criados e não de demonstrar manipulação, como as minorias ativas têm sido freqüentemente acusadas (Mugny, 1982). Portanto, quando nos referimos a estratégias minoritárias e majoritárias, independentemente da validade ou conteúdo da mensagem, importa considerar o modo de comunicar essa mensagem que, apesar de ter mudado ao longo da história, produz efeitos específicos (no passado, havia a presença dos milagres e outros eventos extraordinários, construídos socialmente; nos dias atuais, estes foram substituídos por comunicação de massa e movimentos sócio-religiosos).

Segundo o referencial teórico proposto por Serge Moscovici (1979) sobre influência social, sujeitos sem qualquer sinal externo de poder ou símbolo reconhecido, podem produzir influência a partir do seu estilo de interação e comunicação com seu ambiente social. Este estilo pode ser definido, para o mesmo autor, como o modo de o sujeito organizar suas mensagens com suas atitudes, expressando assim seus estados subjetivos, suas intenções subjacentes. É, por exemplo, ao mostrar coerência, convicção, assertividade, firmeza no transmitir e expressar suas mensagens, que o sujeito minoritário ativo pode exercer influência. Comportando-se desse modo, o sujeito ativo criaria um conflito social que seria resultado de explicitação de sua motivação de não mudar suas posições frente a outras disponíveis para a população-alvo. Como o conflito não é estado e situação confortáveis para coletividades humanas, insistir em mostrar mensagens particulares e/ou divergentes com o estilo mencionado, traria, como consequência, o aumento da visibilidade destas mensagens (Schachter, 1951) e um maior poder de barganha para as mesmas.

Outros estudos feitos indicam que há outros estilos de influência minoritária, tais como: o flexível (Mugny, 1982), que comunica que o sujeito pretende levar em conta o ponto de vista do outro, produzindo uma relação de aceitação recíproca; o investimento (Moscovici, 1976; Souza Filho, 1984), que está relacionado a um

esforço excepcional empreendido por alguém para realizar uma ação ou idéia, atraindo atenção e mérito.

Podemos dizer que os mencionados estilos se combinariam na prática social com outros significados e representações sociais a respeito de mensagens e sujeitos ativos, facilitando ou bloqueando a mudança proposta. De modo que, o estilo de comportamento não é aqui considerado como característica universal e autônoma, que se realizaria sem o concurso de outras dimensões da realidade social. Contudo, permitir-nos-ia compreender processos de mudança provocadas por sujeitos sem poder ou legitimidade, talvez menos comuns historicamente, mas, não menos importantes. Tal referencial teórico permitir-nos-ia ainda, explicar por que sujeitos majoritários podem influenciar inicialmente, e, sobretudo, em um nível exterior - o que já havia sido observado há muito tempo nos estudos sobre aquiescência e conformidade. Foi o que levou Moscovici a distinguir a influência social autêntica como mudança realizada basicamente por sujeito minoritário a um nível latente (Moscovici, 1980), a ser externalizado ou não em função de condições ambientais e psicossociais favoráveis.

Assim, membros de grupos existentes na Igreja Católica, gozando do reconhecimento prévio que é próprio a esta instituição, se limitariam a produzir, sobretudo, influência externa, mesmo ao adotar formas de militância combinadas com necessidades sociais e políticas contemporâneas. Tais militantes poderiam ser considerados convencionais, na medida em que baseariam sua influência em ações que acompanham a evolução histórica esperada pelos grupos dominantes da sociedade local e/ou mais ampla. Nesse sentido, qualquer outra tendência histórica divergente, existente ou não entre os grupos a serem influenciados, seria ignorado ou não adotada por eles. Ao agir assim, o militante católico acabaria por associar os aspectos temporais de sua ação ao poder social vigente, o que levaria a uma série de condutas de submissão externa à Igreja, por parte do fiel, já que essa prática não supõe alterações nas relações sociais entre os grupos implicados, nem alteram os conteúdos dos bens simbólicos sagrados requeridos pelos primeiros. Enquanto outros militantes católicos, por sua vez, particularmente na América Latina, passaram a adotar uma estratégia de influência que se inicia quando possível, pelo abandono de signos de poder, procurando associar sua ação a mensagens ligadas a uma pedagogia de mudança social, independente de grupos sociais dominantes. De modo que, quando houvesse adesão à crença religiosa modificada, esta seria menos atribuída a símbolos extrínsecos de poder e legitimidade do que as suas qualidades intrínsecas. Se esta influência, quando realizada, é mais autêntica que a anterior, obriga o militante a dispendar, em contrapartida, um esforço diferente daquele requerido a um militante convencional. Pois precisa persuadir a população-alvo a partir de uma retórica específica, que consegue convencer tanto pelo "valor" da idéia quanto pela forma de se comportar socialmente.

Com este estudo, pretendeu-se investigar uma igreja católica particular divergente no Brasil de modo a saber, a partir de uma reconstrução histórica de sua ação, a origem de um processo de influência. Não foi intenção nossa observar exaustivamente todos os aspectos que favorecem à produção dos fenômenos em foco, mas, seletivamente, examinar aquelas dimensões psicossociais mais diretamente ligadas ao modo de agir e comunicar adotados por tais militantes.

Um caso de catolicismo divergente e ativo no Brasil

A Igreja de São Félix do Araguaia (ISF) é bastante conhecida por muitos brasileiros, tendo sido publicados vários documentos escritos a seu respeito, nos quais nos baseamos para realizar este trabalho¹. Nosso objetivo é, portanto, fazer uma (re)leitura desse material publicado, a partir da visão psicossocial anteriormente apresentada.

A ISF até cerca de 1968 atuava junto a seus membros camponeses, trabalhadores rurais ou aborígenes, de modo tradicional. Ou seja, procurava oferecer bens simbólicos aos que obedeciam às regras esperadas, de todos membros pertencentes ao grupo romano-católico no mundo. Tal procedimento era completado por atividades extra-religiosas. Assim, levando em conta que a população local pretendia realizar um projeto camponês de vida e trabalho, e que necessitava de muitos instrumentos e técnicas adequados para a produção agrícola e para um modo de vida moderno, a ISF procurou suprir essas necessidades através de algumas ações, tais como pedir ajuda a grupos externos. Posteriormente, ocorreu um novo problema, quando o governo federal criou um projeto inteiro para desenvolver a região, oferecendo algumas facilidades de incentivo fiscal para instalação de empresas agropecuárias (Ianni, 1979). Na prática, tal projeto levou à disputa pelas melhores terras, justamente aquelas já ocupadas por agricultores, pioneiros da região, incluindo os indígenas, que não possuíam títulos de propriedade. O que aconteceu, como consequência, como em outros tempos e lugares da região foi que, por meio de pressões de empresas, os moradores locais não absorvidos por essas últimas, tenderam a migrar para outras direções em busca de centros urbanos, já que naquela época apareceram os primeiros sinais de esgotamento da chamada fronteira agrícola para o interior (Figueiredo, 1982). De todo jeito, para a Igreja local, que pretendiam completar sua tarefa de evangelização, esses eventos implicariam risco de perda de mais um contingente de membros da Igreja.

No começo, a ISF procurou resolver o problema enviando cartas e pedidos a várias autoridades envolvidas, sem obter, contudo, um resultado favorável. Pois as empresas continuaram sua marcha, instalando-se rapidamente, sem mostrar intenção de contratar trabalhadores além do necessário para a tarefa de desflorestamento

(Ianni, 1979). Assim, esta Igreja começou a adotar uma conduta que poderíamos definir como de resistência ativa, propondo-a à população local. Tal atividade incluía um trabalho de comunicação social, tanto interpessoal quanto coletivo, através de veículos disponíveis para equipe eclesiástica. Neste estudo, tentamos observar através de documentos publicados, o modo como esses católicos agiram frente ao quadro brevemente exposto acima. Sempre que possível, procuramos pontuar as ações da ISF com as de personagens importantes, tais como camponeses, trabalhadores rurais, empresários, autoridades políticas, militares e religiosas.

Em princípio uma minoria, ativa ou não, é definida psicossocialmente com referência a uma maioria; em outras palavras, ser diferente, não dispor de poder ou ser numericamente inferior é quase sempre definido em relação a um modelo dominante, que é mais valorizado em um grupo ou uma sociedade (Guillaumin, 1971). Do mesmo modo, ser um militante católico, ou ocupar uma função eclesiástica no contexto estudado, significava não se opor à instalação de projetos agropecuários na região, conseqüentemente, não apoiar ou estimular a resistência de ocupantes das terras. Ou seja, a posição defendida pelos católicos da ISF os colocou imediatamente em conflito com os grupos majoritários eclesiásticos, civis e militares.

Uma análise global dos conteúdos de mensagens transmitidas pelo *Alvorada*, contando a freqüência de diferentes temas tratados durante o período, em artigos e notas, permitiu-nos obter uma lista de onze áreas de intervenção, as quais foram agrupadas em três tendências gerais, segundo o ano considerado. Assim, classificamos como *Igreja* toda mensagem cujo significado explícito relacionasse com a Igreja, seus rituais e tradições (militantes, objetos e símbolos) *per se*; enquanto que consideramos *desenvolvimento* toda referência a reformas no campo de educação, saúde e infra-estrutura (transporte, habitação, etc.), sem implicar mobilização coletiva ou mudança do *status quo*; e, finalmente, tratamos como *mudança* toda proposição divergente de ação e pensamento, que implicasse mudança social seja para a posição da Igreja, seja para as categorias e grupos sociais implicados (formulações cujo conteúdo fosse acerca de aspirações populares transgressoras, tais como denúncia à violação de direitos humanos, apoio aos posseiros, etc.).

(...) uma evangelização paciente e esclarecida que, sem ferir a sensibilidade do povo, consiga superar a rotina sacramentária (jul-1970).

(...) visando constituir comunidades cristãs evangelicamente humanas e responsáveis (...) (jul-1970). Para conhecer o Evangelho... as crianças têm suas palestras segundas e terças, às 17:30 da noite (out-1970).

(...) O Eugênio vai ser ordenado padre no dia 10 de julho (jun-1972).

Muitos títulos e uma glória só: Mãe de Jesus, mãe da Igreja (ago-1974).

Construção da Igreja em Luciara (out-1976).

Alguns exemplos de mensagem *Desenvolvimento*:

(...) conhecer as aspirações dos homens de hoje (jul-1970).

(...) Esteve em São Félix o Sr. (...) secretário de educação, a fim de atender os problemas do grupo local (...) (jul-1970).

A partir das últimas festas da cidade, (...) Luciara tem luz elétrica (...) (out-1970).

A escola municipal de Porto Alegre está funcionando desde o dia 4 de março (ago-1974).

Agora no Ribeirão Bonito, os doentes que chegam do sertão já têm um lugar melhor para se arrancar (set-1977).

Morreu lutando contra a malária (dez-1977).

Alguns exemplos de mensagem *Mudança*:

(...) Por um lado, umas poucas grandes fazendas - que se chamam de latifúndios (...) E por outro lado, muitos moradores - quase todos os moradores da região - sem terra, sem uma roça; sem título de propriedade (...) (out-1970).

Na Serra do Roncador a fome e a febre caminham firmes. Somente o povo não tem uma estrada por onde passar (...) (jan-1974).

(...) Nós que sentimos tão de perto a solidariedade dos irmãos na perseguição, queremos manifestar nossa solidariedade (...) a tantos leigos engajados em trabalhos de Igreja, que estão sendo preso e torturados (...) (fev-1974).

(...) As inúmeras famílias expulsas pelo falecido (...) tendo perdido as casas e benfeitorias (...) estão se agrupando no povoado de São Sebastião (...) (fev-1974).

O Pe. Francisco Jentel é seqüestrado, preso e expulso do Brasil (dez-1975).

Continua o regime de escravidão nas fazendas (ago-1976).

Perseguição aos posseiros de Santo Antonio (set-1977).

Quem está por trás da polícia querendo intimidar nossos missionários na Ilha do Bananal? (out-1977).

TABELA 1 - Temas encontrados no boletim *Alvorada* entre 1970 e 1977

	1970	1971	1972	1974	1975	1976
1977						
IGREJA 21,49%	55,17%	29,62%	22,72%	18,60%	19,73%	25,71%
DESENVOLVIMENTO 7,47%	25,86%	51,85%	36,36%	17,46%	3,94%	7,61%
MUDANÇA 71,02%	18,96%	18,51%	40,90%	63,95%	76,31%	66,66%

A Tabela I mostra a presença regular de mensagens de mudança social, as quais são paulatinamente acompanhadas por diminuição de aparição das demais, ao longo dos anos abrangidos por nossa análise. Para melhor compreender os dados contidos nesta tabela, é preciso lembrar que a ISF foi favorecida pelo apoio do Vaticano em dois

momentos importantes de sua história: a primeira, ao receber o estatuto de Prelazia, em abril de 1970 e, em seguida, com a nomeação de Casaldáliga para função de Bispo, em outubro de 1971. Tais promoções, longe de desencorajar as iniciativas de mudanças na ISF, foram sempre ocasião de reafirmação destas últimas, apesar de pressões de várias autoridades do Estado e empresariado. Tais pressões culminaram com visitas e incursões de policiais, militares e fazendeiros a ISF.

Por outro lado, estudando a autobiografia de Dom Casaldáliga, observamos que seu trabalho de evangelização no começo limitou-se à distribuição de bens simbólicos sagrados à população local que, em seguida, foi acompanhada por uma série de ações de modo a mudar, simultaneamente, a vida social e religiosa da população. Tal mudança foi substancialmente uma prática religiosa tradicional associada a uma prática nova inspirada no Concílio Vaticano II. Assim, esses militantes procuraram tornar mais flexível o ritual litúrgico, mesclando-o aos elementos culturais dos grupos locais e tornando a conversão em um evento da esfera privada para a pública, aumentando o engajamento católico em atividades, relacionadas como grupo, tais como a busca de coerência entre os ideais religiosos e a prática social. Ademais, a ISF modificou suas trocas com as autoridades locais e nacionais, o que se manifestou tanto por denúncias publicadas em documentos, no nível nacional e internacional, sobre a ação de empresas agropecuárias e outros agentes envolvidos em repressão na região (Casaldáliga, 1977). Ao lado disso, a ISF engajou-se com a população local, católica ou não, estimulando-a a resistir aos empresários e militares. Em consequência, estes últimos tentaram impedir a continuidade da ação católica divergente (Cabestrero, 1978) com ameaças de prisão e expulsão do país, como de fato ocorreu posteriormente.

Rompendo com os grupos dominantes e juntando-se com os posseiros e indígenas, a ISF aumentou a interdependência de destino, que é condição necessária para a formação de uma consciência de grupo (Lewin, 1948; Tajfel, 1978).

Em termos de estratégia de influência, três qualidades da conduta desses militantes católicos merecem ser destacadas por seu potencial de conversão: 1) a regularidade e coerência ao longo do tempo, apresentando as mensagens de mudança ou resistência; 2) a flexibilidade, ao combinar elementos do catolicismo tradicional com outros de grupos culturais a serem influenciados; e, 3) a ação empreendida implicando alto risco para os próprios militantes católicos ao adotar publicamente mensagens transgressoras quando em todo o país era praticada a repressão contra o desvio político-social.

Outros aspectos das atividades católicas da ISF

A observação detalhada do trabalho de militantes católicos da ISF fez-nos procurar outros significados difundidos em sua comunicação social, tal como sua representação de interação com os outros sujeitos envolvidos. Procuramos saber que tipo de relação social pretendiam criar com esses grupos-alvo, a partir de sua ação.

Anteriormente, dissemos que uma das características importantes da conduta desses militantes era sua flexibilidade. Tal estilo de interação parece constituir um novo modo de evangelização que, entre outras transformações, tendeu a minimizar ou a substituir a representação de povo evangélico "pecador" pela de "oprimido" ou "pobre", cujo sofrimento na vida real já seria um sinal de sua marcha para o sagrado e para a pureza, como podemos ler nas seguintes frases:

Ser sacerdote, hoje e sempre, é anunciar a Boa Nova da libertação para os pobres, os oprimidos e os pecadores. (...) E caminhar com o Povo de Deus pela estrada do dia-a-dia. Rezando juntos, sofrendo juntos, lutando juntos, chegando juntos. Casa do Pai de todos, que o nosso irmão Jesus nos preparou (*Alvorada*, jun-1972).

Sabemos que estes conteúdos a respeito da população local fazem parte de uma pedagogia psico-política de mudança, que busca inspiração no trabalho de Paulo Freire, e que analisamos em estudo sobre representações sociais veiculadas pelo mesmo boletim católico de São Félix (Souza Filho, 1985).

Ao mesmo tempo, observamos a aparição de mensagens lembrando o custo para o militante católico da obtenção da salvação para os membros leigos, o que nos fez pensar em uma tentativa de produzir um "laço de dívida", como sugerem as citações abaixo transcritas:

(...) sofre como Cristo pela total libertação do povo (...) (abr-1974); (...) Após 20 anos de generoso serviço aos índios e sertanejos (...) (mai-1974); E pela causa do Evangelho dos Pobres ele foi perseguido e condenado e passou prisão e agora foi brutalmente seqüestrado e finalmente expulso do país (dez-1975); O padre morreu, como Jesus, dando sua vida pelos irmãos (set-1978).

Por outro lado, o grupo dominante tornou-se uma entidade importante com a qual a ISF estava em conflito, ou seja, a realização das metas de um implicava, necessariamente, a não realização das metas da outra. Esta situação determinou em grande parte o conteúdo e a forma de comunicação adotada pela ISF para enfrentar tal grupo poderoso. Este último, além disso, empregou força, ameaçou utilizar outros recursos como oferecer aos posseiros recompensas em troca de abandono das terras e tentou desacreditar a ISF (Souza Filho, 1984).

Assim, para os militantes católicos seria necessário enfrentar os valores ideais de uma sociedade que pretendia ser moderna, racional e empreendedora. Como esta sociedade apresentava, então, problemas sérios produzidos, em curto lapso de tempo, ao implementar projetos de desenvolvimento na região, a ISF foi levada a empregar estes problemas com recurso de ação. Entretanto, os católicos preferiram a incompatibilidade com o grupo dominante em termos morais e éticos em sua comunicação social. Assim, tentaram representar o outro grupo de acordo com certos princípios e dimensões, como as frases seguintes podem sugerir:

(...) Mas há uma grande diferença entre um governador de estado e um bispo. O governador, gosta de aparecer com grande autoridade, sempre rodeado de gente grande. É muito difícil conversar com ele. O bispo não é assim. Pelo menos, ele não deve ser assim (out-1971); Os interesses e o poder se aliam sempre contra o Povo e contra o Evangelho (out-1975); (...) os poderosos sempre esmagam o Povo (dez-1976).

Em termos quantitativos, estas asserções sobre o grupo dominante foram relativamente pouco numerosas (87 asserções), se compararmos com aquelas sobre os posseiros e camponeses (mais de 500) no mesmo período (1970-1977). O retrato do Estado e empresas apresentado pelo *Alvorada* revelou hostilidade, mas este veículo mostrou outro personagem nesses episódios, o assassino profissional, descrito como um tentáculo de sujeitos poderosos.

Assim, o grupo dominante foi mostrado não somente para denunciar e apontar problemas sociais, econômicos e políticos na região, mas também para ajudar a realçar os atributos dos católicos divergentes.

Por outro lado, considerando-se o conteúdo das mensagens, elas apresentaram a ISF lado a lado com o povo local, vivendo um clima de perseguição; tal situação aumentaria, segundo os próprios militantes, as possibilidades de visibilidade social do catolicismo, tal como podemos ler nas frases abaixo, pronunciadas por um militante por ocasião da inauguração de uma igreja em homenagem a um padre morto durante as lutas na região:

Por causa dessa morte Ribeirão está sendo conhecida no mundo inteiro... O mais importante é que o nome de Jesus está sendo mais conhecido (nov-1977).

É necessário dizer que a ISF enfrentou com relativa antecedência o problema dos posseiros no Brasil, então quase ausente do debate nacional. A proposição de combinar a identidade católica com a camponesa numa mobilização comum, provocou um certo impacto social e mudança (Ianni, 1979; Martins, 1980; Figueiredo, 1982).

Outra inovação consistiu na emergência de elementos de inspiração e improvisação, particularmente nas relações interpessoais

e entre os grupos sociais implicados. Houve proliferação de novas linguagens e comportamentos, que escaparam às relações rotineiras previamente vividas na região, como se pode ler na descrição da cerimônia de consagração do bispo de São Félix abaixo transcrita:

Tua mitra será um chapéu de palha sertanejo, o sol e o luar; a chuva e o sereno; o olhar dos pobres com quem caminhas e o olhar glorioso de Cristo, o Senhor. Teu báculo será a Verdade do Evangelho e a confiança do teu povo em ti. Teu anel será a fidelidade à Nova Aliança do Deus libertador e a fidelidade ao povo desta terra. Não terá outro escudo senão a força da Esperança e a Liberdade dos filhos de Deus, nem usarás outras luvas que o serviço de amor (Casaldáliga, 1977: 45).

Portanto, ao expressar as diferenças em contato, provavelmente por causa da excitação e polarização de posições em conflito, realçou-se o ambiente interno da ISF frente à Instituição Igreja católica e outras entidades, levando à constituição de uma nova identidade católica, cujo principal traço está ligado a uma experiência particular, tal como podemos compreender a partir das seguintes palavras:

Há uma Igreja do Terceiro Mundo (...) que deve ser reconhecida como diferente e autóctone em razão da mesma catolicidade. E deve, ela própria, assumir livremente sua identidade original e lançar-se a cumprir sua missão, sem complexo, sem mimetismos, dentro do próprio mundo (...) tenho pensado muitas vezes que a missão peculiar desta Igreja do Terceiro Mundo seria, aqui (...) de denunciar a miséria que oprime, e anunciar a Pobreza que libera (Casaldáliga, 1977: 172).

Comentários finais

Desde o fim da Idade Média a Igreja Católica vem decaindo em participação social nos países para onde ela se dirigiu. Em tal contexto, o papel de católicos na sociedade brasileira tornou-se cada vez menos importante, o que implicaria uma perda proporcional de influência e beneficiaria outras religiões e grupos profissionais, recentemente formados para satisfazer novas necessidades e regras sociais de uma sociedade em desenvolvimento.

Tomando a Igreja como um grupo social, sabemos que ela tem se apresentado no mundo mostrando muitos modos de ação para realizar em todos os lugares sua meta fundamental de influência. No século XX, os maiores desafios foram competir com os movimentos socialistas e a modernização rápida. Para tanto, a Igreja dispunha (e dispõe) de uma vantagem: uma estrutura relativamente policêntrica, por ser composta por bispos que, embora subordinados à autoridade papal, têm bastante espaço para atividades livres para o exercício de suas funções.

Em consequência, assistimos recentemente em muitas partes da América Latina, à emergência de novos estilos de interação social de militantes católicos, que produziram algum impacto nessas sociedades, conseguindo atrair mais adeptos em grupos desprivilegiados e da classe média urbana. Este sucesso pode ser explicado, em alguma extensão, pelo fracasso das sociedades desta região em administrar com algum grau de satisfação todos os grupos que as compõem. De fato, tem havido um certo esforço de grupos dominantes para esvaziar a vida política nessas sociedades, particularmente entre o fim dos anos sessenta e o começo dos anos oitenta (Martins, 1982). Muito embora, naquela época, o espaço estivesse fechado para um trabalho de mudança social, nem todos os militantes católicos aceitaram essa realidade, desafiando-a abertamente, como é o caso da ISF. Tal trabalho de mudança produziu considerável repercussão e influência na sociedade brasileira, tornando-se um desafio à nossa compreensão. Assim, abandonando os paradigmas psicossociológicos convencionais, procuramos compreender esses eventos históricos através das proposições de Serge Moscovici que, ao invés de focalizar esses fenômenos a partir de dimensões, tais como personalidade ou exercício de poder, enfatiza o estilo de comportamento do sujeito que pretende influenciar.

Em nossa observação de um caso de catolicismo divergente no Brasil, tentamos descrever e obter uma melhor compreensão deste tipo de influência em uma reconstrução concisa da ação desses militantes sobre o seu ambiente social. Assim, observamos que os militantes da ISF apresentaram coerentemente, e durante quase uma década, mensagens divergentes em suas comunicações sociais. A despeito de todas as medidas de controle mantidas então na sociedade brasileira, estes militantes foram publicamente contra a instalação de empresas agropecuárias, quando isto prejudicava a população local e a obrigava a abandonar a região. Estes atos de desafio, ruptura e apresentação de mensagens de mudança, por parte da ISF, foram acompanhados por uma maior participação da população em atividades da igreja local, como o trabalho voluntário de construção de igrejas e outras iniciativas relatadas (*Alvorada*, jan-1974; jun-1974; ago-1974; fev-1975; mar-1976; jan-1977; out-1977).

Outros aspectos do novo proselitismo católico foram importantes para a ampliação da influência, tais como a intenção manifestada por estes militantes da ISF de valorizar a população local com sua cultura, valores sociais e aspirações. Entre estas últimas, destacamos a vontade latente da população em resistir à pressão de empresas agropecuárias, que foi assumida publicamente pela ISF. Para a realização da influência, também foi importante a exibição de traços extraordinários, tais como heroísmo, capacidade verbal e estética. Nesse sentido, o bispo da ISF escreveu, como se sabe, muitos poemas e ensaios que, certamente, foram úteis como veículo para o engajamento da ISF nas causas da população da região. Estas intervenções católicas levaram a um aumento da visibilidade e

presença do catolicismo em geral sobre a vida local, nacional e internacional; que passou a ser visto doravante, como mais ativo, social e politicamente.

Por último, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade de empreendemos estudos, em nossa cultura, sobre as formas de ação social de grupos e indivíduos minoritários. Trata-se de reconsiderar aspectos como o modo de comunidade social, negociação de conflito, contexto social de veiculação de mensagens transformadoras, entre outros. Tais estudos, como já dissemos, devem ser articulados com os de história, sociologia, etc., permitindo uma compreensão mais específica a respeito da natureza da interação social.*

Notas

- 1 À época em que realizamos este trabalho, haviam sido publicados alguns documentos a respeito da ISF, entre os quais destacamos reportagens (Cabestrero, 1978; Moura, 1981) e outros escritos (Casaldáliga, 1971).
- 2 Um padre foi assassinado, outro expulso do país, além de ter havido mais de uma intervenção do Exército na área durante o período, em busca de alguns grupos guerrilheiros, aos quais a ISF foi acusada de estar ligada.

Bibliografia

- ALVORADA. Boletim da Igreja de São Félix do Araguaia, de 1970 a 1977.
- BARBÉ, A. (1979). Comunicação pessoal.
- BEOZZO, J. O. (1981). "História da igreja no Brasil". In: P. E. Arns (ed.). *O que é igreja*. São Paulo: Brasiliense.
- BRUNEAU, T. C. (1974). *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. Londres: Cambridge University Press.
- CABESTRERO, T. (1978). *Diálogos em Mato Grosso com Pedro Casaldáliga*. Salamanca: Sígueme.
- CARAMURU de Barros, R. (1967). *Comunidade eclesial de base, uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes.
- CASALDÁLIGA, P. (1971). "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", mimeo.
- _____. (1977). *Creio na justiça e na esperança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) (1977). "Comunidades de base: a igreja na base".
- DECONCHY, J. P. (1971). *L'orthodoxie religieuse*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- FIGUEIREDO, V. (1982). "La cuestión agraria et la stratégie gouvernementale". *América Latina*, 10, abril-junho.
- FRENCH, J. R. P. and RAVEN, B. H. (1959). "The bases of social power". In: D. Cartwright (ed.). *Estudies in social power*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

- GUILLAUMIN, C. (1971). *L'Ideologie raciste: genèse et langage actuel*. Paris e the Hague: Mouton.
- HOLLANDER, E. P. (1958). "Conformity, status and idiosyncrasy credit". *Psychological Review*, 65, 117-127.
- IANNI, O. (1979). *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- LEWIN, K. (1948). *Resolving social conflicts*. New York: Harper and Row.
- MARINTS, J. S. (1980). *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, L. (1982). "Le régime autoritaire brésilien et la 'libéralisation' politique". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, 65, 9-24.
- MOSCOVICI, S. (1976). *Social influence and social change*. Londres: Academic Press.
- _____. (1980). "Toward a theory of conversion behaviour". In: L. Berkowitz. *Advances in social experimental psychology*. New York: Academic Press.
- MOURA, A. C. (1981). "O pioneirismo da Igreja de São Félix". In: H. Salem (ed.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Debates.
- MUGNY, G. (1982). *The power of minorities*. London: Academic Press.
- SCHACHTER, S. (1951). "Deviation, rejection and communication". In: *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 190-207.
- SOUZA FILHO, E. A. (1984). *Genèse d'un militantisme catholique l'exemple de l'Eglise de São Félix do Araguaia, Brasil*. Tese de Doutorado do 3º. ciclo, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Ibid.
- _____. (1985). "Representações sociais do camponês através de um periódico católico". Comunicação apresentada à Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte.
- TAJFEL, H. (1978). *Differentiation between social groups*. Londres: Academic Press.
- WEBER, M. (1954). *Economy and society*. Cambridge: Harvard University Press.

Abstract

The Catholic and Their Influences

The aim of this study was to examine the strategies of social influence adopted by contemporary Catholic Church inferred from the way of action and communication showed by its militants. The systematic observation of published documents of one particular Catholic parish in Brazil allows us to understand some aspects of the divergent strategy of influence, which was based: 1) on the regularity and coherence of diffusion of changing messages to the local population and to the large society; 2) on the flexibility in combining elements of catholicism with the aspirations and the culture of the dominated groups; 3) on the effort and the risk lived by the militants themselves facing the dominant groups of that time.

Resumé

L'Action Catholique Divergente et son Influence Sociale - Une Étude de Cas

Cett étude se propose d'examiner les stratégies d'influence sociale adoptées par l'Eglise contemporaine, telles qu'elles sont présentées par ses militants.

L'étude systématique des documents publiés par l'Eglise catholique qui présente, au Brésil, certaines particularités, permet de comprendre certains aspects de cette stratégie, aspects relatifs: 1) à la diffusion régulière et cohérente de messages de changement social adressée à la population locale et à la société; 2) à la flexibilité du discours qui mélange volontairement des éléments de catholicisme aux aspirations et à la Culture des groupes dominés; 3) aux risques et aux efforts des militants, qui affrontent les groupes dominants.

1. The first part of the paper discusses the importance of the study of the history of the English language. It is argued that the study of the history of the English language is not only a matter of academic interest but also of practical importance. The paper then goes on to discuss the various factors which have influenced the development of the English language over the centuries. These factors include the influence of other languages, the influence of social and cultural changes, and the influence of technological advances. The paper concludes by stating that the study of the history of the English language is a fascinating and important field of research.

Resenhas

JACOBY, Russel - *Os últimos intelectuais: a cultura americana na Era da Academia* (Tradução: Magda Lopes; revisão da tradução: Caio Rodrigues e Martha Steinberg). São Paulo: Trajetória Cultural; Editora Universidade de São Paulo, 1990.

Tânia Maria Corrêa Camarcio
Socióloga e Mestranda em Sociologia, UnB

Os últimos intelectuais é o primeiro livro de Russel Jacoby publicado no Brasil. Sua obra além de ser uma crítica aos intelectuais ausentes é também uma espécie de autocrítica, pois, quando está investigando os intelectuais mais jovens, ele se inclui, e, quando está se referindo a uma geração ausente, está se propondo a discutir sua própria geração. Há de se considerar ainda o fato de Jacoby ter percorrido sete universidades e lecionado várias disciplinas, o que o inclui no rol dos intelectuais acadêmicos americanos.

Sua preocupação básica é com uma lacuna que constata na cultura americana - a ausência de uma geração de intelectuais jovens (de até 45 anos), justamente aqueles que alcançaram maioridade nos anos 60 e que se constituíram em críticos mordazes das universidades, dos professores de sua época e dos pensadores do passado. Mostra que, por ironia, são justamente estes intelectuais que vão se alojar nas universidades e substituir os intelectuais públicos do passado, vindo a compor a chamada "geração silenciosa".

O autor considera que houve um deslocamento da *intelligentsia* da cena pública para o campo acadêmico, e que a compreensão deste fato passa pela percepção dos acontecimentos econômicos que ocorreram nos Estados Unidos nas últimas décadas e que impulsionam ou deprimem a sua vida cultural. A reestruturação do espaço urbano com o desaparecimento do cenário boêmio, habitat dos últimos intelectuais, bem como a expansão dos subúrbios e do ensino superior após a Segunda Guerra Mundial, vão ser determinantes para o modelamento de uma nova geração. O autor está preocupado fundamentalmente em saber "como uma geração de intelectuais viveu a boemia e quando e porque esta deixou de atrair uma geração intelectual mais jovem" (p. 48).

Observando o horizonte cultural americano, constata o autor que o macarthismo e o antiintelectualismo popular imperantes nos anos 1950, de certa forma influenciaram na produção intelectual e reduziram o espaço para a livre especulação, tornando incerto o futuro

dessa geração que tanto necessitava dos bares e cafés para se refugiar do fardo da vida urbana. Por outro lado, o desenvolvimento industrial e a deterioração urbana também devastam o ambiente e transformam os hábitos e a linguagem dos intelectuais. Os bairros boêmios são substituídos por lojas e prédios residenciais. Bairros tipicamente boêmios como Greenwich Village (que desde 1900 era ponto de encontro dos intelectuais independentes) sucumbem frente à especulação imobiliária, expulsando os intelectuais e os artistas marginais. Os demais centros boêmios sofrem o mesmo processo de exclusão, sendo quase totalmente eliminados.

Mostra assim, que o desaparecimento da boemia intelectual está estreitamente vinculado à expansão dos subúrbios e à deterioração dos centros urbanos. A medida que os subúrbios prosperam, as boemias são golpeadas. Ocorre aí uma mudança não apenas geográfica, mas também de ordem cultural. Os intelectuais mais jovens se deslocam para lugares mais distantes das metrópoles deterioradas, ou seja, para as espaçosas cidades universitárias, onde além de usufruírem dos benefícios inerentes à vida dos subúrbios, conseguem emprego estável. O período pós-Segunda Guerra Mundial se caracteriza então pela submissão do intelectual às hostilidades do macarthismo e o conseqüente conformismo. A profissionalização se desponta como o espaço de refúgio a essas pressões. É neste contexto que o intelectual boêmio independente perde espaço para o acadêmico profissional e o exercício literário e crítico perdem o caráter de vocação e se tornam carreira.

Contextualizando historicamente esses acontecimentos, Jacoby constata que tanto os urbanistas (intelectuais independentes dos anos 50) como os *beats* (contracultura dos anos 60) constituem os últimos boêmios no período da descentralização urbana. Os *beats* criticavam todos os aspectos da sociedade americana e discordavam dos que consideravam a boemia como morta. Se distinguiam dos antigos boêmios por sua devoção ao automóvel, às estradas e, devido ao seu populismo, pelo amor ao povo americano. Os *beats* e a boemia são reconhecidos nos anos 60 como *hippies* e contracultura. Além de serem cúmplices da substituição da ética do trabalho pela do anti-consumo, antecipam a desurbanização americana, são considerados os rebeldes dos anos 60, que desmistificam a idéia de uma juventude conformista. Conseguem obter seguidores na chamada geração *baby boom* das universidades, uma massa crítica que se congrega em comunidades.

Retrata também em sua obra as distintas posições dos intelectuais nova yorkinos e os não-nova yorkinos, através dos embates que estes travam na vida cultural desta metrópole a partir dos anos 50. Em suas argumentações, procura demonstrar que não são as peculiaridades étnicas que influem nas mudanças de posições destes intelectuais, mas os acontecimentos históricos. Os intelectuais que se tornam adultos nos anos 60 vêm a vida fora do espaço acadêmico apenas como uma lembrança. Intelectuais públicos proeminentes nos

anos 50 como Lewis Mumford, Edmund Wilson, Gore Vidal, entre outros, se recusam trocar a vida de escritores e editores independentes pela de professor. Estes intelectuais, no entanto, continuam a desempenhar papel ativo nas letras e na política americana por terem conseguido definir uma política cultural que sobrevivesse nos anos 80 e portanto ultrapassasse sua época.

Na visão de Jacoby, nos anos 80, o foco da discussão vai se centrar no intelectual enquanto uma categoria sociológica e não no intelectual independente e boêmio. A principal questão é saber se esses constituem uma nova classe, uma vez que vivem mais como grupos profissionais ou de interesse. A retaguarda institucional que resguarda o trabalho intelectual torna-se, portanto, imprescindível. Não se pergunta mais quem é o intelectual, mas a que instituição está vinculado.

O fio condutor de toda sua análise gira em torno de como a figura do intelectual independente, definidor de uma cultura abrangente e que necessita da legitimação de um público mais amplo, vai perdendo terreno para o intelectual profissional, confinado nas universidades, com linguagem e universo próprios e portanto invisíveis no cenário social. Logicamente o ambiente, os hábitos e a linguagem dos intelectuais são também modificados, passando a se adaptar aos ditames dos mecanismos institucionais e à busca de uma carreira universitária promissora. Considera que nem a esquerda escapa a esse enquadramento, também se aprisionando ao empreendimento acadêmico. Em vez dos intelectuais da nova esquerda invadirem as universidades, vai ocorrer o contrário, vão ser envolvidos pela linguagem, pelos conceitos e interesses acadêmicos. Mostra assim, que a política da profissão acadêmica vai prevalecer sobre as utopias revolucionárias.

Jacoby examina cuidadosamente a presença da esquerda no espaço acadêmico, mostrando que poucos radicais conseguiram resistir aos imperativos profissionais, apesar das influências e dos impactos que ocasionaram na maioria das universidades americanas. Para ele, mesmo que os economistas radicais e marxistas tenham conseguido um espaço na academia, mantendo compromisso com o grande público, suas realizações foram limitadas e alcançaram êxitos ocasionais. Foram poucos os economistas que conseguiram confrontar de forma lúcida a realidade econômica, os raros exemplos são de economistas da última geração, como John Kenneth Galbraith (1908), Albert Hirschman (1915), Robert Heilbroner (1919) e Robert Lekachman (1920), que deixaram poucos seguidores. Os intelectuais de esquerda não sucumbiram ingenuamente aos ditames acadêmicos, mas os adotaram conscientemente e, a busca de galgar postos burocráticos nada mais é do que uma estratégia de ocupação de espaços na perspectiva de se assumir o poder.

Ao concluir seu livro, o autor procura retratar de forma sugestiva quem são os "últimos intelectuais" americanos, evocando pensadores eminentes que viviam de suas próprias obras - Lewis

Mumford (1895), Edmund Wilson (1895-1972) -, distantes do mundo acadêmico. A impressão que se têm é de que estamos diante da presença de verdadeiras relíquias do mundo intelectual americano. Por outro lado, desmistifica a idéia que se tem de que os radicais esquerdistas dominam as universidades, mostrando que os conservadores ativos e comprometidos são majoritários. No entanto, aponta-nos perspectivas mais otimistas quando mostra que os intelectuais dos anos 60, apesar de invisíveis, podem modificar sua imagem tornando-se abertos a um público mais expressivo no futuro, uma vez que "o que é silencioso e profissional hoje pode ser aberto e público amanhã" (p. 247).

Esta obra de Russel Jacoby é bastante polêmica pelo fato de questionar e criticar a vida cultural americana de uma forma contundente. A leitura do livro é recomendável, por ser uma obra cativante, atual e que em muitos aspectos leva-nos a refletir acerca da nossa própria realidade cultural, sugerindo, às vezes, aproximações interessantes. No entanto, ao longo de sua análise é perceptível um fundo de nostalgia, principalmente quando o autor focaliza a ausência de vozes dos intelectuais jovens na vida cultural e quando enfatiza o desaparecimento dos intelectuais boêmios, considerados como os "últimos intelectuais" públicos.

Sua obra é um tributo à análise crítica. É perceptível sua preocupação com a revitalização da cultura americana, o que vem demonstrar, que apesar da autocrítica que faz, Jacoby não é um pensador acomodado. Pelo contrário, sua análise é instigante, e serve de alerta para a reavaliação tanto do trabalho intelectual como do papel histórico dessa categoria.

KONDER, Leandro - *O futuro da filosofia da práxis - O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Maria Francisca Sales Pinheiro
Professora do Departamento de Sociologia da UnB

O desmoronar do "socialismo burocrático" trouxe de volta ao centro do debate nas ciências humanas o legado teórico de Marx. Desta vez, não mais para aplaudir o grande pensador, cujas idéias alteraram a face do mundo, mas para criticá-lo. Afinal, o modelo não ruiria deixando incólume os seus pressupostos. De imediato, o fracasso do socialismo foi identificado com os princípios teóricos de Marx.

Porém, o mesmo rigor que Marx tinha com as suas posições, chegando mesmo a não se reconhecer 'marxista', ao perceber interpretações errôneas de seu pensamento, deve-se ter hoje e não se estabelecer uma relação linear entre Marx e o marxismo pós-Marx.

Evitadas as simplificações, o certo é que o debate sobre o marxismo está necessariamente aberto e podem-se distingüir, pelo menos, quatro tendências na literatura atual sobre a crise deflagrada: os que sentem suas posições antimarxistas reforçadas com o fracasso de experiências 'socialistas'; os que retomam Marx na íntegra, sem nenhuma revisão, como se fosse uma doutrina; os que consideram que idéias centrais e medidas práticas de Marx, como a abolição da propriedade privada e a proposta de um planejamento centralizado e controlado pelo Estado, são incompatíveis com a construção de uma sociedade democrática; e, finalmente, os que acreditam na validade da teoria marxista, revisada e redimensionada à luz dos eventos históricos do século XX.

Leandro Konder partilha dessa quarta posição. Ele faz uma leitura crítica, mas positiva de Marx. De acordo com este seu livro mais recente, é através da filosofia da práxis que Marx continua o grande pensador da atualidade: "a práxis é a mais importante descoberta de Marx" (p. 123).

O enlevo do autor com as idéias originais de Marx, chega a ser surpreendente em um momento de tanta ofensiva ao velho pensador. Ele dedica atenção aos mínimos detalhes da vida e do pensamento do mestre e inspirador. Todavia, reconhecendo a importância de Marx, Konder, em nenhum momento, abandona sua posição de investigador: "Por sua própria estrutura como pensador, por sua presença marcante na história recente do pensamento de esquerda e nas vicissitudes dos

conflitos políticos, Marx deve ser encarado como um problema. Evitemos a tentação de dar por respondida, cabalmente, a pergunta: como lidar com ele? Acostumemo-nos à idéia de que o seu legado, enquanto for efetivamente importante, precisará ser reexaminado, revisto, redimensionado, reformulado" (p. 56).

O livro analisa Marx como um pensador do século XIX, como tem sido um pensador no século XX e como poderá se tornar um pensador do século XXI. Se o estudo convence ou não, em um campo de discussão tão fracionado como o marxismo, depende muito da leitura que cada um faz de Marx e dos problemas que fizeram desabar o "mundo socialista". Independente das formulações que se possa ter, o estudo de Konder é um exemplo de como se deve travar o debate intelectual: o autor se apóia em vasta bibliografia, expõe com clareza as idéias e mantém uma postura de diálogo permanente com as suas próprias convicções.

O tom aberto ao diálogo e a mudanças já é definido no início do livro. É como se Konder falasse para si e para os demais marxistas: "Se queremos crescer, precisamos evitar a tentação de nos aferrar a modos de sentir e de pensar que estão funcionando mal, precisamos fazer um esforço cansativo, difícil, incômodo no sentido de abrir nossas cabeças para a aventura de pensar o novo" (p. 14). E, como se se dirigisse aos marxistas em geral: "O marxismo se destacou, no interior do movimento socialista, como sua principal matriz filosófica, seu melhor fornecedor de argumentos. Agora, entretanto, ele não pode se furtar a um balanço implacável do estado geral de suas instalações; e não pode deixar de indagar incisivamente de si mesmo com que potencialidades ainda conta e de que energias ainda dispõe" (p. 14).

O capítulo que situa Marx como um pensador do século XIX é o mais importante porque dele se pode extrair os aspectos do pensamento de Marx que permanecem presos ao passado e aqueles que ultrapassam a sua época e continuam atuais. No entanto, é também o capítulo mais problemático porque se trata de um encontro do autor com o próprio Marx e o que se percebe é que boa parte das críticas feitas são justificadas em função do contexto intelectual e histórico do século XIX. É como se Marx não tivesse sido mais genial porque as condições ou o pensamento na época não lhe permitissem.

O conservadorismo e o moralismo de Marx no plano das relações pessoais e afetivas, como no caso citado do filho com Lenchen, governanta da família, não podem se resumir a explicação dos valores da época, até porque Marx foi um dos mais ferrenhos críticos desses valores. Da mesma maneira, o autoritarismo das idéias de Marx sobre o Estado não se pode restringir "às necessidades da ação revolucionária naquele momento", mas a uma concepção autoritária de poder. Também não se deve aventar a displicência de Marx pela discussão de temas como a democracia e os direitos humanos, presentes na literatura do século XIX e postos, com todo vigor, como uma problemática pela revolução e contra-revolução francesas.

Leandro Konder critica as formulações de Marx sobre os direitos humanos, mas justifica o seu desinteresse pelo tema: "Marx não enfrentou essa questão, não sentiu a necessidade de enfrentá-la. Por quê? Talvez porque o quadro da luta política em que se viu empenhado, marcado por certa truculência, não lhe impusesse esforço de aprofundar sua reflexão crítica a respeito do Direito e do peso dos valores jurídicos no encaminhamento eficaz do processo de transformação da sociedade" (p. 43). Marx permaneceu avesso ao conteúdo universal dos direitos do homem, mesmo sendo ele próprio beneficiário dos direitos já adquiridos.

O livro ganha em riqueza de dados e de análise quando passa ao estudo das repercussões do pensamento de Marx no século XX. Konder recupera a história das tendências no movimento socialista, o crescimento e a contribuição teórica da Social-Democracia, as suas lutas internas e o rompimento com esta pelo bolchevismo. Cada momento histórico possibilitou apropriações diferentes do pensamento de Marx: mais 'reformista' ou mais 'revolucionária'.

Mostrando Lenin como um revolucionário e estudioso da obra de Marx e da dialética hegeliana, Konder, porém, não poupou críticas à versão de Lenin sobre o marxismo, que teria corroborado para a ascensão do 'stalinismo': "não pode deixar de ser reconhecido que o leninismo veio a ser um dos pressupostos essenciais do 'stalinismo'. Sem o partido único, o 'stalinismo' seria impossível. E a posição assumida por Lenin em defesa da importância da teoria acabava se esvaziando diante da truculência pragmática com que o próprio Lenin (abrindo caminho para Stalin) abordou as questões filosóficas discutidas em seu livro *Materialismo e empiriocriticismo*" (p. 77).

É no pensamento de Marx sobre a filosofia da práxis e na reelaboração feita por Gramsci que Konder localizará a força do marxismo no século XX. Gramsci percebia que a "autotransformação do marxismo" só podia ser pensada a partir de uma concepção centrada sobre a práxis. "Em seu 'historicismo absoluto', a 'filosofia da práxis' não pode se cristalizar ou ossificar em um modelo doutrinário enrijecido: é um pensamento novo que inaugura uma postura filosófica nova. Está condenado a atuar sempre como uma força comprometida com a inovação. Exatamente por isso, não dispõe de meios para se fazer compreender imediatamente como um todo, jamais caberá em um conjunto de fórmulas ou preceitos e não tem condições para exibir uma racionalidade 'pura'" (p. 92).

O legado filosófico de Marx está consubstanciado na filosofia da práxis, a expressão maior do seu pensamento. "É como a 'filosofia da práxis' que a filosofia de Marx tem possibilidades mais ricas de entrar no século XXI com alguma vitalidade" (p. 94).

Segundo Konder, a tentativa de pensar Marx como um pensador do século XXI faz parte de um 'programa' e se insere em um movimento que visa contribuir para ajudar os socialistas nos combates vindouros. A diversidade dos problemas enfrentados deverá corresponder, necessariamente, à diversidade das formas de atuação.

Nas batalhas políticas desse fim de século, as possibilidades de uma práxis eficaz dependerão da capacidade das forças de esquerda de assimilarem os valores do pluralismo. "O resolutivo reconhecimento da necessidade de pontos de vista diversos, de tendências distintas, de correntes diferentes, de espaço assegurado para a expressão dos esforços de compreensão e transformação de uma realidade inesgotável (de um real irredutível ao saber) não é uma concessão que a esquerda deve fazer ao liberalismo burguês: é o único meio que a esquerda dispõe para evitar o entorpecimento do seu pensamento e a deformação da sua atuação transformadora" (p. 135).

O terreno onde a assimilação do pluralismo poderá vir a ser comprovado não será o terreno do discurso, mas o da criação de condições para a construção de uma cidadania democrática. "Os 'marxistas' estarão sob observação: cabe-lhes demonstrar na atividade política que a 'filosofia da práxis' lhes permite assegurar aos cidadãos, universalmente, direitos mais abrangentes e liberdades mais completas do que as propiciadas pela concepção liberal" (p. 136).

Dialogando com o autor e concluindo a apreciação sobre o seu livro, um último comentário. Entre as contribuições ao pensamento marxista, é ímpar o realce dado por Gramsci a dimensão da criatividade humana e da ação histórica. Todavia, se esta é a essência da filosofia da práxis, não poderia tanto confirmar como questionar o marxismo como o único caminho da "emancipação humana"? Como a filosofia da práxis poderá renovar concepções tão caras a Marx como a teoria da revolução, a concepção autoritária de poder e a centralização da economia nas mãos do Estado, sem abalar o essencial da teoria?

Marx deveria estar presente para dar o seu parecer, principalmente depois de ver com os próprios olhos que muitas de suas propostas na prática contrariaram suas verdadeiras intenções: libertar o homem.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA - DF

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA - DF

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

REVISTA SOCIEDADE ESTADO

[illegible]

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

REVISTA SOCIEDADE ESTADO

[illegible]

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. Tipo de Colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.

2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessários deverão ser notificados ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, datilografados em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.

2. Os artigos deverão ser encaminhados de um resumo que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).

3. As notas de pé-de-página devem ser de natureza substantiva (não-bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais.

IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual ser artigo foi publicado.

PRÓXIMO NÚMERO DE *SOCIEDADE E ESTADO*

**Sociologia da Cultura: Política da Identidade e da
Diferença**

*** ÉTICA * ESTÉTICA * LINGUAGEM * HISTÓRIA ***
Artigos de:

Berangère Marques Pereira
Bárbara Freitag-Rouanet
Flávio Fergonzi
Jessé José Freire de Souza
João Gabriel L. C. Teixeira
Lia Zanotta Machado
Lúcio de Brito Castelo Branco
Maria Angélica Madeira (editora)
Maria Luiza Belloni
Mariza Veloso
Renato Janine Ribeiro
Sérgio Paulo Rouanet
Tânia Navarro Swain

**PRÓXIMOS NÚMEROS PREVISTOS PARA
*SOCIEDADE E ESTADO***

Violência
A Sociologia de G. Simmel
Ciência e Tecnologia

**Artigos enviados para publicação, devem obedecer às
normas da Revista.**

João Gabriel L. C. Teixeira (Coordenador)

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO
Departamento de Sociologia
ICC - Ala Norte - Universidade de Brasília
CEP: 70.910-900 - Brasília-DF